

MARIA DA PENHA APARECIDA KLUG BASÍLIO CARNEIRO

**A PERCEPÇÃO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA SOBRE SUA IMPLEMENTAÇÃO EM VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

MARIA DA PENHA APARECIDA KLUG BASÍLIO CARNEIRO

**A PERCEPÇÃO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA SOBRE SUA IMPLEMENTAÇÃO EM VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Economia Doméstica, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 03 de julho de 2008.

Prof^a Ana Louise Carvalho Fiúza
(Co-Orientadora)

Prof. Marcelo Miná Dias
(Co-Orientador)

Prof^a Neuza Maria da Silva

Prof. Milton Ramon Pires de Oliveira

Prof^a Neide Maria de Almeida Pinto
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Lucas e ao meu marido Sérgio, pela compreensão e pelo amor que nos fortalece; aos meus pais, amigos e familiares, pelo apoio.

Aos professores e aos funcionários do Departamento de Pós-Graduação em Economia Doméstica, pelo suporte; aos meus colegas, pela troca de conhecimentos; às minhas amigas e companheiras desta empreitada Patrícia e Vicentina, pelas contribuições e pelo carinho; aos informantes que participaram deste estudo, pela colaboração e gentileza de me receberem em suas casas.

Aos professores Neuza e Milton Ramón, por terem participado da minha Banca de Defesa com importantes contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao meu co-orientador Professor Marcelo, pela atenção, pelas leituras cuidadosas e por seus questionamentos, enfim, agradeço a sua importante participação neste trabalho.

À minha querida co-orientadora Professora Ana Louise, especialmente pela sua presença, nesses dois anos, nos momentos de orientação, desde a construção do projeto de pesquisa até a estruturação final desta dissertação; pelas inúmeras leituras; e pelos rumos indicados com sabedoria.

À minha querida orientadora Professora Neide, a quem manifesto minha profunda admiração, pelo trabalho de orientação extremamente competente e pela participação ativa e constante em todas as fases do desenvolvimento desta pesquisa. Seu trabalho de orientação envolveu muitas e muitas leituras, correções, discussões, ajustes, angústias, mas, também, alegrias. Agradeço a ela, principalmente, o carinho, a atenção e a dedicação dispensados.

BIOGRAFIA

MARIA DA PENHA APARECIDA KLUG BASILIO CARNEIRO, filha de Edmo Basilio de Souza e Vera Klug Basilio, nasceu no dia 16 de maio de 1977, em Itaguassu, ES.

Em 2006, graduou-se em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa, MG.

No período de 2003 a 2006, atuou como professora na Rede Municipal de Ensino de Viçosa, em Viçosa, MG.

Atualmente, exerce a função de Chefe de Departamento do Ensino Infantil na Secretaria Municipal de Educação, em Viçosa, MG.

Em 2006, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica da UFV, submetendo-se à defesa da Dissertação em julho de 2008.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE QUADROS.....	vii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	1
1. POBREZA, EXCLUSÃO E CIDADANIA	11
1.1. Pobreza e exclusão social.....	12
1.2. A relação entre consumo, exclusão e inclusão social	19
1.3. Pobreza na perspectiva de Amartya Sen: ausência das capacidades....	21
1.4. A construção do cidadão no campo das políticas públicas brasileiras.	26
1.4.1. O desenvolvimento da cidadania nos países europeus.....	26
1.4.2. A cidadania social na América Latina	29
1.4.3. A Construção da Cidadania no Brasil	31
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
2.1. Método de coleta de dados.....	38
2.2. Definição do campo empírico	39
2.3. Seleção e contato com os sujeitos da pesquisa.....	40
2.4. Operacionalização da pesquisa	44

	Página
2.5. A construção dos indicadores.....	45
2.6. Métodos e técnicas de construção e análise dos dados	47
2.7. Reflexão sobre as vantagens e desvantagens das técnicas de coleta de dados empregadas	49
3. CARACTERIZAÇÃO E MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA	52
3.1. O contexto histórico de implementação do Programa Bolsa-Família no Brasil	52
3.2. Caracterização do Programa Bolsa-Família.....	56
3.3. Matriz lógica do Programa Bolsa-Família	70
4. O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA EM VIÇOSA	92
4.1. O Programa Bolsa-Família no município de Viçosa.....	92
4.1.1. Estrutura de funcionamento do Programa.....	94
4.2. Caracterização socioeconômica das famílias beneficiárias do PBF	95
4.2.1. Descrição dos contextos familiares.....	96
4.2.2. Perfil socioeconômico das famílias.....	116
4.2.2.1. Características das famílias	116
4.2.2.2. Condições Habitacionais e Acesso a Serviços de Infra- Estrutura das Famílias.....	136
4.2.2.3. Condições materiais (posse, tempo e forma de aquisição de bens).....	139
5. AVALIAÇÃO E PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E DAS PROFISSIONAIS ACERCA DO PBF	147
5.1. O significado do PBF segundo as famílias beneficiárias	148
5.2. O significado do PBF na percepção das profissionais	163
6. IMPLICAÇÕES DO PBF QUANTO À REDUÇÃO DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL E INCENTIVO À INCLUSÃO E PRÁTICAS CIDADÃS	170
6.1. Mudanças e permanências após o PBF, na percepção das famílias beneficiárias	171
6.2. Problematisando questões principais	177
7. ALGUMAS CONCLUSÕES.....	188

	Página
REFERÊNCIAS.....	195
ANEXOS	201
ANEXO 1.....	202
ANEXO 2.....	214
ANEXO 3.....	216
ANEXO 4.....	218

LISTA DE QUADROS

	Página
1. Critérios de elegibilidade das famílias e valores do benefício antes da adoção do Benefício Variável Jovem.....	64
2. Composição familiar, critérios de elegibilidade e valores dos benefícios após o benefício Variável Jovem	65
3. Matriz lógica do PBF (relaciona objetivos, ações do PBF e resultados esperados).....	71
4. Matriz de conteúdo/componentes do PBF	74
5. Matriz lógica do PBF – de variáveis e indicadores.....	89
6. Síntese de características do perfil socioeconômico das famílias entrevistadas participantes do PBF: faixa etária, escolaridade, cor (etnia) declarada e estado civil.....	117
7. Renda das famílias pesquisadas por faixa de rendimentos: até meio salário Mínimo (S M); entre meio S M e um S M; acima de um S M; e acima de dois S M.....	120
8. Ocupação/trabalho, estratégias de sobrevivência e renda dos membros das famílias entrevistadas beneficiárias do PBF	123
9. Vínculos estabelecidos entre as famílias beneficiárias do PBF e os familiares.....	127
10. Vínculos estabelecidos entre as famílias beneficiárias do PBF e a vizinhança	131

	Página
11. Vínculos estabelecidos entre as famílias beneficiárias do PBF e os amigos	133
12. Aspectos relativos a moradia e serviços básicos e infra-estrutura das famílias pesquisadas. Viçosa, 2007.....	136
13. Formas de aquisição de roupas, alimentos e remédios pelas 25 famílias beneficiárias do PBF	140
14. Tempo e forma de aquisição de bens pelas famílias	145
15. Significados do PBF, aspectos positivos e negativos, segundo as famílias beneficiárias	148

LISTA DE FIGURAS

	Página
1. Fluxograma explicativo sobre a articulação das metas do PBF	59
2. Número de famílias, segundo o tamanho (número de componentes residentes na mesma casa)	119
3. Posse de bens pelas famílias pesquisadas	144
4. Principais aspectos que melhoraram, segundo as famílias beneficiárias, após a participação no PBF	173
5. Principais preocupações apontadas pelas famílias beneficiárias	174

LISTA DE SIGLAS

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PBF – Programa Bolsa-Família

RESUMO

CARNEIRO, Maria da Penha Aparecida Klug Basílio, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2008. **A percepção das mulheres beneficiárias do programa bolsa-família sobre sua implementação em Viçosa-MG.** Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto. Co-Orientadora: Ana Louise Carvalho Fiúza e Marcelo Miná Dias.

Nesta pesquisa, buscou-se analisar, a partir da percepção das famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família, em sua implantação no Município de Viçosa, MG, a capacidade do Programa de auxiliar na redução da pobreza e da exclusão social enquanto incentiva a inclusão social e práticas cidadãs. Especificamente, teve como objetivos: apontar o desenho do PBF em nível nacional; caracterizar o PBF em Viçosa, a partir dos gestores e das famílias beneficiárias; caracterizar o perfil socioeconômico das famílias atendidas pelo PBF; e identificar a percepção que as famílias beneficiárias têm do Programa Bolsa-Família, bem como as mudanças e as permanências percebidas por essas famílias no que diz respeito à diminuição da pobreza e da exclusão social e ao fortalecimento da cidadania. O aporte teórico foi baseado em três categorias – pobreza, exclusão e cidadania –, para fundamentar a relação entre a permanência da pobreza e da exclusão no Brasil e o tipo de cidadania existente. O campo empírico foi o PBF implementado no Bairro Novo Silvestre, na cidade de Viçosa, MG. A amostra foi composta por 25 famílias beneficiárias residentes no referido bairro e em seu entorno e por dois profissionais

do Programa. O método utilizado para a coleta de dados foi o Estudo de Caso, apoiado nas seguintes técnicas: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas, observação informal e registros fotográficos das condições de moradia das famílias. Na análise dos dados, privilegiaram-se a estatística descritiva e a Interpretação dos sentidos a partir dos sujeitos pesquisados, nos termos de Minayo. Foi constatado que o PBF na percepção das famílias é entendido como Bolsa-Escola e contribui para o impedimento de situações de fome. O PBF, em Viçosa, prioriza apenas a transferência de renda, razão por que as chances de ser considerado “portas de saída da pobreza e da exclusão social” são pequenas. Em princípio, suas estratégias deveriam conduzir as famílias beneficiárias a novos caminhos, nos quais o peso da pobreza e da exclusão, corporificado nas experiências vividas, desse lugar às experiências de práticas cidadãs, num contexto de inclusão social. Os resultados reforçaram o pressuposto de que a pobreza e a exclusão social só podem ser enfrentadas mediante um conjunto de medidas articuladas, que não se caracterizem como assistencialistas, mas que reforcem os direitos de cidadania.

ABSTRACT

CARNEIRO, Maria da Penha Aparecida Klug Basílio, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, July 2008. **The perception of women benefiting from the "Bolsa Família" program on its implementation in Viçosa-MG.** Adviser: Neide Maria de Almeida Pinto. Co-advisers: Ana Louise Carvalho Fiúza and Marcelo Miná Dias.

In this research it was searched to analyze, starting from the perception of the beneficiary families of the “Bolsa Família” Program, in its implantation in the district of Viçosa-MG, about the capacity of the program in relieving in the reduction of poverty and of the social exclusion while motivate the social inclusion and citizen practices. Specifically, it had as objectives: point out the design of the “PBF” in social level; characterize the PBF in Viçosa, starting from the managers and of the beneficiary families; characterize the socioeconomic profile of the families assisted by “PBF” and identify the perception that the assisted families have of the “Bolsa-Família” Program, as well as the changes and permanence noticed by families concerning the decrease of poverty and of the social exclusion and the invigoration of the citizenship. The theoretical contribution was based in three categories - poverty, social exclusion and citizenship – to validate the relation between the permanence of the poverty and of the exclusion in Brazil and the kind of existent citizenship. The empirical Field was the “PBF” implemented in the Novo Silvestre neighborhood, in the city of. Viçosa, MG. The sample was composed of. 25

beneficiary families living in the mentioned neighborhood and in the surroundings and by two professionals of the program. The method used for the collection of data was the case study, leaned on the techniques: documental, bibliographical research, half-structured interview, informal observation and photographic registration of the home conditions of the families. Part of the data was analyzed through descriptive statistics and the other part according to interpretation of the meanings. It was stated that the “PBF” in the perception of the families is understood “Bolsa-Escola” and that it contribute to the impediment of the hunger situations. The “PBF”, in Viçosa, prioritize only the transference of income and because of this the chances of being considered “exit doors from the poverty and from the social exclusion” are small. In the beginning, its strategies should conduct the beneficiary families to new ways, in which the weight of the poverty and of the exclusion, materialized in the lived experiences, give place to the experiences of citizen practices in a context of social inclusion. The results reinforced the presupposition of that the poverty and the social exclusion only can be faced by a group of articulated measures, which don’t characterize themselves as social welfare, but that reinforce the rights of citizenship.

INTRODUÇÃO

Procuramos analisar neste trabalho a capacidade de programas sociais de transferência de renda em diminuir a pobreza e a exclusão social das famílias beneficiárias. Construimos essa avaliação a partir da perspectiva das famílias beneficiárias e dos técnicos envolvidos com o Programa Bolsa-Família (PBF).

O interesse por estudar o Programa Bolsa-Família na perspectiva das famílias beneficiárias nasceu de nossa experiência profissional realizada no Bairro Novo Silvestre, em Viçosa, MG, quando atuava como professora na Escola Municipal Arthur Bernardes, no ano de 2005. Como pedagoga e professora nessa escola, tivemos a oportunidade de desenvolver uma convivência mais próxima com as mães dos alunos e conhecer mais de perto a precária realidade que as cercava na constante luta diária pela sobrevivência. Apesar de, àquela época, não termos obtidos dados precisos em relação às condições de vida das famílias atendidas pela escola, em observações e convivência diária junto com as mães, questionávamos quanto aos limites e possibilidades de uma política social, nos moldes do Programa Bolsa-Família, de superação das situações de pobreza e exclusão, em que geralmente as famílias que tinham acesso aos Programas viviam. Naquela época, pudemos apreender, de forma geral, que a maioria das mães transitava entre a informalidade e sazonalidade do trabalho pouco qualificado, como diaristas e empregadas domésticas, além do desemprego e do trabalho como donas de casa. Em relação às famílias que recebiam recursos dos programas sociais do governo (Bolsa-Escola, Auxílio-Gás e Vale-Alimentação), percebíamos que, apesar de receberem, havia

algum tempo, esses benefícios, suas vidas não tinham apresentado mudanças significativas. Com muita frequência, no decorrer daquele ano e ouvíamos as mães se lamentarem sobre sua situação econômica, da falta de emprego e do custo de alimentos, entre outros comentários.

Nesse sentido, questionávamo-nos quanto aos limites e possibilidades do Programa Bolsa-Família, instituído no Brasil no ano de 2004, no que diz respeito à sua capacidade de superação das situações de pobreza e exclusão das famílias beneficiadas.

Entretanto, percebíamos também sentimentos ambíguos que o acesso ao benefício social despertava em cada uma das mães. Na posição de beneficiárias do Programa, algumas apresentavam uma postura de vergonha e constrangimento em receber o benefício. Já outras não o faziam; ao contrário, se mostravam bastante satisfeitas com o fato de terem acesso ao recurso, como se este fosse algo seu por direito. Parecia ser essa postura também de algumas outras mães, que, embora cadastradas, não recebiam o benefício e se lamentavam muito por isso.

Foi no contexto dessas experiências, presenciando situações reais do nosso cotidiano como profissional da Educação, que percebemos a necessidade de pesquisar, de forma mais sistemática e científica, o Programa Bolsa-Família, buscando entender melhor os fundamentos, os princípios e a implementação desse programa em nível local. Aliado a isso, nosso interesse também foi despertado, porque o Programa Bolsa-Família é denominado por seus idealizadores como “portas de saída” da situação de pobreza e de exclusão social das famílias atendidas. Nesse sentido, buscamos o entendimento sobre a ocorrência desse processo, ou seja, se ocorre e como ocorre, através da percepção das mães, representantes das famílias beneficiárias.

Especificamente, tivemos interesse em entender como o referido Programa era percebido e definido a partir da perspectiva das famílias beneficiárias. Acreditamos que o foco no público atendido pode apontar mais adequadamente o que o Programa significa em suas vidas, quais são as mudanças relacionadas a ele, como elas percebiam a transferência de renda e o cumprimento de condicionalidades¹ e suas expectativas de vida. Buscamos entender em que medida o Programa garante às famílias a superação de situações que se configuram num quadro de pobreza e de

¹ Condicionais são compromissos sociais assumidos pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família, nas áreas de Saúde e Educação, para que assegurem o direito de receber o benefício financeiro do Programa. Têm por objetivo ampliar o acesso dos cidadãos aos seus direitos sociais básicos (Ministério de Desenvolvimento Social, 2007).

exclusão social, através, por exemplo, da aquisição de conhecimentos e habilidades que lhes garantam acesso a atividades de trabalho e, conseqüentemente, à renda. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2007; n. p.).

A participação dos beneficiários do Programa Bolsa Família em programas complementares representa um aspecto essencial na consolidação de uma estratégia de inclusão social duradoura, orientada nas dimensões de proteção – com foco nas vulnerabilidades e riscos associados à situação de pobreza – e promoção – que engloba a ampliação das oportunidades e direitos básicos de cidadania.

A justificativa desta pesquisa fundamenta-se, sobretudo, no cenário socioeconômico brasileiro, que nas últimas décadas vem apontando para a intensificação da pobreza e da exclusão social – fenômenos que, por sua vez, têm conseqüências diversas e perversas na vida de muitas famílias brasileiras. A distribuição da renda familiar no Brasil, ao final da década de 1990, era extremamente desigual, com 10% das famílias mais ricas concentrando em torno de 48% da renda total. Esse índice é o mais elevado quando comparado com o da África do Sul, Chile, Colômbia, Guatemala, República Centro-Africana e Zimbábue. A renda das famílias mais ricas no Brasil é 19 vezes maior que a das famílias 20% mais pobres, revelando alto nível de desigualdade social. No caso do Brasil, as famílias mais pobres não têm acesso à elevação da renda decorrente do crescimento econômico ou, se têm, essa elevação da renda é tão insignificante que as famílias permanecem abaixo da linha de pobreza, mesmo que se movimentem em sentido ascendente (PINHO; VASCONCELLOS, 2003).

Em 2003, a proporção de miseráveis era de 27,26%, considerando-se a linha de miséria correspondente a R\$108,00 mensais, com base numa cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, conforme um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas².

Em 2004, um estudo comparativo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revelou que, dos 127 países analisados, o Brasil ocupou a posição de número 120, com o índice de Gini em 0,591³. Neste estudo, o Brasil ficou atrás de países como Argentina, México, Chile e Colômbia e quase empatou com a África do Sul, que apresentou o índice de 0,593.

² Estudo denominado: Evolução Recente da Miséria, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2003), do IBGE. Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV.

³ Ou seja, quanto mais próximo de 1 estiver o índice, maior será a concentração de renda.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano⁴, publicado em 2005, que tem por base o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil encontra-se no grupo dos países com IDH considerado médio, juntamente com Líbia, Macedônia, Malásia, Romênia e outros, com o intervalo do IDH variando de 0,786 a 0,799, sendo o IDH do Brasil igual a 0,792⁵. Novara (2003, p. 104) destacou que o Brasil se apresenta como um país desequilibrado, sendo *a única potência econômica inserida no compacto grupo de nações com desenvolvimento médio*. Diante disso, torna-se relevante a avaliação de programas sociais brasileiros, principalmente os que se pautam no enfrentamento das situações de pobreza e de exclusão social, como os programas de transferência de renda.

Estudos como o ora apresentado se justificam também em decorrência da situação do desemprego, que suscita a necessidade de criação de programas de redistribuição de renda. Macedo e Brito (2004) destacaram que os programas de garantia de renda mínima se configuram em estratégias contemporâneas de enfrentamento da pobreza e da exclusão social.

Dentre o leque de ações das quais as famílias podem ser agentes potenciais, estão às ações que buscam promover o desenvolvimento e o exercício dos direitos de cidadania, que necessitam de contextos favoráveis no sentido de condições reais que possibilitem práticas cidadãs. Para tanto, é fundamental que a agenda de políticas públicas de um país invista na qualidade da cidadania, ou seja, qualidade de acesso, uso e exercício de direitos civis, sociais e políticos, através de políticas de superação das situações de pobreza e de exclusão social, pois estas dificultam e impedem a formação e a prática cidadã. Nesse sentido, para Roberts (1997) a política social de um país é um elemento crucial para a qualidade ou não da cidadania. Nessa perspectiva, este trabalho buscou refletir sobre o potencial do Programa Bolsa-Família, que faz parte das políticas sociais brasileiras que foram implementadas para superação dos quadros de pobreza e exclusão. Buscamos refletir sobre as

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido por uma equipe coordenada pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, considera que, para estimar o avanço de uma população, não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Tem como objetivo ultrapassar a restrita análise da dimensão econômica (PIB) para avaliar o desenvolvimento e, portanto, considera a longevidade e a educação como aspectos fundamentais. O IDH acima de 0,8 é considerado elevado, entre 0,8 e 0,6 é considerado médio e entre 0,6 e 0,46 é considerado baixo.

⁵ Cabe destacar que o IDH no Brasil varia conforme as desigualdades regionais, sendo o valor de 0,792 uma média dos valores dos estados brasileiros. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).

potencialidades dos programas de transferência de renda que passaram a ser considerados eixo central de uma grande rede nacional de proteção social, conforme Silva et al. (2006).

No Brasil, a Rede Nacional de Proteção Social⁶ abrange vários programas sociais vinculados, sendo que, no desenho institucional deles, consta que eles devem ser articulados com outros programas, visando integrar esforços em prol de melhores condições de vida para as famílias beneficiárias. Esse é o caso do Programa Bolsa-Família que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2007), tem por objetivo ativar outros programas, como os de alfabetização, capacitação profissional, apoio à agricultura familiar e geração de ocupação e renda.

O Programa Bolsa-Família foi criado a partir da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Seus idealizadores unificaram os programas de transferência de renda do Governo Federal: Programa Bolsa-Escola, Cartão-Alimentação, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás. Em linhas gerais, os resultados positivos mais apontados pelos executores de programas de transferência de renda e por estudos de avaliação⁷ são: melhorias concretas na superação dos problemas de sobrevivência do cotidiano com melhoria das condições de vida; elevação da frequência escolar dos filhos/dependentes; diminuição da evasão e da repetência escolar, melhoria do rendimento escolar; redução do número de crianças fora da escola; saída de crianças e adolescentes das ruas; maior frequência das crianças aos postos de saúde, diminuição dos casos de desnutrição entre as famílias beneficiárias; elevação da auto-estima e maior autoconfiança por parte de mães e crianças (SILVA et al., 2006). Quanto aos limites apontados nesses estudos, os autores supracitados destacaram que as famílias beneficiadas passam por dificuldades de enfrentamento da pobreza após o

⁶ Segundo Tiezzi (2004), a Rede Nacional de Proteção Social foi estabelecida no contexto de negociações do Brasil em 1998 com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo como objetivo obter apoio e proteção desses organismos para a economia. Em contrapartida, o país assumiu compromissos e metas referentes a programas considerados essenciais à proteção da população mais carente. A partir de 2001, o Governo Federal passou a desenvolver a Rede de Proteção Social, visando articular programas sociais, tendo como eixo os programas nacionais de transferência de renda, destacando-se: o Benefício de Prestação Continuada (BPC); o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); o Programa Agente Jovem, todos os programas do Ministério de Assistência Social; o Programa Bolsa-Escola; o Programa Bolsa-Alimentação; o Auxílio-Gás; e o Programa Cartão-Alimentação.

⁷ Silva et al. (2006) apresentaram no livro *A Política Social Brasileira no Século XXI – A prevalência dos programas de transferência de renda*, um capítulo (capítulo 4) intitulado *Qualificando os programas de transferência de renda no Brasil*, no qual apresentam um conteúdo geral qualificador, com potencialidades e limitações dos programas de transferência de renda, levantados após análises de avaliações, do conteúdo e do debate sobre esses programas no Brasil.

desligamento dos programas; que a relação do eixo central – obrigatoriedade de frequência escolar e qualidade do ensino – não é suficiente para alterar o quadro educacional das futuras gerações e, conseqüentemente, reverter o quadro histórico de situação de pobreza; e que há falhas na articulação da transferência monetária com outras políticas/programas sociais em desenvolvimento (SILVA et. al., 2006).

Na análise dos limites desses programas, Draibe et al. (1998) *apud* Senna et al. (2007) apontaram que ainda prevalece no país uma postura que toma pais e responsáveis por crianças e adolescentes meros intermediários nesse processo, ou seja, são utilizados para atingir o público-alvo, que são crianças e adolescentes. Nessa perspectiva de problematização, Senna et al. (2007) questionaram em que medida o grupo familiar como um todo é privilegiado nas ações de intervenção do Programa Bolsa-Família.

Apesar de terem abrangido várias perspectivas, as pesquisas desenvolvidas até o momento não contemplaram avaliações do Programa Bolsa-Família, no que diz respeito à sua capacidade de propiciar o aumento das capacidades humanas e da inclusão social e o incentivo a práticas cidadãs. Essa abordagem se ancora em Sen (2000), que apontou que não é possível combater a pobreza com políticas que focalizam apenas a renda. Ou seja, além da renda, outros aspectos merecem atenção, se realmente a meta das políticas for a superação da fome juntamente com a superação da pobreza e da exclusão. Ele aponta também que:

É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde etc. com o argumento de que são bons meios para atingir a redução da pobreza de renda. [...] Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas raras e menos pungentes (SEN, 2000, p. 114).

Segundo esse autor, é importante distinguir o conceito de “pobreza de renda” do conceito de “pobreza de capacidades”. As capacidades são entendidas como base das liberdades que enriquecem a vida humana, por exemplo capacidades de ter condições de evitar privações como fome, subnutrição, morbidez evitável e morte prematura, liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação social e política, liberdade de expressão e outras. Enfim, a liberdade global de uma pessoa depende do conjunto das liberdades instrumentais – como

liberdades políticas (ligadas aos direitos civis), facilidades econômicas (participar no mercado), oportunidades sociais (disposições nas áreas de saúde e educação etc.), garantias de transparência (funcionam como inibidores da corrupção e de transações ilícitas) e segurança protetora (assegura uma rede de segurança social e está ligada às políticas públicas sociais) –, que dependem do desenvolvimento das capacidades dessa pessoa. Conforme Sen (2000), as liberdades instrumentais aumentam diretamente as capacidades das pessoas, e a aquisição de capacidades também contribui para o aumento das liberdades, de modo que se reforçam mutuamente. Portanto, sendo maiores as capacidades das pessoas, há aumento do potencial produtivo e, assim, a renda pode ser elevada. Nessa perspectiva, o foco está em conciliar oportunidades econômicas com as oportunidades sociais ou preparo social⁸. Dessa forma, para se promover a inclusão do pobre no mercado (como consumidor ou como trabalhador) é preciso ir além da superação da fome, sendo necessário desenvolver auto-estima, capacidade de comunicação e confiança nos saberes que possui e na capacidade de aprender (CARDOSO, 2004).

Nesse sentido, é que se tem como problema nesta pesquisa: O Programa Bolsa-Família consegue desenvolver capacidades para a superação da pobreza e da exclusão social das famílias atendidas?

A partir dessa contextualização, algumas questões nortearam esta investigação:

- O PBF está contribuindo para mudanças na situação de pobreza e, ou, exclusão em que se encontram as famílias beneficiárias do Bairro Novo Silvestre, em Viçosa, MG?
- Como as famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família, residentes no Bairro Novo Silvestre, percebem o programa em termos de mudanças e superação das situações de pobreza e de exclusão?
- Quais são as características socioeconômicas das famílias beneficiárias?
- Que significados as famílias atribuem à renda transferida pelo programa e o cumprimento das condicionalidades?

⁸ Na perspectiva de Sen (2000): *Oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor.*

- O Programa Bolsa-Família tem possibilitado o desenvolvimento de habilidades das famílias beneficiárias do Bairro Novo Silvestre, em Viçosa, MG?
- O Programa tem possibilitado acesso a conhecimentos que lhes garantam mais oportunidades no mercado de trabalho?
- As famílias beneficiárias participam de programas complementares que visam ao desenvolvimento dessas famílias e ao incentivo de práticas mais cidadãs e de inclusão social?
- E, finalmente, o Programa Bolsa-Família influencia nas condições de pobreza e de exclusão social em que vivem as famílias beneficiárias, enquanto reforça a cidadania e a inclusão social?

Objetivo Geral

Diante do exposto, definiu-se como objetivo geral analisar a capacidade do Programa Bolsa-Família de auxiliar a redução da pobreza e da exclusão social enquanto incentiva a inclusão social e práticas cidadãs, a partir da percepção das famílias beneficiárias no Município de Viçosa, MG.

Para tanto, elegeram-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o desenho do Programa Bolsa-Família em nível nacional, em termos dos programas que o compõe, suas metas e princípios, conforme apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de acordo com os gestores municipais.
- Caracterizar o PBF em Viçosa, a partir dos gestores e das famílias beneficiárias.
- Caracterizar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do PBF ⁹.

⁹ Neste estudo, denominou-se perfil socioeconômico a caracterização do grupo de famílias estudadas, composta por informações acerca da faixa etária dos pais e dos filhos, escolaridade, trabalho e estratégias de sobrevivência, renda, cor declarada pelas famílias, estado civil, tipo e tamanho/composição do grupo familiar, formas de vínculos e redes, as condições de habitação e acesso a serviços e bens e as condições materiais das famílias (posse de bens, tempo e forma de aquisição de bens).

- Identificar a percepção que as famílias beneficiárias têm do Programa Bolsa-Família e as mudanças percebidas no que diz respeito à diminuição da pobreza e da exclusão social e à inclusão social e práticas cidadãs.

Hipótese

Construiu-se a hipótese diante do seguinte pressuposto: se a pobreza e a exclusão têm contornos multidimensionais – de privação e de injustiças sociais e políticas, bem como quebra dos laços comunitários e sociais, de falta ou insuficiência de rendimentos então a superação ou minimização delas através do Programa Bolsa-Família, só será possível mediante um plano estratégico multidimensional, que concilie a transferência de renda com a promoção de capacidades. De forma simplificada, se a ênfase do Programa Bolsa-Família for apenas a transferência de renda, então as alterações nas condições de pobreza e de exclusão social serão insignificantes.

Não é a transferência de renda às famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família que pode superar as situações de pobreza e de exclusão social, mas, antes, as oportunidades sociais de inclusão social oferecidas às famílias beneficiárias.

Estruturação do Trabalho

Esta dissertação foi estruturada em três capítulos, seguidos de Conclusão, Sugestões para estudos sobre a temática, as Referências bibliográficas e os Anexos.

O capítulo 1 foi composto pelo referencial teórico sobre as categorias: pobreza, exclusão e cidadania. Neste, abordaram-se os conceitos de pobreza e de exclusão social, a relação entre exclusão, inclusão social e consumo, segundo as contribuições teóricas de alguns autores, principalmente: Lavinias (2002), Escorel (1999), Paugam (2001), Castell (1997), Pochmann e Amorim (2003), Martins (2002) e Demo (2002). Também se embasou na abordagem de pobreza das capacidades de Amartya Sen (2000), que considerou a pobreza um fenômeno constituído por vários aspectos e não apenas pela pobreza de renda. Sobre a categoria cidadania, apontou-se o contexto de desenvolvimento da cidadania nos países europeus, a construção da cidadania brasileira nos moldes das relações e a relação entre cidadania e prática dos direitos sociais, políticos e civis. A discussão sobre o conceito de cidadania foi

fundamentada principalmente em Marshall (1967), Roberts (1997), Sales (1994), Telles (1999) e DaMatta (1997).

Por fim, sobre os programas de transferência de renda, apresentaram-se um histórico desses programas no Brasil, a caracterização do Programa Bolsa Família (PBF), suas metas e princípios contidos na legislação. Os conteúdos da proposta do PBF expressos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foram organizados em matrizes lógicas.

O capítulo 2 apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, incluindo métodos e técnicas utilizados para a construção e análise dos dados, o campo empírico, a seleção e o contato com os sujeitos da pesquisa, além das técnicas e fontes de informação utilizadas a partir dos objetivos, as formas de operacionalização da pesquisa, a objetivação das categorias em indicadores empíricos e uma reflexão sobre as vantagens e desvantagens das técnicas de coleta de dados empregadas.

O capítulo 3 é constituído por um conjunto de resultados, interpretações e discussões dos dados. Por fim, são apresentadas algumas conclusões. Indicamos algumas sugestões para estudos que pretendem explorar a temática sobre pobreza, exclusão e cidadania, envolvendo programas de transferência de renda. Na seqüência, apontaram-se as Referências bibliográficas e os Anexos da pesquisa.

1. POBREZA, EXCLUSÃO E CIDADANIA

Os conceitos de pobreza, exclusão social e cidadania estão situados na legislação do PBF e são considerados elementos fundamentais na política; constituem o foco das ações, ou seja, o programa visa romper o ciclo vicioso da reprodução da pobreza e da exclusão de grande parte da população brasileira, ao mesmo tempo que busca reforçar a cidadania, conforme exposto na legislação pertinente. Por essa razão, esses conceitos foram, neste capítulo, discutidos enquanto categorias analíticas e enquanto processos históricos persistentes no mundo e, especialmente, na realidade brasileira.

Procurou-se, para tanto, demarcar a distinção entre pobreza e exclusão social, como também analisar o PBF enquanto um programa capaz de contribuir para práticas cidadãs e inclusão social das famílias beneficiárias. Para encaminhar esta análise, teceu-se como ancoragem teórica o conceito de cidadania, a partir de alguns autores que desenvolvem essa discussão, principalmente Marshall (1967), Roberts (1997), Sales (1994), Telles (1999) e DaMatta (1997).

Os conceitos de pobreza e de exclusão social foram discutidos, principalmente, à luz das contribuições de Lavinhas (2002), Escorel (1999), Paugam (2001), Castell (1997), Pochmann e Amorim (2003), Martins (2002), Demo (2002) e Amartya Sen (2000).

1.1. Pobreza e exclusão social

No século XVIII, Rousseau (1712-1778) se dedicou ao estudo da desigualdade entre os homens, com a obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, na qual apontou as bases da exclusão, sem mesmo denominá-la. Para esse autor, dois tipos de desigualdades atingem a espécie humana: a desigualdade natural ou física (raça, idade, sexo etc.) e a desigualdade moral ou política (ser rico ou pobre, ser poderoso ou fraco etc.). Dentro dessa perspectiva, o direito de propriedade e a divisão do trabalho contribuíram para a ampliação de um sistema de diferenciação entre os homens, manifestado por razões de ordens política, econômica, social e cultural (CAMPOS et al., 2004).

Em sua manifestação original, a exclusão social deriva de um sistema de diferenciação que faz que ela seja identificada com situações de *não ter*; no entanto, esse “status” foi ampliado, sendo que:

A exclusão social, todavia, resultaria de um processo mais amplo e complexo no tempo, que vai além da situação singela de *não ter*. Trata-se, na realidade, dos constrangimentos do *ter*, o que torna o fenômeno da exclusão social uma temática do *ser* muito mais do que simplesmente *ter* (CAMPOS et al., 2004, p. 29).

Martins (2002) e Campos et al. (2004) destacaram que a inclusão social através do consumo - *ter* - é supervalorizada, enquanto o *ser* em relação a oportunidades sociais de trabalho, de condições de bem-estar como moradia, lazer e cultura, alimentação, segurança, estão sendo colocadas em segundo plano. Para Martins (2002; p. 21), a exclusão social é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras. A partir dessas definições, percebeu-se que a exclusão representa um processo amplo, heterogêneo e de difícil compreensão, identificação e medição, conforme Campos et al. (2004). Segundo esses autores, a exclusão social é definida como:

Um fenômeno transdisciplinar que diz respeito tanto ao não acesso a bens e serviços básicos, como à existência de segmentos sociais sobrando de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, da seguridade pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente (CAMPOS et al., 2004, p. 33).

De acordo com Townsend (1993) *apud* Lavinias (2002), a pobreza é, no entanto, um fenômeno de caráter relativo, e as pessoas são relativamente pobres se não puderem usufruir, plena ou suficientemente, de condições de vida. Lavinias (2002) e Escorel (1999) concordaram que pobreza se refere à insuficiência de renda e recursos e está associada à dinâmica macroeconômica e ao regime de proteção social existente. A exclusão social refere-se a processos e estados com contornos mais abrangentes¹⁰, refere-se à ruptura de vínculos sociais básicos e empobrecimento das relações que definem o lugar e a identidade sociais (LAVINAS, 2002).

Nessa mesma linha, Escorel (1999) e Sposatti (1996) *apud* Wanderley (2001) destacaram que a exclusão social pode designar toda situação social de carência, estando presente em várias formas de relações econômicas, culturais, sociais e políticas da sociedade brasileira; tal situação de privação coletiva inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública.

A exclusão social pode ser entendida, portanto, como um fenômeno de marginalização social de determinados segmentos sociais do processo de crescimento econômico (COHN, 2004). A exclusão se associa a uma variedade de temas, refletindo a multiplicidade de necessidades que as pessoas apresentam e significando processos de desvinculação (BOUGET; NOGUES, 1993 *apud* ESCOREL, 1999). Nesse sentido, coloca-se como um processo complexo e multifacetado, configurado a partir das dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas que envolvem o homem por completo e suas relações com os outros (SAWAIA, 2001).

Os conceitos de pobreza e de exclusão têm sido ampliados, nas últimas décadas, em função da erosão dos sistemas de proteção social e das conseqüências diretas e indiretas da dinâmica globalizada em que o país está inserido. Na sociedade francesa, a referência a uma “nova exclusão social” foi empregada para se referir ao processo de marginalização social que vem atingindo os segmentos sociais até então incluídos social e relativamente protegidos de cair na situação de pobreza, como os trabalhadores formais (COHN, 2004). Na análise daquela sociedade, Serge Paugam

¹⁰ A noção de exclusão social indica, ao mesmo tempo, um processo e um estado. Como processo, ela apresenta início, meio e fim de um movimento que exclui, trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão, os vetores de exclusão ou vulnerabilidade. E é também um estado, uma condição de exclusão, o resultado objetivo de um movimento. Entre o início da trajetória e a ruptura total existem situações intermediárias de rupturas parciais dos vínculos, que podem ser eventualmente reconstruídos, a partir da criação de novos vínculos (ESCOREL, 1999).

(2001) apontou o empobrecimento e a ruptura dos vínculos sociais como resultantes de um *status* social desvalorizado e estigmatizado que é a pobreza. Referindo-se aos pobres daquele país, Paugam mencionou que essas pessoas são obrigadas a viver em situações de isolamento, com *status* de inferioridade e relações sociais distantes. Tal contexto se coloca em decorrência do impedimento que a situação de pobreza e humilhação lhes impõe de desenvolver qualquer sentimento de pertinência a uma classe social. A desqualificação social se coloca a partir de um movimento de expulsão gradativa que começa no mercado de trabalho, sendo esse processo composto por diferentes trajetórias, fases e características.

O conceito de desqualificação social, empregado por Paugam (2001) no contexto francês, abrange o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza. Engloba também cinco elementos que permitem definir a relação entre a população pobre (dependente de serviços sociais) e o resto da sociedade, a saber: estigmatização dos assistidos; modo específico de integração que caracteriza a situação dos pobres (assistência); caráter equívoco da noção de exclusão, que sustenta que os pobres são desprovidos de possibilidades de reação; os assistidos não constituem um estrato homogêneo da população (variam conforme a fase do processo de desqualificação na qual se encontram); e condições históricas e sociais do processo de desqualificação social. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais e familiares constituem uma dimensão essencial do processo de desqualificação social, porque significa uma maneira de evitar o descrédito e esconder os fracassos e, também, refletem a renúncia ao verdadeiro *status* social, a vergonha, a humilhação e a perda progressiva da identidade do indivíduo e da família (Idem, 2001).

Tal como o conceito de “desqualificação social”, o de “exclusão social” apresenta amplitude maior que o de pobreza, visto que:

(...) falar de exclusão implica considerar também aspectos subjetivos, que mobilizam sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retração das redes de sociabilidade, com quebra de mecanismos de solidariedade e reciprocidade (LAVINAS, 2002, p. 37).

Partiu-se do pressuposto de que exclusão e pobreza estão intimamente associadas e, ainda, tendem a reforçar uma à outra, mas são categorias distintas. Dessa forma, pobreza refere-se à insuficiência de renda e recursos e está associada à

dinâmica macroeconômica e ao regime de proteção social, e, portanto, sua regulação requer uma estratégia nacional. Exclusão trata-se de “ruptura de vínculos sociais básicos, empobrecimento não propriamente do indivíduo, mas das relações que definem seu lugar e sua identidade sociais” (LAVINAS, 2002).

Mapeando a pobreza no Brasil e buscando responder qual é o grau de desigualdade social entre as diferentes regiões brasileiras, Pochmann e Amorim (2003) desenvolveram um estudo que resultou em um Atlas da exclusão social no país, construído com base na investigação de três temas que abrangem os componentes da exclusão/inclusão social. Esses temas foram desenvolvidos a partir de alguns indicadores, a saber: *Padrão de vida digno*, composto pelos indicadores: pobreza, emprego formal, desigualdade; *Conhecimento*, composto por: anos de estudo e alfabetização; e *Risco Juvenil*, analisado através dos indicadores concentração de jovens e violência. A partir desses indicadores foram desenvolvidos os índices, atribuídos pesos e, finalmente, elaborado o Índice de Exclusão Social¹¹. De forma simplificada, as análises do estudo, que culminaram no Atlas da exclusão social no Brasil, apontaram que as regiões anteriores do Trópico de Capricórnio (Norte e Nordeste) apresentam situações que configuram a permanência da “velha” exclusão social, enquanto nas regiões em torno e abaixo do Trópico de Capricórnio (regiões Centro-Sul) se destaca a intensidade de uma “nova” exclusão social.

O que diferencia a “nova” da “velha” exclusão é que a primeira é caracterizada por desempregados escolarizados e famílias monoparentais que vivem na pobreza por falta de renda, enquanto a segunda exclusão é marcada por situações brutais de fome, famílias numerosas em situação de grave pobreza e analfabetismo. A explicação disso pode ser encontrada nas práticas do modelo econômico neoliberal, a partir dos anos de 1990 (POCHMANN; AMORIM, 2003).

¹¹ O índice foi elaborado considerando-se os municípios brasileiros (5.507) em 2000 como unidades de análise. O índice varia de zero a 1, e as piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de 1. Os organizadores da pesquisa reconhecem alguns inconvenientes que surgem ao se tomarem os municípios enquanto unidades analíticas, porque municípios muito populosos como Belo Horizonte e Rio de Janeiro apresentam imensos contrastes internos, mas com elevada renda média, o que no Atlas aparece com cores que indicam boa situação social, ou seja, revela uma homogeneidade inexistente. Mas esse inconveniente pode ser suprido com uma pesquisa por bairros dos municípios, alertaram os organizadores do estudo. Chamam a atenção também para o fato de estudos deste porte e que são baseados em metodologias semelhantes ao do IDH não objetivaram definir uma linha demarcatória entre incluídos e excluídos; buscam apenas comparar condições sociais entre as unidades de estudo; neste caso, entre os municípios brasileiros ou entre as regiões brasileiras.

Assim, de acordo com esses autores,

(...) considerando esta geografia nacional, pode-se dizer que, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos, a produção e a reprodução da exclusão estão sujeitas a intensidades, alcances e modalidades diferenciados nas regiões Norte e Nordeste, por um lado, e nas regiões Centro-Sul, por outro. Nas primeiras, constata-se uma ampla “selva” de exclusão, marcada pela pobreza e também pela fome, que atingem famílias numerosas, jovens, população pouco instruída e sem experiência assalariada formal. Já nas regiões Centro-Sul, observa-se uma “selva” de exclusão pontuada por alguns acampamentos de inclusão, onde a pobreza atinge principalmente famílias pouco numerosas, com números reduzido de crianças e jovens, sendo os indivíduos que as compõem relativamente escolarizados e com experiência de assalariamento formal. Ou seja, o Brasil apresenta em seu território, complexa combinação de uma velha e de uma nova exclusão, que se manifestam em graus e locais diferenciados, por meio de mecanismos e grupos sociais distintos (POCHMANN; AMORIM, 2003, p. 26).

A importância de se conhecer como a exclusão está configurada no país, inclusive nas práticas e nas vivências das pessoas e das famílias, distribuídas nas regiões brasileiras, está no fato de que o novo processo de exclusão exige também novos instrumentos de intervenção.

É nessa perspectiva que Castell (1997), analisando a questão da exclusão no contexto francês, salientou que é preciso demarcar quais são as características da exclusão para que se possa fazer o uso adequado e controlado dessa noção, tendo em vista que na década de 1990 a questão da exclusão se tornou a questão social por excelência. Castell (1997) apontou como características e situações que devem ser observadas na noção de exclusão: a heterogeneidade (abrange um número imenso de situações diferentes); resulta de trajetórias diferentes (o excluído é um *desfiliado* cuja trajetória é marcada por uma série de rupturas); o foco não deve ser exatamente na exclusão, mas nos processos e fatores que conduzem às exclusões. Considerar a clientela excluída como a tradicional clientela da ação social (“inválidos” por problemas de saúde física e mental, desempregados, alcoólatras, pobres sem moradia e famintos) provoca reducionismo e homogeneização e, ainda, conduz ao julgamento de que todos os excluídos são inválidos. Há de se atentar para o fato de que os excluídos são formados e tornados inválidos pela conjuntura social e econômica em que se inserem (CASTELL, 1997).

Quanto ao tratamento contra a exclusão, as medidas adotadas tomam o lugar das políticas sociais com finalidades preventivas. O referido autor afirmou que o controle do processo exige tratamento político e não apenas técnico. Mas medidas

técnicas são mais utilizadas, visto que um tratamento político da questão da exclusão exigiria transformação completa das relações de trabalho e dos sistemas de proteção (CASTELL, 1997).

Numa perspectiva marxista de análise do conceito de exclusão, Martins (2002) apontou que nem todas as situações indicadas como características de exclusão social realmente o são, pois o conjunto das dificuldades vividas é na verdade o retrato de uma “inclusão precária”, instável e marginal. Ao discutir sobre o caráter das categorias “excluído” e “exclusão”, Martins traçou um histórico que aponta o “desencontro entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social”, descrevendo como a desvalorização do trabalho transformou o trabalhador na figura do trabalhador familiar ciclicamente excluído.

Em pouco tempo, para sustentar uma família foi preciso transformar mais um de seus membros em trabalhador. Antes do golpe (militar), um trabalhador sustentava uma família. Poucos anos depois do golpe, eram necessárias duas pessoas para sustentar, com o mesmo padrão de vida, uma única família (MARTINS, 2002, p. 34).

A identidade do trabalhador foi diluída na figura do excluído e no cenário de desenvolvimento econômico que provocou a ampliação da categoria dos marginalizados. Martins (2007) discutiu o problema da exclusão tendo como pano de fundo o capitalismo e a relação exclusão/inclusão. Observa-se como ele interpreta essa relação:

O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão (MARTINS, 2007, p. 32).

Essa inclusão é problemática na ótica de Martins (2007, p. 32), à medida que “o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório”. Ou seja, para o autor a exclusão não era percebida antes como é agora porque o espaço de tempo entre a exclusão e a inclusão era curto, a exemplo dos camponeses que eram expulsos do campo; logo, eram absorvidos pelas indústrias. No entanto, nos últimos anos a exclusão ganha visibilidade porque a inclusão passa a demorar muito e, quando as pessoas são *reincluídas* (pois já estiveram incluídas

socialmente de certa forma e em algum momento), geralmente implica degradação, inferiorização de suas condições de vida e de trabalho. Essa é a lógica que, para Martins (2007), está direcionando as formas de exclusão e inclusão atualmente, através de maneiras dramáticas de inclusão de parcela da população; trata-se de uma inclusão marginal.

De acordo com Martins (2007), a inclusão ou a *reinclusão* geralmente ocorre no plano econômico, mas não no plano social, pois a integração econômica – em vários graus e de diferentes modos – não é condição para a integração e inclusão moral e social.

Esse processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é incluyente do ponto de vista econômico e excluyente do ponto de vista social, moral e até político (MARTINS, 2007, p. 35).

Para ele, nossa sociedade está se transformando numa sociedade dupla, na qual coexistem duas “humanidades”: uma constituída de integrados – ricos e pobres, inseridos de alguma forma nas atividades econômicas, o que caracteriza o quadro da nova desigualdade. A outra humanidade que vem crescendo assustadoramente é uma sub-humanidade, em todos os sentidos, que abarca privações e insuficiências que extrapolam o plano econômico. Nela, o dinheiro não garante a inclusão, não retira as pessoas das margens da sociedade e também não impede que elas sejam tratadas como cidadãos de segunda categoria (MARTINS, 2007). Portanto, para Martins (2002, 2007) a esfera econômica não garante a integração e a inclusão social dos pontos de vista moral, social e político. Porém, a inclusão social é fundamental para a cidadania, pois práticas cidadãs necessitam de inclusões política, social e moral, além da consciência dos direitos e deveres dos cidadãos.

Essa perspectiva, no nosso entendimento, é extremamente importante para a diferenciação dos conceitos de pobreza e de exclusão social e, sobretudo, para se perceber o lugar do consumo na inclusão social das famílias beneficiárias no contexto dos programas de transferência de renda como o PBF. Na próxima seção, vale-se principalmente, das contribuições de José de Souza Martins (2002) e Amartya Sen (2000), especialmente da reflexão elaborada por esses autores sobre exclusão e sua relação com o consumo, entendido enquanto um disfarce para a inclusão social ou como meio para uma inclusão marginal. Conforme apontou Martins (2007), a

inclusão que se garante através da renda não é completa. Ao contrário, é uma inclusão precária e marginal.

1.2. A relação entre consumo, exclusão e inclusão social

Especificamente sobre a relação entre excluídos e consumo, Martins (2002) destacou que o excluído é duplamente capturado: como consumidor marginal que satisfaz suas necessidades com os resíduos do sistema e como sujeito que protesta pela inclusão (na sociedade de consumo) e não pela transformação social e pela superação das contradições que o marginalizam. Ele afirmou:

A grande mudança social havida desde o apogeu do ideal da ascensão social dos pobres por meio do trabalho, nos anos cinqüenta, é que a ascensão, nos grandes centros onde se acumula a pobreza, já não passa pela mediação da propriedade imobiliária e pelo enraizamento, como outrora. Agora passa pelo consumo e pela propriedade mobiliária: o carro, a roupa, os eletrodomésticos. Quase que se pode dizer que houve uma opção consciente pelos signos de consumo em detrimento dos signos de propriedade, da moradia e da alimentação. (...) Portanto, mudou a forma de pobreza. O pobre aderiu ao mundo que o fez pobre. O pobre ostensivo, mal vestido ou esfarrapado, estereotipado, que havia há algumas décadas, foi substituído pelo pobre para o qual a aparência e o aparente e, portanto, o disfarce, tornaram-se essenciais. Os pobres descobriram uma característica fundante da sociedade contemporânea e da Modernidade, a da realidade social como máscara, a incorporaram e por meio dela realizam a sua plena e impotente integração social (MARTINS, 2002, p. 36).

A sociedade de consumo contemporânea pretende integrar a todos através do consumo ostensivo e de seus disfarces: telefones celulares, roupas e bens materiais que, em sua visão, mascaram as reais condições de pobreza, pois reafirmam os signos de consumo e permitem a afirmação social dos pobres.

A crítica que fundamenta o posicionamento de Martins (2002) da qual compartilhamos é que o simples consumo de bens, como telefones celulares e outras mercadorias, que ele denomina “disfarces”, provoca uma aparente inclusão social. Aparente porque não livra as famílias de suas privações e das mazelas decorrentes da pobreza e da exclusão social e também porque não faz parte de um movimento consciente de mudança social e sim de acomodação inconsciente à estrutura social existente. Geração após geração de uma mesma família passa pelo exercício intenso de tentativas de integração social, para se integrar no mundo *do ter e do parecer*, afirmando os valores da sociedade consumista. Portanto, milhares de pessoas pobres

lutam diariamente para conseguir utilizar as estratégias sociais de mascaramento de suas condições de moradia, de alimentação, de saúde e das privações dos direitos. Existe um contentamento com o pouco que pode ser comprado e realizado na sociedade.

Dentro dessa mesma perspectiva de Martins (2002), Pedro Demo (2002) formulou uma crítica às formas de assistência que transformam o direito de cidadania em mera ajuda aos pobres. E pontuou que mais grave ainda é a ajuda que se transforma em dependência irreversível. A assistência e a ajuda são um passaporte para a autonomia, ou seja, ser ajudado é normal, e todo processo emancipatório requer ajuda, “pois ninguém se emancipa sem ajuda, mas emancipar-se é especificamente saber dispensar ajuda” (DEMO, 2002, p. 26). Na crítica que Martins (2002) apregoeou, ancorada no marxismo, ele reconheceu que a exclusão social se situa no plano da sobrevivência, e, portanto, *o imediato* ganha relevância tanto na prática dos pobres quanto no discurso dos militantes. Porém, ele compara a inclusão social com o que Marx denomina “desalienação”, sendo:

“Exclusão” pretende falar também da impotência do outro e proclamar a dependência do outro para realizar a sua própria suposta desalienação, isto é, a sua inclusão. Portanto, “exclusão” situa a possibilidade de mudança e da superação das condições de adversidade, além do imediato, muito além da vida cotidiana (MARTINS, 2002, p. 44).

Pedro Demo (2002) compartilhou a mesma crítica de Martins (2002) sobre os equívocos presentes nas ações destinadas a combater a pobreza e chamou a atenção para a importância que se deve dar à “pobreza política” e sua superação. Especificamente sobre a assistência social aos pobres, ele apontou que assistência e sobrevivência são importantes, mas estão no plano primário, do primeiro passo. E, portanto, não se pode parar por aí; a emancipação é indispensável, pois:

Não se resolve o problema da fome apenas matando a fome, mas construindo as condições necessárias para dar conta dela com a devida autonomia. Receber comida nunca poderá ser mais importante do que saber gerar o próprio alimento (DEMO, 2002, p. 35).

Ele afirmou que a necessidade material é a mais imediata e pode matar mais rapidamente, mas não significa que é a mais importante. A importância deve ser atribuída àquilo que mais condiciona o todo, como a “pobreza política”. Portanto:

Passar fome é grande miséria, mas miséria ainda mais comprometedora é não saber que a fome é imposta, inventada, cultivada e que aqueles que passam fome sustentam o esbanjamento dos ricos (DEMO, 2002, p. 18).

A avaliação das condições de pobreza e de exclusão social, juntamente com as condições de inclusão, deve atender às premissas da real inclusão social, aquela que inclui através da participação social, “de fazer valer os direitos”, de ser cidadão de fato e não com a simples possibilidade de consumir bens. O consumo é importante se estiver acompanhado da prática consciente contra todas as formas de exclusão e consciência dos aspectos que limitam a inclusão às formas precárias e incompletas de subcidadãos.

Fica evidente, portanto, que entender o mercado como via para a inclusão é um equívoco, como alertou Amartya Sen (2000), porque os bens materiais em si mesmos não podem ser vistos como fim, e sim como meios que proporcionam o aumento das capacidades das pessoas, capacidades de desenvolver habilidades para o trabalho e habilidades pessoais; enfim, que colaboram para o enriquecimento (em todos os sentidos) da pessoa e para o desenvolvimento social. É nessa perspectiva de inclusão proposta por Sen, problematizada a partir da ausência das capacidades – próximo tópico –, que procura respaldar as análises.

1.3. Pobreza na perspectiva de Amartya Sen: ausência das capacidades

A análise sobre pobreza desenvolvida por Amartya Sen (2000) revelou uma mudança de paradigma do desenvolvimento em que há um deslocamento do crescimento econômico para o desenvolvimento humano baseado na promoção de bem-estar humano. Nessa perspectiva de análise, a pobreza muda de foco, deixa de se fixar na renda e passa a ser vista como privação de capacidades, marcada pela carência pessoal de oportunidades. Essa abordagem apresenta elementos que apontam uma variedade de formas de privações de liberdade, ou seja, aponta para o fato de que a pobreza tem uma dimensão que ultrapassa a carência de renda. A renda é importante, mas não pode ser entendida como o único instrumento de geração de capacidades.

Especificamente sobre a distribuição de renda dentro da família, Sen (2000, p. 111) chamou a atenção para um aspecto importante quando se avalia a pobreza apenas pela renda. Ele apontou que, se a renda for usada de forma desproporcional

pelos membros da família, alguns membros serão negligenciados e sofrerão privações em função do uso da renda para atender aos interesses de outros membros da família. Por isso, é importante uma análise da pobreza de forma mais abrangente, que se interessa inclusive pelos modos de vida das famílias e seus contextos.

A relação entre renda e capacidades pode ser afetada por vários aspectos, como: idade da pessoa, papéis sexuais e sociais, localização, condições epidemiológicas, incapacidade e doença. Esses e outros aspectos são importantes porque permitem o entendimento das *desvantagens sociais* enquanto redutores do potencial das pessoas de auferir renda e, também, de converter a renda em capacidades para os funcionamentos sociais.¹²

Nesse contexto, o espaço apropriado para avaliações sobre pobreza é o das liberdades substantivas ou das capacidades de que as pessoas possuem para escolher um modo de vida entre os possíveis. Portanto, as capacidades de uma pessoa consistem nas combinações alternativas de funcionamentos, para ter estilos de vida diversos. Sen (2000) exemplificou essa relação entre capacidades e funcionamentos:

Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda) (SEN, 2000, p. 95).

A ênfase está na privação de capacidades para o exercício das liberdades, e o conjunto capacitário nessa abordagem sobre pobreza consiste nos vetores de funcionamentos alternativos entre os que a pessoa pode escolher. Já a combinação dos funcionamentos de uma pessoa reflete suas realizações efetivas; tendo capacidades, a pessoa pode ter liberdade para realizar as combinações de funcionamentos que ela escolher. Os funcionamentos relevantes podem variar dos físicos e simples às realizações sociais mais complexas, como participar da vida em comunidade.

O elemento central é a escolha, ou seja, ter um conjunto de capacidades que possibilitem fazer escolha. No exemplo citado por Sen sobre o jejum, esse autor

¹² Sen (2000) apontou que a pobreza real pode ser mais intensa do que a pobreza considerada no espaço da renda e que é muito utilizada nos diagnósticos de políticas públicas. Segundo esse autor, a pobreza real inclui vários aspectos sobre os quais uma pessoa pode não ter controle (como condições culturais, ecológicas e ambientais) ou ter um controle apenas limitado (como configuração e hierarquia familiar e tratamento de doenças) que contribuem para a privação das capacidades.

ênfatizou que jejuar não é a mesma coisa que ser forçado a passar fome. Ter a opção de comer faz com que jejuar seja o que é: escolher não comer quando se poderia ter comido. Portanto, escolher o modo de vida é fundamental para se libertar da pobreza; no entanto, para isso a pessoa precisa ter acesso ao conjunto de capacidades que são os alicerces da combinação de funcionamentos que ela escolhe. Sem a possibilidade de escolhas, a pessoa fica à mercê das privações e, portanto, da pobreza.

Na perspectiva de Sen, embora estejam associadas, existe diferença entre a pobreza de renda e a pobreza de capacidades, uma vez que a renda é um meio importante de obter capacidades. Para Sen (2000), maiores capacidades aumentariam o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, e não o inverso. A idéia principal para Sen (2000) é justamente entender o desenvolvimento como um processo amigável, com trocas mutuamente benéficas entre redes de trabalho, de assistência social, de liberdades políticas e desenvolvimento social. O desenvolvimento como liberdade se sustenta na expansão das liberdades reais e das capacidades de que as pessoas desfrutam. Para isso é necessário ter o conhecimento de que as capacidades e liberdades humanas dependem de muitos fatores determinantes, como: direitos civis, direitos políticos, progresso tecnológico, disposições sociais (serviços de educação e saúde) e econômicas, e são todos interligados.

A relação entre desenvolvimento e expansão das liberdades reais humanas é tida como fundamental nessa abordagem, pois a ampliação da liberdade é, simultaneamente, o fim fundamental e o principal meio de desenvolvimento; respectivamente a liberdade assume um papel constitutivo e um papel instrumental no desenvolvimento. Dessa forma, o desenvolvimento social tem que se prestar, primeiramente, a enriquecer a vida humana através das liberdades concretas como evitar situações de fome, de subnutrição, de certas doenças, de mortalidade precoce etc. Esse é o papel constitutivo da liberdade. O papel instrumental da liberdade refere-se ao modo como as oportunidades e os direitos contribuem para a ampliação da liberdade humana em geral, levando ao desenvolvimento individual e social. Não há desenvolvimento sem ampliação de liberdades e vice-versa.

Quanto às liberdades instrumentais, cinco tipos de liberdade merecem atenção na perspectiva de Sen (2000): liberdades políticas, dispositivos econômicos, oportunidades sociais, garantias de transparência e previdência social. As liberdades políticas referem-se às possibilidades que as pessoas têm de decidir quem e segundo

que princípios deve governar, vigiar as autoridades, ter liberdade de expressão política, escolher entre vários partidos etc. Os dispositivos econômicos relacionam-se com as oportunidades de que os indivíduos dispõem para utilizar recursos econômicos para consumo, produção ou troca, mas aqui as preocupações distributivas merecem atenção. As oportunidades sociais estão relacionadas com os dispositivos sociais de educação e saúde e afetam as formas de viver das pessoas. Garantias de transparência ou não-corrupção baseiam-se na premissa da confiança e, portanto, estão estruturadas na necessidade de abertura para a participação social e na gestão responsável. E a previdência social é fundamental para proteger as pessoas da miséria, incluindo aqui subsídios de desemprego, cestas de alimentos e outros dispositivos que evitem o sofrimento humano.

Se, nessa perspectiva, as liberdades são elementos centrais. Então, é preciso ter a preocupação com as fontes de privação de tais liberdades, ou seja, investir na eliminação das fontes de privação, como o combate à pobreza, à tirania, às carências de um modo geral e negligências dos serviços públicos, sobretudo os de educação e saúde. Sen (2000) pontuou três aspectos relacionados à privação de liberdades substantivas, sendo: 1) a pobreza econômica; 2) a carência de serviços públicos e assistência social e 3) a negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da sociedade.

Entendendo que as liberdades podem ser aumentadas pelas políticas públicas, mas que também, por outro lado, as políticas públicas podem ser influenciadas pelo emprego das capacidades participativas das pessoas, Sen (2000) destacou que se trata de uma relação de mão-dupla, que é fundamental nesse conceito de “desenvolvimento como liberdade”. Esse autor apontou ainda que a importância da liberdade individual no conceito de desenvolvimento está ligada à avaliação e à eficácia, ou seja, para o referido autor o sucesso de uma sociedade deve ser avaliado pelas liberdades concretas de que gozam os seus membros. Os cidadãos devem ter liberdade para fazer coisas que julgam importantes e, assim, melhorar as condições para alcançar resultados. Essa liberdade é a base da avaliação do sucesso e do fracasso de uma sociedade, como também é a principal determinante da iniciativa individual e da eficácia social. Portanto, é notável que o desenvolvimento da liberdade individual e social requer o combate às formas de privação pelas quais as pessoas e as sociedades passam.

Nessa perspectiva, um dos aspectos que compõem a privação de capacidades e liberdades é a pobreza, que deve ser analisada tanto em países pobres quanto em países ricos, pois a maioria da população mundial sofre de diversos tipos de privação, como: privação de alimentos, privação de nutrição adequada, privação de cuidados de saúde, privação de saneamento básico ou água potável, privação de educação eficaz, privação de emprego, privação de segurança (econômica e social) e privação de liberdades políticas e direitos cívicos (SEN, 2000).

Na análise da relação de pobreza e desemprego à privação de capacidades desenvolvidas por Sen, o desemprego não é meramente uma deficiência de renda que pode ser compensada por transferências do Estado, sendo também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a iniciativa e as liberdades dos indivíduos. Na mesma perspectiva de Castell (1997) e Paugan (2001) sobre os efeitos e o contexto do desemprego, Sen (2000) destacou que:

Se a perda de renda fosse tudo o que o desemprego acarreta, ela poderia ser, em grande medida, suprimida – para os indivíduos envolvidos – mediante o auxílio-renda [...]. Se, porém, o desemprego tem outros efeitos graves sobre a vida dos indivíduos, causando privações de outros tipos, a melhora graças ao auxílio renda seria, nessa medida limitada (SEN, 2000, p.117).

Diante disso, Sen (2000) apontou para a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas envolvendo uma multiplicidade de instituições e de agentes. Ou seja, o campo da política social não pode ser descolado dos campos político e econômico, pois apenas o social não dá conta de abranger a complexidade que o contexto social apresenta, nem tampouco o econômico ou o político separados. Especialmente em condições de desemprego, é importante observar as outras conseqüências do desemprego, além da perda de renda: danos psicológicos, perda de motivação, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez, perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos.

Na abordagem de desenvolvimento trabalhada por Amartya Sen, a pobreza de renda não é o foco e sim a pobreza de capacidades e a privação de liberdades. No entanto, o autor não descarta a importância de uma análise integrada desses aspectos para o desenvolvimento. Para ele, os rendimentos devem proporcionar uma vida melhor para as pessoas, e para isso os bens materiais assumem a função de sustentar

uma vida digna, pois a privação de possuir bens resulta em sofrimentos. Ressalta-se que cada país tem seus costumes e, portanto, a importância deste ou daquele bem deve ser relativizada. Por isso, a ênfase deve ser colocada nas liberdades que os bens podem gerar e não nos bens em si mesmos.

É com base nessas colocações que Sen (2000) fez críticas às políticas com foco apenas na renda. Isso porque a renda é direcionada para resolver ou minimizar questões que pertencem ao plano econômico, enquanto questões de ordens política e social demandam outro olhar e outras ações estruturais complementares. Nesta abordagem, as questões dos três planos – social, econômico e político – são entendidas como reforço mútuo e não contrárias umas às outras, e a articulação dos três representa, inclusive, a base do desenvolvimento social. Nesse entendimento de desenvolvimento, a expansão da liberdade humana é o principal meio e fim no direcionamento das políticas públicas; os indivíduos devem ser vistos como agentes ativos de mudança e não como recebedores passivos de benefícios. No próximo tópico, buscou-se entender como se construiu, ao longo da história brasileira, o campo das possibilidades de liberdade dos indivíduos nas políticas públicas e na construção do sujeito social.

1.4. A construção do cidadão no campo das políticas públicas brasileiras

Antes de abordar a construção da cidadania no contexto brasileiro, optou-se por discorrer sobre a base da cidadania e a evolução dos direitos civis, políticos e sociais no contexto dos países europeus, onde se construiu um “Estado de Bem-Estar Social”. Por fim, apresenta-se como na sociedade brasileira foi construída a história dos direitos dos cidadãos.

1.4.1. O desenvolvimento da cidadania nos países europeus

Em “Cidadania e Classe Social”, Marshall (1967) analisou a construção da cidadania na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Segundo ele, a condição de “cavalheiros” ou de “cidadão” – no sentido de desenvolver independência e respeito, valorização da educação e lazer – é alcançada por aquele que tem condições de cidadania para participar na herança social. Para ele, a cidadania referia-se somente às obrigações e não aos direitos da cidadania. Referia-se, portanto, a algo endógeno

atrelado à família de nascimento do indivíduo. A cidadania não tinha por base a igualdade humana básica. No entanto, na evolução das sociedades evidenciou-se um novo *status* de cidadania, um corpo de direitos e deveres aliados aos problemas sociais causadores e causados pelas desigualdades sociais, como: a pobreza, o desemprego, a desigualdade de distribuição de renda, as péssimas condições de moradia, de segurança, de alimentação.

Nos século XIX, após as Revoluções Burguesas (Norte-Americana, Inglesa e Francesa) a cidadania mostra a evolução em direção à igualdade social, com a formação de três elementos: civis, políticos e sociais. Conforme historiou Marshall (1967), no século XVIII se deu o desenvolvimento dos direitos civis¹³, começando com os direitos individuais e o direito de liberdade, com “status” de liberdade e caráter universal e democrático. No século XIX se deu a formação dos direitos políticos¹⁴. A institucionalização desses direitos se caracteriza, inicialmente, pela doação de velhos direitos a novos setores da população. Os direitos políticos no século XVIII eram privilégios de uma classe econômica limitada, e somente com a Lei de 1918 houve a adoção do sufrágio universal, embora a referida lei não tenha estabelecido a igualdade política de todos, em termos de direitos de cidadania. Mas é a partir dos direitos políticos que se tem a gênese dos direitos sociais¹⁵, sendo o século XX o período no qual se fundamentam os direitos sociais.

A educação primária teve papel crucial na consolidação dos direitos sociais da cidadania. Isso se explica no cenário que se colocava na Inglaterra do século XIX. Segundo Marshall (1967), as crianças, assim como as mulheres até o século XIX, não eram consideradas cidadãos, mas a educação das crianças era entendida como um pré-requisito necessário ao exercício da cidadania. Nesse sentido, a educação primária gratuita e obrigatória era um direito individual e um dever público. Nesse cenário, colocava-se como pano de fundo também a necessidade de um eleitorado educado e trabalhadores qualificados. No que se refere à assistência aos pobres, Marshall (1967) registrou uma perda do “status” de cidadão ou um estigma associado

¹³ Por direitos civis entendem-se aqueles direitos necessários à liberdade individual: direito à propriedade, direito à liberdade, direito à igualdade, direito à vida etc.

¹⁴ Os direitos políticos estão relacionados à participação política e ao exercício do poder político, seja votando, seja fazendo parte como membro representante. As instituições ligadas são o parlamento e os conselhos do governo local.

¹⁵ Os direitos sociais são mais abrangentes, asseguram aos cidadãos a integração na sociedade, garantindo-lhes os bens necessários a uma vida digna, por exemplo o direito à educação e à saúde. As instituições voltadas para essas pessoas são o sistema educacional e os serviços sociais.

à assistência aos pobres quando os indivíduos aceitavam a assistência, comprometendo o exercício dos direitos civis e políticos e acarretando num distanciamento entre os direitos sociais e o “status” de cidadania.

Sintetizando, o “status” de cidadania colocou-se, num primeiro momento, nos direitos civis. Imperava a máxima de que todos tinham direitos, mas o exercício destes direitos não era possível para todos os cidadãos, pois existiam barreiras que impediam o efetivo exercício deles. Essas barreiras se referiam aos preconceitos de classe e aos efeitos da distribuição de renda desigual. No âmbito dos direitos civis, as ações processuais eram muito caras e não possibilitavam o acesso de todos. Na esfera política, os gastos com eleições eram elevados, não havendo condições de igualdade entre os candidatos para competir. Essas barreiras foram amenizadas com a criação dos Tribunais de Condados que tinham como objetivo oferecer serviços de justiça acessíveis às massas populares e também ao desenvolvimento de justiça gratuita por organizações voluntárias. Dessa forma, fica evidente que há uma tentativa de busca de igualdade aliada à justiça social ao final do século XIX, destacando-se que o século XX foi palco para o desenvolvimento dos direitos sociais e de políticas igualitárias.

O conceito de cidadania nesse momento se mostra como um processo que exige uma base comum e um sentido de unidade, embora também esteja apoiado nas diferenças. Ou seja, os cidadãos têm uma lei comum para todos. Mas, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da cidadania se dá conforme a luta ou exigência da sociedade por seus direitos e, quanto à diminuição das desigualdades e mudanças na estrutura de classes nada havia se modificado. Esse cenário começou a ser alterado com a formação dos sindicatos, com o fortalecimento dos direitos civis e políticos e o reconhecimento do dissídio coletivo, passando a existir uma responsabilidade coletiva, quando os direitos civis passaram a se constituir um instrumento para elevar o “status” econômico e social.

Apesar disso, o exercício dos direitos sociais só pode acontecer mediante o exercício do poder político, sendo o último um aporte para os primeiros. No século XX, observa-se o desenvolvimento dos direitos sociais da cidadania, e esse processo gerou alguns impactos sobre a classe social, sobre tudo, no que se refere à desigualdade social. Antes do século XX, os direitos sociais não integravam a cidadania.

A análise da formação dos direitos sociais na sociedade inglesa ao longo do século XX envolve a participação política e civil. Segundo Roberts (1997), a construção desse debate no contexto da América Latina (próximo tópico) apresenta-se falho por dar mais atenção aos meios de garantir e consolidar os direitos civis e políticos e tem ignorado a articulação necessária dos elementos civis, políticos e sociais para a construção da democracia.

1.4.2. A cidadania social na América Latina

Para entender a relação da cidadania social com o mercado, Roberts (1997) se apoiou em Esping-Andersen (1990) para tecer considerações sobre os três tipos de regime de previdência social no capitalismo avançado e tenta identificar qual regime é adotado da América Latina. Esse autor, de forma sintetizada, apresentou os regimes do tipo liberal, corporativista e social-democrata. No primeiro tipo, a previdência social é oferecida pelo mercado e complementada minimamente pelo Estado aos pobres; no tipo corporativista, o Estado oferece diferentes tipos e níveis de serviços a diferentes categorias profissionais, e a família assume muitas funções tradicionais de previdência; e no tipo social democrata o Estado assume, de forma universal, a provisão, sendo que todos os cidadãos têm acesso a um elevado nível de benefícios. O tipo liberal acentua bastante as diferenças de classe, tendo uma classe mais baixa, dependente do Estado, uma classe média que depende dos serviços fornecidos pelo mercado, porém subsidiados pelo Estado, e uma classe alta que adquire esses serviços no mercado e não depende da previdência do Estado.

Não se observa homogeneidade no tipo de regime previdenciário na América Latina, haja vista grande variedade de processos históricos que influenciaram na forma de Estado oferecer a seguridade social. De modo geral, aquele autor apontou que até a década de 1980 predominava o tipo corporativista, modelo esse que não se firmou na América Latina em função da fragilidade das coalizões políticas que lhe davam suporte. Paralelamente, as exigências econômicas mundiais foram impondo reduções nas funções do Estado, e com a abertura comercial os sindicatos do setor privado perderam força e, como consequência, o empresariado também perdeu o interesse em manter tal regime, pois o mercado de trabalho fora desestruturado e os empresários não tinham mais poder de controlá-lo. Além desses fatos, outras condições foram surgindo e impedindo a manutenção do

corporativismo, como: a redução das funções do Estado pelas privatizações e pela descentralização; o aumento de pessoas exercendo atividades de trabalhos informais; e o aumento do desemprego na América Latina. Diante disso, atualmente a região possui características de “transição de um regime que não é mais viável para um novo modelo que, por enquanto, ainda está indefinido” (ROBERTS, 1997, p. 10).

Assim, segundo Roberts (1997), em relação à assistência e à proteção social aos pobres, percebeu-se que:

O modelo que vem emergindo é, por conseguinte, próximo ao do regime liberal, no qual o Estado deixa de desempenhar um papel principal na prestação de assistência e proteção social. Com medidas descentralizadoras, a provisão de serviços sociais se dá por intermédio da cooperação e da participação financeira das comunidades locais, com o auxílio das instituições sem fins lucrativos e pela introdução de mecanismos de mercado como o auxílio-educação. Essas medidas dão ênfase aos programas destinados a assistir aos mais necessitados e não oferecem cobertura universal.

O cenário atual mostra, dessa forma, um Estado menos participativo quanto à previdência social, com aumento da participação de ONGs, comunidades, família e outros atores que possam desempenhar tal função como complemento do papel do Estado. A cidadania social pressupõe ação coletiva e democracia deliberativa. Para isso, são fundamentais as coalizões de classes, conselhos e organizações comunitárias para evitar que as políticas sociais funcionem como instrumento de controle por parte do Estado.

Para Roberts (1997), o bem-estar social jamais pode ser visto como uma questão a ser resolvida na família, no contexto privado e individual, pois, se assim o for, automaticamente se estabelece uma barreira à efetiva organização política e ao desenvolvimento da cidadania social. Ele apontou para os limites das dimensões privadas e públicas, bem como os interesses individuais e coletivos; isso porque a combinação dessas condições pode alterar a concepção de cidadania, podendo se ter uma concepção participativa, uma concepção mais restrita de cidadania social, um sentido paternalista e até uma negação da cidadania social como responsabilidade coletiva.

Segundo Vianna (2002), a cidadania social varia conforme o contexto, não existindo padrões de cidadania social, como também não existe padrão para estabelecer o nível de bem-estar social. Como os padrões não são fixos, a cidadania

social tem a característica distinta de se redefinir de acordo com as variações nos padrões das sociedades.

Roberts (1997) destacou o papel central do Estado na formulação das políticas sociais que visam definir um padrão básico de cidadania social, cujos objetivos são diminuir a pobreza e favorecer a integração social. Para isso, é preciso que as classes tenham a capacidade de se unir em coalizões representativas civil, política e social, pois estas são interdependentes e cruciais na questão dos direitos e políticas sociais. O fato é que, diante das sociedades fragmentadas e isoladas socialmente, como consequência do desenvolvimento econômico, torna-se urgente o desenvolvimento de um sentimento de cidadania. E como, segundo o autor, os outros setores – família, ONGs, comunidades e mercados – têm muitas fragilidades, compete ao Estado a função principal no oferecimento de condições de bem-estar para a população. Segundo Roberts, no caso dos países da América Latina os contextos evidenciam a elevação das necessidades de políticas sociais e a diminuição das capacidades do Estado e da comunidade em provê-las. Acredita-se que as análises desenvolvidas por Roberts sobre a América Latina tenham trazido mais elementos para a discussão da construção da cidadania brasileira, próximo tópico.

1.4.3. A Construção da Cidadania no Brasil

Viu-se que no contexto europeu a evolução da cidadania se assentou numa tendência em direção à igualdade social, tendo sua base alicerçada nos direitos civis, políticos e sociais. No contexto brasileiro, embora a cidadania seja fundamentada nos mesmos elementos, na prática há uma cidadania negativa e desviada na qual os valores e as práticas sociais são diferentes para pessoas, famílias e grupos sociais, predominando a negação dos direitos, conforme DaMatta (1987). No nosso estudo, a discussão da construção da cidadania na sociedade brasileira torna-se pertinente à medida que ela ajuda a entender a persistência da pobreza e da desigualdade brasileira ao longo da história de nossa sociedade. Segundo autores como Sales (1994), Telles (1999) e DaMatta (1997), existe relação direta entre a cidadania brasileira e a persistência dos quadros de pobreza e exclusão. Assim, à luz desses autores, apresenta-se a gênese dessa discussão, e são apontadas as características e as implicações da cidadania brasileira nos quadros de pobreza e exclusão social persistentes no Brasil.

DaMatta (1997) considerou que a cidadania está em consonância com a discussão que se tentou desenvolver sobre a relação entre pobreza, exclusão e cidadania, sem com isso desconsiderar as contribuições dos demais autores para a construção desta discussão, em cujo contexto a cidadania expressa:

(...) um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1998, p. 14).

Então, ser cidadão significa pertencer a um espaço eminentemente público e se definir conforme um conjunto de direitos e deveres para com outra entidade universal que é a nação (DAMATTA, 1997, p. 67). Assim:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranqüila (COORDENADORIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA, 2008).

E cidadania é a qualidade do cidadão de poder exercer o conjunto de direitos e liberdades políticas, socio-econômicas de seu país, estando sujeito a deveres que lhe são impostos. Relaciona-se, portanto, com a participação consciente e responsável do indivíduo na sociedade, zelando para que seus direitos não sejam violados (IDEM, 2008).

Contextualizando a construção da cidadania no Brasil, Sales (1994) tomou por base a histórica desigualdade social que se assenta na cultura política do país. Essa autora identificou que a cidadania que foi se conformando no Brasil, desde a sociedade escravocrata, tem características de uma *cidadania concedida*, cuja essência é a cultura política da dívida. E na base da cultura da dívida prevalece a relação de mando/subserviência. O entendimento dessa conformação da cidadania é importante, porque permite compreender a relação entre cidadania e pobreza.

O conceito de cidadania concedida desenvolvido por Sales se ancora na idéia de que os direitos básicos à vida, à liberdade individual, à justiça, à propriedade, ao trabalho e os direitos civis eram como uma dívida dos senhores de terras aos homens livres e pobres. Segundo Sales (1994), mesmo com a abolição da escravidão e a implantação da República, a cidadania continuou configurada como uma concessão àqueles que não detinham privilégios na sociedade. Portanto, a

subjugação, a obtenção de favores e a desigualdade são suportes que relacionam a cidadania concedida à pobreza brasileira. Por isso, para Sales (1994) a pobreza no Brasil não pode ser entendida apenas a partir das dimensões econômicas, mas, sobretudo, a partir das condições de submissão política e social.

Souza (2006) expôs que as sociedades latino-americanas, inclusive a brasileira, se percebem a partir do caráter emocional da ação, que se contrapõe à racionalidade superior de nações avançadas. Tal caráter emocional da ação colabora para o exercício de mascarar as desigualdades, visto que os indivíduos dessas sociedades se sentem integrados emocionalmente, e, portanto, há uma idéia de semelhança, como se não existissem divisões na sociedade, por exemplo a de classes.

Por conta disso, o progresso econômico entre nós ainda é percebido como uma panacéia para resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania (SOUZA, 2006, p. 14).

Nesse contexto, Souza (2006) destacou a legitimação e a naturalização de todas as manifestações de desigualdade no Brasil e a conseqüente produção de subcidadãos. As figuras de uma pobreza sem a dimensão ética e transformada em natureza fornecem explicação para a persistência da pobreza no Brasil (TELLES, 1999). Para Wanderley (2001), é necessária a desnaturalização das formas com que se processam as práticas sociais brasileiras discriminatórias que geram processos de exclusão.

Sales (1994) afirmou que o traço de informalidade característico da sociedade brasileira, apontado por Souza (2006) na teoria emocional da ação, em outro momento, foi trabalhado por Sérgio Buarque de Holanda (1984) em *Raízes do Brasil*, através do “homem cordial” que se manifesta em uma sociedade marcada pelo evidenciamento da esfera do íntimo, do privado e do familiar. Gilberto Freyre (1973), em suas análises, destacou aspectos da linguagem como o diminutivo e o uso do primeiro nome em vez do sobrenome, que conferem proximidade nas relações. Para Sales (1994), a figura do homem cordial de Holanda representa limitação da sociedade brasileira para atingir uma ordenação impessoal que colabore com a quebra dos padrões clientelistas e particularistas presentes no âmbito político e social no Brasil. As implicações da forma com que a cidadania no Brasil foi se configurando no plano das relações sociais ainda prevalecem, embora a sociedade

brasileira esteja se modificando e se abrindo ao reconhecimento das demandas populares e à reivindicação por direitos, conforme apontou Telles (1999).

Telles (1999) propôs que, para se problematizar as possibilidades e os impasses da construção da cidadania, é necessário problematizar a questão dos direitos, entendidos como práticas, discursos e valores que afetam a forma como desigualdades e diferenças se apresentam no cenário público. A referida autora destacou que na ótica da sociedade os direitos não são apenas as garantias formais prescritas nas leis e nas instituições, mas se referem também ao modo como as relações sociais se estruturam.

Para Telles (1999, p. 141), a descoberta da lei e dos direitos convive com uma incivilidade cotidiana feita de violência, preconceitos e discriminações; [...] em que a experiência democrática coexiste com a aceitação ou mesmo convivência com práticas as mais autoritárias (...).

É nesse contexto que a referida autora afirmou que a relação da cidadania nesses moldes com a pobreza persistente está no fato de a pobreza ser conhecida e registrada. A sociedade não foi capaz de elaborar uma opinião pública crítica para mobilizar vontades políticas em defesa de padrões mínimos de vida (TELLES, 1999).

Neste contexto, a pobreza está inteiramente implicada no modo como os direitos são negados na trama das relações sociais no país. O problema do justo e do injusto não é colocado nas práticas sociais e, sim, na vontade privada e na defesa de privilégios (TELLES, 1999), conforme já foi apontado nas contribuições de Sales (1994) sobre a cidadania concedida. Telles (1999) expôs que, na década de 1930, a concessão de direitos trabalhistas e a estruturação de um sistema de proteção social representaram os primeiros sinais de um modelo peculiar de cidadania, dissociado dos direitos políticos. Trata-se de uma cidadania regulada, vinculada ao mundo do trabalho formal ou ao pertencimento corporativo, independentemente da construção de um código universal de valores políticos. Esse modelo de cidadania não construiu a figura moderna do cidadão, enquanto um sujeito moral e soberano de suas prerrogativas políticas na sociedade (TELLES, 1999).

Não é o cidadão o portador de direitos, mas o sindicato. E a cidadania no Brasil surge numa definição estritamente corporativa, de modo que, ao invés de garantir e universalizar direitos, destitui os indivíduos de seus benefícios de cidadania e produz a divisão entre a figura do trabalhador e a do pobre incivil (Idem,

1999). Nesse campo, os direitos sociais são conferidos aos grupos ocupacionais reconhecidos e regulamentados como demandantes legítimos de direito pelo Estado (MELO, 2001).

A natureza da cidadania brasileira reproduz, assim, as desigualdades sociais, pois vincula a existência cívica ao pertencimento ao mundo do trabalho formal. Nesse sentido, a cidadania brasileira pode ser denominada como cidadania restrita e regulada, tendo em vista que exclui todos aqueles que estão fora do mercado de trabalho, recusando-lhes proteção social pública. Ela surge como um instrumento que contribuiu com o corporativismo orgânico, no período de 1930 a 1945, colaborando com a idéia de incorporação e integração social – reguladas e segmentadas (SANTOS, 1979 *apud* MELO, 2001).

Diante disso, observa-se, a partir da perspectiva de DaMatta (1997), como a lógica de uma cidadania “desviada, concedida ou restrita”, na qual os direitos não se universalizam, implica os processos de pobreza e exclusão social no Brasil. DaMatta (1997) apresentou uma reflexão acerca da cidadania brasileira num contexto relacional. Em função da importância das relações, das leis impessoais e da informalidade que marcam a sociedade brasileira, a cidadania não tem uma forma específica e, portanto, o conceito de cidadania passou a ser tomado como um dado da própria natureza humana. Ele apontou que:

Cidadania é uma identidade social, uma entidade totalizadora que, no plano ideal, deve operar sempre e em todos os espaços da vida, com caráter nivelador e igualitário (DAMATTA, 1997, p. 69) .

No Brasil, no entanto, o papel social de cidadão não se configura em termos universais, ou seja, o cidadão em seu papel não tem garantido o reconhecimento como tal em todas as partes da sociedade. Dessa forma, para DaMatta (1997) a idéia de “cidadão do mundo” deve ser questionada no contexto brasileiro, pois a igualdade de todos em todos os lugares não é verdadeira do ponto de vista da prática social.

Nesse contexto relacional se prega o ideário liberal e de igualdade, entretanto a sociedade opera com base no privilégio das relações pessoais, em que se exigem dos cidadãos os deveres, mas os direitos não são reconhecidos com a mesma importância. “Trata-se de uma cidadania negativa, mais ou menos às avessas” (DAMATTA, 1997, p. 75). No Brasil, a cidadania sofre um desvio, uma variação que pode ser explicada com base em considerações estruturais, processos históricos e

culturais que conformaram a sociedade. Nesse processo, a unidade básica não foi fundamentada em indivíduos (cidadãos), mas em relações construídas com base em pessoas, famílias, grupos, parentes e amigos. Isso porque no universo brasileiro o indivíduo isolado e sem relações é visto como negativo, pois “a relação” tem importância na prática social. DaMatta (1997) apontou que:

(...) se o indivíduo (ou cidadão) não tem nenhuma ligação com pessoa ou instituição de prestígio na sociedade, ele é tratado como um inferior. Dele, conforme diz o velho ditado brasileiro, quem toma conta são as leis (DA MATTA, 1997, p. 78).

Diante dessas colocações de DaMatta (1997), podem-se questionar quais são as implicações dessa variação da cidadania no Brasil, para as famílias em situações de pobreza e de exclusão social. Ou seja, de acordo com Martins (2007), quais são as implicações dessa cidadania para as “inclusões marginais”? Se a palavra de ordem é a relação e não valores universais, como as pessoas que não têm relações com pessoas influentes fazem valer a condição de cidadãos? É possível vislumbrar uma saída da situação de cidadania negativa? Pois, conforme DaMatta (1997), quem obedece às regras e às leis no Brasil é visto como alguém que não tem relações, que não tem prestígio e, portanto, tem que ficar à mercê das burocracias e das leis universais.

A idéia de lei universal determina um tipo de comportamento e um tipo de papel social – o de cidadão. Porém, no contexto brasileiro esse papel de cidadão varia porque os valores e as práticas sociais são diferentes, para pessoas, famílias e grupos sociais. Logo, existem múltiplas formas de cidadania, conforme as esferas de ação que existem dentro dessa “grande família” que é a nossa sociedade (IDEM, 1997).

De forma geral, pode-se afirmar que o Brasil se caracteriza por ser uma nação que opera combinando padrões tradicionais e modernos (DAMATTA, 1997). Ou seja, coexiste um discurso liberal universalista e uma prática que segue um quadro de referência baseado na lógica das lealdades relacionais. Essas relações se fazem por meio da família, que legitima a pessoa como membro de determinado espaço social.

Conforme pontuou DaMatta (1997), em nossa sociedade existem várias fontes de cidadania, todas operando de modo a permitir uma série de compensações sociais, o que faz que o Brasil seja configurado como um sistema dotado de múltiplas

esferas de ação e significação social. As implicações de tudo isso devem ser questionadas e discutidas, tendo em vista os dilemas que a sociedade apresenta.

Nesse contexto social e cultural descrito, em que a pobreza e a exclusão social se caracterizam como fenômenos persistentes e de difícil combate, programas sociais como o Programa Bolsa-Família (PBF) são implementados, a fim de se minimizar esse quadro. Diante disso, procurou-se analisar o PBF, a partir de um Estudo de Caso, enfocando as possibilidades de esse programa proporcionar mudanças às condições de vida das famílias beneficiadas, no que se refere à diminuição da pobreza e da exclusão social e a ampliação do exercício da cidadania.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. Método de coleta de dados

O método de coleta de dados adotado nesta pesquisa foi o Estudo de Caso, que é uma das diversas formas de se fazer pesquisa em ciências sociais, conforme apontou Yin (2005).

Para esse autor, toda estratégia de pesquisa apresenta vantagens e desvantagens, que dependem de três condições básicas: do tipo de questão da pesquisa; do controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; e dos fenômenos que constituem o foco (históricos ou contemporâneos). A questão de pesquisa que orientou este trabalho foi do tipo “como” o PBF contribui para diminuir a pobreza e a exclusão social; não havia pretensão de controle e manipulação de comportamentos, e o foco do estudo era um fenômeno contemporâneo (o PBF como forma de diminuir a pobreza e a exclusão social).

Para Gil (2002), esse método consiste num trabalho profundo e exaustivo, que permite amplo e detalhado conhecimento acerca do objeto de pesquisa; trata-se de uma estratégia de pesquisa abrangente, na qual as condições contextuais são pertinentes ao desenvolvimento do estudo. Diante disso, considerou-se que o referido método seria o mais adequado para uma investigação profunda sobre o Programa Bolsa-Família (PBF), conforme a percepção das mães beneficiárias.

2.2. Definição do campo empírico

O campo empírico da pesquisa foi o Programa Bolsa-Família implementado no Bairro Novo Silvestre, em Viçosa, MG, cidade essa situada na região da Zona da Mata, entre as serras da Mantiqueira, do Caparaó e da Piedade. Limita-se ao norte com os Municípios de Teixeiras e Guaraciaba, ao sul com Paula Cândido e Coimbra, a leste com Cajuri e São Miguel do Anta e a oeste com Porto Firme. O município é servido pelas rodovias BR 120, MG 280 e MG 356 (PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, 2007).

O município tem uma população estimada, de acordo com o IBGE (2004), em quase 69.000 habitantes. Quanto aos aspectos geográficos, a área do município corresponde a 300,15 km², o clima é tropical de altitude, a temperatura média anual é 18,5 °C e a altitude é 649 m. Quanto aos aspectos demográficos (população por situação domiciliar), a população total corresponde a 64.854, sendo a população urbana de 59.792 e a população rural, 5.062. Quanto aos aspectos socioeconômicos, o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal é de 0,809; o de Educação, de 0,929; o de Longevidade, de 0,756; e o de Renda, de 0,741. No que se refere à renda *per capita* média, ela é de 329,70. O Índice de Gin do município é de 0,61, e o acesso a serviços básicos corresponde a água encanada: 97,2; energia elétrica: 98,5; e Coleta de Lixo: 96,0.¹⁶

O Bairro Novo Silvestre, um dos bairros que possuem grupo de famílias beneficiárias do PBF, está localizado ao norte do Município de Viçosa, às margens da BR 120, sentido Viçosa – Teixeiras. O bairro está muito próximo de localidades rurais, por isso os serviços de saúde (posto de saúde) e de educação oferecidos no bairro são usufruídos pela população residente nas zonas rurais próximas. O bairro possui fornecimento de água tratada, iluminação, captação de esgoto e recolhimento do lixo pela rede pública. Apesar dessa infra-estrutura mínima, o bairro concentra grande número de famílias, as quais vivem em condições de pobreza¹⁷. A opção pelo Bairro Novo Silvestre deveu-se ao fato de a pesquisadora ter trabalhado como professora em uma escola municipal, fase na qual despertou interesse por questões

¹⁶ Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano FJP/PEA/PNUD - Ano 2000.

¹⁷ O trabalho no bairro levou a pesquisadora a observar a precariedade das condições de vida dos moradores em relação a vários âmbitos: ao trabalho e renda (muitas pessoas ociosas e desempregadas), às condições habitacionais (grande número de residências inacabadas, falta de reforma); e índices crescentes de violência.

relacionadas aos limites e possibilidades do PBF para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social em que as famílias beneficiárias viviam. Foi determinada também pelo fato de que pesquisas com populações carentes no município focalizam, em sua maioria, as famílias do bairro mais carente do município, o Bairro Nova Viçosa. Por isso, optou-se por conhecer a realidade social de outro grupo de famílias pobres, as do Bairro Novo Silvestre.

2.3. Seleção e contato com os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram constituídos por uma amostra composta por 25 mulheres de famílias beneficiárias do PBF, residentes no Bairro Novo Silvestre e em seu entorno (zona urbana e zona rural), no Município de Viçosa, MG, através de um processo aleatório de seleção (sorteio). Os gestores – a coordenadora e a gestora municipal do PBF – foram escolhidos intencionalmente, para representar o grupo de profissionais do PBF no município.

A amostra de 25 famílias é representativa da população de 70 famílias beneficiárias do PBF no Bairro Novo Silvestre, porque obedeceu ao critério de seleção aleatória, de modo que as 70 famílias tiveram a mesma chance de pertencer à amostra, sendo a característica comum observada na população a participação no programa como beneficiários. Não é o critério numérico que expressa a representatividade da amostra e dos dados na pesquisa qualitativa, mas, sim, a capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a descrição densa dos fenômenos estudados em seus contextos (GOLDENBERG, 2004). Nesta pesquisa foi possível explorar densamente o fenômeno estudado, através da amostra composta por 25 famílias selecionadas.

A seleção intencional das duas profissionais do programa que atuavam em nível local justifica-se por que a coordenadora e a gestora são as principais responsáveis pela mediação e articulação entre os governos federal, estadual e municipal. Portanto, sendo essas profissionais que coordenam as equipes de trabalho, compostas por vários profissionais, considerou-se que a participação da coordenadora e da gestora na pesquisa seria coerente com os objetivos ligados à

descrição e à caracterização do PBF no Município de Viçosa.¹⁸ Ressalta-se que a pesquisadora esteve atenta à questão da “hierarquia de credibilidade dos informantes”, o que indica que geralmente são entrevistados os profissionais que estão nos níveis superiores de uma organização e que parecem saber mais sobre o problema investigado (BECKER, s.d. *apud* GOLDENBERG, 2004). Não se considerou que essas profissionais sabiam mais sobre o PBF que os outros que atuavam em sua implementação, mas, por participarem com mais frequência de cursos de capacitação oferecidos pelo MDS, poderiam fornecer informações mais abrangentes sobre o programa, desde as orientações do MDS até a operacionalização do PBF no município. Tais informações atendiam aos objetivos específicos, de traçar o desenho do PBF e de caracterizá-lo em Viçosa. Assim, inicialmente, a diretora da Escola Municipal Arthur Bernardes¹⁹ forneceu uma lista (tida como a mais atual) das famílias beneficiárias do PBF. De posse desses nomes, deu-se início às visitas domiciliares. Nas primeiras visitas, percebeu-se, no entanto, que a lista fornecida pela escola não estava atualizada e que, portanto, o sorteio que fora realizado para compor uma amostra aleatória de mães beneficiárias do PBF não era válido. Diante disso, solicitou-se uma nova lista com dados atualizados à coordenadora municipal do PBF em Viçosa. À época, a coordenação do PBF informou que possuía uma lista de famílias requerentes e cadastradas, mas não possuía o controle do número exato de famílias cadastradas e que estavam recebendo o benefício. Assim, foi fornecido, à pesquisadora uma estimativa de que havia em torno de 70 famílias beneficiárias do PBF que moravam no Bairro do Novo Silvestre. Como justificativa para a falta de exatidão nos números, a coordenadora do PBF explicou que o número das famílias beneficiárias variava em função da dinâmica de inclusão e desligamento de famílias que, por sua vez, acontecia em função da idade dos filhos, emprego/desemprego e

¹⁸ Para atuar na implementação do PBF no município, tanto a coordenadora quanto a gestora, freqüentemente, participavam de cursos de capacitação em Brasília, promovidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Após a participação nesses cursos, as duas profissionais tinham que repassar as informações, através de cursos para as equipes que coordenavam. O corpo de profissionais que integrava as equipes do PFB no município era composto por: digitadores que recebiam as famílias, realizavam a primeira entrevista e digitavam as informações. Secretárias, motoristas e psicólogos também atuavam na unidade de atendimento – Casa das Famílias e participavam das visitas domiciliares, preenchiam cadastros e faziam as observações nas moradias visitadas, conforme recomendações do MDS. Além desses profissionais, para acompanhar o cumprimento das condicionalidades por parte das famílias, atuavam também: médicos, agentes de saúde, assistentes sociais, psicólogos, diretores escolares e outros profissionais ligados às Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social.

¹⁹ A escola possuía essas informações porque existia comunicação entre a escola e a coordenação do PBF em nível municipal, para atualização de frequência escolar dos filhos das famílias atendidas pelo Programa.

elevação/diminuição da renda da família, desligamento por não cumprimento das exigências acordadas como freqüentar a escola e manter em dia o acompanhamento médico, perda do cartão e não cadastramento.

Diante da falta de informações mais precisas, optamos por enviar bilhetes aos pais dos alunos matriculados na escola do bairro, em cuja correspondência eles informariam sobre o seu cadastramento e recebimento do benefício do Programa Bolsa-Família²⁰. Ainda, solicitou-se o endereço e um telefone para contato, sendo constatado que a maioria das famílias tinha telefone celular, o que facilitou o contato posterior. Em seguida, mapearam-se as famílias que no período do trabalho de campo (ou seja, nos meses de outubro e novembro de 2007) estavam recebendo o benefício.

Finalmente, procedeu-se a um novo sorteio para compor a amostra aleatória das famílias beneficiárias, representadas preferencialmente pelas mães. Na impossibilidade dessa composição, como segunda opção optou-se por entrevistar as avós que cuidavam dos netos e que residiam na mesma casa (que foi o caso de apenas uma família). Para realizar o sorteio das famílias, utilizaram-se os nomes daqueles que responderam e enviaram de volta os bilhetes, que somaram 49 famílias, entendendo que estas estavam dispostas a participar da pesquisa. Sete enviaram os bilhetes em branco, e os demais não devolveram os bilhetes.

Importa destacar que o critério para escolha da amostra foi o fato de a família estar cadastrada no Programa e ser beneficiária, ou seja, que estava recebendo o benefício, não importando o valor recebido, residentes nas zonas urbana e rural, nas mediações do Bairro Novo Silvestre, com filhos matriculados na escola do bairro, no período da coleta de dados, durante os meses de outubro e novembro de 2007. Dessa forma, optamos por um sorteio, para definir a amostra aleatória. Assim, foram colocados todos os nomes das mães que responderam ao bilhete que fora enviado às famílias em um envelope, e retiraram-se desse montante 25 nomes. Retiraram-se mais cinco nomes de mães, a que denominamos “reservas”, caso alguém do grupo constituído pelas 25 mães tivesse que interromper a participação. No entanto, não foi necessário lançar mão das nossas reservas.

²⁰ Nesse bilhete, os pais teriam que marcar uma das opções, entre as seguintes: Estou cadastrado e recebendo o benefício do Bolsa-Família; estou cadastrado, mas ainda não recebo o benefício do Bolsa-Família; já recebi, mas agora não recebo mais o benefício do Bolsa-Família e não estou cadastrado.

Quanto às famílias da zona rural, elegeu-se a localidade de Paula, entre as quatro localidades rurais que existiam ao entorno do Bairro Novo Silvestre – Paula, Macena, Córrego Fundo e Santiago, que foi a comunidade de onde foram obtidas mais respostas através dos bilhetes. Dessa forma, a amostra foi constituída por 17 famílias residentes na zona urbana do Bairro Novo Silvestre e por oito famílias residentes na zona rural de Paula, totalizando 25 famílias; e, ainda, por dois profissionais – a coordenadora municipal do PBF e a gestora municipal do PBF.

Após o sorteio e a definição da amostra, confirmaram-se os endereços/casas das mães (famílias) sorteadas na Secretaria da escola do bairro, o que também foi informado às famílias através dos alunos, para iniciar as entrevistas nas casas das famílias.

A escola municipal do bairro funcionou como suporte técnico para a pesquisadora, uma vez que, nos intervalos das entrevistas e das visitas às casas, a pesquisadora permanecia no espaço escolar para fazer anotações no diário de campo, agendar visitas por telefone e enviar recados para as mães através dos alunos.

Num primeiro momento acreditou-se que seria viável realizar as entrevistas na escola, mas após a condução de uma entrevista-piloto, percebeu-se que naquele ambiente havia sempre muito barulho, com grande circulação de pessoas, especialmente vinculadas à escola, o que poderia inibir os entrevistados ou influenciar as respostas e a expressão da percepção das mães. Diante disso, compreendeu-se que seria enriquecedor realizar visitas domiciliares, para observar o contexto familiar dos beneficiários: suas condições materiais (aspectos físicos das moradias, da infra-estrutura de serviços disponíveis etc.), aspectos de sua vida social e afetiva (os conflitos, os hábitos, os relacionamentos entre as pessoas), entre outros aspectos.

Embora Deslandes (2002) tenha apontado que a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, optou-se pelo número de 25 mães/famílias de uma população de 70 famílias do bairro e do seu entorno, representando um percentual de 35,8% porque foi considerado que as famílias beneficiárias do Programa que residiam no bairro citado não apresentavam as mesmas características e não estavam no mesmo estágio de pobreza e de exclusão social, como se fossem um grupo homogêneo. Embasou-se em Escorel (1999), Castell (1997) e Paugan (2001), que apontaram que esses fenômenos são processos e estados multifacetados, variados e que resultam de trajetórias diferentes, ou seja, a

pobreza e a exclusão social tomam forma em cada arranjo familiar, de acordo com vários aspectos, como: composição da família, chefia da família, ciclo de vida, doenças, desemprego etc.

A participação das mulheres na pesquisa como representante das famílias teve como justificativa o fato de que as mulheres são as representantes de suas famílias junto ao PBF, responsáveis por receber o benefício financeiro. Buscou-se compor o perfil socioeconômico das famílias, bem como identificar o acesso que tinham a serviços de saúde, educação, as suas condições de moradia, dentre outros aspectos. O contexto de cada unidade familiar, com seus inúmeros aspectos, contribuiu para elucidar situações de pobreza e de exclusão social variadas. Posteriormente, buscou-se construir e apreender os significados do PBF para as famílias beneficiárias.

2.4. Operacionalização da pesquisa

A pesquisa de campo foi dividida em etapas, a saber:

- 1) Pesquisa documental no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pesquisa bibliográfica.
- 2) Entrevistas semi-estruturadas com as duas profissionais – coordenadora e gestora – do PBF em Viçosa, em seus locais de trabalho.
- 3) Entrevistas semi-estruturadas com as 25 mulheres beneficiárias do PBF nas respectivas moradias.
- 4) Observação informal das condições de moradia durante o contexto da entrevista, com anotações no diário de campo.
- 5) Registros fotográficos das condições de moradia das famílias, quando autorizados.

Todas as entrevistas foram gravadas em um aparelho MP4, com a anuência das pessoas entrevistadas. À medida que as entrevistas aconteciam, logo em seguida eram transcritas, assim como as anotações do diário de campo também eram relidas e transcritas. Após essa etapa, foram organizadas e sistematizadas as informações, conforme os objetivos da pesquisa. E, por fim, discutiram-se os resultados, apontando algumas conclusões.

2.5. A construção dos indicadores

As três categorias de análise deste estudo – pobreza, exclusão social e cidadania foram “objetivadas” a partir de indicadores que foram construídos em função dos fundamentos teóricos trazidos, principalmente, por Amartya Sen (2000), Martins (2002, 2007) e DaMatta (1987).

A partir do pressuposto de que não é apenas a transferência de renda às famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família que pode superar as situações de pobreza e de exclusão social, mas o fortalecimento da cidadania, desmembraram-se as categorias analíticas em indicadores e elegeram-se aqueles que julgamos nos dar suporte para avaliar as mudanças nas situações de pobreza e de exclusão vividas pelas famílias, bem como avaliar a prática cidadã destas após o ingresso no Programa.

A construção dos indicadores de **pobreza**, fundamentada em Sen (2000), baseou-se, assim, em indicadores que possibilitaram avaliar as privações de capacidades e não apenas a pobreza de renda. Nessa lógica de compreensão da pobreza, elegeram-se indicadores que permitissem verificar se o PBF trouxe modificações às situações de pobreza para o grupo beneficiado. Foram eleitos como indicadores os seguintes fatores: pobreza de renda (inexistente, insuficiente ou baixa); fome²¹ (falta de alimentos, número de refeições por dia); condições de educação (anos de escolaridade, serviços de educação oferecidos); condições de cuidar da saúde (serviços de saúde oferecidos); condições de habitação (situação de acesso, materiais utilizados na construção etc.); e participação em cursos de capacitação.

Para a análise da exclusão, utilizaram-se, basicamente, os mesmos fatores de pobreza, considerando também os vínculos e as redes de parentesco, de amizade, de vizinhança e de religião. A escolha dos indicadores de **exclusão social** foi ancorada nas contribuições de José de Souza Martins (2002, 2007), que entendeu que há inclusões marginais e não apenas uma única forma de exclusão social, sendo os principais aspectos afetados as condições de trabalho e de consumo e as relações entre as pessoas. Na ótica de Martins (2007), é mais importante focar a discussão

²¹ Não se teve a pretensão de avaliar o indicador fome considerando o aspecto nutricional na perspectiva da Segurança Alimentar, porque se baseou na percepção das famílias, ou seja, na percepção de que elas têm sobre situações de fome e o acesso a alimentos, antes e depois da participação no PBF.

sobre a exclusão social pelas formas de inclusão social, que na maioria das vezes são precárias e insuficientes. Os aspectos que ele destacou nessas inclusões marginais são a inferiorização das condições de trabalho, o consumo de bens que funcionam como disfarces para a inclusão e a degradação das relações sociais.

Justificou-se a análise das relações sociais considerando que a exclusão social é um fenômeno mais abrangente, marcado, inclusive, por ruptura de vínculos sociais. Os indicadores selecionados foram: condições de trabalho (tipos de trabalho e atividades desenvolvidas, estratégias de sobrevivência, tempo de desemprego); condições de consumo (tipo de bens consumidos, bens mobiliários e imobiliários, consumo de roupas, remédios e alimentos, formas de pagamento); e relações sociais (vínculos e redes com vizinhos, parentes, amigos e religiosos).

Com relação à categoria cidadania, a pesquisadora apoiou-se nas contribuições de Marshall (1967) e DaMatta (1987) e na Constituição Federal do Brasil de 1988, para verificar o acesso e exercício das práticas cidadãs das famílias beneficiárias. Buscou-se verificar o acesso e o exercício de alguns serviços e direitos por parte das famílias, observando se depois do ingresso no Programa houve o fortalecimento de práticas cidadãs.

A partir de um conjunto de direitos, elegeram alguns indicadores para verificar se depois do ingresso e participação no PBF houve incentivo a práticas cidadãs. Ou seja, se o PBF reforçou as práticas cidadãs das famílias atendidas. Portanto, os indicadores escolhidos foram: desemprego (tipos de ocupação/trabalho, estratégias de sobrevivência, tempo de desemprego), escolaridade (tempo e nível de escolaridade, matrícula e frequência escolar), condições de cuidar da saúde (qualidade e frequência do atendimento médico, satisfação com o atendimento), atividades de lazer (tipos de atividades de lazer no bairro e participação das famílias em atividades de lazer), segurança (preocupações e percepções das famílias ligadas a segurança, violência, circulação e consumo de drogas).

É importante considerar que mesmo indicador está implicado em várias dimensões da vida e, portanto, ligado tanto à pobreza quanto à exclusão e à cidadania. Então, esta análise global visou considerar os indicadores sempre voltados para as três categorias centrais – pobreza, exclusão e cidadania. Além disso, no contorno deste estudo o interesse nas condições de pobreza, exclusão e cidadania das famílias beneficiárias está diretamente ligado às mudanças dessas condições provocadas pelo Programa Bolsa-Família. Portanto, a análise dessas categorias

esteve sempre associada às ações do PBF voltadas para as famílias beneficiárias, em nível local.

2.6. Métodos e técnicas de construção e análise dos dados

Para descrever o desenho do Programa Bolsa-Família, em nível nacional (em termos dos programas que o compõem, suas metas e princípios), referenciou-se em uma pesquisa documental feita ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As informações pesquisadas constituíram-se da história dos programas de transferência de renda, relação entre o PBF e a promoção de cidadania e definição do Programa em termos de superação de pobreza e exclusão social, além dos conteúdos gerais contidos na legislação pertinente.

Para caracterizar o PBF em Viçosa, a partir dos gestores e das famílias beneficiárias, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com o coordenador e com o gestor do PBF, em Viçosa, bem como entrevistas semi-estruturadas com as famílias beneficiárias. As informações principais pesquisadas constituíram-se da história e fase do processo de implementação do Programa Bolsa-Família em Viçosa; ações e programas complementares que a Prefeitura Municipal de Viçosa oferecia às famílias beneficiárias do PBF e alterações nas condições de vida das famílias beneficiárias pelo Programa.

Para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias atendidas pelo Programa Bolsa-Família, utilizaram-se como técnicas de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas, com levantamento dos dados socioeconômicos das famílias beneficiárias, observação das condições de moradia e registros fotográficos. Buscaram-se, principalmente, as seguintes informações: aspectos da composição das famílias (grau de parentesco, idade, sexo, estado civil, escolaridade, raça/cor); condições de saúde e de educação, ocupação, trabalho, emprego e renda dos membros das famílias; tipo de imóvel (casa, apartamento, cômodos etc.), características do imóvel, condições de consumo, vínculos de amizade, parentesco e de vizinhança.

Para identificar a percepção que as famílias beneficiárias e os gestores municipais tinham do Programa Bolsa-Família e as mudanças sentidas no que diz respeito à diminuição da pobreza e da exclusão social e ampliação da cidadania, utilizaram-se como técnica de coleta: entrevistas semi-estruturadas com as mulheres

beneficiárias e observação das condições de moradia, juntamente com anotações no diário de campo, além de registros fotográficos das moradias. Aos profissionais foram dirigidas entrevistas semi-estruturadas.

Escolhemos as mães para serem entrevistadas representando as famílias, porque são consideradas pelo Programa como membros preferenciais para receber o benefício. Buscaram-se as seguintes informações: como as famílias definem o Programa Bolsa-Família; se se consideram que o recurso monetário transferido pelo PBF altera as condições de vida; como e em que o recurso monetário é utilizado; o que consideram positivo e negativo no Programa; as mudanças sentidas depois do ingresso ao PBF; o que pensam sobre o cumprimento de condicionalidades, expectativas em relação ao futuro de suas famílias e outras informações.

Para analisar os dados nos valem das contribuições de Minayo *et al.* (2005) que sugerem um trabalho cuidadoso de organização, análise e interpretação dos dados. Organizamos e processamos parte dos dados com base na análise quantitativa que obedeceu à estatística descritiva, a qual fornece um perfil das características do grupo estudado e da distribuição dos eventos nesse grupo (MINAYO, 2005). A outra parte dos dados foi analisada conforme a interpretação dos sentidos, proposta por Minayo *et al.* (2005) para extrair dos dados coletados as informações necessárias para responder aos questionamentos da pesquisa, conforme os objetivos estabelecidos. Essa forma de análise pressupõe seguir as orientações teóricas sobre o tema estudado e que deram origem ao Estudo de Caso, sem perder de vista a descrição da pesquisa.

O caminho percorrido teve início com a organização dos dados coletados, sendo o primeiro passo transcrever as entrevistas e as anotações do diário de campo, incluindo as observações de características paralingüísticas, como choros, risos, silêncios e etc. Para cada família deu-se um código F1, F2... representando, respectivamente, família 1, família 2, e assim por diante; e os sujeitos pesquisados receberam nomes fictícios para preservar a sua identidade. As anotações do diário de campo incluíram aspectos das condições de moradia, dos relacionamentos entre as pessoas da família e situações que surgiram durante as entrevistas. Essas observações foram importantes para compor o quadro de referências das respostas, pois permitiram contextualizar as falas.

Após a transcrição do material coletado, retomaram-se os objetivos da pesquisa, fazendo inúmeras leituras do material, com o intuito de ter uma visão de

conjunto e, ao mesmo tempo, destacar as particularidades. Essa leitura compreensiva foi orientada pelo referencial teórico, que permitiu olhar para os dados de forma contextualizada. Em seguida, elaboraram-se as estruturas de análises, que consistiam em “partes ou gavetas” para classificar, agrupar e dividir o material, observando as idéias que estão implícitas nos textos. Tratava-se da etapa da construção das inferências, na qual é importante a construção de quadros com as idéias implícitas presentes nos depoimentos.

O material foi organizado conforme os atores: de um lado as entrevistas das mães e de outro as entrevistas das profissionais do PBF. Primeiro, realizou-se a análise estatística descritiva, para compor o perfil socioeconômico da amostra. Em seguida, organizaram-se as estruturas de análise compreensiva, dividindo e agrupando os dados conforme os objetivos da avaliação. O mesmo se fez com as entrevistas das profissionais, quanto à parte de análise compreensiva.

O procedimento analítico indicado por Minayo et al. (2005), aqui adotado, teve início com a descrição dos dados; em seguida, realizou-se a análise (que pressupõe decompor um conjunto de dados); e por fim fez-se a interpretação de sentidos (que visa buscar sentidos das falas e das ações dos sujeitos para alcançar a compreensão ou explicação para além do que é descrito e analisado).

Minayo et al. (2005) destacaram que a simples exposição dos dados apenas reafirma as opiniões dos entrevistados, o que constitui o construto de primeira ordem. A interpretação é uma etapa que cabe ao investigador fazer inferências e estabelecer o diálogo entre a teoria e a leitura compreensiva dos aspectos observados junto com as falas e seus contextos.

2.7. Reflexão sobre as vantagens e desvantagens das técnicas de coleta de dados empregadas

Nesta seção, apresentam-se as vantagens e as limitações das técnicas empregadas de acordo com as contribuições de alguns autores. Elegeram-se entrevistas semi-estruturadas com roteiros e observação das condições de moradia porque foi considerado serem estas instrumentos mais adequados de acordo com os objetivos, de acordo com os sujeitos da pesquisa e, principalmente, conforme o contexto que envolve as famílias beneficiárias. Quanto às entrevistas, Goldenberg (2004) pontuou que esse instrumento é o mais adequado para a revelação de

informações sobre assuntos complexos, e através de entrevistas pode-se observar o *que e como* o entrevistado diz.

Thiollent (1985) destacou a importância de se reconhecer a natureza social e envolvente da relação entre observador e observado, sendo tal situação não problematizada na situação de observação nos moldes positivistas. Ele afirmou que antes de qualquer contato com os sujeitos pesquisados cabe ao pesquisador se conhecer primeiro para desconstruir as categorizações prontas, para que possa controlar o viés e os pré-conceitos. Portanto, para que no ato da entrevista possa ter consciência da necessidade de problematizar a relação que se estabelece entre o sujeito pesquisador e os sujeitos pesquisados, sendo igualmente importante reconhecer que seus informantes são sujeitos sociais.

A entrevista cria uma situação que deve ser problematizada, pois a relação entrevistador/entrevistado não é igual para todos, existindo diferenças nos modos de comunicação e sutilezas que são únicas. Os quadros de referências das respostas e a capacidade intelectual dos pesquisados também são relevantes no processo de entrevista, assim como as condições sociais de verbalização e as condições de produção das opiniões, que variam em função das classes (THIOLLENT, 1985).

Outra condição para que a postura do pesquisador atenda ao rigor científico é o controle do viés ou preconceito, o *bias*, que está ligado ao exercício da objetivação. Cabe ao pesquisador assumir e tomar consciência de suas interferências, explicitando todos os passos da pesquisa, para que possa controlar o seu viés (GOLDENBERG, 2004).

Na situação da entrevista propriamente dita, Lüdke e André (1986) salientaram que há uma série de exigências e cuidados requeridos em qualquer tipo de entrevista, entre eles: um respeito grande pelo entrevistado, que envolve desde o local e horário marcados e cumpridos de acordo com a conveniência do informante. Juntamente com esse aspecto mais prático, deve-se respeitar também o universo próprio de quem fornece as informações, as opiniões, as impressões, enfim, respeito pela cultura e pelos valores dos entrevistados.

Segundo Thiollent (1985), é importante colocar em questão a concepção da técnica, sua estrutura interna, as condições de aplicação, que variam conforme a população e os assuntos, ou seja, é fundamental um questionamento das técnicas. Nesse exercício de questionar as técnicas, também é parte integrante ter um olhar crítico e reconhecer quais são as vantagens e as desvantagens, quando e em que parte

da pesquisa uma técnica precisa ser complementada por outra ou outras, quando uma técnica é mais adequada que outras, enfim, reconhecer as dimensões de cada técnica conforme a temática estudada.

Quanto às principais vantagens do uso das entrevistas estão: a possibilidade de coletar informações de pessoas que não sabem escrever, as pessoas são mais motivadas a falar do que escrever, pode-se observar a forma como o entrevistado fala (gestos, risos, choro, expressões, dúvidas), permite maior profundidade e pode estabelecer uma relação de confiança e amizade entre os sujeitos da pesquisa, o que pode propiciar o surgimento de novas informações (GOLDENBERG, 2003). Quanto às desvantagens das entrevistas de modo geral, Goldenberg (2003) apontou que o entrevistador afeta o entrevistado, que se pode perder a objetividade, tornando-se amigos; as entrevistas exigem mais tempo, atenção e disponibilidade do pesquisador.

A observação é indicada porque amplia o quadro de referências das respostas, enriquecendo as análises. A observação informal consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. Tem a principal vantagem de permitir a evidência de dados que não estão contidos no roteiro de entrevistas. Como desvantagens estão: o observado tende a criar impressões favoráveis ou desfavoráveis no observador; a duração dos acontecimentos é variável e podem ocorrer imprevistos que influenciam a coleta dos dados (MARCONI; LAKATOS, 2005).

Reconhecer, no entanto, as vantagens e desvantagens das técnicas não inviabiliza seu uso delas, apenas apontam que é necessário reconhecer seus potenciais e suas limitações, para que possam ser complementadas tendo em vista a elaboração de uma pesquisa com rigor científico pautada na qualidade do processo de construção do conhecimento.

No próximo capítulo, apresentam-se os resultados e as discussões realizadas a partir das contribuições teóricas.

3. CARACTERIZAÇÃO E MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA

Neste capítulo, procuramos apresentar o desenho do Programa Bolsa-Família em nível nacional, apresentando os programas que o compõem, as suas metas, seus princípios e conteúdos, os atores sociais envolvidos e suas funções, conforme apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Partimos do histórico dos programas de transferência de renda, para entender as bases de origem do PBF no Brasil.

3.1. O contexto histórico de implementação do Programa Bolsa-Família no Brasil

A partir da década de 1990, algumas estratégias institucionais foram adotadas a fim de garantir que os programas sociais atingissem a população mais vulnerável, marcada pela persistência da pobreza e da desigualdade social (SENNA et al., 2007). Essas estratégias institucionais foram baseadas em diretrizes estabelecidas pelos organismos multilaterais, como: Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (MACEDO; BRITO, 2004).

Entre as orientações consideradas para o redesenho das políticas sociais, foram destacados o ajuste fiscal e monetário, determinantes para a redução drástica dos gastos sociais dos Estados, resultando em princípios de seletividade e focalização

dos públicos-alvo dos programas: pessoas e famílias mais vulneráveis (SIMIONATTO; NOGUEIRA, 2001 *apud* MACEDO; BRITO, 2004). No contexto de emergência dos programas de transferência de renda no Brasil, esses programas significam o incentivo ao acesso a políticas universais, como as de saúde e de educação. Ou seja, as políticas de transferência de renda são transversais às políticas estruturantes fundamentais para a diminuição da vulnerabilidade social. Esse é ponto crucial de defesa, inclusive, à implementação e expansão dessas políticas.

O debate sobre a introdução e implantação de programas de transferência de renda no Brasil pode ser descrito, de acordo com Silva et al. (2006), em cinco momentos. A primeira discussão sobre introdução de um programa de renda mínima na agenda de erradicação da pobreza no país se deu em 1975, quando Antônio Maria da Silveira publicou um artigo intitulado *Redistribuição de Renda*. Também, conforme situou Suplicy (2003), em 1978, Bacha e Unger defenderam em uma publicação conjunta, a renda mínima e a reforma agrária como os principais instrumentos para a construção de uma sociedade mais igualitária:

Em 1978, Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger publicaram um livro defendendo uma garantia de renda mínima através do imposto de renda negativo, junto com a reforma agrária, como os principais instrumentos para a construção de uma sociedade mais igualitária. Durante a década de oitenta, o economista Paul Singer e eu debatemos várias vezes com os líderes do Partido dos Trabalhadores (PT - fundado em 10 de fevereiro de 1980) que deveríamos introduzir uma garantia de renda mínima como um objetivo do nosso programa nacional (SUPLICY, 2003, p. 68).

Em 1991, aconteceu, então, **o primeiro momento** do debate, quando o senador Eduardo Suplicy apresentou e teve aprovado o Projeto de Lei nº 80/91, para instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima para o Brasil. O senador Suplicy justificou a importância de seu projeto, entre outras coisas, porque, através deste, seria possível cumprir a constituição da República Federativa do Brasil, no art. 3º, que trata da erradicação da pobreza de forma transparente, direta e eficaz. Reconheceu que não seria fácil fazê-lo sem o aumento de tributos, mas apontou a possibilidade:

É possível desde que haja determinação para cortar despesas, transferir recursos e suprimir incentivos que existem em nome dos pobres, mas que não os atingem significativamente. Não o fazem por ineficiência ou vulnerabilidade, afundando-se na burocracia e na corrupção. Proponho um mecanismo que visa garantir renda mínima a pessoa adulta que não

conseguem ganhar rendimentos suficientes para suas necessidades básicas (SUPLICY, 1992, s/p).²²

Na ocasião, ele apontou que esse debate já vinha sendo organizado por alguns economistas e estudiosos como John Kenneth Galbraith, James Tobin Robert Solow e Milton Freedman. Ainda, apontou a persistência dos brasileiros Antônio Maria da Silveira, Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger em defender a introdução de programas de transferência de renda e de Paul Singer, que também defendia, na forma de um mínimo familiar (SUPLICY, 1992). Pautou sua defesa nos dos programas de transferência de renda, principalmente porque, segundo ele, a transferência em dinheiro dá a vantagem às famílias de determinar seus gastos conforme suas necessidades mais prementes (IDEM, 1992).

Ainda em 1991 se deu o **segundo momento** do debate brasileiro sobre Renda Mínima, quando José Márcio Camargo passou a defender uma articulação da renda mínima familiar com a escolarização dos filhos e dependentes em idade escolar. Segundo Suplicy (2003), José Márcio Camargo, Cristóvam Buarque e José Roberto Magalhães Teixeira deram contribuições relevantes, apontando que famílias com renda familiar abaixo de meio salário mínimo *per capita* tivessem o direito a receber renda complementar, desde que a família tivesse crianças freqüentando a escola. Essa proposta de política social previa, em curto prazo, a amenização da pobreza e, em longo prazo, a redução da sua reprodução, pois a conjugação da renda com a escolarização dos filhos seria um mecanismo de rompimento do ciclo vicioso que faz que a pobreza de hoje determine a pobreza do futuro (SILVA et al., 2006).

Nesse contexto, portanto, o debate sobre renda mínima no Brasil assume novo patamar, com duas inovações: introdução da unidade familiar no lugar do indivíduo como beneficiário dos programas e a vinculação da transferência monetária com a educação. Os idealizadores dessa proposta acreditavam que tal vinculação se traduzia num componente estrutural, rompendo com o caráter assistencialista dos programas sociais.

Em 1995, iniciou-se o **terceiro momento** do debate no Brasil, impulsionado pelo desenvolvimento de experiências municipais de programas de transferência de renda, em Campinas e Ribeirão Preto, em Brasília e outras propostas em vários

²² Projeto de Lei da Câmara, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, PGRM, n. 2561, de 1992, PLS – 80/91.

estados brasileiros. É nesse momento que tais programas expressam respostas de governos às pressões da sociedade para enfrentamento da pobreza. Isso porque a realidade brasileira desde o início da década de 1990 configurou uma nova conjuntura social e econômica, de modo que a política neoliberal necessária para a entrada do país na economia globalizada conduziu a questão social e a pobreza de forma secundária, sendo a prioridade a manutenção da estabilidade econômica (Idem, 2006).

A sociedade brasileira que se via diante do aumento acelerado do desemprego, a precarização do salário, o aumento da violência, os elevados índices de trabalho infantil e, conseqüentemente, a elevação da pobreza, passou, portanto, a se interessar por programas de transferência de renda, que antes eram de interesse mais restrito a economistas, políticos e estudiosos preocupados com a questão. De 2001 em diante se configurou o **quarto momento** do debate, com a proliferação de programas de iniciativa do Governo Federal, com implementação descentralizada em nível dos municípios. É nesse momento que surgem: o Programa Bolsa-Escola, Programa de Auxílio-Gás, o Bolsa-Alimentação e outros programas, além da expansão de muitos programas, como o de Erradicação do Trabalho Infantil. Esses programas passaram a ser considerados eixo central de uma grande rede nacional de proteção social (SILVA et al., 2006). Os autores supracitados indicaram que um ponto de destaque nesse momento do debate é o lançamento do livro *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*, do senador Eduardo Suplicy, pois através deste houve a introdução da idéia de uma Renda de Cidadania no debate ²³.

A partir de 2003 teve início o **quinto momento** do debate e do desenvolvimento histórico dos programas de transferência de renda no Brasil, marcado principalmente pela unificação de todos os programas nacionais de transferência de renda. Esse momento se inicia em dezembro de 2002, quando a equipe de transição dos governos (Fernando Henrique Cardoso – Luiz Inácio Lula da Silva) preparou um relatório recomendando a coordenação e a unificação de todos os programas de transferência de renda, incluindo o que estava para ser criado para ser

²³ “(...) Renda de Cidadania: A Saída é Pela Porta. , descrevo em maiores detalhes de como o conceito da renda garantida está relacionado com os valores que devem ser levados em consideração quando fixarmos o objetivo para construir uma sociedade justa e civilizada. Como esta proposta está consistente com os valores universais de humanidade, tais como a busca da verdade, justiça, ética, fraternidade, equidade, solidariedade e liberdade desde o início da História da Humanidade e da História do Brasil”(SUPLICY, 2003, p. 67).

vinculado ao Programa Fome Zero (SUPLICY, 2003). Assim, foi criado o Programa Bolsa-Família, cujo objetivo principal foi o combate à pobreza. A relação entre o Programa Bolsa-Família e o Programa Fome Zero se deu da seguinte maneira:

O Bolsa-Família fortalece a agenda do Fome Zero e contribui com seu objetivo de assegurar três refeições por dia para todos os brasileiros à medida em que amplia o acesso à alimentação (BRASIL, CARTILHA DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA, 2003, s/p).

Em 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, unificando os Ministérios de Assistência Social e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Dessa forma, percebeu-se que as condições de emergência dos Programas de Transferência de Renda no Brasil inicialmente não expressam respostas às pressões sociais. Somente num segundo momento, marcadamente a década de 1990, é que os programas de transferência de renda vão exprimir respostas às demandas sociais, porque os reflexos da globalização e da postura estatal neoliberal imprimiram, entre outras coisas, o aumento do desemprego e o rebaixamento da renda proveniente do trabalho e, portanto, o aumento da pobreza, da desigualdade social e da exclusão.

3.2. Caracterização do Programa Bolsa-Família

O Programa Bolsa-Família (PBF) foi instituído em outubro de 2003 pela Medida Provisória de nº 132 e regulamentado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, no governo do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Essa medida unificou os programas/ações de transferência de renda do Governo Federal: Programa Bolsa-Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Bolsa-Alimentação, Programa Auxílio-Gás e o Cadastramento Único do Governo Federal. O objetivo geral do PBF, conforme apresentado na página inicial do *site* da SAGI/MDS (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação), é:

Combater a fome, pobreza e outras formas de privação das famílias e promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos (MDS/SAGI, 2007, s/p).

O desenho do Programa, conforme consta na legislação, se pauta no rompimento do viés assistencialista, que marca os programas e políticas sociais brasileiras. Tal argumentação se constrói no sentido de que o Bolsa-Família está ligado a outros programas, como alfabetização, geração de ocupação e renda e microcrédito, capacitação profissional e apoio à agricultura familiar. A legislação do Bolsa-Família aponta para ações complementares desenvolvidas pelos municípios, por meio de repasse financeiro vindo do Ministério de Desenvolvimento Social. Esse repasse financeiro é calculado através do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), destinado a melhorar a gestão do Bolsa-Família. Em função dessa pretensa articulação com outros programas, o PBF é considerado por seus idealizadores como “portas de saída” da situação de exclusão social (SILVA et al., 2006). O eixo central qualificador perpassa pela idéia de que é preciso:

(...) integrar esforços para permitir que as famílias avancem na direção de uma vida mais digna. O Bolsa- Família assegura que as famílias atendidas possam alimentar melhor seus filhos, garantindo para as crianças boas condições de saúde e de aproveitamento escolar (BRASIL/CARTILHA DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA, 2003, s/p).

O Programa pauta-se na articulação de três dimensões:

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família.
- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações.
- Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa-Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Segundo o MDS/PBF (2007), os programas complementares são ações regulares, ofertadas pelas três esferas de governo – União, estados e municípios – e pela sociedade civil, voltadas para o desenvolvimento das capacidades das famílias cadastradas no CadÚnico, principalmente as beneficiárias do PBF, contribuindo para a superação da situação de pobreza e de vulnerabilidade social em que se encontram. Os objetivos dessas ações são complementar e potencializar os impactos

proporcionados pelas transferências condicionadas de renda, por exemplo através de programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de documentos e outros.

Sobre os Programas Complementares, o MDS (2006) apontou que²⁴:

Os programas complementares são ações nas áreas de geração de trabalho e renda, acesso ao conhecimento, condições habitacionais, direitos sociais, desenvolvimento local, dentre outras, que visam promover o desenvolvimento social e econômico sustentável das famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família. Para a consolidação dessa estratégia de inclusão social, as ações precisam ser articuladas e integradas pelas três esferas de governos e com a sociedade civil, conforme a legislação e práticas vigentes. A Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, institui o Conselho Gestor Interministerial (CGPBF), que é responsável por formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do PBF, bem como de apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municípios (BRASIL/MDS/PBF, 2006, s/p).

Ainda segundo o MDS (2006):

Para viabilizar a articulação de programas complementares com o PBF, é necessária a análise do perfil das famílias beneficiárias do Programa, sob os pontos de vista da vulnerabilidade e da potencialidade, para identificar os programas mais adequados e que permitam que as familiares superem a situação de exclusão social (BRASIL/MDS/PBF, 2006, s/p).

Também, é necessário acumular informações sobre a estrutura e dinâmica socioeconômica dos municípios, bem como das políticas públicas e trabalhos da sociedade civil disponíveis (Idem, 2006).

Conforme consta na legislação do PBF, suas principais metas são:

- Proteger todo o grupo familiar em vez de alguns membros.

²⁴ Cabe destacar que foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), o Prêmio de Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa-Família, que consistiu de diversas etapas (transcorreram entre 27 de março, data de publicação do edital respectivo, e 29 de junho de 2006, quando se deu a entrega dos prêmios aos municípios e estados selecionados). Na ocasião foram divulgadas as experiências municipais e estaduais de ações para a inclusão das famílias. Segundo o MDS/PBF (2007), os aspectos positivos do Prêmio foram: Reconhecimento público do *desempenho de gestores* estaduais e municipais na melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias do Programa; Difusão de estratégias inovadoras na gestão dos programas sociais; Incentivo para a construção de um banco de dados (Observatório de Práticas Inovadoras em PBF); Criação e expansão de uma rede de gestores e de instituições parceiras que atuam na gestão, implementação e acompanhamento do Programa Bolsa-Família. Também, merece nota que o referido prêmio só aconteceu em 2006.

- Impedir que as famílias passem por situações de fome, através da transferência direta de renda.
- Superar a pobreza entre as gerações, através do reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades.
- Incentivar o desenvolvimento das capacidades das famílias e promover a inclusão social, através dos programas/cursos complementares previstos na legislação.

A seguir é, apresentado o esboço de um fluxograma explicativo sobre a articulação das metas do PBF, segundo os pressupostos que embasam sua implementação. O círculo conector passa por todas as metas, o que sinaliza que elas são interdependentes.

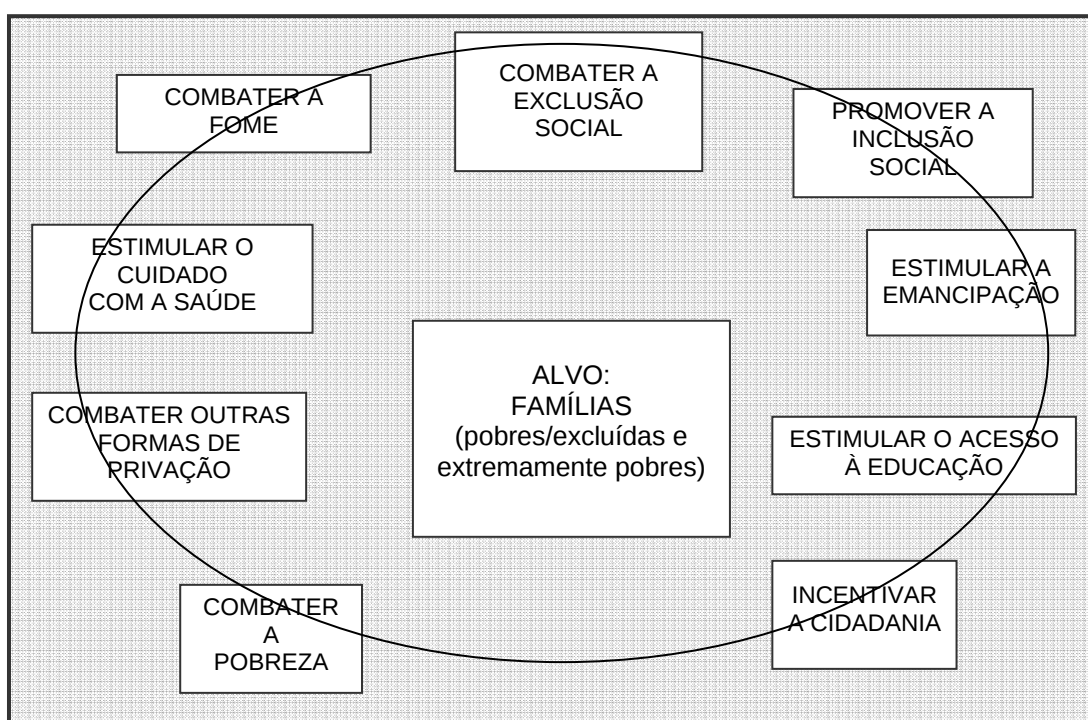


Figura 1 – Fluxograma explicativo sobre a articulação das metas do PBF.
Fonte: Informações extraídas do *site* do MDS, 2007.

As descrições dos programas que compõem o Programa Bolsa-Família e respectivos objetivos podem ser assim colocadas:

- O Bolsa-Escola é um programa que se pauta na transferência monetária condicionada à frequência escolar, e sua gestão é descentralizada²⁵. Alguns de seus objetivos são: possibilitar o acesso e permanência de crianças na escola; contribuir para o combate ao trabalho infantil; elevar a qualidade de vida das famílias de níveis de renda menores; e recuperar a dignidade e auto-estima das camadas excluídas da população, através da educação (SILVA et al., 2006).

- O Programa Bolsa-Alimentação é uma complementação da renda familiar para melhoria da alimentação e das condições de saúde e nutrição. É direcionado para famílias compostas de mulheres gestantes, mães que estejam amamentando crianças até 6 meses de idade ou com crianças de 6 meses a 6 anos de idade (Idem, 2006).

- O Auxílio-Gás, criado em 2002, tem por objetivo subsidiar o preço do gás liquefeito de petróleo às famílias de baixa renda, que são cadastradas ou beneficiárias dos Programas Bolsa-Escola ou Bolsa-Alimentação. O valor repassado é de R\$7,50 por mês, e o responsável pelo Programa é o Ministério de Minas e Energia (BRASIL, Decreto nº 4.102, 2006).

- O Cartão-Alimentação, criado em 2003, é uma das ações que compõem o Programa Fome Zero. Tem por objetivo garantir que pessoas com falta de acesso à alimentação digna tenham acesso a recursos financeiros ou acesso a alimentos em espécie. Visa articular ações emergenciais, para superação da fome, e ações estruturais, para superação da condição de pobreza (SILVA et al., 2006).

Esses programas foram unificados no Programa Bolsa-Família, no ano de 2004. Em comum, eles têm o fato de visarem reduzir a pobreza e considerarem a família como unidade beneficiária. No PBF, a família passa a ser protegida em vez do indivíduo, visando dar proteção integral a todo o grupo familiar e não apenas a alguns de seus membros. Desse primeiro ponto, decorre que, ao articular a renda às condicionalidades, o Bolsa-Família estimula a utilização dos serviços sociais da rede

²⁵ Para receber o benefício, as famílias devem ter sob responsabilidade crianças com idade entre 6 e 15 anos, matriculadas e freqüentando as aulas, visto que, se a frequência escolar estiver abaixo de 85%, as crianças serão excluídas do benefício, como também aquelas que deixarem a faixa etária estipulada (Lei nº 10.219, Art. 6º).

pública, principalmente de saúde e educação, fazendo que a família seja assistida²⁶. A unidade beneficiária é representada, preferencialmente, pela mãe, atendendo a uma tendência mundial e seguindo o pressuposto de que a mãe é mais responsável na alocação dos recursos da família.

Após a unificação, o primeiro passo foi promover o cadastramento único das famílias, em nível municipal, e as informações encaminhadas ao Governo Federal. O funcionamento do Cadastro Único (CadÚnico) se dá da seguinte maneira: as prefeituras são encarregadas de fazer o cadastramento das famílias, e o funcionário da prefeitura responsável pela administração do programa, denominado Gestor, é quem coordena, inclusive, o cadastramento. A família precisa responder a um questionário, para que sua ficha de cadastro seja feita, e os dados são enviados para o Governo Federal.

De sua parte, o governo federal analisa as informações e identifica as famílias que devem entrar no Programa, de acordo com os critérios contidos na legislação. Através da Caixa Econômica Federal – Agente Operador do Cadastro Único – é concedido o número de identificação social (NIS) para cada família, através do qual os operadores do Cadastro Único podem localizar as pessoas cadastradas, atualizar dados do cadastro, verificar a situação do benefício, caso exista, e realizar as ações de gestão de benefícios.

Segundo o MDS/Cartilha do Bolsa-Família (2006), a criação do Programa Bolsa-Família com base na unificação dos programas acima destacados significa “evolução” em vários sentidos, entre eles:

Evolução porque passa a proteger a família inteira, ao invés do indivíduo. Como o próprio nome diz, o Bolsa Família visa a dar proteção integral a todo o grupo familiar, e não apenas a alguns de seus membros. Adianta muito pouco dar apoio a um membro da família sem levar em consideração os demais.

Evolução porque cria portas de saída da situação de exclusão. Em parceria com os estados e os municípios, o Bolsa Família ativará outros programas, como os de alfabetização, capacitação profissional, apoio à agricultura familiar, geração de ocupação e renda e microcrédito, criando para as famílias portas de saída da situação de exclusão em que vivem. A idéia é integrar esforços para permitir que as famílias avancem na direção de uma vida mais digna. O Bolsa Família assegura que as famílias atendidas possam alimentar melhor seus filhos, garantindo para as crianças boas condições de saúde e de aproveitamento escolar.

²⁶ Família para o Programa Bolsa-Família é um grupo ligado por laços de parentesco ou afinidade, que forma um grupo vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros. No entanto, existe uma discussão sobre as diversidades de arranjos familiares contemporâneos e a lacuna entre o discurso oficial do Estado, de família pensada e a prática social, que aponta para as famílias vividas.

Evolução porque aumenta, e muito, o valor dos benefícios pagos. Com o Bolsa Família, os benefícios aumentam, e muito, justamente para os que mais precisam.

Evolução porque vai simplificar, juntando todos os programas num só. A unificação dos programas vai permitir uma gestão mais racional da política de transferência de renda do Governo Federal, pois reduzirá substancialmente todos os sistemas administrativos e de controle dos atuais programas, permitindo uma fiscalização muito mais eficiente, inclusive no combate a eventuais fraudes e desvios. Além disso, vai possibilitar a realização de avaliações mais precisas sobre o resultado da aplicação dos recursos do Programa e seu retorno para a sociedade e as famílias atendidas.

Evolução porque exige um compromisso maior das famílias atendidas. O Bolsa Família aumenta os benefícios, mas aumenta também o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas (BRASIL, CARTILHA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, 2006, p. 1- 4).²⁷

Por família, a legislação pertinente ao Programa adotou a seguinte definição: “unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (MDS/CARTILHA DO BOLSA FAMÍLIA, 2006, p. 10, artigo 2º, parágrafo 1º). Os critérios de seleção e elegibilidade das famílias se pautam na renda, sendo que podem ingressar no Programa famílias com renda mensal de até R\$60,00 por pessoa, independente de sua composição; já as famílias com renda mensal entre R\$60,01 e R\$120,00 por pessoa podem ingressar no Programa desde que tenham gestantes, nutrízes, crianças e adolescentes entre zero e 15 anos (Idem, 2006).

Em 28 de dezembro de 2007, foi publicada uma Medida Provisória, que estabelece que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família que têm na sua composição adolescentes de 16 e 17 anos, poderão receber adicionalmente o Benefício Variável Jovem (BVJ) no valor de R\$30,00 até o limite de dois benefícios por família.

A concessão do Benefício Variável Jovem (BVJ) será realizada somente para os adolescentes com acompanhamento da frequência escolar registrado no Sistema da Frequência Escolar ou para aqueles que possuam código Inep válido e atualizado há menos de 12 meses no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Para receber o benefício, no valor de R\$30,00 até o limite de dois

²⁷ Cartilha do PBF – A evolução dos programas de transferência de renda no Brasil, MDS, 2006.

adolescentes por família, os beneficiários devem continuar matriculados e freqüentando a escola.²⁸

Segundo o MDS/PBF, o objetivo da inclusão dos adolescentes de 16 e 17 anos no Programa Bolsa-Família é contribuir para aumentar a escolaridade nessa faixa etária, reduzir a evasão e o abandono escolar e promover o retorno à escola daqueles que abandonaram os estudos. Os valores do benefício variam de R\$18,00 a R\$112,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças, gestantes e nutrízes. No caso de famílias que migraram de programas remanescentes, o valor do benefício pode ser maior, tendo como base o valor recebido anteriormente (MDS/PBF, 2007).

Os benefícios financeiros estão classificados em dois tipos, de acordo com a composição familiar: **básico**, no valor de R\$58,00, concedido às famílias com renda mensal de até R\$60,00 por pessoa, independentemente da composição familiar; **variável**, no valor de R\$18,00, para cada criança ou adolescente de até 15 anos, no limite financeiro de até R\$54,00, equivalente a três filhos por família. No Quadro 1, apresentam-se os critérios de elegibilidade e os valores pagos pelo PBF até o ano de 2007.

Após a Medida Provisória (28/12/2007), que adota a inclusão do benefício vinculado ao adolescente, os valores dos benefícios do Programa Bolsa-Família foram alterados, conforme a composição familiar (presença de adolescentes de 16 e 17 anos) e a renda da família. No Quadro 2, mostram-se os valores atuais.

Como responsabilidade das famílias atendidas, o Programa estabelece que estas deverão: 1) manter em dia a caderneta de vacinação dos filhos entre 0 e 6 anos; 2) se comprometer em manter as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola; 3) freqüentar os postos de saúde da rede pública e seguir a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação; e 4) quando oferecidas, participar de atividades de orientação alimentar e nutricional e de programas complementares de alfabetização, cursos profissionalizantes etc.

²⁸ O MDS publicará uma portaria estabelecendo as regras de transição. Os benefícios variáveis referentes aos adolescentes que completaram 16 anos ao longo de 2007 e que, pelas regras atuais do PBF, seriam desligados do Programa em janeiro, serão mantidos até que o BVJ comece a vigorar. Assim, na folha de pagamento do mês de janeiro não haverá a exclusão dos benefícios variáveis relacionados aos adolescentes que completaram 16 anos ao longo do ano de 2007 (BRASIL, MDS/PBF, 2008, s/p).

Quadro 1 – Critérios de elegibilidade das famílias e valores do benefício antes da adoção do Benefício Variável Jovem

Critério de Elegibilidade		Ocorrência de crianças/adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrizes	Quantidade e Tipo de Benefícios	Valores do Benefício (R\$)
Situação das Famílias	Renda Mensal <i>per capita</i>			
Situação de Pobreza	De R\$60,01 a R\$120,00	1 membro	(1) Variável	18,00
		2 membros	(2) Variável	36,00
		3 ou + membros	(3) Variável	54,00
Situação de Extrema Pobreza	Até R\$60,00	Sem ocorrência	Básico	58,00
		1 membro	Básico + (1) variável	76,00
		2 membros	Básico + (2) variável	94,00
		3 ou + membros	Básico + (3) variável	112,00

Fonte: MDS/PBF, 2007.

Quadro 2 – Composição familiar, critérios de elegibilidade e valores dos benefícios após o benefício Variável Jovem

Famílias sem adolescentes de 16 e 17 anos			
Renda Mensal <i>per capita</i>	Composição familiar com membros de		Valor do benefício (R\$)
	0 a 15 anos	16 e 17 anos	
De R\$60,01 a R\$120,00	1 membro	Sem ocorrência	18,00
	2 membros	Sem ocorrência	36,00
	3 ou + membros	Sem ocorrência	54,00
Até R\$60,00	Sem ocorrência	Sem ocorrência	58,00
	1 membro	Sem ocorrência	76,00
	2 membros	Sem ocorrência	94,00
	3 ou + membros	Sem ocorrência	112,00
Famílias com um adolescente de 16 ou 17 anos			
Renda Mensal <i>per capita</i>	Composição familiar com membros de		Valor do benefício (R\$)
	0 a 15 anos	16 e 17 anos	
De R\$60,01 a R\$120,00	1 membro	1 membro	48,00
	2 membros	1 membro	66,00
	3 ou + membros	1 membro	84,00
Até R\$60,00	Sem ocorrência	1 membro	88,00
	1 membro	1 membro	106,00
	2 membros	1 membro	124,00
	3 ou + membros	1 membro	142,00
Famílias com dois ou mais adolescentes de 16 e 17 anos			
Renda Mensal <i>per capita</i>	Composição familiar com membros de		Valor do benefício (R\$)
	0 a 15 anos	16 e 17 anos	
De R\$60,01 a R\$120,00	1 membro	2 ou + membros	78,00
	2 membros	2 ou + membros	96,00
	3 ou + membros	2 ou + membros	114,00
Até R\$60,00	Sem ocorrência	2 ou + membros	118,00
	1 membro	2 ou + membros	136,00
	2 membros	2 ou + membros	154,00
	3 ou + membros	2 ou + membros	172,00

Fonte: MDS/PBF, 2008.

Conforme o MDS/Cartilha do PBF (2006):

Esses compromissos representam direitos que, a médio e longo prazo, aumentam a autonomia das famílias e sua possibilidade de integração ao mercado de trabalho, ampliam a capacidade de geração de renda para seus membros e, dessa forma, contribuem para o combate estrutural da pobreza e para a melhoria das condições de vida do grupo familiar (MDS/CARTILHA DO PBF, 2006, s/p).

Para dar suporte ao PBF, foi criado um Conselho Gestor Interministerial – CGI, uma instância deliberativa, sendo órgão de assessoria do Presidente da República, com algumas funções, entre elas: apoiar, formular e integrar políticas públicas para promover a emancipação das famílias atendidas pelo PBF. Esse conselho é constituído de ministros da Educação, Saúde, Segurança Alimentar e Assistência Social, do Planejamento e da Fazenda e do ministro-chefe da Casa Civil e da Secretaria Executiva. O agente operador e pagador dos benefícios é a Caixa Econômica Federal (SILVA et al., 2006).

Em janeiro de 2005 foi criada a Rede Pública de Fiscalização do Programa Bolsa-Família, através de parcerias dos Ministérios Públicos Federais e Estaduais, Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU). As formas de fiscalização, tanto da gestão do Cadastro Único quanto do Programa Bolsa-Família, podem ser feitas das seguintes formas, segundo o MDS/PBF (2007).

- Ações *in loco* e a distância, realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, conforme critérios e parâmetros estabelecidos na Portaria Senarc nº. 1/2004.
- Ações desenvolvidas pelas Instâncias de Controle Social, que devem acompanhar as atividades desenvolvidas pelo gestor municipal do Programa, auxiliando a definição de formas para melhor atender às famílias que se enquadram nos critérios do Programa, inclusive no que diz respeito à disponibilização de serviços públicos de saúde e educação que permitam o cumprimento das condicionalidades.
- Auditorias e ações de fiscalização realizadas pelas instituições de controles interno e externo do poder executivo, a maior parte delas também componente da Rede Pública de Fiscalização do Bolsa-Família.
- Auditorias por meio de análise das bases de dados e sistemas, em especial aquelas realizadas na base do Cadastro Único, que permitem identificar duplicidades e divergências de informação de renda, em comparação com outras bases de dados do Governo Federal, entre outras (MDS/PBF, 2007, s/p).

Quanto aos profissionais para realização do cadastramento e atualização cadastral, o MDS/PBF (2007) indica que o município deve ter uma equipe formada por:

- Entrevistador: profissional com boa caligrafia e boa leitura, preferencialmente com nível médio concluído. Será responsável por preencher os formulários das famílias; Supervisor do CadÚnico: responsável por receber os formulários preenchidos e garantir que sejam devidamente digitados no Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados. Também são suas atribuições realizar a extração, transmissão, recepção e importação de arquivos e gerar e analisar os tratamentos de multiplicidade no aplicativo, repassando as atualizações necessárias aos digitadores.
- Supervisor de campo: deve acompanhar as ações de cadastramento e atualização cadastral, conferindo os formulários preenchidos e encaminhando-os à revisão ou à digitação.
- Assistente social: profissional com formação em assistência social, preferencialmente servidor do poder executivo municipal. Deve coordenar a identificação das famílias que compõem o público-alvo do CadÚnico, zelando, principalmente, pelo cadastramento das famílias em maior situação de vulnerabilidade;
- Supervisor do CadÚnico: responsável por receber os formulários preenchidos e garantir que sejam devidamente digitados no Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados. Também são suas atribuições realizar a extração, transmissão, recepção e importação de arquivos e gerar e analisar os tratamentos de multiplicidade no aplicativo, repassando as atualizações necessárias aos digitadores.
- Profissionais para a administração e manutenção da base de dados.
- Administrador de rede: profissional com conhecimentos e experiência em tecnologia da informação. Tem por atribuição manter o ambiente físico e operacional dos clientes, servidores e impressoras, instalando, configurando e conectando-os a rede local. Deve também apoiar os usuários quanto ao uso do Sistema Operacional.
- Administrador da base: profissional com conhecimentos e experiência em tecnologia da informação. Deve administrar o aplicativo, instalando e atualizando os clientes, os servidores, criando grupos e usuários, efetuar cópia de segurança e mantê-la em local seguro.
- Digitador: profissional com habilidade e rapidez na digitação dos dados cadastrais; deve executar, no aplicativo, as inclusões e alterações realizadas nos formulários de cadastramento (MDS/PBF, 2007, p. s/p).

A execução do PBF se dá de forma descentralizada, com a coordenação de esforços dos três níveis de governo, com atribuições articuladas, observando-se a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social (MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2006).

O controle social é a participação da sociedade civil no processo de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações da gestão pública na execução das políticas e programas públicos. Trata-se de uma ação conjunta entre Estado e sociedade em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades com vistas a aumentar o nível da

eficácia e efetividade das políticas e programas públicos (BRASIL, MDS/PBF, 2006, s/p).

Através do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa-Família, é definido o papel da Instância de Controle Social – ICS e a sua composição, sendo estabelecidas as atribuições das instâncias municipais e estaduais. A adesão do município ao PBF se dá por meio do Termo de Adesão (Portaria nº 246, de 20 de maio de 2004) e está condicionada à indicação do gestor municipal, responsável pela execução das ações do PBF localmente, e à criação da instância de controle social, na forma de conselho ou comitê, para realizar o acompanhamento do Programa.

Entre as atribuições das Instâncias de Controle Social (ICS) estão: desenvolver atividades de acompanhamento, monitoramento e apoio nas ações do PBF relativas ao cadastramento, à gestão de benefícios, ao acompanhamento das condicionalidades, aos programas complementares, à fiscalização, à participação social e à capacitação (Idem, 2006). Nesse sentido, a institucionalização de controle social na arena do PBF adiciona um desafio a mais no campo das políticas públicas sociais no território brasileiro, que historicamente se ancora na fragilidade de mobilização social e no poder público pouco democrático (SENNA et al., 2007).

No campo dos limites e das possibilidades dos programas de transferência de renda, alguns trabalhos realizados vêm descortinando o universo dos resultados e impactos produzidos por esses programas. Segundo Silva et al. (2006), os resultados e impactos mais apontados pelos executores de tais programas ou por estudos de avaliação têm sido na direção da superação dos problemas de sobrevivência do cotidiano com melhoria das condições de vida; elevação da frequência escolar dos filhos/dependentes; diminuição da evasão e repetência escolar, melhoria do rendimento escolar; redução do número de crianças fora da escola; saída de crianças e adolescentes das ruas; maior frequência das crianças aos postos de saúde, diminuição dos casos de desnutrição entre as famílias beneficiárias; e elevação da auto-estima e maior autoconfiança por parte de mães e crianças. No entanto, esses pesquisadores destacaram também que, apesar de tais indicações representarem melhorias ou impactos positivos para as famílias, estas passam por dificuldades de enfrentamento da pobreza após o desligamento dos programas e complementam que:

Em boa parte, as dificuldades encontradas devem-se à ausência de planejamento e de articulação sistemática do Programa de Transferência de Renda com outros programas, serviços e ações desenvolvidas por entidades governamentais e não-governamentais. Paralelamente, deve-se considerar que a possibilidade de melhoria da situação econômica encontra-se muitas vezes limitada pelas condições educacionais e psicossociais dos próprios beneficiários (Idem, 2006, p. 199).

Essa pode configurar-se na primeira limitação dos programas de transferência de renda, pois, se não propiciam meios pelos quais as famílias possam melhorar de vida após o desligamento do Programa, continuam com forte caráter assistencialista. Outro ponto que limita a ação efetiva dos Programas de Transferência de Renda refere-se exatamente ao eixo central qualificador desses Programas: obrigatoriedade de frequência escolar e qualidade do ensino, pois a obrigatoriedade de frequência escolar não é suficiente para alterar o quadro educacional das futuras gerações e, conseqüentemente, alterar a pobreza, se os sistemas educacionais municipais e estaduais não forem melhorados. Outro ponto que pode indicar uma limitação do Programa Bolsa-Família, diz respeito aos critérios de focalização, que são muito restritivos pelo corte de renda. No entanto, no texto da Cartilha do Programa Bolsa-Família se pode encontrar a este respeito que:

Além da renda familiar, outros indicadores sociais de pobreza e exclusão, tais como escolaridade, condições de moradia e saneamento, analfabetismo e acesso a serviços públicos, passarão a ser gradualmente considerados na seleção das famílias que participarão do Bolsa Família (BRASIL/MDS/PBF/CARTILHA DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA, 2006, s/p).

O uso da renda monetária como critério único de seleção das famílias permite uma crítica justificada na literatura pertinente, conforme apontaram Senna et al. (2007), uma vez que não leva em consideração o fato de a pobreza ser um fenômeno multifacetado, que inclui diversos aspectos, sendo entendida como carência de renda e como privação de capacidades, defendido profundamente por Sen (2000). Para Macedo e Brito (2004), no desenvolvimento desses programas de transferência de renda, se não houver uma proposta efetiva de trabalho e renda para absorver o contingente de desempregados, então não ocorrerão mudanças na qualidade de vida dessas pessoas, pois somente a transferência de renda não contribui para a inclusão social. Quanto aos trabalhos socioeducativos e a articulação com outros programas/políticas, faz-se necessário também questionar a efetividade desses trabalhos, a capacitação e interesse dos técnicos envolvidos, assim como psicólogos e

assistentes sociais, pois, se tal condução ficar somente restrita às recomendações pautadas no desenho do Programa, com certeza ele se fragilizará.

Macedo e Brito (2004), em pesquisas realizadas sobre os Programas PETI e Bolsa-Escola (programas de transferência de renda), em municípios do Estado do Rio de Janeiro, antes da unificação dos programas do Governo Federal para o Programa Bolsa-Família, já apontavam algumas limitações: sobre a centralidade na educação – constataram que predomina o envolvimento de natureza burocrática por parte das unidades de ensino e do corpo docente; sobre a participação dos gestores – perceberam que não há grande preocupação com a melhoria da qualidade da educação e de programas de inclusão educacional; e sobre a falta de uma proposta efetiva que associe trabalho e renda para absorver o contingente de desempregados.

Para aprofundar a exposição e a análise do PBF, organizamos os seus conteúdos em forma de matriz, englobando os objetivos, as ações previstas no âmbito do Programa e os resultados esperados; os conteúdos que conformam a estrutura do Programa, os atores sociais envolvidos e suas atribuições, conforme se coloca nos tópicos subsequentes.

3.3. Matriz lógica do Programa Bolsa-Família

A matriz lógica do PBF foi construída com base nas contribuições teóricas de Costa e Castanhar (2003), mediante densa exploração da bibliografia sobre o PBF e dos conteúdos deste explicitados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O objetivo da construção dessa matriz foi a demarcação dos conteúdos do PBF, visando à maior compreensão do Programa. Assim, foram construídas as seguintes matrizes:

- 1) Matriz lógica do PBF (relaciona objetivos, ações do PBF e resultados esperados).
- 2) Matriz lógica de conteúdo/componentes do PBF (detalha a estrutura e o conteúdo do Programa).
- 3) Matriz lógica de variáveis e indicadores (relaciona os objetivos específicos, variáveis e indicadores).

Quadro 3 – Matriz lógica do PBF (relaciona objetivos, ações do PBF e resultados esperados)

Objetivos específicos do PBF	Ações do PBF	Resultados Esperados		
		Resultados imediatos	Resultados (médio prazo)	Resultados (longo prazo)
Combater a fome	Garantir que pessoas com falta de acesso à alimentação digna tenham acesso a recursos financeiros ou acesso a alimentos em espécie, através da transferência de renda.	Elevação da renda familiar; alívio imediato da pobreza; através da aquisição de itens necessários à alimentação. Auxílio no pagamento de contas e compra de gás.	Incentivo para elevação da renda familiar e condições de acesso a bens e serviços que melhorem a vida do grupo familiar. Melhorias concretas nas condições de vivências das famílias, principalmente quanto aos problemas de falta de alimentos.	Elevação da renda familiar, melhoria das condições de saúde e do estado nutricional do grupo familiar, inclusive das gerações futuras. Diminuição dos casos de desnutrição, especialmente a infantil. Melhorias concretas nas condições de vivências das famílias. Fortalecimento dos vínculos familiares.
Estimular o acesso à educação	Transferência de renda associada à frequência escolar. Oferecer serviços na área de educação e exigir o acesso por parte das famílias.	Saída de crianças e jovens das ruas; contribuir para o combate ao trabalho infantil; elevação da frequência escolar.	Contribuir para o combate ao trabalho infantil; elevação do rendimento escolar; diminuição da evasão escolar e da repetência; aumento do sucesso escolar; e elevação da auto-estima dos alunos e de sua família.	Rompimento do ciclo de pobreza entre gerações; fortalecimento da cidadania; e diminuição das desigualdades sociais, através do aumento da escolaridade.

Continua...

Quadro 3 – Cont.

Objetivos específicos do PBF	Ações do PBF	Resultados Esperados		
		Resultados imediatos	Resultados (médio prazo)	Resultados (longo prazo)
Incentivar os cuidados com a saúde	Transferência de renda associada ao acompanhamento da saúde, nos postos de saúde (unidades do PSF – Programa Saúde da Família). Oferecer serviços na área de saúde e exigir o acesso das famílias.	Frequência das famílias aos postos de saúde; e cuidado por parte das famílias com o calendário de vacinação dos filhos.	Redução da taxa de mortalidade e desnutrição infantil; melhorias concretas da saúde de todos os membros familiares, especialmente das mulheres (pré-natal e acompanhamento dos bebês) e crianças.	Manutenção da saúde da família; melhorias da saúde de todos os membros da família; redução da taxa de mortalidade e desnutrição infantil; e elevação da auto-estima de todos os membros da família.
Promover a emancipação das famílias	Articular estratégias para incluir socialmente famílias em situações de pobreza e de exclusão social; oferecer atividades de inclusão (recreativas, esportivas, culturais) para o fortalecimento da cidadania; e oferecer cursos de capacitação para o trabalho e geração de renda.	Inserção social via trabalho; melhorias nas condições de habitação; e melhorias das relações familiares.	Fortalecimento de vínculos sociais e de parentesco; elevação da auto-estima dos membros das famílias; e aumento do acesso aos direitos civis, políticos e sociais.	Melhorias nas condições de vida; maior participação comunitária; fortalecimento de vínculos sociais e de parentesco; elevação da auto-estima dos membros das famílias; e aumento do acesso aos direitos civis, políticos e sociais.
Os objetivos específicos citados sustentam os objetivos gerais do PBF, que são: enfrentar a pobreza e a exclusão social, promover a inclusão social e fortalecer a cidadania. Todos os objetivos do PBF estão diretamente ligados e são dependentes e, ainda, se reforçam. O Programa Bolsa Família se sustenta numa perspectiva integrada em relação aos seus objetivos.				

Continua...

Quadro 3 – Cont.

Objetivos gerais e aspectos componentes

Enfrentar a pobreza e a exclusão social	Promover a inclusão social	Fortalecer a cidadania
Envolve um conjunto de objetivos e ações, sendo que ao mesmo tempo que se pretende combater certas situações (fome, violência, mendicância, doenças etc.), deve-se estimular a instauração de outras situações (saúde, práticas cidadãs, trabalho, educação etc.). Todos os objetivos específicos precisam ser articulados.	Abarca o incentivo de diversos aspectos, especialmente de promoção de oportunidades, reforço da educação e melhores condições de saúde e estímulo ao trabalho. A inclusão real das famílias depende da sua emancipação, e para isso é fundamental que tenham acesso a serviços de qualidade de saúde e de educação, bem como acesso a cursos de capacitação para o trabalho e para práticas sociais variadas. Depende do enfrentamento da pobreza e da exclusão social e do incentivo à cidadania.	Também envolve um conjunto de objetivos e ações, que precisam ser articulados com os demais objetivos. O fortalecimento da cidadania depende de práticas sociais mais cidadãs e, portanto, envolve aspectos ligados aos direitos dos cidadãos. Ter conhecimento dos direitos e reforçar o acesso a eles contribui para o exercício da cidadania. Inclui a negação de todas as formas de privação e o incentivo ao exercício pleno dos direitos. Para tanto, é fundamental que sejam oferecidas diversas oportunidades às famílias, que conjuntamente reforcem a cidadania, a inclusão social e o enfrentamento real da pobreza e da exclusão social.

Fonte: Informações extraídas de pesquisa documental do site do MDS e fontes bibliográficas.

Quadro 4 – Matriz de conteúdo/componentes do PBF

Conteúdo	Componentes
Sobre os beneficiários	
Unidade beneficiária	Grupo familiar
Membro da família responsável para receber o benefício	Mulher/mãe
Características socioeconômicas principais	Composição familiar, condições de habitação, de trabalho e de renda, condições de saúde, faixa etária, nível de escolaridade. Essas informações são importantes porque podem auxiliar a formulação dos programas complementares federais, estaduais e municipais. Dados sobre a situação do domicílio (próprio, alugado, cedido ou invasão), o tipo do domicílio (casa, apartamento ou cômodos) e a infra-estrutura (saneamento ou pavimentação), por exemplo, contribuem para a formulação de políticas habitacionais específicas. As informações sobre a escolaridade de cada membro da família ajudam a formulação de políticas educacionais e a identificação das pessoas que demandam cursos de alfabetização e de capacitação de jovens e adultos.
Requisitos de elegibilidade	Duas formas: Famílias em condições de extrema pobreza: com renda mensal de até R\$60,00 por pessoa, independentemente de sua composição. Famílias em condições de pobreza: com renda mensal entre R\$60,01 e R\$120,00 por pessoa, desde que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos.
Critério prioritário de elegibilidade	Renda <i>per capita</i> da família; primeiro são incluídas as famílias com menor renda, que configurem situações de extrema pobreza e de pobreza.
Renda <i>per capita</i> da família	Calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa e o valor encontrado é a renda <i>per capita</i> da família.
Compromissos das famílias	Cumprir as exigências (condicionalidades) nas áreas de saúde e educação e, ainda, se comprometer a participar de cursos complementares que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. As condicionalidades são os compromissos sociais assumidos pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família, que devem ser cumpridos para assegurar o direito de receber o benefício financeiro do PBF.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Conteúdo	Componentes
Sobre os beneficiários	
Advertências e sanções	Em cada período de apuração serão identificadas as famílias em situação de descumprimento. Este ocorre quando qualquer membro da família deixa de cumprir as condicionalidades no período de apuração. As sanções previstas na Portaria GM/MDS nº 551, de 09 de novembro de 2005, são gradativas: • no primeiro descumprimento, a família receberá apenas uma advertência, que não afeta ou altera o recebimento do benefício; • no segundo descumprimento, a família terá uma sanção, o benefício bloqueado por 30 dias, mas recebe acumulado no mês seguinte; • no terceiro descumprimento, o benefício da família será suspenso por 60 dias; • no quarto registro, a família também receberá uma suspensão de 60 dias. Nesses dois períodos, as parcelas não serão geradas, e a família fica sem receber; e • apenas no quinto registro de descumprimento a família poderá ter o benefício cancelado.
Cancelamento/desligamento do Programa	Primeiro ocorre o bloqueio do benefício, depois o cancelamento e desligamento do Programa. Em caso de cancelamento por parte do MDS, não é possível reverter no município. Em até 66 dias bloqueado, é possível reverter no município; depois desse prazo, só através de preenchimento de formulário-padrão que é enviado para o MDS em Brasília, e a família volta para a lista de espera, pois teve o benefício cancelado.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Conteúdo	Componentes
Sobre os beneficiários	
Valor do benefício transferido	A) Famílias em situação de pobreza (renda <i>per capita</i> mensal de R\$60,01 até R\$120,00): Ocorrência de crianças/adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrízes: com um membro – recebe um benefício variável: R\$18,00, com dois membros – recebe 2 b. variável: R\$36,00, com três ou mais membros – recebe 3 b. variável: R\$54,00. B) Famílias em situação de extrema pobreza (renda <i>per capita</i> mensal de até R\$60,00): Sem ocorrência de crianças/adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrízes – recebe o benefício básico: R\$58,00, com ocorrência de um membro – recebe o básico mais um b. variável: R\$76,00, com ocorrência de dois membros – recebe o básico mais dois b. variável: R\$94,00, com três ou mais membros recebe o básico mais 3 b. variável: R\$112,00. De acordo com a Medida Provisória (28/12/2007), as famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família que têm na sua composição adolescentes de 16 e 17 anos poderão receber adicionalmente o Benefício Variável Jovem (BVJ) no valor de R\$30,00 até o limite de dois benefícios por família. O valor máximo total do benefício das famílias poderá chegar a R\$172,00.
Sobre o contexto institucional previsto para a implementação do programa	
Legislação	Instituído em outubro de 2003 pela Medida Provisória n. 132 e regulamentado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, no governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, e de acordo com o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006. Medida Provisória nº 411, publicada no dia 28 de dezembro de 2007, amplia a faixa etária para atendimento do Programa Bolsa-Família (PBF) para adolescentes até 17 anos. Essa e outras medidas compõem o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que prevê ações de qualificação profissional e de aumento de escolaridade para o público de 16 a 29 anos.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Conteúdo	Componentes
Sobre os beneficiários	
Origem do PBF	Unificou os programas/ações de transferência de renda do Governo Federal: Programa Bolsa-Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Bolsa-Alimentação, Programa Auxílio-Gás e o Cadastro Único do Governo Federal.
Objetivos principais	Promover o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família. Promover a inclusão social das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.
Vinculação direta	Vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
Financiamento/tipo de recurso	Transferência direta de recursos financeiros do Governo Federal às famílias, representadas pelas mulheres. Repasse do Índice de Gestão Descentralizada – IGD para as prefeituras.
Mecanismos de cadastramento	Através do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, as prefeituras são encarregadas de fazer o cadastramento das famílias. O MDS fornece um Número de Identificação Social – NIS para toda família cadastrada. O gestor municipal e o coordenador municipal, juntamente com uma equipe, realizam o cadastramento das famílias. Utilizam questionários e ficha de cadastro, e os dados são enviados para o Governo Federal. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas.
Processamento de informações	Banco de informações alimentado pelas prefeituras (informações locais) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).
Posicionamento estratégico	Através da gestão compartilhada entre a União, os estados e os municípios (co-responsáveis pela sua implementação, gestão e fiscalização), prevê a articulação de transferência monetária para famílias pobres e extremamente pobres, com incentivos nas áreas de Saúde e de Educação.
Vinculações institucionais	Ministérios e secretarias, prefeituras, secretarias municipais e estaduais de Saúde, Educação e Assistência Social, escolas, unidades de Posto de Saúde e unidade responsável pelo pagamento: Caixa Econômica Federal.

Quadro 4 – Cont.

Conteúdo	Componentes
Sobre os beneficiários	
Sistema de acompanhamento das condicionalidades	Para que os municípios informem os dados do acompanhamento das condicionalidades, os Ministérios da Saúde e da Educação oferecem sistemas específicos para o registro dos dados: - Sistema de acompanhamento das condicionalidades da área da Saúde - Sistema de acompanhamento das condicionalidades da área de Educação Calendário de Acompanhamento das Condicionalidades: O acompanhamento das condicionalidades de Saúde e Educação é feito de acordo com calendário previamente estipulado, que define períodos para que o município faça o acompanhamento e o registro das informações relativas a cada área nos sistemas próprios. - Calendário de acompanhamento para a área de Saúde - Calendário de acompanhamento para a área de Educação
Objetivos do acompanhamento das condicionalidades	Garantir o acesso das famílias aos serviços de saúde e educação e identificar as famílias que apresentam dificuldades de acesso a esses serviços para que o município atue de forma a reverter essa situação. Contribuir com o Índice de Gestão Descentralizada – IGD, que garante repasses financeiros aos municípios para melhorar a gestão do Programa Bolsa-Família. É importante que o município tenha qualidade no desempenho das ações de acompanhamento, pois as informações sobre as condicionalidades irão refletir no valor do repasse dos recursos do IGD.
Gestão federal	Atuação do Conselho Gestor Interministerial – CGI, órgão de assessoria do Presidente da República, com algumas funções: apoiar, formular e integrar políticas públicas para promover a emancipação das famílias atendidas pelo PBF. Esse conselho é constituído de ministros da Educação, Saúde, Segurança Alimentar e Assistência Social, do Planejamento, da Fazenda, ministro-chefe da Casa Civil e da Secretaria Executiva. Atuação direta do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS: repasse de transferências, repasse do IGD, controle do banco de dados, controle (incluindo bloqueio, cancelamento e desligamento) da lista de beneficiários.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Conteúdo	Componentes
Sobre os beneficiários	
Gestão estadual	A adesão dos estados foi definida pela Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005, e suas alterações posteriores (Portaria GM/MDS nº 454, de 06 de setembro de 2005; Portaria GM/MDS nº 672, de 29 de dezembro de 2005; Portaria GM/MDS nº 68, de 08 de março de 2006; e Portaria GM/MDS nº 232, de 29 de junho de 2006). A Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005, prevê o repasse de recursos financeiros aos municípios, estados, e Distrito Federal para apoio às atividades de gestão do Programa Bolsa-Família, em especial assessoria aos municípios na implementação do Programa. As atividades de gestão deverão estar definidas no Plano de Ação Estadual para Apoio à Atualização do Cadastro Único dos Programas Sociais, que representa a formalização da adesão ao PBF. A Portaria prevê também a constituição de coordenação estadual intersetorial, composta por representantes das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, entre outras, com a finalidade de executar suas atribuições e promover a articulação com o governo federal e com os municípios.
Gestão municipal	A adesão do município ao PBF através do Termo de Adesão conforme a Portaria nº 246, de 20 de maio de 2004, está condicionada à indicação do gestor municipal (responsável pela execução das ações do PBF localmente) e à criação da instância de controle social, na forma de conselho ou comitê, para realizar o acompanhamento do Programa.
Instâncias de controle social (ICS)	Participação da sociedade civil no processo de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações da gestão pública na execução das políticas e programas públicos. Visa à ação conjunta entre Estado e sociedade em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades. Cabe às ICS: acompanhar, monitorar e apoiar as ações do PBF relativas ao cadastramento, à gestão de benefícios, ao acompanhamento das condicionalidades, aos programas complementares, à fiscalização, à participação social e à capacitação.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Sobre as responsabilidades e competências	
Governo federal	Coordenação, gestão e operacionalização do Programa Bolsa-Família, que compreende a prática dos atos necessários à concessão e pagamento de benefícios, a gestão do Cadastramento Único do Governo Federal, a supervisão do cumprimento das condicionalidades e oferta dos programas complementares, em articulação com os ministérios setoriais e demais entes federados, e o acompanhamento e fiscalização de sua execução. Sobre as condicionalidades: • Regularamentar a gestão do acompanhamento das condicionalidades e a repercussão de seu descumprimento pelas famílias beneficiárias do Programa. • Apoiar, articular intersetorialmente e supervisionar as ações governamentais para o acompanhamento das condicionalidades. • Estabelecer e divulgar diretrizes técnicas e operacionais sobre os sistemas de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família. • Manter os municípios e disponibilizar a eles sistemas de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família. • Apoiar e capacitar os gestores municipais e estaduais. • Consolidar, analisar e disponibilizar dados de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família, enviados pelos municípios. • Acompanhar, monitorar e supervisionar o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família. • Estabelecer calendário anual de envio e recebimento de informações de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família. • Elaborar relatórios para subsidiar a política de proteção social. • Disponibilizar apoio técnico-institucional aos estados e municípios.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Sobre as responsabilidades e competências	
Governo estadual	Desenvolver de atividades de capacitação que subsidiem o trabalho dos municípios no processo de cadastramento e de atualização cadastral da base de dados do CadÚnico, em atendimento ao disposto na Portaria GM/MDS nº 360, de 2005, e eventuais atos normativos expedidos pelo Ministério relacionados ao assunto. Desenvolver atividades de apoios técnico e logístico aos municípios, segundo a demanda e capacidade técnica e de gestão desses; disponibilizar aos municípios, quando necessário, infra-estrutura de logística para digitação e transmissão dos dados ao CadÚnico. Implementar a estratégia de apoio ao acesso de suas populações pobre e extremamente pobre a documentos de identificação. Formatação de estratégia para apoio à inclusão no CadÚnico de populações tradicionais e específicas, em especial de comunidades indígenas e remanescentes de quilombos. Utilização do banco de dados do CadÚnico, exclusivamente, para a realização de atividades previstas no Termo de Adesão ou para consultas e estudos concernentes aos programas de transferência de renda. Instituir Coordenação Estadual do Programa Bolsa-Família, com correspondente informação à Senarc sobre sua composição. Sobre as condicionalidades: • Disponibilizar serviços e estruturas institucionais da área da assistência social, da educação e da saúde. • Promover, em articulação com a União e os municípios, o acompanhamento das condicionalidades pelos aplicativos (SISVAN e aplicativo de frequência escolar disponibilizado pelo MEC). • Promover ações de sensibilização, articulação e capacitação dos gestores municipais. • Promover o fortalecimento da rede de proteção social dos municípios. • Disponibilizar apoio técnico-institucional aos municípios.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Sobre as responsabilidades e competências	
Governo municipal	Identificação e inscrição no CadÚnico das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Gestão dos benefícios do PBF e Programas Remanescentes. Apuração e, ou, o encaminhamento de denúncias às instâncias cabíveis. Garantia do acesso dos beneficiários do PBF aos serviços de educação e saúde, em articulação com os governos federal e estadual. Acompanhamento do cumprimento das condicionalidades. Acompanhamento das famílias beneficiárias, em especial atuando nos casos de maior vulnerabilidade social. Estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais, para a oferta de programas complementares aos beneficiários do Programa Bolsa-Família. Atualização das informações do Cadastro Único (CadÚnico), apuradas por meio do percentual de cadastros válidos e do percentual de domicílios atualizados nos últimos dois anos. Sobre as condicionalidades: • Disponibilizar serviços e estruturas institucionais da área da Assistência Social, da Educação e da Saúde. • Promover, em articulação com a União e os Estados, o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família (SISVAN e aplicativo de frequência escolar do MEC). • Manter dados do acompanhamento das famílias atualizados. • Identificar e acompanhar famílias com dificuldades de cumprimento das condicionalidades. • Disponibilizar informação à instância de controle social – Conselho Municipal responsável pelo Programa Bolsa-Família.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Sobre as responsabilidades e competências	
Gestor municipal	Responsável pela coordenação das atividades do Cadastro Único e da gestão do Programa Bolsa-Família. Ele deve ser designado formalmente pelo prefeito, nos termos da Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005. Atribuições: • Assumir a interlocução entre a prefeitura, o MDS e o estado para a implementação do Bolsa-Família e do Cadastro Único. • Coordenar a relação entre as Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde para o acompanhamento dos beneficiários do Bolsa-Família e a verificação das condicionalidades. • Coordenar a execução dos recursos transferidos pelo governo federal para o Programa Bolsa-Família nos municípios. Esses recursos estão sendo transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social aos fundos de assistência municipal. Assim, o Gestor Municipal do Bolsa-Família será o responsável pela aplicação dos recursos financeiros do Programa; poderá decidir se o recurso será investido na contratação de pessoal, na capacitação da equipe, na compra de materiais que ajudem o trabalho de manutenção dos dados dos beneficiários locais, entre outros. • Assumir a interlocução, em nome do município, com os membros da Instância de Controle Social do município, garantindo a eles o acompanhamento e fiscalização das ações do Programa na comunidade. • Coordenar a interlocução com outras secretarias e órgãos vinculados ao próprio governo municipal, do estado e do governo federal e, ainda com entidades não-governamentais, com o objetivo de facilitar a implementação de programas complementares para as famílias beneficiárias do Bolsa-Família. Sobre as condicionalidades: Coordenar as ações entre os setores locais, principalmente da saúde, educação e assistência social, para estimular as famílias que já estão cumprindo regularmente as condicionalidades a continuar a cumpri-las, bem como para fazer aquelas famílias que não estão cumprindo seus compromissos passarem a cumpri-los. Fornecer o apoio e acompanhamento necessário às famílias para que possam cumprir as condicionalidades. Mobilizar e coordenar todas as pessoas envolvidas com a execução, acompanhamento e fiscalização do Programa no município. Notificar o responsável legal da família, quando identificado descumprimento de condicionalidade. Responder aos recursos das famílias. Manter a Instância de Controle Social informada sobre as famílias em situação de descumprimento das condicionalidades.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Sobre as responsabilidades e competências	
Coordenador municipal	• Organizar a parte operacional do Programa no município. • Coordenar uma equipe para coleta de dados, através do preenchimento da ficha de cadastro e das entrevistas com as mães. • Organizar e atualizar o banco de dados do MDS e arquivar dados em pastas físicas no local de trabalho. • Em casos de denúncias, ir junto com os funcionários checar informações, documentação (carteira de trabalho), condições de habitação e outras. • Gerar arquivos e enviar para o MDS (através de sistemas informatizados).
Famílias beneficiárias	Em relação à Saúde (Portaria MS/MDS nº 2.509, de 18 de novembro de 2004) Para as famílias com criança até 7 anos: • Levar as crianças para vacinação e manter atualizado o calendário de vacinação. • Levar as crianças para pesar, medir e ser examinadas conforme o calendário do Ministério da Saúde. Para as gestantes e mães que amamentam: • Participar do pré-natal. • Continuar o acompanhamento após o parto, de acordo com o calendário do Ministério da Saúde, e levar sempre o Cartão da Gestante. • Participar das atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável. Em relação à Educação (Portaria MEC/MDS nº 3.789, de 17 de novembro de 2004): • Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos na escola. • Garantir a frequência mínima de 85% das aulas a cada mês. Se o aluno precisar faltar, é necessário informar à escola e explicar o motivo. • Informar ao gestor do Programa Bolsa-Família sempre que alguma criança mudar de escola. Assim, os técnicos da prefeitura poderão continuar acompanhando a frequência.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Sobre a integração intersetorial e aspectos operacionais dos programas complementares	
Articulação com programas complementares	Os programas complementares à transferência de renda são ações organizadas e regulares direcionadas às famílias pobres do PBF e do CadÚnico, com o objetivo de desenvolver suas capacidades para a superação da situação de pobreza e de vulnerabilidade social em que se encontram. Podem ser: - Específicos, formulados exclusivamente para atender as pessoas inscritas no CadÚnico e, em especial, as beneficiárias do PBF. - Programas já existentes, mas que focalizam ou priorizam as famílias de maior vulnerabilidade. Ressalte-se que a oferta de programas complementares não é uma exclusividade do governo federal e que também deve ser realizada por estados e municípios e até pela sociedade civil organizada.
Legislação	De acordo com o regulamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cabe à Coordenação Geral do Programa Bolsa-Família (CGPBF/Senarc) formular estratégias visando à oferta e à articulação de ações estaduais e municipais, complementares à transferência de renda, com base nos seguintes textos legais: • O Artigo 23 da Constituição Federal, que estabelece que o combate às “causas da pobreza e aos fatores de marginalização é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios”. • A Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família e define que a execução e a gestão do Programa são competências comuns dos entes federados e devem ser realizadas “de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços” entre eles (Artigo 8º). • O Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que prevê a possibilidade de serem firmados termos de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a fim de contemplar a formulação de “programas e políticas sociais orientadas ao público beneficiário do Bolsa-Família, que contribuam para a emancipação sustentável das famílias beneficiárias” (Art. 12, § 1.º). • A Medida Provisória (28/12/2007) estabelece que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família que têm na sua composição adolescentes de 16 e 17 anos poderão receber adicionalmente o Benefício Variável Jovem (BVJ) no valor de R\$30,00 até o limite de dois benefícios por família.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Sobre a integração intersetorial e aspectos operacionais dos programas complementares	
Estratégia de articulação	Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF, a Coordenação-Geral do Programa Bolsa-Família em nível federal desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estadual e municipal para atender às necessidades das famílias em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais. Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, suas vulnerabilidades e potencialidades e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.
Integração do PBF/MDS com os programas de transferência de renda das demais esferas de governo	Cada estado, município ou o Distrito Federal assina Termo de Cooperação específico que estabelece a pactuação de seus programas com o PBF. Essas pactuações podem envolver a integração de programas próprios de transferência de renda ou a complementação do valor pago pelo PBF. No caso de pagamento integrado, as logomarcas dos entes federados parceiros são incorporadas ao cartão magnético do Programa Bolsa Família, utilizado para saque do benefício.
Funções da Coordenação-Geral do Programa Bolsa-Família quanto ao oferecimento de programas complementares	1) Desenho e planejamento: Fornecimento de relatórios do CadÚnico com dados das famílias que podem ser beneficiadas por um programa complementar, incluindo: identificação de demandas e potencialidades, focalização das ações e promoção da complementaridade entre os programas. Apoio aos órgãos responsáveis, no desenho e planejamento da política, com base na <i>expertise</i> acumulada na articulação de outros programas e ações complementares. 2) Implementação: Mobilização dos atores do Programa Bolsa-Família (gestores do PBF, coordenadores estaduais PBF e instâncias de controle social – ICS) para: (i) identificação e localização de famílias beneficiárias de acordo com o perfil do público-alvo do programa ou ação complementar; (ii) divulgação dos programas e dos serviços oferecidos; (iii) mobilização das famílias para inscrição no Programa; e (iv) acompanhamento da participação das famílias beneficiárias no Programa. 3) Monitoramento e Avaliação: Apoio aos órgãos responsáveis pela implementação do Programa ou ação complementar na definição e na construção do modelo de monitoramento e avaliação do Programa/ação complementar.

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Sobre a integração intersetorial e aspectos operacionais dos programas complementares	
Programas complementares articulados ao PBF em nível federal	Programa/categoria/objetivo: Programa Brasil Alfabetizado/Acesso ao conhecimento/Alfabetização ProJovem/Acesso ao conhecimento/Acesso ao trabalho e renda/Reintegração ao processo educacional e Qualificação social e profissional Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES)/Acesso ao trabalho e renda/Articulação das potencialidades locais por meio da atuação dos Agentes de Desenvolvimento Solidário Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B) e programas de microcrédito do BNB/Acesso ao trabalho e renda/Estímulo à produção por meio de acesso ao microcrédito e assistência técnica Programa Nacional Biodiesel/Acesso ao trabalho e renda/Assistência técnica e crédito para produção e uso do Biodiesel, inclusão social e desenvolvimento regional Programa Luz para Todos/Condições Habitacionais/Expansão do fornecimento de energia elétrica no meio rural
Sobre os principais atores do PBF e suas funções	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS	Gestor geral do PBF
Ministérios da Fazenda e do Planejamento	Controle, liberação e definição do montante de recursos
Casa civil	Responsável pelas articulações entre os ministérios
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI	Avaliação e monitoramento
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC/MDS)	Coordenação, execução e articulação política

Continua...

Quadro 4 – Cont.

Sobre a integração intersetorial e aspectos operacionais dos programas complementares	
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/MDS)	Liberação dos recursos
Ministério da Saúde	Responsável pelas condicionalidades de saúde
Ministério da Educação	Responsável pelas condicionalidades de educação
Caixa Econômica Federal	Agente responsável pelo pagamento dos benefícios
Estados	Atuação conjunta (governos federal, estadual e municipal)
Municípios	Atuação conjunta (governos federal, estadual e municipal)
Instâncias de Controle social	Controle social
Famílias	Cumprimento das condicionalidades, atualização do cadastro e participação em programas complementares, quando oferecidos

Fonte: Informações extraídas de fontes bibliográficas e pesquisa documental no site do MDS.

Quadro 5 – Matriz lógica do PBF – de variáveis e indicadores

Objetivos específicos	Variáveis	Exemplos de indicadores	Exemplos de informações necessárias	Exemplos de técnicas de coleta de dados
Combater a fome	Quantidade e qualidade da alimentação	Tipos de alimentos comprados pela família; Quantidade de alimentos comprados e consumidos; Número de refeições realizadas por dia;	Quantas refeições são realizadas por dia Que alimentos são consumidos pelos membros das famílias O que é comprado e com que frequência	Entrevista semi-estruturada Visita domiciliar e observação
Estimular o acesso (e permanência) à educação	Frequência escolar Evasão escolar Matrícula Qualidade dos serviços de educação	Números de matrículas; Números de desistências; Número de repetências; Transporte escolar; Índices de alfabetização; Índices de fracasso e sucesso escolar; Números e informativos sobre greves de profissionais; Informativos sobre formação, capacitação dos profissionais de educação. Tipo de transporte escolar;	Quantas vezes o aluno foi matriculado e quantas vezes abandonou a escola Informações sobre o rendimento do aluno sobre sucesso e fracasso escolar, como repetência e evasão Condições de acesso à escola, como o tipo do transporte escolar; tempo despendido para chegar à escola; Informações sobre greve dos professores, satisfação deles com as condições de trabalho, com o salário, com o material fornecido Informações sobre cursos promovidos pelas prefeituras e estados, de capacitação e atualização dos profissionais da educação pública Informações sobre o atendimento dos alunos na escola e satisfação/insatisfação das famílias	Entrevista semi-estruturada com os profissionais ligados às famílias bolsistas do PBF Análise de documentos, fichas e registros da Secretaria de Educação e da Secretaria da Escola Visita domiciliar e entrevista semi-estruturada com as mulheres (mães)

Continua...

Quadro 5 – Cont.

Objetivos específicos	Variáveis	Exemplos de indicadores	Exemplos de informações necessárias	Exemplos de técnicas de coleta de dados
Incentivar os cuidados com a saúde	Quantidade e qualidade dos atendimentos em postos de saúde	Registros em postos de saúde sobre frequência das famílias Registros sobre vacinação, pré-natal e acompanhamento da saúde de nutrízes e bebês Números e informativos sobre greves de profissionais Informativos sobre formação e capacitação dos profissionais de saúde Informações sobre campanhas de saúde	Informações sobre cursos promovidos pelas prefeituras e estados, de capacitação e atualização dos profissionais responsáveis pela saúde pública Informações sobre o tipo de atendimento que recebem, como são tratados e orientados pelos profissionais Informações sobre o estado de saúde dos membros das famílias	Entrevista semi-estruturada com os profissionais de saúde ligados às famílias bolsistas do PBF Análise de documentos, fichas e registros da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria dos Postos de Saúde (unidades do PSF) Visita domiciliar e entrevista semi-estruturada com as mulheres (mães)
Promover a emancipação das famílias	Quantidade e qualidade de Emprego/desemprego Volume de renda Qualidade e quantidade de participação social Qualidade e quantidade de cursos de capacitação, de geração de renda Qualidade dos serviços de assistência social	Tipo de trabalho e valor da renda Registros sobre promoção de cursos por parte da prefeitura Registros de participação em cursos por parte das famílias bolsistas Tipo de serviços prestados pela Secretaria de Assistência Social Tipo de atividades em que as famílias participam e modo de participação	Informações sobre tipos de serviços desempenhados pelos membros das famílias Informações sobre número de pessoas desempregadas e atividades de sobrevivência Informações sobre o tipo de trabalho e a renda proveniente do trabalho Tipo de acesso a serviços sociais, como: participação em eventos culturais e de lazer; em associações/grupos sociais; e em escolas. Se participam de cursos de geração de renda, de capacitação, orientação Se recebem apoio da Secretaria de Assistência Social, através de ações, como: doação de cestas básicas e auxílio com a manutenção da moradia	Entrevista semi-estruturada com as famílias e com os profissionais da Secretaria de Assistência Social Visita domiciliar e observação Análise de documentos, fichas e registros da Secretaria Municipal de Assistência Social

Fonte: Informações extraídas de pesquisa documental no site do MDS/PBF e consultas bibliográficas.

Neste tópico, procurou-se apresentar o desenho institucional do PBF, apoiado nas recomendações legais que fundamentam e orientam a implementação dele em nível municipal. A matriz lógica de conteúdo do PBF permite o entendimento de que o formato do Programa Bolsa-Família, em termos legais, pauta-se na articulação da transferência de renda, para promover o alívio imediato da pobreza, com a promoção de inclusão social das famílias que vivem em situação de pobreza e em extrema pobreza.

Trata-se de um programa complexo, que envolve várias instâncias e vários atores sociais. A proposta é de gestão descentralizada e o município, o agente mais próximo das famílias. Portanto, as ações municipais no âmbito do PBF são de fundamental importância, tendo em vista que é em nível local que se podem observar a frequência escolar e os cuidados com a saúde das crianças e dos outros membros das famílias, promover a articulação com outros programas, fiscalizar o trabalho infantil e realizar visitas domiciliares para atender aos critérios de elegibilidade, entre outras ações. Diante disso, no próximo capítulo apresentam-se a caracterização e implementação do PBF no Município de Viçosa e o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do Programa.

4. O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA EM VIÇOSA

Neste capítulo, buscamos caracterizar o PBF em Viçosa em termos dos processos pertinentes à sua implementação e da percepção que os seus gestores e as famílias têm acerca do funcionamento do programa. Em seguida, apresentamos o perfil socioeconômico das famílias atendidas pelo Programa Bolsa-Família no município de Viçosa e a percepção que estas têm dele. Buscamos analisar se, após a participação no programa, houve diminuição da pobreza e da exclusão, com estímulo ao exercício da cidadania e inclusão social por parte das famílias atendidas.

4.1. O Programa Bolsa-Família no município de Viçosa

O PBF em Viçosa tem origem no início de 2001, com o Programa Bolsa-Escola. Atualmente atende a um total de 2.965 famílias. O número de famílias cadastradas, à espera do benefício, contabiliza 6.102. Inicialmente os cadastros eram feitos na escola. Em 2002, com o surgimento do Cadastramento Único, os cadastros passaram a ser feitos pelos agentes de saúde. Segundo a coordenadora do PBF de Viçosa, muitos cadastros foram preenchidos com informações falsas, possibilitando o acesso ao benefício de famílias que não precisam receber. Segundo a coordenadora municipal, até hoje, a equipe de cadastramento tem que reparar e anular alguns cadastros.

Em 2003, com a unificação de todos os programas e o surgimento do Bolsa-Família, as famílias participantes dos outros programas tiveram que migrar para ele.

Em Viçosa, a adesão do município ao PBF aconteceu somente em setembro de 2005²⁹. A partir daí, todos os anos, as famílias (mães) têm de realizar o recadastramento junto à equipe do programa na prefeitura. Caso isso não aconteça, o benefício é bloqueado, mesmo para as famílias cadastradas que ainda não receberam o benefício. Em caso de mudança de município, a pessoa deve solicitar a transferência, já que cada pessoa (família) tem um número de identificação social – o NIS. Com essa transferência, é realizado um novo cadastro, passando a prevalecer o mais atual.

Para se cadastrar, a pessoa tem que solicitar o cadastro na prefeitura, momento no qual é realizada uma pequena entrevista para analisar se a família se enquadra no perfil de beneficiário do PBF, que é estabelecido de acordo com a renda *per capita* da família. Somente depois dessa etapa a equipe do PBF faz uma visita à família com o objetivo de observar as condições da casa, checar a carteira de trabalho de todos os maiores de 18 anos e observar as condições de vida das famílias. O cadastro, propriamente dito, é feito na casa da família. A realização do cadastro, no entanto, não significa que a pessoa vá receber o benefício³⁰. A família passa a fazer parte de uma lista, em uma fila de espera que é organizada pelo MDS.

A suspensão do benefício pode ocorrer por falta de cumprimento das condicionalidades de saúde, por infrequência escolar, quando o cartão de vacina não está em dia, quando a renda *per capita* está acima do limite e, ainda, por duplicidade de cadastramento. De acordo com a coordenadora do PBF, a maioria dos bloqueios em Viçosa é por falta de recadastramento, sendo possível liberar no município mesmo. Contudo, quando o MDS já cancelou o cadastro, não é possível reverter o cancelamento no município. Em até 60 dias de bloqueio do benefício é possível reverter a situação no próprio município. Depois disso, só através de preenchimento de formulário-padrão, que é enviado para Brasília. No entanto, esse é um processo muito demorado, visto que a família volta para a lista de espera.

²⁹ Dos programas remanescentes que ainda não migraram para o Bolsa-Família, três famílias recebem Bolsa-Escola e 140 recebem o Auxílio-Gás.

³⁰ No que se refere ao valor transferido às famílias do bairro Novo Silvestre, em Viçosa, os dados revelaram que quatro delas recebiam R\$112,00, que é o valor máximo transferido; sete famílias recebiam R\$94,00; quatro recebiam R\$76,00; cinco recebiam R\$54,00; duas recebiam R\$36,00; e três recebiam R\$18,00. Os dados mostraram que a maioria recebe os valores intermediários – nem o mínimo nem o máximo valor transferido.

4.1.1. Estrutura de funcionamento do Programa

Neste tópico são apresentados os aspectos relacionados à estrutura de funcionamento do PBF em Viçosa, como: a equipe de trabalho, as ações desenvolvidas e os cursos complementares idealizados e desenvolvidos.

A equipe é formada pela gestora do PBF, que tem sob sua coordenação: duas coordenadoras, os cadastradores (contratados desde dezembro de 2005), uma psicóloga e uma assistente social. Além de coordenar a equipe, a gestora do PBF atende as famílias, faz planejamento de projetos e ações sociais e acumula a função de secretária municipal da Ação Social – portanto, não tem dedicação exclusiva ao Programa Bolsa-Família. Segundo ela, sua função principal, relacionada ao PBF, é gerir o Índice de Gestão Descentralizada (recurso repassado do governo federal para os municípios) e desenvolver ações de inclusão social, entendida como a implementação de cursos de capacitação para o trabalho.

Existe um conselho que representa a Instância de Controle Social, que é constituído por profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social, segurança alimentar e por representantes da sociedade civil. Segundo a gestora e a coordenadora, o conselho municipal obedece às exigências de intersectorialidade e paridade entre governo e sociedade previstas pela legislação. As reuniões do conselho acontecem de dois em dois meses, e sua principal função é colaborar com o acompanhamento do Programa, compartilhando as responsabilidades e as decisões sobre o seu funcionamento, conforme apontou a gestora municipal.

Os cursos e programas paralelos ao PBF ainda não foram desenvolvidos no município para atender a uma parcela maior de famílias beneficiárias. No município aconteceram apenas alguns cursos para um grupo menor de famílias beneficiárias e ações bastante pontuais³¹. Apesar disso, a gestora municipal reconhece que o oferecimento de cursos é importante para as famílias e aponta o princípio de funcionamento para eles:

Além de ensinar a fazer, (os cursos) propõem que a pessoa ajude a fazer o material que ela vai usar na sua própria casa. Serão doados os blocos para fazer banheiros, aumentar a casa, melhorar a cozinha, enfim, esse curso

³¹ O único curso ministrado foi oferecido aos moradores do bairro Nova Viçosa, considerado um dos mais carentes do município. Atualmente alguns cursos estão em andamento (cursos de pintura e capacitação de garçons) e há um projeto de construção de uma fábrica de blocos de cimento com início previsto para o ano de 2008. Esse projeto consiste na especialização de pessoal para fabricação de blocos para ampliação ou reforma de casas.

surgiu porque a demanda de material de construção é muito grande, então se a pessoa trabalhar junto na fábrica ela ganhará o material. O trabalho será de acordo com a possibilidade da pessoa, algumas horas, uma hora, como ela puder (gestora municipal).

Segundo a gestora do PBF, outros cursos estão idealizados, como o de eletricista e o de fotógrafo, porém “ainda faltam ajustes para a operacionalização”. As dificuldades de oferecimento dos cursos de geração de renda e inclusão ao trabalho foram associadas, na sua fala, a questões de ordem burocrática, especificamente referentes à contratação de pessoal e compra de material permanente³². No caso da contratação de pessoal, a legislação atual estipula que só pode haver contrato de trabalho de seis meses. Segundo a gestora, essa norma “impede a formação de uma boa equipe e o desenvolvimento de um bom trabalho, já que, após esse período, há interrupção das atividades, afetando sobremaneira o trabalho com as famílias”. Na fala da gestora “recursos não faltam, o IGD é repassado, a dificuldade é conseguir comprar material permanente e a questão da contratação de pessoal.” (gestora municipal).

Este ponto está compatível com o que Silva *et al.* (2006) apontam a respeito de uma limitação importante, que está ligada à articulação da transferência monetária com outras políticas/programas sociais em desenvolvimento. Em pesquisas realizadas com outros programas de transferência de renda, Silva *et al.* (2006) afirmam que os próprios técnicos responsáveis revelam não haver uma efetiva articulação, de modo que com frequência não há atendimento das pessoas encaminhadas ou, quando ocorre, se dá de forma insatisfatória; para esses autores, os motivos que impedem articulação entre programas são de ordem burocrática.

4.2. Caracterização socioeconômica das famílias beneficiárias do PBF

Nesta parte do trabalho, buscaremos construir o perfil socioeconômico das famílias atendidas pelo PBF. Denominamos “perfil socioeconômico” a caracterização do grupo de famílias estudadas, composta por informações acerca da

³² Em relação a isso, conforme relatou a coordenadora, apesar de haver recursos, o PBF não pode adquirir maquinários ou equipamentos permanentes (por exemplo, adquirir máquinas de costuras para treinar costureiras), já que a legislação não permite. Quando questionada sobre a possibilidade de parcerias com o setor privado para viabilizar a compra, doação ou empréstimo de materiais e máquinas, ela apontou que já houve tentativa nesse sentido, mas que grande parte dos empresários teme parcerias com a prefeitura, pois afirmam que um trabalho conjunto pode ser viável, porém os resultados divulgados favorecem apenas a prefeitura e, por isso, não têm interesse.

faixa etária dos pais e dos filhos, escolaridade, trabalho e estratégias de sobrevivência, renda, cor declarada pelas famílias, estado civil, tipo e tamanho/composição do grupo familiar, formas de vínculos e redes, condições de habitação e acesso a serviços e bens e condições materiais das famílias (posse de bens, tempo e forma de aquisição de bens). Para isso, primeiramente é apresentada uma descrição dos contextos vivenciados pelas famílias que fizeram parte de nossa amostra.

4.2.1. Descrição dos contextos familiares

Para descrição dos contextos familiares, compusemos quadros de referências dos sujeitos a partir das anotações do diário de campo que consideramos importantes para enriquecer as análises qualitativas. Os dados enfocaram as condições de vida, trabalho, habitação das famílias, bem como as condições das entrevistas. Para preservar a identidade dos informantes, utilizamos nomes fictícios³³.

Ao identificarmos o contexto social em que as famílias se inserem, buscamos refletir também sobre suas percepções acerca de suas condições materiais, socioafetivas e culturais.

O material está organizado por ordem das famílias pesquisadas, as quais estão representadas pelas mães entrevistadas³⁴. As vinte e cinco famílias foram caracterizadas por meio de descrições contextuais, em que se buscou mesclar trechos narrativos da pesquisadora em situação de entrevista e trechos de depoimentos das mulheres entrevistadas.

Utilizamos os registros fotográficos para compor as condições habitacionais, fotografadas quando as famílias permitiram. No entanto, quando constatamos certo constrangimento dos entrevistados, não fotografamos o interior; foi feito apenas o registro da fachada das habitações. Esses registros foram dispostos no final do trabalho, para preservar a identidade das famílias.

³³ Denominamos quadro de referências um conjunto de informações adquiridas através de observação e da própria fala dos sujeitos pesquisados, que conferem maior sentido às informações prestadas, uma vez que ampliam o entendimento do contexto social.

³⁴ Convém destacar que não é objetivo deste estudo apresentar conclusões acerca das vivências das famílias com base em interpretação de material fotográfico. O objetivo que norteou a sistematização desse material foi analisar, de forma conjunta e contextualizada, anotações do diário de campo, depoimentos das mães entrevistadas, fotografias para compor as condições de habitação e quadros de referências.

Família 1

A família de dona Inês é composta por ela e dois filhos. Pedro, o mais novo deles, tem 12 anos e mora com a mãe; José, o filho mais velho, tem 22 anos e mora com outra família, desde que brigou com a mãe. Trata-se de uma família monoparental feminina, chefiada por dona Inês, que se separou do marido, desde que ele a espancou. A família morava anteriormente em São Paulo e se mudou para Viçosa há 18 anos.

O barraco de três cômodos em que moram é emprestado e pertence à Sociedade São Vicente de Paulo. O primeiro contato com essa família se deu numa quarta-feira, às 14 horas, quando dona Inês preparava o almoço num fogão à lenha, instalado fora da cozinha, na entrada da casa. Na minha chegada, fui convidada a entrar na casa e a sentar na única cadeira que lá havia. No momento da entrevista, mãe e filho sentaram-se em latas de tinta vazias, que eram usadas como cadeiras.

Havia grande precariedade nas condições da habitação. A casa se resumia a três cômodos: quarto, banheiro e cozinha. Na cozinha havia um fogão a gás velho, usado como depósito de revistas velhas, latas, panelas, potes de margarina vazios e outros objetos, uma pia e uma mesa cheia de garrafas vazias de refrigerantes³⁵. No quarto, uma cama de casal, caixas de papelão com roupas e sapatos dentro, duas bicicletas velhas, um ferro elétrico no chão e duas mochilas velhas. A permanência da única janela da casa fechada fazia com que o ambiente ficasse escuro (mesmo durante o dia), além de evitar a renovação e ventilação do ar, não conseguindo abrandar o mau cheiro no ambiente. A precariedade das condições habitacionais podia ser notada também nas rachaduras e na tinta desgastada das paredes, na ausência de cobertura para o piso (o chão era de cimento grosso, que naquele dia estava salpicado de restos de alimentos e de terra) e pela presença de ratos que transitavam na casa.

No momento do almoço, pudemos observar não somente a precariedade das condições de vida da família (observada na pouca diversidade do almoço servido: arroz, bolinho de farinha de trigo frito e couve), como também a presença de redes de vizinhança: na hora do almoço, o filho recorreu ao vizinho para pedir a doação de uma garrafa plástica de água gelada, para oferecer à visita.

³⁵ Composto esse amontoado de coisas, num canto da cozinha, havia também muitos quilos de feijão doados, sem cozinhar.

A única renda fixa da família era a transferência do PBF, já que dona Inês não pode trabalhar desde o ano de 2006, quando foi vítima de um atropelamento, e ainda sentia muitas dores nos braços. Para complementar a renda, ela economizava com a compra de gás, usando a lenha para cozinhar os alimentos. Assim, ela deixava de comprar a lenha para retirá-la de matas – ela tinha autorização do dono. Nessa mesma perspectiva, juntava latas e ferro velho para vender e fazer sabão. Também, quando conseguia, trabalhava ocasionalmente na roça ou como cozinheira, em casamentos.

Família 2

Dona Elizabete morava com o marido Adão e três filhos: Fernando, Sérgio e Lucas, respectivamente com 8, 7 e 1 ano e 8 meses. Moravam em um barraco de alvenaria e outros materiais. As telhas eram de amianto. O barraco foi construído com a ajuda da sogra e da mãe dela, no quintal da casa da sogra. A prefeitura também colaborou com alguns materiais. Ao todo eram três cômodos e um banheiro, com poucos móveis e muito velhos. No momento de minha chegada as crianças estavam brincando com uma bola velha e com pedras na rua. Observei que as condições de moradia geravam constrangimento na família: logo que cheguei, dona Elizabete se desculpou por não me convidar para conhecer a casa porque que ‘estava com medo do marido brigar com ela, já que ele e ela tinham vergonha do barraco onde moravam’. No entanto, após um tempo de conversa na rua, ela me convidou a ‘entrar só para ver’, e, quando solicitei sua permissão para o registro fotográfico, dona Elizabete concordou, dizendo que ‘queria ajudar com a minha pesquisa’. A entrevista, no entanto, não aconteceu na casa e sim na rua, sentadas na calçada.

A ausência de um trabalho fixo do marido era motivo de preocupação de dona Elizabete, já que ele estava fazendo ‘bico’ de servente de pedreiro, porque havia sido despedido de um emprego com carteira assinada. A condição financeira da família era agravada por problemas de saúde de dona Elizabete, que sofria de depressão e problemas neurológicos, o que a impedia de trabalhar, além do fato de ter que cuidar dos filhos. A saúde de dona Elizabete a impedia de ter autonomia inclusive para sair de casa. Segundo seu depoimento, ela não podia sair sem acompanhante: “Eu gasto R\$5,00 toda vez que eu vou na rua. São quatro passagens de lotação, eu não posso andar sozinha, porque eu desmaio”. A renda da família

girava em torno de R\$300,00 mensais mais R\$54,00 do PBF, totalizando R\$354,00 por mês, o equivalente a menos de um salário mínimo para cinco pessoas.

A rua é um dos espaços da socialização das crianças. Nesse espaço, observamos manifestações de uma rede de apoio para o cuidado dos filhos entre os vizinhos. Tal manifestação se colocou no decorrer da entrevista, que aconteceu em meio à circulação e brincadeiras das crianças da vizinhança com os filhos de dona Elizabete. Assim, em vários momentos, interrompemos a entrevista para que ela pudesse “socorrer” as suas crianças e as dos vizinhos de alguns perigos, como colocar pedras na boca ou jogar pedras uns nos outros, impedi-las de entrar em lotes com matos e espinhos e até mesmo separar as crianças em situações de conflito. Percebemos também seu cuidado e carinho nesses momentos. No seu relato, ela disse que uma cunhada estava passando por uma situação de depressão pós-parto e estava rejeitando a filha, e que ela e as vizinhas estavam ajudando muito, cuidando, dando banho e mamadeira, porque estavam com muita pena da mãe e, principalmente, do bebê.

Família 3

Dona Margaret, de 38 anos, era solteira e morava com os dois filhos: André, de 19 anos, e Marília, de 8 anos. Os três moravam em uma casa pequena, que fora construída no terreno da mãe, muito próximo à casa de uma irmã que também havia construído sua casa no mesmo lote. A casa era composta por dois quartos sem porta, separados por um tecido, uma cozinha e um banheiro. A casa era limpa e organizada e possuía móveis novos misturados com alguns velhos³⁶.

O acesso à casa própria era razão de muito orgulho para dona Margaret. Durante a entrevista, repetia que a casa era sua e que havia sido construída com muito trabalho e economia. Apesar de muito pequena, ela pretendia ampliá-la,

³⁶ O acesso da escola à casa é difícil. A entrevista foi feita numa sexta-feira após as 18 horas, porque ela trabalhava até as 17 horas. Caminhamos da escola do bairro até a sua casa, por cerca de vinte e cinco minutos. Um caminho de difícil acesso, muito alto, sendo parte da rua de pedras fincadas. A segunda opção seria passar por uma escada muito longa e muito inclinada, porém no dia da entrevista chovia muito e estava bastante escorregadio. Enquanto fazíamos esse trajeto, ela me relatou que, quando estava grávida, muitas vezes descia o morro apoiando com as mãos no chão, sentava e ia escorregando, porque muitas pessoas caíam e ela também já havia caído, e tinha medo de se machucar e machucar a criança. Geralmente ela ia sozinha, porque tinha que sair de casa às cinco horas da manhã, ainda escuro, para pegar a senha no posto para conseguir consultar; foi dessa forma que ela fez o pré-natal.

construindo um quarto para seu filho mais velho e um banheiro. O desejo de consumo por uma habitação mais ampla e com mais conforto se verificava nos modos de se referir ao seu banheiro, como “banheirinho miniatura”, e na comparação que estabelecia com os banheiros das casas onde trabalhava, onde via “banheiros lindos”. O conhecimento dessas outras realidades trazia nela a vontade de construir um banheiro naqueles moldes em sua casa, sendo este um sonho atual que adiava, visto que não tinha condições de realizá-lo.

Dona Margaret trabalhava como empregada doméstica em duas casas. Percebemos em seu depoimento que o trabalho e o estudo eram vistos como uma possibilidade de ascensão social. Ela se mostrou bastante otimista em relação ao futuro e disse que trabalhava muito para oferecer oportunidades de estudo, saúde e boa alimentação para os filhos, o que muitas vezes lhe faltou. A renda da família vinha dos seus salários, que à época somavam em torno de R\$400,00, acrescidos do salário do seu filho, que recebia um salário mínimo, e dos benefícios sociais advindos do PBF (R\$18,00).

Família 4

A família de dona Tereza, de 59 anos, era composta por oito pessoas. Além de dona Tereza, moravam na casa o marido, o senhor Antônio, de 63 anos, a filha Ana, de 28 anos, e cinco netos: Marta (21 anos), André (20 anos), Marcos (15 anos), Nívea (11 anos), Ricardo (9 anos). Os netos, Nívea e Ricardo, são filhos de Ana e recebiam o benefício do PBF. O cuidado dos outros três netos estava associado a duas tragédias familiares. Dois dos netos, André e Marcos, são filhos de uma filha do casal e foram morar com eles desde que a mãe, filha de dona Tereza, foi assassinada, durante uma briga com um cunhado³⁷. Outra tragédia familiar também fez com que o outro neto viesse a morar com os avós: o outro filho de dona Tereza foi assassinado, tendo sido encontrado morto no asfalto.

O acesso a sua casa era difícil, piorando na presença da chuva. A casa era própria, muito simples, pequena, bastante desgastada, parte do telhado era coberto com telhas de amianto, com furos grandes, e a outra parte era coberta com laje, sem

³⁷ Durante a entrevista, dona Tereza nos relatou que assistira à filha ser assassinada a pauladas. O assassinato de dois filhos do casal, segundo dona Tereza, e, recentemente, a necessidade de uma das filhas de amputação de uma das pernas eram motivos de profunda tristeza e a causa da depressão de dona Tereza.

telhado, o que causava muitas infiltrações no interior da casa. Já o chão era recoberto de cimento grosso. Na sala, decorada com poucos móveis, havia um móvel antigo, onde ficavam a televisão e um ferro elétrico, um sofá antigo, de dois lugares, e um de três lugares, em condições precárias. Os móveis, de modo geral, eram muito velhos e desgastados e os cômodos muito pequenos. As janelas pequenas faziam o ambiente escuro e com pouca ventilação.

A família recebia cesta básica; segundo ela, o que mais a incomodava no momento eram as brigas, o uso de drogas e bebidas alcoólicas por parte das pessoas de sua família³⁸. Apesar de Ana ser a mãe de Nívea e Ricardo, era dona Tereza, a avó das crianças, quem cuidava das crianças. Dona Tereza queixou-se de que só podia contar com a ajuda de uma vizinha para ler as receitas médicas para ela e de uma outra filha que morava em outro bairro, porque seus netos, seu marido e sua filha, que moravam na mesma casa que ela, não a ajudavam.

A renda da família era, no momento da entrevista, a metade da aposentadoria de senhor Antônio³⁹ mais o benefício de R\$112,00 do PBF de dois netos, totalizando à época R\$302,00, menos de um salário mínimo, para oito pessoas.

Família 5

Esta família é a de dona Cláudia, que morava com o companheiro Vicente e dois filhos: Bruno e Daniel, respectivamente com 14 e 9 anos. Este já é o segundo casamento de dona Cláudia. Da primeira união ela teve Moisés, de 21 anos, que mora com a sua mãe na casa ao lado. Dona Cláudia é divorciada e mantém com o atual companheiro uma união consensual.

A casa, simples, fora construída no quintal da casa da mãe; era pequena, com quatro cômodos ainda por terminar: o chão tinha uma parte de cimento bruto e outra parte de pedra de ardósia. As paredes eram de tijolos e blocos, sem reboco. A exigüidade do espaço fazia com que alguns móveis fossem alocados em outros

³⁸ Inicialmente, ainda sem saber dessas informações, tentei entrevistar Ana, a mãe das crianças. Na ocasião (numa quarta-feira à tarde) ela se encontrava na casa do namorado e, ao chegar à casa, após me apresentar, percebi que Ana e o namorado encontravam-se alcoolizados e que seria impossível criarmos uma situação de entrevista.

³⁹ Já que com a outra metade ele pagava os honorários da advogada responsável pelo processo de aposentadoria. Esse pagamento será efetuado durante 14 meses, diminuindo, ainda mais, nesse período a renda da família.

ambientes: a geladeira ficava no quarto, porque não havia espaço para ela na cozinha. Além da sobreposição das funções dos cômodos, a falta de espaços também fazia com que a disposição dos objetos se fizesse de forma desorganizada e misturada. A casa contava com poucos móveis. As janelas pequenas tornavam a casa muito escura e quente. No quintal, uma tábua de madeira servia de apoio a panelas e pratos, que, depois de lavados, eram expostos e secos ao sol.

O marido era pedreiro e ela fazia faxina duas vezes por mês; a renda mensal do casal era de R\$430,00 e recebiam do PBF R\$36,00 – segundo dona Cláudia, significava uma “ajudinha” para os filhos estudar e também dava quase para comprar um gás. Dona Cláudia trabalhava como faxineira, quando conseguia alguma faxina. A falta de trabalho e a desvalorização da atividade eram motivos de queixa e revolta de dona Cláudia. Segundo seu depoimento, o seu trabalho “era pouco valorizado”. No entanto, mostrava resignação, pois, segundo ela, com o “pouco estudo, ela não tinha outras opções de trabalho”⁴⁰. As condições de vida da família eram vistas por ela com revolta. Sua revolta manifestou-se especialmente em relação à situação da moradia, que, conforme pudemos observar, estava localizada muito próxima a um córrego, o qual, em dias de sol, exalava um odor desagradável; segundo dona Cláudia, em épocas de chuvas, a água inundava a casa.

Família 6

Dona Vera morava com o marido Emerson e três filhos: Tânia (18 anos), Tiago (17 anos) e Tales (13 anos). A casa era nova e havia sido construída há quatro anos, mas ainda não havia sido terminada: faltava reboco em algumas paredes, pintura e algumas portas internas. Na parte interna, no entanto, estava quase terminada. Tratava-se de uma casa grande, com dez cômodos. Estava organizada quanto à disposição dos móveis e dos objetos, limpa e bem arejada. A família havia se mudado para a casa antes de terminar a construção, porque não “agüentava” mais pagar aluguel.

Antes de ter os filhos, dona Vera trabalhava como empregada doméstica. Segundo ela, o fato de ser doente (tinha depressão e muitas dores de cabeça)

⁴⁰ A revolta, no entanto, não trazia uma atitude proativa a Cláudia. Isso se expressava, por exemplo, no fato de que, num dia de trabalho comum (terça-feira, às 14h), ela se encontrava deitada, assistindo televisão, quando poderia estar procurando algum trabalho.

impossibilitava-a de trabalhar fora⁴¹. Atualmente se ocupava dos cuidados dos filhos e das tarefas domésticas. A renda da família vinha do marido, o qual trabalhava como vigia noturno e recebia dois salários mínimos, somados ao benefício do PBF (R\$18,00), que ela considerava muito pouco.

Família 7

A família de dona Marli era composta por ela, seu marido Isaías e os quatro filhos do casal: Vitor (18 anos), Renato (15 anos), Augusto (14 anos) e Cristiane (12 anos). Nenhum dos cônjuges trabalhava: o marido tinha problemas cardíacos e há alguns anos não trabalhava. Antes dos seus problemas de saúde, ele trabalhava na roça. O último trabalho dele foi em 2001, e o dela, em 1989. Ela antes trabalhava como empregada doméstica.

A família morava em um barraco, dividindo o mesmo lote da mãe, ao lado de sua casa. Para construir o barraco, a família contara com a ajuda da prefeitura, especialmente na construção do banheiro. A ausência de móveis⁴², roupas de cama⁴³, o piso ainda sem revestimento (o chão era de cimento grosso), as paredes sujas, sem tinta e rabiscadas, o ambiente era escuro devido às janelas pequenas e, em alguns cômodos, pela falta delas. As roupas estavam espalhadas pela casa, e a família convivía na casa com animais domésticos,⁴⁴ o que revelava a precariedade das condições habitacionais da família, a desorganização do ambiente, bem como a cultura popular. Nas paredes, a mistura de símbolos religiosos e profanos evidenciava a religiosidade da família e os novos símbolos da atualidade na cultura popular: desenhos, quadros de times de futebol, de santos, escritas em vermelho do grupo Comando Vermelho, uma cruz e inscrições compunham a decoração do ambiente.

Os problemas familiares relacionados à família se colocavam na ordem da violência doméstica entre o casal, entre o casal com os filhos e entre os filhos. Há

⁴¹ Pudemos observar que tal situação era motivo de bastante inquietação e insatisfação de sua parte, pois em vários momentos da entrevista se referiu à questão.

⁴² Em relação aos móveis, a família possuía um fogão, uma geladeira, um tanquinho, um rádio e uma televisão velha (que ganhou em troca de trabalho em lavoura de café).

⁴³ A ausência de roupas de cama expunha as espumas desgastadas, os buracos e mofos dos colchões.

⁴⁴ Durante a entrevista, alguns animais circulavam dentro da moradia, como cães, gatos e galinhas, sem incomodar dona Marli e seu marido. Num momento da entrevista, um cachorro subiu em uma cama e deitou-se próximo de onde estávamos sentados, em outra cama. Exalava um odor desagradável, e ali permaneceu durante toda a entrevista.

problemas de saúde e alcoolismo do marido, além de tráfico de drogas. O marido, apesar de doente cardíaco, bebia muito e a espancava. Os filhos, pré-adolescentes e adolescentes, brigavam muito entre si, tanto que ela temia deixá-los sozinhos e, numa situação de briga, ferirem-se. Essa situação, segundo ela, impedia-a de sair para trabalhar fora de casa e era a origem do quadro de depressão pelo qual estava passando⁴⁵. Além dessas preocupações, o envolvimento do filho mais velho com o tráfico de drogas no bairro era motivo de aflição e tristeza para dona Marli, agravando ainda mais seu quadro de depressão. A renda declarada da família foi de R\$112,00, do PBF. Segundo dona Marli, para complementar essa renda, ela cultivava uma horta de ervas de chá, que às vezes vendia, e também costurava à mão colchas de retalho para vender.

Família 8

A família de dona Alice era composta por ela, seu marido, senhor Cleber, e quatro filhos: Tamara (17 anos), Fábio (12 anos), Danilo (9 anos) e Patrícia (5 anos). Antes de virem para a zona urbana, os seis moravam em um sítio alugado na zona rural. Vieram para a cidade porque julgaram que os filhos ficavam muito sozinhos na roça. Há um ano alugaram uma casa no bairro Novo Silvestre. Apesar dos poucos objetos e móveis, a casa tinha um aspecto de limpeza, organização e tranquilidade.

No dia da entrevista, dona Alice estava trabalhando como faxineira; enquanto aguardava sua chegada, fiquei conversando com seu marido. Pude observar que ele cuida das crianças, auxilia nas tarefas da escola e prepara a alimentação dos filhos na ausência da esposa. O marido era motorista aposentado e a esposa fazia faxina. A renda da família era de R\$445,00, do casal, e R\$54,00, do PBF, totalizando R\$499,00 para seis pessoas, e ainda precisavam pagar o aluguel da casa.

Família 9

Dona Alzira morava com a família, marido e dois filhos em um apartamento emprestado pelo sogro, no andar superior ao dele. Seu marido, o senhor Pedro, trabalhava como motorista de ônibus urbano. Seus dois filhos, Gabriel, seis anos, e

⁴⁵ Durante a entrevista, dona Marli mostrou-me as receitas médicas e os muitos remédios para depressão de que fazia uso.

Carlos, quatro anos, estudavam na escola do bairro. Dona Alzira voltou a estudar porque tinha vontade de conseguir um emprego. Segundo ela, só conseguiria um trabalho se melhorasse seu nível de escolaridade. No momento, estava cursando a 8ª série.

A casa tinha dez cômodos, possuía vários móveis e eletrodomésticos, alguns novos; as paredes aparentavam terem sido pintadas recentemente, e havia um aspecto de limpeza⁴⁶. Segundo dona Alzira, o cadastro no programa do ‘Auxílio-Gás’ foi feito há alguns anos, na época em que o marido estava desempregado e a família estava passando por muitas dificuldades financeiras. Assim, “naquela situação de desemprego, a única renda da família era o benefício do auxílio-gás, que depois passou para o PBF”. A renda da família era composta pelo salário de senhor Pedro, de R\$680,00, e do benefício do PBF, de R\$ 94,00, totalizando R\$ 774,00.

Família 10

A família de dona Miranda era composta por ela, seu marido, senhor Jorge, e dois filhos: Maísa, de 14 anos, e Mateus, de 9 anos. Eles moravam em uma casa que pertencia ao sogro, no andar superior ao dele. A casa apresentava várias rachaduras nas paredes, e o chão era revestido de cerâmica.⁴⁷ A casa estava limpa e organizada, com poucos móveis e bastante desgastados, exceto a televisão e o aparelho de DVD, que eram novos.

O sr. Jorge trabalhava como pedreiro e recebia em torno de R\$500,00 mensais. Ela estava desempregada e às vezes fazia faxina. Antes, trabalhava como empregada doméstica e recebia em torno de R\$50,00 por mês. Do PBF a família recebia R\$76,00. A renda total era de R\$576,00, para quatro pessoas.

⁴⁶ Durante a entrevista, observamos que dona Alzira não queria que eu conhecesse a casa. Por isso, nos mantivemos somente na sala, onde realizamos a entrevista. Mais tarde, no entanto, ela mostrou-nos a casa rapidamente. Acredito que o receio de mostrar os outros aposentos da casa, com vários móveis e eletrodomésticos da família, se devesse ao fato de que eu pudesse avaliar que ‘a família não se enquadrava nos critérios exigidos pelo programa’ e eu pudesse denunciá-la. Dona Alzira pediu que a casa não fosse fotografada porque era do sogro, e este poderia não gostar de ter a sua casa fotografada.

⁴⁷ A cerâmica era antiga, com trincas e algumas peças estavam soltas. Por causa disso, dona Miranda colocava muitos tapetes na casa, para evitar quedas.

Família 11

A família de dona Luzia era composta por ela, o Sr. José (marido) e os três filhos do casal: Ismael (11 anos), Leonardo (10 anos) e Breno (8 anos). A família morava em uma casa simples, de alvenaria, que pertencia à sogra de Luzia. Ele trabalhava como pedreiro e ela como doméstica, mas à época das entrevistas os dois estavam desempregados. No momento dedicavam-se à igreja evangélica, na qual Luzia é pastora.

A casa tinha cinco cômodos pequenos e um banheiro. Estava localizada em uma rua periférica do bairro. As janelas pequenas faziam com que a casa, mesmo durante o dia, ficasse muito escura⁴⁸. O imóvel já estava bastante desgastado, com as paredes evidenciando algumas partes sem reboco e sem pintura. As portas e as janelas haviam sido reaproveitadas de outra construção. A renda que a família tinha acesso no momento das entrevistas era o benefício do PBF, R\$45,00, e de algumas atividades esporádicas, como pedreiro, do marido. Nessas ocasiões, ele recebia, por dia de serviço, em torno de 15 a 20 reais. Ela exercia a função de pastora da igreja evangélica, sem receber pagamento por essa atividade.

Família 12

Dona Elisa estava recém-separada do marido e, na ocasião, morava com os dois filhos: Diana (13 anos) e Felipe (11 anos). A casa em que moravam era própria, porém estava inacabada. O início da construção tinha sido há oito anos e foi interrompido por falta de recursos financeiros. A casa estava sem pintura e muros, além de precisar concluir a instalação dos portões⁴⁹. Os poucos móveis estavam dispostos de forma organizada; haviam sido emprestados pelo seu irmão, que tinha ficado viúvo.

Segundo dona Elisa, aos nove anos de idade, os pais a colocaram para trabalhar como doméstica, o que na sua avaliação “foi bom, porque aprendeu a trabalhar cedo”; “por outro lado, foi muito ruim, porque era muito sacrifício”. Depois

⁴⁸ No dia da entrevista, a desorganização da casa em termos da disposição dos móveis e dos objetos da família, o lixo e o mato acumulados no quintal fizeram emergir várias vezes, durante a entrevista, pedidos de desculpas de dona Luzia, pela “confusão e pela bagunça” que eu presenciava. Dizia isso, acrescentando que “eles estavam precisando tirar um dia para fazer uma arrumação”.

⁴⁹ A falta desses equipamentos de segurança era motivo de muitas preocupações para dona Elisa.

de um período sem conseguir arrumar trabalho, há um mês havia voltado a trabalhar como empregada doméstica. A renda da família era de R\$150,00, proveniente do seu trabalho como doméstica somado, ao benefício do PBF, de R\$54,00.

A situação financeira da família estava muito difícil, sobretudo após a separação, há alguns meses, do marido. Ele, por sua vez, não estava ajudando com pensão para os filhos. O quadro de instabilidade econômica da família era razão de muita preocupação para dona Elisa; algumas vezes, a rede de ajuda na vizinhança era acionada⁵⁰. Essa situação fez emergir em dona Elisa um quadro depressivo⁵¹.

Família 13

Dona Rosalva morava com o marido Valdir e três filhos do casal: Jéssica, Aline e Vitor, com idades de 12, 8 e 1 ano, respectivamente. O sr. Valdir era agricultor e recebia um salário mínimo, enquanto ela trabalhava como doméstica; no momento, estava desempregada, porque, segundo ela, precisava cuidar dos filhos, principalmente de Vítor, de 1 ano. Além da renda do marido, a família recebia, do PBF, R\$54,00. A renda da família era complementada todo mês pela mãe, que ajudava comprando alguns itens da alimentação das crianças.

As precárias condições de vida da família eram logo percebidas na localização da casa, que ficava em uma rua de difícil acesso, em um morro muito inclinado e escorregadio, numa rua periférica do bairro. A família morava em uma casa própria, construída nos fundos da casa da mãe de dona Rosalva. Junto com um irmão, Rosalva havia construído uma casa que fora ‘dividida ao meio’, e ambos residiam com suas respectivas famílias, de forma independente. O terreno pertencia aos pais dela. A obra do irmão estava parada por falta de dinheiro: faltava reboco nas paredes e pinturas, as janelas não tinham vidros, mas, mesmo nessas condições, ele havia se mudado com a família. A casa de dona Rosalva estava pintada, porém as janelas também estavam sem vidros. Como o terreno era em declive, a construção foi feita numa parte mais baixa do terreno e as janelas acabaram ficando muito próximas do chão. Essa proximidade faz com que dona Rosalva tenha medo de que, em épocas

⁵⁰ No momento da entrevista, presenciamos a situação em que dona Elisa preparava um frango para o jantar, que havia ganhado de uma vizinha.

⁵¹ Por causa dessa depressão, ela estava fazendo uso de vários medicamentos; ela nem sempre conseguia esses remédios no posto de saúde, o que demandava mais despesas para a família.

de chuvas fortes, a água invadia a casa pelas janelas. Os móveis eram poucos e muito velhos, exceto a televisão e o aparelho de DVD, que eram novos.

Família 14

Dona Celina morava com o ex-marido, o sr. Salvador, e três filhos: Juliana (14 anos, filha dela), Sandro (8 anos) e Júlia (6 anos). O casal estava separado, porém, segundo ela, por falta de recursos para o ex-marido se mudar, ele continuava residindo na mesma casa. A casa está em nome de dona Celina e dos filhos, e ainda não havia sido concluída por falta de recursos financeiros: faltava terminar o telhado, pintar as paredes e colocar as portas internas, além de fazer muro em volta da casa. Poucos móveis compunham os ambientes.

O marido recebia aposentadoria e, desta, era descontado um empréstimo que ele havia feito; assim, ele recebia R\$270,00, acrescido de R\$112,00 do PBF. As contas da casa eram divididas entre ela e o marido: ela pagava a conta de água e fazia uma compra para o mês com o dinheiro do PBF; e ele pagava a conta de energia, de telefone e também comprava alguns mantimentos. A situação financeira da família foi agravada pelos problemas de saúde do ex-marido e da filha. Junto com a enfermidade do ex-marido, a filha mais nova também adoeceu (problemas neurológicos). Esse quadro de enfermidades trouxe, além de mais gastos à família, a impossibilidade de dona Celina trabalhar, já que depois dos problemas da filha ela também entrou num quadro depressivo e “nunca mais conseguiu ser a mesma pessoa”. Por causa disso, a situação financeira do grupo piorou muito, com drástica redução da renda⁵².

Família 15

Dona Rita morava com o marido Cícero e dois filhos: Célio (12 anos) e Marcela (9 anos), em uma casa construída por eles, porém inacabada. Num andar superior à casa em que viviam, ela e o marido construíram uma outra residência para

⁵² Durante a entrevista, dona Celina recebeu duas ligações de cobrança de dívidas: uma do cursinho preparatório, onde a filha mais velha estudava para prestar o exame para admissão ao colégio Coluni, e outra ligação de uma loja. Ela relatou que durante o período crítico de doença do marido e da filha a família ficou sem energia elétrica em casa por três meses, por falta de pagamento das contas.

fins de aluguel, com o objetivo de ajudar nas despesas da família⁵³. A casa não havia sido terminada por motivos financeiros: estava sem reboco e sem tinta nas paredes, o chão era de cimento grosso e a laje não tinha telhado; era escura e com pouca ventilação. Os móveis e objetos da família aparentavam estar velhos e desgastados, e alguns estavam quebrados.

Dona Rita trabalhava como empregada doméstica numa mesma família, desde os 15 anos. O marido não trabalhava fora, nem nunca tinha trabalhado num emprego formal. Em função disso, ele se ocupava dos cuidados com a casa⁵⁴ e dos filhos e, às vezes, plantava hortaliças e legumes no quintal deles. A renda da família era de R\$380,00 do salário de dona Rita mais R\$94,00 do PBF, totalizando R\$474,00 por mês.

Família 16

A família de dona Maria José era composta por cinco pessoas: ela, o seu marido Anderson e quatro filhos: Rafaela (19 anos), Sandra e Samira (gêmeas de 14 anos) e Pedro (9 anos). Na casa moravam três dos quatro filhos, porque uma das gêmeas morava com a avó, numa casa ao lado. A ida da filha para a casa da avó se deu em razão de a mãe de dona Maria José necessitar de alguém para ajudá-la com o serviço doméstico e lhe fazer companhia. Com isso, as despesas na casa diminuíram, o que foi um aspecto positivo da mudança.

A casa tinha quatro cômodos de dimensões muito pequenas e um banheiro; apenas um deles era quarto. A edificação era de blocos de cimento, sem reboco e sem tinta nas paredes, o telhado era de telhas de amianto e não estava com a construção finalizada. A casa tinha sido construída no quintal da mãe de dona Maria José, muito

⁵³ Apesar dessa estratégia, a casa havia sido alugada para uma irmã e, até então, dona Rita não havia recebido o aluguel. Essa situação gerava discussões e conflitos com a irmã.

⁵⁴ Quando chegamos à casa da família, era o marido quem estava preparando o jantar. Assumir os papéis que, tradicionalmente, estão associados à mulher não era uma situação confortável para o grupo. Percebi durante a entrevista que essa situação incomodava muito a dona Rita, pois durante todo o tempo ela ironizava a situação de trabalho do marido, na presença dele e dos filhos. Todos riam, inclusive ele. Em um determinado momento da entrevista ela disse que quem sustentava a casa era ela, e ele riu novamente. Aos poucos fui percebendo que aquelas referências de dona Rita ao marido e a postura passiva da parte dele frente à situação constrangedora que ali se formava estavam ligadas ao fato de ele ter sido alcoólatra por muitos anos. Ela relatou que, quando ele bebia, ele a espancava e muitas vezes ele foi negligente nos cuidados dos filhos, como, por exemplo, deixá-los sem almoço. Diante disso, ela falou na presença dele que, se ele voltasse a beber, ela se separaria dele, porque não queria passar novamente por tudo o que já havia passado. Por esse motivo, a situação da entrevista foi bastante constrangedora, até porque ele ficou presente o tempo todo.

próximo da casa da mãe e das irmãs, que também construíram no lote da mãe. Havia grande precariedade nas condições de habitação e vários objetos espalhados pela casa. Na sala havia um sofá rasgado, um móvel com uma televisão e um aparelho de DVD mais novos, um rádio e alguns enfeites.

O marido era lavrador e recebia um salário mínimo. Recebiam do PBF R\$112,00. Dona Maria José trabalhava em casa, cuidava dos filhos e também ajudava no cuidado de dois sobrinhos. Foi observada, na ocasião da entrevista, a evidência dessa rede de ajuda entre os parentes. No dia da entrevista, dois sobrinhos de dona Maria José ficaram sob seus cuidados e das suas filhas. Segundo ela, as crianças estavam doentes e mal cuidadas porque seu irmão, o pai das crianças (que não trabalhava fora), não cuidava bem delas. Sua cunhada trabalhava o dia todo fora de casa e, portanto, não tinha como ocupar-se delas. As crianças só voltavam para a casa à noite, depois que a mãe retornava do trabalho. Esses cuidados eram feitos sem que dona Maria José cobrasse nada do irmão e da cunhada, uma vez que “eles não tinham como pagar mesmo”. Ela cuidava das crianças porque tinha medo de acontecer algum acidente ou de ficarem desnutridas. O irmão, por sua vez, ajudava com alimentos, para os filhos passarem o dia na casa dela.

Família 17

Dona Mariana e seu marido Paulo tinham cinco filhos: Joel (18 anos), Ana (17 anos), Talita (14 anos), Luma (13 anos) e Wendel (11 anos). Todos na casa estudavam, inclusive ela e o marido cursavam o ensino médio. A família morava em uma casa de sete cômodos que fora emprestada pelo cunhado dela. Antes de o cunhado comprar a casa, eles tinham que pagar aluguel.⁵⁵ O marido era estofador e trabalhava no andar superior da casa, enquanto ela trabalhava como babá. O filho mais velho também trabalhava, como atendente em uma loja. A renda da família variava porque o marido não tinha um salário fixo. Ele recebia de 400 a 700 reais, a depender do volume de trabalho que ele tivesse no mês. Ela recebia R\$350,00 e o filho R\$190,00, correspondente a meio salário mínimo. Do PBF recebiam R\$62,00.

⁵⁵ O interior da residência era bastante limpo, claro, com muitos móveis e eletrodomésticos, inclusive novos. Esta foi a única casa em que verificamos a posse de computador e acesso à internet. Durante a entrevista, inclusive, pudemos observar que todos os filhos estavam em casa e utilizavam o computador para acessar a internet. Segundo dona Mariana, depois do computador, os filhos ficavam menos na rua, o que ela considerava muito positivo.

No caso dessa família, não observamos rede de ajuda entre os parentes. Esse fato talvez se explique, em parte, porque dona Mariana não mantinha com a família do marido relações de proximidade. Segundo ela, esse distanciamento foi motivado por sua descendência afro, que não é bem aceita pela família do marido.

Família 18

Dona Gláucia morava com o marido Aldo e três filhos: Luam (12 anos), Henrique (9 anos) e Eliana (5 anos). O casal trabalhava como caseiro em um sítio na zona rural de Viçosa. Nessa situação de trabalho, eles moravam em uma casa que pertencia ao proprietário do sítio em que trabalhavam: ela se ocupa dos cuidados com a casa e ele, com o quintal. A construção era de alvenaria e a família tinha poucos móveis e eletrodomésticos, mas, de modo geral, a casa apresentava um aspecto de muita organização e limpeza.

A renda da família era de um salário mínimo (R\$380,00), que eles recebiam como caseiros do sítio, e R\$95,00 do PBF. O desejo de aumentar a renda da família levou dona Gláucia a comprar uma máquina de costura. No entanto, como não é alfabetizada, diz que só consegue fazer consertos pequenos. Segundo ela: “para costurar uma peça de roupa precisa saber ler e escrever, para anotar o nome das partes depois que corta”⁵⁶.

Família 19

Dona Cleonice morava com o marido José e os dois filhos, Lúcia (10 anos) e Vitor (5 anos), em um sítio onde trabalhavam como caseiros. O casal veio morar em Viçosa há quatro anos, quando o marido conseguiu esse trabalho para administrar a propriedade e cuidar de uma granja de galinhas. A casa era muito simples, feita de tijolos, sem reboco e sem pintura nas paredes. Era pequena, com pouca ventilação, coberta com telhas de amianto. A família tinha poucos móveis: alguns velhos e

⁵⁶ Dona Gláucia relatou na ocasião que tinha o sonho de ser alfabetizada, porque nunca pôde estudar quando era criança. Ela pretendia voltar a estudar para ajudar os filhos com o dever de casa e para costurar. Mesmo não sabendo ler e escrever, dona Gláucia sentava-se com os filhos para fazer as atividades de casa, “só para dar um apoio”. Segundo ela, ser analfabeto é muito triste, inclusive porque seu sonho era saber costurar. Diante das lamentações de dona Gláucia, o marido argumentou dizendo que a esposa “só reclamava que não sabia ler e escrever”, mas não procurava uma escola. Ela reagiu dizendo que ele não ajudava com as crianças, e os dois discutiram muito na minha presença.

quebrados e outros mais novos. Em termos gerais, a casa estava bastante organizada (quanto à disposição dos objetos da família) e limpa.

Antes de morarem nesse sítio, a família morava em Teixeiras, e, segundo dona Cleonice, nessa época, a família chegou a passar fome, porque pagavam aluguel e sempre tiveram gastos com a saúde dela, que é hipertensa. Sem dinheiro, não tinham de onde tirar alimentos. No entanto, agora morando em um sítio, eles podiam plantar, cultivar uma horta, criar pequenos animais e, assim, podiam evitar os gastos com vários itens da alimentação. Para ela, estavam agora “morando no paraíso, porque não faltavam alimentos para a família”⁵⁷.

Família 20

A família de dona Ana Lúcia era composta por ela, o sr. Roberto e a filha do casal, Vânia, de 12 anos⁵⁸. A família morava num pequeno sítio, de sua propriedade. A casa tinha, ao todo, cinco cômodos de dimensões muito pequenas. Tratava-se de uma construção que, apesar de antiga, ainda não havia sido terminada: o chão era de cimento grosso e algumas paredes internas estavam bastante sujas e rachadas. Compondo o ambiente, poucos móveis, alguns muito velhos e quebrados⁵⁹.

A renda da família era proveniente de uma aposentadoria no valor de R\$760,00 de seu Roberto, que era marceneiro aposentado da Universidade Federal de Viçosa. Dona Ana Lúcia trabalhava como dona-de-casa e na roça, junto com o marido. Além da aposentadoria do marido, recebem R\$18,00 do PBF; segundo eles, “um dinheiro para comprar as ‘coisinhas’ da filha”.

Família 21

A família de dona Joana era composta por ela, o marido, o sr. Antônio, e dois filhos: Sandra, de sete anos, e Júlio de três. A casa em que a família morava era

⁵⁷ Dona Cleonice não permitiu que a casa fosse fotografada, porque temia uma reação de desaprovação por parte do patrão, se este soubesse.

⁵⁸ Esse é o segundo casamento do sr. Roberto, que na união anterior tivera outros filhos, e uma das filhas mora ao lado da casa da família.

⁵⁹ A precariedade das condições se fazia notar, além das condições de moradia da família, na ausência de recursos para necessidades básicas, como, por exemplo, a saúde. Alguns dias antes da minha visita, dona Ana Lúcia havia sofrido um acidente enquanto trabalhava na roça e teve a perna perfurada por arame. Segundo eles, o atendimento recebido no hospital pelo Sistema Único de Saúde foi muito ruim. Essa situação os deixou muito irritados e revoltados com o serviço de saúde da cidade, e nesse momento da entrevista seu Roberto exclamou que “o mais triste de ser pobre é ser mal tratado”.

do sogro de dona Joana, num sítio da zona rural. Tratava-se de uma casa antiga, de sete cômodos, que apresentava muitas infiltrações. Por causa delas, as paredes estavam mofadas e sujas⁶⁰. O telhado, recentemente reformado, era de laje com cobertura de telhas de amianto. Poucos móveis compunham o ambiente.

Dona Joana não gostava do trabalho nem de viver na roça e, por causa disso, procurava, há algum tempo, um trabalho fixo na cidade. Atualmente, ela já trabalhava como garçoneiro nos fins de semana⁶¹. Morando na casa do sogro, dona Joana disse que não estavam felizes morando lá, porque o sogro freqüentemente batia na porta deles e mandava desocupar a casa. Por isso, ela sonhava em ter uma casa própria. Essas situações aconteciam sempre que o sogro, que era alcoólatra, bebia, causando uma situação de grande constrangimento na família.

O marido agricultor não tinha renda fixa mensal, variando entre R\$100,00 e R\$120,00 por mês. A renda de dona Joana era esporádica – quando conseguia trabalho como garçoneiro em festas, ela recebia R\$30,00 por cada evento. O benefício social do PBF que a família recebia era de R\$120,00.

Família 22

Dona Luciana morava com o marido Jaime e os dois filhos: Fernando (8 anos) e César (6 anos). A renda da família vinha do trabalho do sr. Jaime como agricultor em lavouras de café, recebendo R\$300,00 por mês, e do benefício do PBF, de R\$94,00 por mês. Dona Luciana trabalhava como dona-de-casa e se encarregava do cuidado com a casa e com os filhos. A família morava em um prédio de uma antiga escola que fora desativada pela prefeitura. Antes de se mudarem para a escola no ano de 2006, a família vivia em condições de extrema precariedade, em um barraco sem energia elétrica ou água encanada, com risco de desabamento.

Na época, segundo o relato de dona Luciana, a família viveu dias de “inferno”: era período de chuvas e chovia sempre no interior da casa, os dois filhos estavam doentes, um deles, inclusive, tinha sido vítima de atropelamento. Diante

⁶⁰ Segundo dona Joana, a situação das infiltrações na casa estava prejudicando a saúde da família, principalmente de sua filha, que tinha alergia respiratória; o mofo fazia muito mal a ela, causando-lhe crises asmáticas. Diante dessa situação, ela e o marido fizeram dívidas construir fazer o telhado.

⁶¹ Por causa desse trabalho, dona Joana sofria muita discriminação por parte dos familiares e vizinhos, que faziam fofocas para atrapalhar o casamento dela. Por essas razões, ela e o marido romperam relações com a maioria dos parentes e vizinhos. Chorou quando falou sobre isso e completou dizendo que ela trabalhava como garçoneiro para ajudar nas despesas da casa, pois na roça trabalha-se muito e os rendimentos eram insuficientes para as despesas da família.

disso, um amigo da família, padrinho de um dos filhos, por compaixão da família, solicitou à prefeitura a permissão para que se mudassem para o antigo prédio da escola. Embora as condições habitacionais da escola também fossem precárias: sem vidros nas janelas, com as paredes apresentando muitas rachaduras e com a pintura desgastada, a família se diz vivendo muito bem e feliz, quando comparado com a moradia anterior. Quando se mudaram, parte do telhado da escola estava destruído. Nessa época, dona Luciana e o marido receberam alguma ajuda em dinheiro e em materiais para a reconstrução do telhado. A família ganhou também, do patrão do marido, móveis, eletrodomésticos e outros objetos usados. Além disso, recebia freqüentemente a ajuda de várias pessoas com produtos alimentícios. Nessas condições, a casa tinha o caráter de provisoriedade e da improvisação: numa grande sala de aula, a organização dos móveis compunha os ambientes. Assim, alguns móveis e um guarda-roupa definiam o espaço do quarto e da sala. Ao todo, a família ‘montou’ sete cômodos na escola – um quarto, duas salas, uma cozinha, dois banheiros (que ainda mantinham as placas de masculino e feminino de quando a escola funcionava) e uma área de serviço.

Apesar disso, dona Luciana relatou que a família estava vivendo uma fase muito ‘boa e feliz’, principalmente porque agora eles ‘estavam morando num lugar só para eles, com privacidade, diferente das experiências anteriores, de quando moravam na casa de parentes’. Dona Luciana também relatou que tinha problemas relacionados à depressão e que fazia acompanhamento médico, com uso de vários medicamentos.

Família 23

Na casa de dona Margarida moravam apenas ela e a filha adotiva Marta, de oito anos⁶². Dona Margarida nunca havia freqüentado a escola e trabalhava como faxineira em uma casa próxima à sua, recebendo pelo seu trabalho o valor de R\$100,00 mensais, que era somado ao valor do benefício do PBF, de R\$75,00. Dona Margarida era solteira, mas mantinha uma relação amorosa com um senhor aposentado pela UFV, que era também o proprietário do sítio e da casa onde ela

⁶² A adoção da criança se deu porque, segundo dona Margarida, a mãe biológica era dependente química e tinha muitos filhos, que por sinal eram mal cuidados e doentes, e ela viu a oportunidade de ser mãe através da adoção, quando soube que as crianças estavam sendo doadas. Relatou que desde a adolescência tinha problemas de depressão e tinha muito medo de ficar sozinha na velhice – um outro motivo que também a levou a adotar Marta.

morava com a filha. Segundo ela, apesar de aquela não ser uma situação desejável, já que o namorado era casado,⁶³ precisava do companheiro para se manter e ajudar na criação da filha, que, inclusive, o reconhecia como pai.

A condição de construção recente e inacabada e a falta de recursos para investir na habitação eram perceptíveis nas condições da moradia: nos blocos de cimentos aparentes, sem reboco e sem tinta nas paredes, nas janelas usadas. Internamente, a casa não tinha portas, nem a parte elétrica havia sido concluída, o teto ainda estava sem forro e as paredes ainda não tinham recebido pinturas. A maioria dos móveis e eletrodomésticos pertencia ao namorado. O convívio com animais domésticos (gatos, cachorros e galinhas) na casa e a presença de objetos pessoais associados a restos de comida e terra nos cômodos davam à casa um aspecto de muita desorganização.

Família 24

Na casa de dona Leia moravam ela, o marido Rodrigo e os filhos Tiago e Aline, com 14 e 11 anos, respectivamente. A casa em que a família morava era muito simples, com poucos móveis⁶⁴, e tinha sido construída no terreno do sogro de dona Leia, inclusive com sua ajuda financeira.

Apesar das muitas rachaduras nas paredes ou ausência de tinta nas paredes, a casa tinha um aspecto de limpeza e organização. Percebia-se o cuidado inclusive pelas várias plantas decorando a casa. Marido e esposa reclamaram que na roça a situação era muito difícil, porque tudo o que vendiam era muito barato, mas o que eles tinham que comprar na rua era caro demais para eles. Seu Rodrigo, que era agricultor, recebia em torno de R\$150,00 por mês, e do PBF recebiam R\$94,00⁶⁵.

⁶³ Quando começamos, percebi que dona Margarida falava muito baixo, como se estivesse com medo. Passado algum tempo da entrevista, entendi as suas razões quando ela explicou-me que o namorado estava lá no sítio plantando sementes e que, quando chegava visita, ele se escondia, porque temia que alguém o visse lá.

⁶⁴ A família não possuía geladeira nem fogão a gás.

⁶⁵ O fato de a mulher não ter um trabalho fora de casa era motivo de muitos conflitos entre o casal. Isso foi perceptível na situação da entrevista. Durante toda a entrevista o sr. Rodrigo, relatando a situação de precariedade em que a família vivia, se lamentava do fato de a mulher, dona Leia, não trabalhar fora em algum trabalho assalariado ou ajudando-o a “puxar a enxada” no trabalho na roça – o que limitava a renda da família. Numa situação constrangedora, o marido chegou a dar vários exemplos de outras mulheres da vizinhança que trabalhavam fora, como empregadas domésticas, ‘ajudando’ o marido. Às comparações com outras mulheres, dona Leia abaixava a cabeça e se emocionava. Em um momento, porém, com os olhos cheios de lágrimas, Dona Léia reagiu em tom de voz mais elevado e disse que não gostava de sair de casa ‘por causa do sistema em que ela fora criada’, que naquela época ‘o pai não deixava as filhas saírem de casa e, por causa disso, ela sentia-se muito tímida na presença de outras pessoas.

Família 25

Dona Regina morava com o marido Carlos e os dois filhos, Ailton, de dez anos, e Gustavo, de seis, em uma casa de oito cômodos, construída no sítio do sogro. O marido trabalhava como agricultor familiar, cultivando um pequeno roçado onde plantavam arroz, feijão, hortaliças, milho e mandioca, itens que eram utilizados para consumo da família. Dona Regina trabalhava como dona-de-casa na parte da manhã, cuidando da casa e dos filhos, e à tarde trabalhava com o marido na roça, enquanto os filhos iam para a escola. Dona Regina já trabalhou como empregada doméstica antes de os filhos nascerem, mas, depois disso, parou de trabalhar para poder cuidar deles. A renda da família era de R\$170,00 do trabalho na roça e R\$94,00 do PBF. A casa em que a família morava tinha aspecto de muita organização e limpeza. Muitos dos móveis que compunham o ambiente tinham o aspecto de serem novos, principalmente os móveis da cozinha⁶⁶.

4.2.2. Perfil socioeconômico das famílias

A caracterização das famílias beneficiárias do PBF, no bairro Novo Silvestre, em Viçosa-MG, foi construída a partir de três grupos de análise: características das famílias (perfil socioeconômico); condições de habitação e acesso a serviços de infra-estrutura; e condições materiais (posse de bens, tempo e forma de aquisição de bens).

4.2.2.1. Características das famílias

Na análise do perfil socioeconômico das famílias observamos: escolaridade dos membros das famílias, a cor (etnia), estado civil, faixa etária dos pais e dos filhos, tamanho e composição do grupo familiar, renda familiar, trabalho/ocupação e estratégias de sobrevivência, bem como as formas de vínculos e redes mantidas pelas famílias. Foram entrevistadas mulheres na faixa etária de 27 a 59 anos; mais da

⁶⁶ Apesar disso, ao ser indagada pelos bens da família, dona Regina disse que só tinha “coisa velha”, negando inclusive a posse de alguns bens que havia notado na residência. Ao longo da entrevista, percebi que o seu cuidado em omitir a posse de alguns bens da família estava associado à desconfiança de eu ser um agente de fiscalização do PBF e ao receio de ter sido denunciada por algum dos vizinhos. Durante a entrevista ela relatou-me que estava tendo muitos conflitos com a vizinhança por causa dessas denúncias. Segundo ela, as pessoas estavam denunciando umas às outras por inveja e que, por causa disso, muita gente estava perdendo o Bolsa-Família.

metade se encontra na faixa entre 31 e 40 anos. Seus companheiros, por sua vez, estiveram na faixa etária de 28 a 74 anos. O número médio de filhos das famílias entrevistadas foi de 2,6. Das vinte e cinco entrevistadas, dezessete eram casadas, quatro viviam em união consensual, duas separadas e duas solteiras. A maioria delas sequer concluiu o ensino fundamental: duas não tinham nenhuma instrução do ensino formal, dezesseis estudaram entre a primeira e a quarta série, cinco estudaram entre a quinta e a oitava série do ensino fundamental. Com um nível maior de instrução no ensino formal apenas duas: dona Mariana, que estava cursando o ensino médio, e dona Celina, que tinha o ensino superior completo. Entre os homens, prevaleceu o mesmo padrão: dezoito não haviam concluído o ensino fundamental, dois concluíram a 8ª série do ensino fundamental e apenas um atingiu o ensino médio. De modo geral, portanto, verificamos baixa escolaridade entre os adultos, com grande concentração de pessoas em torno de no máximo quatro anos escolares – aspecto que tem ligação direta com as condições de pobreza, conforme aponta o Quadro 6.

Quadro 6 – Síntese de características do perfil socioeconômico das famílias entrevistadas participantes do PBF: faixa etária, escolaridade, cor (etnia) declarada e estado civil

	MULHERES (25)	HOMENS (21)	FILHOS (63)
Faixa etária	Entre 27 e 59 anos	Entre 28 e 74 anos	Entre 1 e 19 anos
Escolaridade	Analfabetos - 2 1ª a 4ª série - 16 5ª a 8ª série - 5 Ensino médio - 1 Ensino superior - 1	Analfabetos - 0 1ª a 4ª série - 17 5ª a 8ª série - 3 Ensino médio - 1	1ª a 4ª série - 34 5ª a 8ª série - 19 Ensino médio - 3 (Cinco crianças ainda não estão em idade escolar e dois adolescentes já concluíram o ensino médio)
Cor (etnia) declarada	Branca - 12 Negra - 9 Parda - 4	Branca - 12 Negra - 7 Parda - 2	
Estado civil	Casado - 17 Separado - 2 União consensual - 4 Solteiro - 2	Casado - 17 União consensual - 4	

Fonte: Informações fornecidas pelas mulheres beneficiárias do PBF entrevistadas, trabalho de campo, 2007.

Na análise que Pochmann e Amorim (2003) fazem sobre a nova e a velha exclusão, eles apontam que a “velha exclusão” é marcada por situações brutais de fome, famílias numerosas em situação de grave pobreza e forte incidência de analfabetismo – características que não constatamos nesse grupo. O fato de se ter estudado pouco esteve associado, na maioria dos depoimentos, às conseqüências da pobreza que atravessava as gerações, impondo a necessidade de interromper os estudos para trabalhar e ajudar os pais na reprodução da família. Contudo, apesar da baixa escolaridade verificada, percebemos que apenas duas pessoas não foram alfabetizadas.

Eu comecei trabalhar muito nova, de empregada doméstica e na casa da minha mãe, porque eu precisei ajudar a cuidar dos meus irmãos, mas eu quero que minhas filhas estudem primeiro, e depois elas vão poder trabalhar (M14).

Eu já trabalhava com nove anos, de empregada doméstica e também na lavoura, tinha que ajudar os meus pais, não tinha outro jeito. A gente precisava trabalhar (M12).

Na roça a gente começa a trabalhar quando é criança. Eu e meu marido também, com dez anos a gente já ia pra lavoura. Os pais precisavam de ajuda, porque não dava pra pagar companheiro, então os filhos tinham que ajudar no trabalho. Aí não dava pra estudar não, mas pra roça tá bom (cursou até a 4ª série) (M25).

Em relação à conformação das famílias, constata-se grande predominância de famílias nucleares (20 famílias), compostas por pai, mãe e filhos. Os outros modelos são de famílias monoparentais femininas, compostas por filhos e mãe, e apenas uma família ampliada residindo na mesma casa – três gerações (avós, filhos e netos). Na amostra não foi encontrada nenhuma família reconstituída, caracterizada por pessoas que mantêm união estável, com presença de filhos de uniões anteriores. Verificamos, portanto, que em nossa amostra predomina o modelo de famílias formadas por pai, mães e filhos. A maioria (19 famílias) tinha entre três e cinco componentes residindo na mesma moradia. Em três unidades familiares a constituição era de três componentes; em nove unidades, de quatro componentes; e em sete unidades, de cinco componentes.

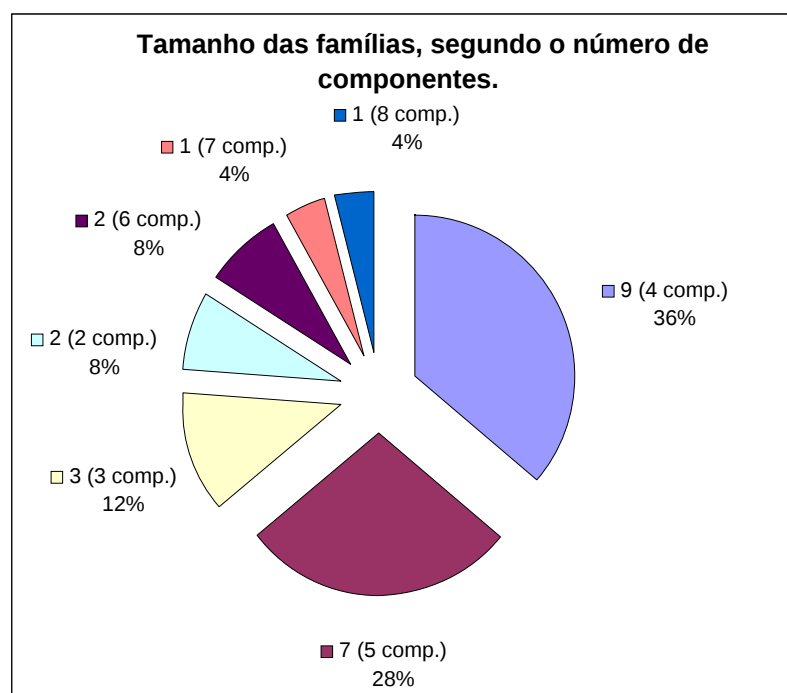


Figura 2 – Número de famílias, segundo o tamanho (número de componentes residentes na mesma casa).

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Enquanto nas regiões Norte e Nordeste do país constata-se a “velha exclusão”, marcada pela pobreza com predomínio de famílias extensas em situações brutais de fome e analfabetismo, na localidade pesquisada observam-se traços da “nova exclusão”: famílias pequenas, com alguma presença de atividade assalariada e algum grau de escolaridade.

Das 25 famílias pesquisadas, duas não tinham nenhuma renda mensal. Essa realidade as levava a criar, freqüentemente, diferentes estratégias de sobrevivência para tentar suprir (precariamente) suas necessidades. Contavam com a ajuda de parentes e da família e de benefícios sociais, como o PBF. Cinco tinham renda mensal variando entre R\$100,00 e R\$190,00 (meio salário mínimo); nove famílias tinham a renda mensal variando acima de meio salário até um salário mínimo; cinco tinham renda mensal entre R\$400,00 e R\$680,00; e quatro apresentavam renda mensal de dois salários mínimos ou mais.

Vale ressaltar que para o cadastro no PBF a renda observada é a *per capita*. Assim, são eleitas as famílias com renda mensal *per capita* de até R\$60,00 (extrema

pobreza) e famílias com renda mensal *per capita* de R\$60,01 a R\$120,00 (situação de pobreza). Por exemplo, a família que tem renda mensal de R\$1.000,00 (a maior renda de nossa amostra) é composta por sete pessoas; logo, a renda *per capita* é de R\$142,86. Com esse rendimento, essa família não poderia estar recebendo o benefício do PBF, conforme os critérios de elegibilidade deste. De acordo com uma das entrevistadas, dona Mariana, isso ocorre porque à época do cadastro a renda da família era mais baixa, visto que ela e o filho mais velho estavam desempregados.

Das 25 famílias, apenas em sete unidades familiares havia um dos membros trabalhando no mercado formal de trabalho, contribuindo com o orçamento da família. Destes, as funções desempenhadas eram: atendente de loja (dois), vigia noturno, pedreiro, agricultor, empregada doméstica, motorista de viação urbana. O Quadro 7 mostra a renda obtida pelas famílias, sem considerar a transferência do PBF. Vale mencionar que o salário mínimo vigente na época da coleta de dados era de R\$380,00.

Quadro 7 – Renda das famílias pesquisadas por faixa de rendimentos: até meio salário Mínimo (S M); entre meio S M e um S M; acima de um S M; e acima de dois S M

Renda	Nº de famílias
Entre R\$100,00 e R\$190,00 (meio salário mínimo)	5
Entre R\$190,00 e R\$380,00 (um salário mínimo)	9
Acima de um salário mínimo até R\$680,00	5
Acima de dois salários mínimos	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Com o nível de escolarização que apresentam, a maioria conseguia trabalho somente em atividades que não exigiam maior qualificação: sete deles trabalhavam como lavrador, cinco estavam trabalhando como pedreiro/servente em obras, um como vigia noturno, um na função de motorista de viação urbana e um como estofador de sofás (trabalhador autônomo). Seis deles não estavam trabalhando: quatro estavam aposentados e dois estavam desempregados. A ocupação das

mulheres obedecia ao mesmo padrão. Os dados mostraram que, das 25 mulheres entrevistadas, 12 (48%) estavam desempregadas e procurando trabalho há mais de seis meses; as demais trabalhavam na prestação de serviços, a maioria delas informalmente, sem carteira assinada: três como empregada doméstica, duas como faxineira, uma como babá. Apenas duas mulheres disseram que não estavam procurando trabalho, pois cuidavam da casa e dos filhos pequenos. Cinco delas trabalhavam em atividades relacionadas à agricultura: quatro mulheres trabalhavam, junto com os maridos, na roça e uma dividia o seu tempo entre essa atividade e o trabalho, nos fins de semana, como garçoneiro.

No que se refere à ocupação dos filhos, a maioria era estudante. No entanto, alguns deles, juntamente com a frequência à escola, desenvolviam algumas atividades que tinham o caráter de ajuda à família, como: trabalhar em casa (varrer, lavar roupas, limpar o quintal, cuidar da horta, recolher roupas do varal) e na rua (buscar lenha, vender picolés, catar latas e sucatas). Vale ressaltar que as mães não falaram explicitamente que os seus filhos desenvolviam essas atividades. Acreditamos que essa atitude se deveu ao receio de terem cortados os benefícios sociais, já que uma das exigências do PBF é a frequência à escola e, por consequência, o extermínio do trabalho infantil. As mães, no entanto, viam no trabalho dos filhos uma forma positiva de retirá-los das ruas e de criar o gosto pelo trabalho. Nas suas falas, diziam que os filhos podiam trabalhar “em serviços leves”. Assim, apontaram que às vezes solicitavam ajuda aos filhos para realizar atividades consideradas por elas leves e sem riscos, como varrer, tirar roupas do varal, catar latinhas e sucatas, ajudar a buscar lenha nas matas próximas etc. Observamos que muitas famílias preferem que os filhos trabalhem “em algum serviço leve”, como os citados, para evitar o tempo ocioso na rua⁶⁷.

Pode trabalhar depois que chegar da escola, pode fazer um serviço leve, vender um picolé, mas levar pra roça pra plantar eu não sou de acordo não! (M11).

Pode varrer um terreiro, uma coisinha leve, tirar uma roupa do varal, é melhor que ficar na rua (M4).

Pode fazer um serviço em volta de casa sim, cuidar de uma horta, aí tira da rua e evitar de muita coisa (M22).

⁶⁷ Adiante trataremos da relação entre trabalho de menores e estudo, através da percepção das famílias, no objetivo referente à percepção das famílias sobre o PBF.

No cotidiano das famílias, o medo dos perigos que a rua oferece fazia com que valorizassem o trabalho como uma forma de diminuir o tempo dos filhos na rua, diminuindo assim as chances de envolvimento com atividades ilícitas, como o tráfico e o consumo de drogas, além da violência. De outro lado, não se pode desconhecer o fato de que o trabalho exercido pelos filhos significa também o aumento da renda da família, mesmo para as famílias que recebem o benefício do PBF.

O medo da rua pelas famílias também foi apontado em relação à falta de opções de lazer no bairro. A maioria das famílias disse que a falta de divertimento causa preocupações porque os filhos podem se envolver com drogas e bebidas mais facilmente, pois não têm outra ocupação na rua. A maioria afirmou não ter nenhuma atividade de lazer para as famílias se divertirem, e os depoimentos tinham tons de queixas e reclamações sobre a insuficiência de renda para a família se deslocar para outros bairros e para o centro da cidade para participar de alguma festa ou outra atividade de lazer. Em razão disso, o uso da televisão foi apontado por todas as famílias como o principal meio de divertimento e lazer. A minoria das famílias apontou festa junina na escola e forrós, que acontecem raramente no bairro. Os depoimentos selecionados mostram como as famílias percebem as atividades de lazer no bairro:

Eu assisto televisão, agora a turma vai toda pro boteco, é mulher, é netos... (M3).

Tudo é caro, tudo tem que pagar, se for a família toda fica muito caro e eu não tenho coragem de deixar as crianças, então a gente não sai (M2).

Aqui não tem nada. A gente só assiste televisão (M16).

Nada, nada pra se divertir, a gente assiste televisão e vai na igreja (M 17).

Pra divertir? Tem a festa junina da escola né (M1).

Portanto, após o PBF não houve mudanças quanto ao oferecimento de atividades de lazer para as famílias, pois a maioria afirmou continuar sem opções de lazer e divertimento. Como foi apontado, as famílias beneficiárias têm poucos recursos financeiros, o que impede o acesso a outras opções de lazer, em outros bairros e outras cidades. Verificamos que não há incentivo para a realização de atividades culturais no bairro, estimuladas por programas complementares à transferência de renda, que objetivam fortalecer a cidadania. No Quadro 8 encontram-se informações sobre a ocupação, as estratégias de sobrevivência e a renda dos membros das famílias.

Quadro 8 – Ocupação/trabalho, estratégias de sobrevivência e renda dos membros das famílias entrevistadas beneficiárias do PBF

	Ocupação das mães	Estratégias de sobrevivência das mães desempregadas	Ocupação dos pais	Estratégias de sobrevivência dos pais desempregadas	Ocupação dos filhos	Renda: mães e pais (R\$) mensal	Renda dos filhos (R\$)	Transf. PBF (R\$)	Renda total da família (R\$)
1	Desempregada	Buscava lenha, trabalhava na roça, catava sucata, fazia sabão, fazia faxina e trabalhava em casamentos.	Ausente	-	Estudante	De 15,00 a 30,00	-	76,00	96,00
2	Desempregada	Trabalhava em casa e cuidava dos filhos	Servente	Pintura e reforma de casas	Estudante	300,00	-	54,00	354,00
3	Desempregada	Trabalhava em casa e cuidava dos filhos	Aposentado	-	Estudante	190,00	-	112,00	302,00
4	Emp. Doméstica	Lavava roupas	Ausente	-	Estudante, atendente	400,00	380,00	18,00	798,00
5	Desempregada	Fazia faxina (2x por mês)	Pedreiro	Reforma de casas	Estudante	430,00	-	36,00	466,00
6	Desempregada	Trabalhava em casa e cuidava dos filhos	Vigia noturno	-	Estudante	760,00	-	18,00	778,00
7	Desempregada	Carregava lenha, fazia tapetes e colchas de retalho	Desempregado	Doente cardíaco (não pode fazer esforço físico)	Estudante	De 10,00 a 30,00	-	112,00	132,00
8	Desempregada	Fazia faxina (2x por mês)	Motorista aposentado	-	Estudante	445,00	-	54,00	499,00
9	Desempregada	Trabalhava em casa e cuidava dos filhos	Motorista	-	Estudante	680,00	-	94,00	774,00
10	Faxina	-	Pedreiro	Reforma de casas	Estudante	550,00	-	76,00	626,00
11	Desempregada	Trabalhava em casa e como pastora da igreja	Pedreiro	Reforma de casas	Estudante	400,00	-	54,00	454,00
12	Emp. Doméstica	-	Ausente	-	Estudante	150,00	-	54,00	194,00
13	Desempregada	Trabalhava em casa e cuidava dos filhos	Lavrador	Capinava e limpava jardins	Estudante	380,00	-	54,00	434,00
14	Desempregada	Trabalhava em casa e cuidava dos filhos	Aposentado	-	Estudante	270,0	-	112,00	382,00

Continua...

Quadro 8 – Cont.

	Ocupação das mães	Estratégias de sobrevivência das mães desempregadas	Ocupação dos pais	Estratégias de sobrevivência dos pais desempregadas	Ocupação dos filhos	Renda: mães e pais (R\$) mensal	Renda dos filhos (R\$)	Transf. PBF (R\$)	Renda total da família (R\$)
15	Emp. Doméstica	-	Trabalhava em casa e cuidava dos filhos	Plantava hortaliças para vender	Estudante	380,00	-	94,0	474,00
16	Desempregada	Cuidava dos sobrinhos e dos filhos dos vizinhos	Servente	Reformas e pinturas de casas	Estudante	320,00	-	112,00	432,00
17	Babá	-	Estofador	-	Estudante, Atendente	800,00	200,00	76,00	1.076,00
18	Do lar	-	Lavrador	-	Estudante	380,00	-	94,00	474,00
19	Lavradora	Vendia hortaliças, fazia tapetes para vender	Lavrador	-	Estudante	380,00	-	36,00	416,00
20	Lavradora	-	Aposentado	-	Estudante	760,00	-	18,00	778,00
21	Lavradora e garçonne	-	Lavrador	-	Estudante	240,00	-	94,00	334,00
22	Do lar	-	Lavrador	-	Estudante	300,00	-	94,00	394,00
23	Faxineira	Vendia hortaliças	Ausente	-	Estudante	100,00	-	76,00	176,00
24	Lavradora	-	Lavrador	-	Estudante	150,00	-	94,00	244,00
25	Lavradora	-	Lavrador	-	Estudante	170,00	-	94,00	264,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

No quadro anterior percebemos que as estratégias de sobrevivência apontadas pelas famílias figuram em torno de atividades como: buscar lenha na roça ou nas matas próximas (para vender e para consumo próprio), fabricar sabão (para vender e para consumo próprio), fazer faxina, trabalhar em casamentos (preparo dos alimentos e limpeza), fazer colchas e tapetes de retalhos, cuidar de crianças, de parentes ou de vizinhos e vender hortaliças. Essas atividades são, predominantemente, exercidas por mulheres. Para os homens, destacaram-se: atividades em obras, como servente de pedreiros, fazer reformas em casas ou apartamentos, pintura de casas ou apartamentos, capinar e limpar jardins.

Conforme observado, as formas de trabalho e ocupação e as estratégias de sobrevivência dessas famílias lhes proporcionavam um retorno financeiro considerado baixo, comparado ao salário mínimo vigente e, sobretudo, considerando a satisfação das necessidades das famílias. Por isso, essas famílias se enquadraram no perfil de famílias a serem beneficiadas pelos programas sociais do governo, como acontece no PBF. Contudo, mesmo com o benefício transferido pelo PBF, as famílias, em sua maioria, têm necessidades de diferentes tipos que não são compensadas com a renda total delas.

Diante disso, na análise das condições sociais e materiais dos beneficiários do PBF foi importante entender o relacionamento entre as famílias, amigos e vizinhos: os vínculos e os conflitos que mantêm e estabelecem entre si. Nesse contexto, compete analisar a existência dos vínculos, o funcionamento das redes sociais (familiares, amizade, vizinhança, entre outras), enquanto importantes elos explicativos da sobrevivência das camadas populares, e os conflitos existentes no contexto do PBF.

Apesar de as políticas públicas terem como função, ao menos em princípio, mediar as relações entre o Estado e os cidadãos, o conjunto social necessita de outros mediadores, principalmente os segmentos da população atingidos pela pobreza ou por situações que acentuam suas condições de exclusão social. Entre os diversos mediadores presentes na sociedade civil e que se colocam a serviço da população marginalizada, o circuito de sociabilidade acionado, por exemplo, pelo

associativismo voluntário⁶⁸ se constitui numa importante forma de amenizar a realidade cotidiana das famílias em situações de precariedade (MOREIRA, 2007). As redes sociais também funcionam como mediadores que estão a serviço das famílias pobres e excluídas, sobretudo as redes de família, de amigos e de vizinhos.

Logo, para entender o relacionamento entre famílias, amigos e vizinhos na perspectiva da *rede social*, nos ancoramos em Castells (2000), que define a rede social como um conjunto de nós interligados por diferentes linhas, que podem ser compostas por indivíduos, grupos de indivíduos ou instituições, com a estrutura ativa e a configuração flexível. A rede não possui um centro, mas nós de diferentes dimensões e com relações que podem ser simétricas ou assimétricas. Ou seja, indivíduos, famílias e grupos que se articulam e estabelecem relações de trocas entre si, fortalecendo uns aos outros.

Para Mance (2000), as redes sociais têm a seguinte estrutura:

Trata-se de uma articulação entre diversas unidades, que, através de certas ligações, trocam elementos entre si fortalecendo-se reciprocamente. Estas podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE, 2000, p. 24).

Portanto, a articulação entre as famílias marginalizadas se faz necessária e lhes permite trocas de diversos tipos e densidades que as auxiliam na reprodução do grupo familiar, uma vez que as carências - de ordem financeira e material - são presentes e intensas no cotidiano delas.

Moreira (2007), ao abordar a importância de experiências associativas, aponta para a religação dos laços comunitários, que reativam a solidariedade e a inserção social. “A solidariedade, a confiança e a ajuda-mútua se configuram em elementos importantes de produção de capital social, que contribuem para o aumento da visibilidade social e da organização política” (MOREIRA, 2007, p. 8).

⁶⁸ Essas experiências associativas e voluntárias surgem no contexto brasileiro no cenário da década de 1990, onde o mecanismo participativo é resgatado, com o incentivo ao protagonismo dos cidadãos, nas dinâmicas representativas em conselhos (saúde, educação, assistência social, direitos da criança e do adolescente), fundos municipais de saúde e até mesmo nas discussões sobre a gestão dos recursos municipais (o orçamento participativo). Na perspectiva da política oficial, e da letra constitucional, esse é o retrato de um incentivo a uma cultura de descentralização e participação cidadã. Ao mesmo tempo, acontece todo um movimento da sociedade civil, que, articulado ou não ao Estado, investe na experiência cívica se engajando no discurso oficial da solidariedade, do “fazer a sua parte” (MOREIRA, 2007).

Em situações cotidianas de múltiplas carências, as relações de trocas variadas entre as pessoas evitam a intensificação e expansão do sofrimento e das condições de carências vividas, decorrentes da pobreza e da exclusão social. As famílias estabelecem diferentes tipos de rede – de parentesco, de amizade, de vizinhança e outras – com base na troca e mediadas pelo espírito de solidariedade.

Neste estudo, observamos a seguinte configuração sobre os vínculos entre as famílias e seus familiares (Quadro 9).

Quadro 9 – Vínculos estabelecidos entre as famílias beneficiárias do PBF e os familiares

Vínculos com os familiares				
Não têm nenhum vínculo	Possui vínculo apenas com um membro familiar (irmão)	Conta com todos os familiares em todas as dificuldades	Conta com os pais/sogros em todas as dificuldades	Conta com os familiares nos casos de doença e fome
4	1	10	3	7

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

A intensidade dos vínculos variava conforme as famílias e as relações estabelecidas entre elas, mas houve a presença de um vínculo forte entre dez das famílias, ou seja, podiam contar com o apoio dos familiares em todas as dificuldades, conforme ilustram os relatos:

Qualquer coisa que eu precisar, eles (familiares) me ajudam (M 3).

Eles (familiares) ajudam com qualquer coisa. Eu não tenho telefone, e às vezes eu posso usar o celular deles, com alimentos também minha mãe ajuda a gente (M 7).

Qualquer ajuda eu posso contar com eles (familiares), minha sogra me ajuda muito com as crianças também (M 9).

Para tudo que a gente precisar pode contar, meus pais ajudam a gente muito e minha sogra também (M 25).

Para sete famílias entrevistadas, a ajuda era acionada esporadicamente, em situações extremas de necessidade, ou seja, em situações de fome e doenças – quando a família não tinha nenhum alimento ou quando alguém da família era acometido por alguma doença. Acredita-se que, possivelmente, a baixa frequência das famílias em acionar ajudas junto aos familiares deve-se à situação de pobreza vivida também pelos parentes. Nesse sentido, a precariedade das condições vividas dos parentes era impedimento às situações de ajuda, principalmente financeira, conforme os relatos que seguem.

Essa filha aqui sim, ela me ajuda (mora em outro bairro). Coitada, ela vai ter que amputar a perna, ela tem um problema na perna, ela não tem recurso pra me ajudar coitada, e sai lá da casa dela carregando esse menino, só pra ver como é que eu tô, isso já é uma ajuda, já é alguma coisa, né? (M 4).

A ajuda que eles (familiares) podem dar é só conselho (M 23).

Se precisar eles ajudam sim, mas só em caso de doença (M 1).

Só favorzinho, ajuda grande eles não podem dar não. De pedir alguma coisa emprestada, favor pequeno sim, tudo bem (M 6).

Os da minha família ajudam só em caso de doenças, com remédios (M 16).

Com dinheiro não tem jeito deles ajudar não, mas com outras coisas sim, levar para o hospital (M 9).

Se precisar acho que sim, ajuda muito grande não, só se for pra comprar um remédio, né? (M 19).

Essas narrativas permitiram dimensionar o valor da ajuda e da solidariedade entre familiares, pois verificamos que a maioria das famílias pesquisadas solicita e recebe ajuda de familiares com intensidades variadas, conforme as condições que as pessoas dispõem para ajudar. A maioria apontou que a ajuda financeira é mais difícil, porém a ajuda em caso de falta de alimentos, em situações de doenças e troca de favores é mais comum. Na dinâmica das ajudas familiares, percebemos que a rede social firmada entre as famílias pesquisadas e seus familiares se mostra como um conjunto de indivíduos que tem nós de diferentes dimensões e com relações de diferentes intensidades, que podem ser simétricas ou assimétricas; entretanto, de qualquer forma, as trocas e as ajudas fortalecem todo o conjunto, conforme expõem Castells (2000) e Mance (2000).

Foi apontado também que a possibilidade de ajuda é seletiva e não depende dos vínculos consangüíneos, pois, para muitos, a possibilidade de ajuda se coloca conforme os vínculos de maior ou menor proximidade afetiva. Portanto, as pessoas selecionam a quem podem pedir ajuda: a um irmão e não a outro, aos cunhados e não aos irmãos, ao sogro e à sogra e não ao pai e à mãe; em alguns casos, os amigos são mais solicitados e ajudam mais do que os familiares.

Sobre a relação entre vínculos consangüíneos e afetividade, Bourdieu (1993) afirmou que é possível ter um grupo familiar real unido por intensos laços afetivos devido ao trabalho prático e simbólico, que transforma a “obrigação de amar” em “disposição amante” e que produz o “espírito de família”. Também apontou que é plenamente possível o contrário, ou seja, famílias nas quais inexistente o espírito de família, pois o campo doméstico é também um espaço de lutas internas, com forças de fusão e forças de fissão entre os membros do grupo familiar⁶⁹.

Sobre a *confiança* que a família sentia em relação aos familiares, 15 entrevistadas disseram “confiar muito ou totalmente” nos familiares; uma disse que “confiava mais ou menos”; quatro disseram que “confiavam pouco”; e cinco “não confiavam”. Importa destacar que nos depoimentos verificamos que o nível de confiança se dava conforme o tipo e a frequência de ajuda que recebiam, bem como os vínculos de convivência que eram estabelecidos.

As quatro famílias analisadas que não mantinham nenhum vínculo familiar também não confiavam nos familiares. As dez que contavam com a ajuda de todos os familiares diante de qualquer dificuldade disseram que podiam confiar muito ou totalmente neles. Uma mulher que disse ter vínculo apenas com o irmão também manifestou que confiava nele totalmente. As três que contavam com qualquer ajuda, embora apenas de pais/sogros, confiavam muito ou totalmente nestes. Das sete mulheres que disseram que só recebiam ajuda dos familiares em casos de doenças e fome, uma disse que confiava neles mais ou menos; uma confiava muito ou totalmente, porque a “ajuda recebida era muito importante”; quatro confiavam pouco, apesar de receberem ajuda; e uma não confiava, pois para ela “ajuda é uma coisa, e confiança é outra”. No conjunto das falas, emergiu a relação entre o nível de

⁶⁹ Para Bourdieu (1993), a família é uma construção social arbitrária que parece natural e universal, sendo produto de um verdadeiro trabalho de instituição que visa instituir sentimentos apropriados para assegurar a integração familiar e social.

confiança e o tipo de ajuda. Assim, “confiar totalmente” significa que pode contar com qualquer tipo de ajuda:

Eu confio totalmente nos familiares, porque qualquer coisa que eu precisar eles me ajudam (M 4).

Eu confio demais, porque eles (familiares) ajudam com qualquer coisa (M 8).

Olha, qualquer tipo de ajuda que a gente precisar eles ajudam, então a gente tem que confiar totalmente, né? (M 18).

É confiança total, porque eles ajudam de acordo com o que podem ajudar, não é porque não querem ajudar (M 20).

Sim, a gente confia demais porque pode contar com qualquer ajuda, de dinheiro emprestado também. Mas a gente paga tudo, vira e mexe a gente precisa, mas sempre vai lá e paga. Por isso a gente confia muito mesmo neles (M 25).

A relação de não-confiança se estabelece quando não há ajuda, e o confiar mais ou menos e o confiar pouco também se constituem em função da pouca ajuda e da forma com que são ajudados. Essa percepção se estabelece em função da ajuda recebida, com boa vontade ou não.

Eu não posso contar com eles não, então não dá pra confiar (M 21).

Não confio na minha família não, porque não me ajudam com nada, nada. Mas na do meu marido sim, qualquer tipo de ajuda eles ajudam, confio totalmente neles (M 18).

Eu não confio em ninguém. Não dá não, ninguém ajuda a gente, não tão nem aí pra gente (M 15).

Confio totalmente na minha mãe porque se tiver faltando alguma coisa aqui em casa e se eu pedir ela me ajuda, com qualquer coisa. Mas meus irmãos, eu confio mais ou menos neles, porque me ajudam pouco, nem sempre tem boa vontade (M 13).

Apesar de ser meio esquisito, eles ajuda com cara feia, os parente né? A gente confia um pouco, acho que dá pra contar com qualquer ajuda (M 24).

No tocante aos vínculos entre os vizinhos, constatamos que oito famílias podiam contar com os vizinhos em todas as dificuldades, ou seja, para ajudas com pagamentos de contas, nos casos de falta de alimentos, empréstimo de objetos, doenças, ajudas com conselhos e diálogos, cuidado dos filhos e outras. Seis apontaram que só podiam contar com a ajuda de vizinhos em caso de doenças; duas disseram que só recebiam ajuda com alimentos, para evitar situações de fome; três

apontaram que existia apenas troca de favores e que, “quando recebiam ajuda, ajudavam também”. Seis delas, no entanto, disseram não manter nenhum vínculo com os vizinhos evitando, inclusive até as conversas, para impedir conflitos. O Quadro 10 sintetiza as formas de vínculos com os vizinhos.

Quadro 10 – Vínculos estabelecidos entre as famílias beneficiárias do PBF e a vizinhança

Vínculos com os vizinhos			
Não têm nenhum vínculo com os vizinhos	Em todas as dificuldades	Principalmente em casos de doença e fome	Apenas para troca de favores
6	8	8	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

A intensidade da confiança é estabelecida em função da ajuda que recebem dos vizinhos, assim como para os parentes. Contudo, é importante observar que em muitas famílias os vizinhos são também os parentes. As falas apresentadas a seguir referem-se à relação entre a ajuda em qualquer situação e o nível máximo de confiança que se estabelece entre vizinhos:

Confio totalmente nos meus vizinhos, eles são amigos. Se a gente precisar eles ajudam, eles confortam, igual quando eu tava com dificuldade me ajudaram muito, pra fazer essa coberta (telhado) aqui eles me deram telha, dinheiro (M 22).

Meus vizinhos são muito bons, são meus amigos. Tem uma vizinha que lê receita pra mim, vê que remédio eu tenho que tomar, outras vem aqui me ver, conversar comigo. São tudo muito bom pra mim, me ajudam muito. Eu confio muito mesmo neles (M 3).

Eu confio totalmente, porque os meus vizinhos são meus parentes também. Eles ajudam muito, sempre que a gente precisa, minha sogra me ajuda com os meninos, minha mãe também (M 2).

Confio totalmente porque, além de ser vizinhos, é minha família. Então qualquer coisa que eu precisar eles me ajudam, com a minha filha, com as coisas que faltam, minha irmã leva ela (a filha) ao médico e ao dentista pra mim, leva pra escola, minhas sobrinhas ajudam com dever de casa, se precisar de um remédio eles ajudam também (M 4.).

Em alguns vizinhos eu confio totalmente, porque eu já passei por uma situação difícil, e eles me ajudavam, com as coisas, com alimentos e com uma conversa amiga (M 17).

A troca de favores entre os vizinhos está baseada na reciprocidade das trocas. Ou seja, a ajuda é mantida à medida que a reciprocidade acontece. Esse princípio, que regulamenta as trocas, estabelece, pois, um limite às famílias que não têm condições de devolver a ajuda na medida em que a recebem:

Meus vizinhos são muito bons, quando a gente precisa de gelar uma água, uma carne eles guardam lá pra gente, porque eu não tenho geladeira. Eu faço sabão junto com essa vizinha do lado de cá, mas eu busco a lenha pra nós duas, pra mim e pra ela. Por isso eu confio um pouco neles né, mas dá pra contar com a ajuda deles sim (M 1).

A gente confia em alguns, se precisar pode contar com a ajuda deles sim. Por exemplo, um dia desses a vaca do vizinho ficou atolada no brejo, então todos os vizinhos ajudaram a puxar e tirar o animal. A gente ajuda e eles ajudam, com esse tipo de ajuda e em caso de adoecer. Não é de dar as coisas, nem ajuda financeira (M 24).

Se precisar de ajuda, em caso de doença, de dinheiro emprestado, nunca me negaram, mas também vai da gente ajudar, e se não pagar, não empresta mais (M 20).

Seis famílias não possuíam vínculos com a vizinhança, e também não confiavam. Nas falas verificamos que o fato de necessitar de ajuda aponta para a posição de inferioridade, constrangimento e humilhação em relação aos outros, principalmente outro, próximo e igual. Já quem ajuda se põe numa posição de superioridade. Portanto, muitas pessoas que não têm condições de estabelecer a reciprocidade preferem não solicitar ajuda aos vizinhos. Por causa disso, se isolam, para não ter que expor a situação cotidiana de sua família. O conjunto das falas a seguir expressa o significado presente no fato de não solicitar ajuda aos vizinhos.

Eu acho que não confio em nenhum vizinho. Nunca pedi ajuda, graças a Deus (M7).

Nunca pedi ajuda deles, porque eu não confio neles (M 5).

Acho que confio muito sim. Mas poder contar com a ajuda eu não sei, nunca pedi. Mas, se eu vejo alguém precisando, eu ofereço ajuda. Minha casa já encheu de água e ninguém nunca me ajudou, nem ofereceram ajuda pra nada (M 5).

Não confio. Eu não peço ajuda, não gosto de amolar ninguém (M 15).

Não confio neles, têm alguns sim, mas outros não. Não ajudam não, a gente nem precisou também, mas já sabe que não dá contar com ajuda deles (M 8).

A gente conhece os vizinhos, mas, por exemplo, ir um na casa uns dos outros não, só na casa da minha sogra e da minha cunhada que a gente vai (M 9).

Amigos e vizinhos se confundem. Os amigos, para grande parte das famílias, são também os vizinhos e alguns parentes. Com os amigos, dez entrevistadas disseram que podiam contar com o apoio deles em todas as dificuldades, e em nove famílias existia confiança total nos amigos. O Quadro 11 sintetiza os vínculos de amizade das famílias pesquisadas.

Alguns amigos ajudam sim né, confio totalmente porque eles me dão força, às vezes eu adoço, me ajudam. Me ajudam com muita coisa, cuida da minha saúde, vem aqui em casa (M 3).

Em alguns sim, dá pra confiar muito mesmo, com ajuda financeira, alguns já ajudou a gente bastante também (M 16).

Quadro 11 – Vínculos estabelecidos entre as famílias beneficiárias do PBF e os amigos

Vínculos com os amigos		
Não têm amigos	Contam com a ajuda deles em todas as dificuldades	Contam com a ajuda deles em casos de doença e falta de alimentos
7	10	8

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Oito das mulheres pesquisadas disseram que podiam contar com os amigos apenas em caso de doenças e quando faltavam alimentos; a confiança variava nessas circunstâncias. As falas selecionadas exprimem essa relação:

Em alguns sim, confio um pouco só. Não sei, amigos pra confiar, pra valer, eu não sei, mas ajuda em caso de doença sim, pode até falar depois que ajudou, mas a gente pode contar (M 19).

Em alguns amigos sim, confio muito, se precisar de ajuda financeira não pode contar não, mas em caso de doença, ajudam sim (M 17).

Confio um pouco e posso contar com a ajuda deles, se alguém passar mal né... (M 2).

Alguns sim a gente pode contar e confiar, eles ajudam com alimentos (M 7).

Pode confiar em alguns sim, se precisar de alimento, em caso de doença pode contar com a ajuda deles sim (M 8).

Em alguns a gente confia, mas é difícil confiar, porque o homem não pode confiar em outros homens, a Bíblia fala né, mas se precisar de ajuda, em caso de doença ajudam sim (M 20).

Sete mulheres disseram não ter amigos, apontando para algumas características e posturas, como inveja e falsidade, as quais geraram situações de conflito que resultaram em decepção em relação às pessoas que elas consideravam amigos.

Não confio e não posso contar. Amizade de verdade tá muito difícil, hoje não tem amigo sincero, muito difícil, eu não tenho amigos (M 4).

Hum... Difícil... Tem amigos e amigos. Amigo de verdade eu não sei se tenho. Amigo não prejudica ninguém, não é mesmo? Eu confio um pouco e não posso contar com a ajuda deles pra nada. As vezes você pensa que é amigo, mas não é (M 5).

Eu não tenho amigo nenhum. Meu único amigo é só Deus. Amizade até tem, a gente conhece os outros, mas esse negócio de ficar pra lá e pra cá eu não tenho não. Você acha que é amigo e logo levanta falso sobre você (M 6).

Eu tenho só conhecidos. Amigos não. Alguns até dá pra contar com ajuda, mas eu nunca procurei nenhum deles pra nada, então eu não sei se vão poder me ajudar, mas eu acho que em caso de doença pode contar com a ajuda deles sim (M 9).

Em alguns sim, a gente confia, mas hoje eu não confio totalmente, amizade sempre com o pé atrás, porque muitas pessoas que eu achava que era meu amigo, eu vi que não é. Pessoas que eram mais chegadas me decepcionaram, eu pensava que era amigo. Eu não posso contar com a ajuda deles não, de ninguém (M 21).

As redes construídas pelas famílias através da religião foram apontadas também pelas mulheres como vínculos importantes para obtenção de ajudas espirituais e materiais. As ajudas recebidas dessas redes de religião variavam, desde apoio psicológico e conforto até doação de cestas de alimentos. As falas selecionadas expressam os tipos de ajudas e como as entrevistadas as compreendiam.

Eu fiquei vinte dias de cama, muito doente de depressão, aí o pessoal da igreja veio aqui e rezaram pra mim e cantaram, isso me fez tão bem, que eu já tô me sentindo melhor. Aí me deram esse CD de música da igreja, que eu gosto de ouvir bem alto, eu acho que me faz bem, eu esqueço os problemas (M 2).

Eu dependo da Conferência pra eu alimentar. Eu tô precisando comer com a ajuda da Conferência da igreja, eu não precisava disso não, mas agora eu dependo da Conferência (M 3).

A alimentação melhorou muito esse ano porque a gente recebe ajuda para alimentar, da Conferência da igreja (M 7).

Eu e meu marido participamos de encontros de reflexão para o casal, na igreja, é muito bom, a gente conversa com outros casais, faz muito bem pra gente (M 16).

Eu participo do grupo de reflexão na igreja, é muito bom, faz muito bem pra mim e eu levo os meninos também, eu moro tão perto da igreja (M 22).

A gente é muito religioso, então a gente vai sempre na missa e pede muito a Deus pra melhorar as coisas, porque na roça tá muito seco, e assim não dá nada, nada cresce. Meu filho quer ser padre, ele também é muito religioso (M 24).

Verificamos, portanto, que na dinâmica cotidiana das famílias beneficiárias do PBF as redes sociais têm significativo papel fortalecedor, de suporte frente aos diversos problemas e às adversidades decorrentes; apenas com as condições de que cada família dispõe não seria possível solucioná-los. “Poder contar com a ajuda” de alguém, quer seja ele um parente, um vizinho ou um amigo, tem enorme importância para a maioria das famílias pesquisadas.

As reflexões aqui apresentadas reforçam a importância da rede social em seu papel de colaboração solidária na vida das famílias, principalmente as que têm em seu cotidiano situações precárias de diversas ordens, como é o caso das famílias pesquisadas neste estudo. Dessa forma, os vínculos de amizade, de parentesco, de vizinhança e religiosos são fundamentais para a maioria das famílias, pois a partir da articulação entre os diversos nós, com diferentes dimensões e com as relações sociais simétricas (ajudas recíprocas) ou assimétricas, as famílias se fortalecem, conforme a definição de rede social de Castells (2000).

Apesar de observar a presença e o funcionamento das redes no grupo pesquisado, verificamos que as situações de conflito também estiveram presentes. Entre as situações de conflitos observadas entre as famílias beneficiárias do PBF, ficou evidente uma grande disputa entre as famílias pelo benefício do Programa Bolsa-Família – situações, portanto, de desconfianças, delação, trocas de acusações e de disputas entre beneficiários que influenciavam os vínculos de solidariedade e comunitários. Essas situações, para muitos, acabam empobrecendo os vínculos de amizade e de vizinhança, já muito frágeis. Ou seja, o PBF, em alguns casos, contribui

para desestruturar as redes sociais mantidas pelo grupo de famílias pesquisadas, agravando as situações de pobreza, uma vez que a participação no programa é motivo de conflitos.

4.2.2.2. Condições Habitacionais e Acesso a Serviços de Infra-Estrutura das Famílias

As residências das famílias estavam localizadas na sua maioria (17 famílias) na zona urbana, no bairro Novo Silvestre, cuja tipologia habitacional variava entre casas e barracos, com predomínio das primeiras (22)⁷⁰. Em relação ao tempo de residência das famílias no município, 15 mulheres disseram residir em Viçosa há mais de cinco anos, oito sempre moraram e duas residiam no município entre três e cinco anos. Quanto ao tempo de residência na casa, 17 famílias residiam na mesma casa há mais de cinco anos, quatro moravam na mesma casa entre três e cinco anos e quatro entre seis meses e três anos.

Os dados referentes aos aspectos habitacionais estão dispostos, de forma sintética, no Quadro 12.

Quadro 12 – Aspectos relativos a moradia e serviços básicos e infra-estrutura das famílias pesquisadas. Viçosa, 2007

Moradia			Serviços básicos e infra-estrutura		
Localização	Tipo	Situação/Posse	Energia Elétrica	Acesso a água tratada	Escoamento Sanitário
Urbana - 17 Rural - 8	Casas - 22 Barracos - 3	Próprio - 13 Emprestado - 10 (destes, 8 foram emprestados pelos pais, 1 pela prefeitura e 1 pela Conferência de São Vicente de Paulo) Alugado - 2	25 famílias	17 famílias na zona urbana; 8 famílias da zona rural têm poço ou nascente.	Rede pública - 15 Fossa Séptica - 4 Rio ou córrego - 6

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

⁷⁰ Denominamos barraco a moradia construída com materiais misturados, como plásticos, papelão, madeira e alvenaria.

O tipo de material predominante utilizado nas construções era a alvenaria (tijolos e blocos de cimento); nos barracos, observamos a presença e reaproveitamento de outros materiais, como madeira, papelão e plásticos. Apesar de ter sido observado um grande número de cômodos na maioria das residências⁷¹, a maioria das moradias tinha sido construída ao longo de muito tempo (grande número delas ainda inacabado), sem planejamento em relação a tamanho, distribuição do espaço ou disposição dos cômodos.

Os dados revelaram que, de modo geral, a maioria das famílias tinha acesso aos serviços básicos de infra-estrutura, especialmente em relação a água tratada e energia elétrica. No que se refere ao acesso à energia elétrica, todas as famílias a possuíam. Quanto ao tipo de escoamento sanitário, constatamos que em 15 casas (60%) havia escoamento da rede pública; em quatro, o escoamento se dava por meio de fossa séptica; e em seis o esgoto era eliminado em rio ou córrego. A totalidade das casas visitadas na zona urbana tinha abastecimento de água fornecido pela rede pública. Já na zona rural o abastecimento de água era feito através de poços ou nascentes.

Mais da metade (52%) dos imóveis visitados era de propriedade das famílias, e o restante era emprestado (40%) ou alugado (8%). Verificamos também que, apesar de não morarem no mesmo imóvel que os pais, grande parte das famílias morava próxima de seus familiares, sobretudo dos pais. Quando perguntados sobre a situação da moradia, oito mulheres disseram que moravam em casas emprestadas pelos pais, e três disseram que o imóvel tinha sido construído por eles, apesar de ser no lote dos pais. Portanto, por falta de recursos para arcar com os custos de um lote, grande número de famílias (11) dividia o quintal com os pais, construindo junto à casa paterna a sua residência. Os pais ajudavam nesses momentos com a doação de parte do quintal e, por isso, as construções são muito próximas umas das outras, o que provavelmente implica impedimentos para a regularização do imóvel na prefeitura. Mesmo assim, o sonho da casa própria, mesmo que seja no quintal dos pais, leva as famílias a construir suas residências sem considerarem as questões legais que lhes conferem, inclusive, a posse legal do imóvel. Frequentemente, trata-se de casas muito simples, inacabadas e precisando de reformas. São projetos que as famílias vão adiando por não terem como arcar com os custos dessas despesas. Nos

⁷¹ Em 16 das casas havia seis cômodos ou mais.

trechos selecionados fica nítida a ajuda dos pais aos filhos em relação ao empréstimo ou doação de parte do lote e na construção das casas:

A casa, minha mãe ajudou a gente a construir, o lote é dela (M 7).

A gente vai vivendo, mas aqui a terra é do pai dele e a casa também. A gente queria comprar nosso pedaço de terra, viver no que é nosso (M 24).

Essa casa a minha mãe me ajudou a construir e o lote é dela. Eu queria melhorar a casa, porque minha menina dorme comigo na cama, os dois mais velhos dorme em outra cama, eu queria fazer quartos direito (M 8).

Eu quero comprar uma casa por que essa é da minha mãe, tá no quintal dela né (M 5).

Muitas entrevistadas explicitaram que a opção por construir suas próprias residências, mesmo que no lote dos pais, em vez de co-habitarem na casa dos pais, era uma forma de evitar conflitos com os familiares decorrentes de um convívio muito próximo, conforme pode ser observado nos relatos:

Melhorou o relacionamento na minha família, porque quando a gente mora na casa dos outros, ou na casa de mãe ou de sogro, a gente não tem liberdade para corrigir os meninos, porque eles não deixam (M 23).

Não dá certo morar na mesma casa, dá muita briga, ah não, cada um tem que ter suas coisas e sua vida. Isso aqui eu sei que é meu, é pequenininho, mas é meu (M 4).

Ter uma casa própria – nesse caso, uma casa muito próxima à residência dos pais – pode acirrar conflitos com os familiares. A proximidade física – uma vez que os lotes não são grandes e as construções ficam muito próximas – gera conflitos de diferentes tipos em relação à educação das crianças, à alimentação, à divisão das tarefas domésticas, aos custos e pagamentos de contas, aos dramas familiares vividos por cada família (como os problemas com drogas, alcoolismos) acabam extrapolando os limites de cada núcleo familiar, etc. Além disso, o fato de os pais receberem em suas casas as famílias dos filhos os coloca numa posição de superioridade em relação a estes, uma vez que aqueles, na maioria das vezes, também são os principais responsáveis pelas despesas da moradia. Por causa disso, muitos querem se mudar, construir uma casa maior, ter mais privacidade e ser donos da sua própria casa. É o sonho da casa própria, que está presente também para aquelas famílias que pagam aluguel da moradia.

Eu queria muito comprar uma casa fora daqui, porque eu não me sinto segura, por que meu sogro bebe muito, bate na mulher, então eu tenho medo, ele vem aqui, já quebrou porta, fala coisas que não existe (M 21).

Nosso sonho é ter uma casa melhor. Isso aqui é da mãe dele, não é nosso (M 12).

Meu sonho era ter uma casa com duas janelas na frente (moram em um barraco construído no quintal da sogra) (M 2).

Agora eu me sinto segura, porque o primo do meu marido comprou essa casa e falou que a gente pode continuar morando aqui, ele fez de depósito em cima, e a gente continua morando, antes eu tinha medo de ter que sair a qualquer hora, era aluguel, então... Mas meu sonho é comprar a minha casa (M 18).

Portanto, prevalece o ‘sonho da casa própria’ como projeto para muitas famílias, que, por se tratar de um projeto maior, demanda uma disponibilidade financeira também maior para realizá-lo; como na maioria das vezes, para essas famílias, acumular um montante financeiro é muito difícil, tal projeto vai se transformando em sonho. No entanto, outros projetos familiares que incluem a aquisição de bens materiais variados são mais acessíveis, como será visto nas condições materiais das famílias.

4.2.2.3. Condições materiais (posse, tempo e forma de aquisição de bens)

A análise das condições materiais das famílias foi importante para compor o seu perfil e para perceber se houve inclusão delas no sentido da ampliação das possibilidades de acesso ao consumo.

Para a maioria das famílias, a preocupação diária está na garantia das necessidades básicas (alimentos e remédios) para os seus membros. Para grande número das mulheres entrevistadas (nove mulheres), a situação de “entrar em loja” e “comprar roupa” é uma realidade muito distante, sendo apontada como uma situação rara; seis mulheres disseram que “nunca compraram roupas e nem sapatos, pois sempre receberam doações de roupas e calçados para suas famílias”. Para outro grupo (dez mulheres), o consumo de roupas, sempre com pagamento a prazo, até acontecia, mas também não era freqüente porque “tinham medo de dívidas ou o dinheiro não sobrava para comprar roupas”.

No Quadro 13 estão resumidas as formas de aquisição de remédios, roupas e alimentos das famílias pesquisadas após o ingresso no PBF.

Quadro 13 – Formas de aquisição de roupas, alimentos e remédios pelas 25 famílias beneficiárias do PBF

Roupas		Alimentos		Remédios	
Compra a prazo	10	Compra a prazo	18	Compra a prazo	19
Compra à vista	0	Compra à vista	2	Compra à vista	1
Nunca compra, recebe doações	6	Recebe doações	5	Nunca compra, recebe doações	5
Compra raramente	9				
	25		25		25

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Os relatos selecionados apontam as doações como forma de aquisição de roupas e calçados.

Roupa, eu nunca comprei, nem roupa, nem calçado. Só ganhado, só ganha (M 3).

Eu não compro roupa, só ganho, pra nós e pros meninos. É só ganhado, graças a Deus (**Riu**) (M 2).

Roupas a gente não compra, ganha muito (M 23).

Eu nunca comprei roupa, é só ganhado. Roupa e sapato é só ganhado (M 7).

Constatamos que, quando a maioria das famílias aponta que o ato de comprar roupas é impossível diante da realidade financeira que as cerca, há manifestações de revolta por algumas e de vergonha por outras.

E roupa a gente quase nem compra, ih é difícil... a gente só ganha mesmo. É difícil ir em loja, porque não tem dinheiro pra comprar, entrar em loja pra quê? Só se for pra olhar né... (M 6).

O que me agrada eu não posso comprar, só vou em lojas em último caso. Tentei comprar um sapato de R\$58,00, pra eu comprar tinha que abrir uma ficha e tinha que pagar 50%. Se eu queria dividir, como que eu tinha 50%? Eu saí de lá chateada, a moça que atendeu foi péssima. Então, se eu não posso comprar, nem vou (M 5).

Outras disseram que raramente compram roupas, porque geralmente a renda familiar não permite esse tipo de gasto e temem, portanto, contrair dívidas para esse fim.

Agora roupa é muito difícil comprar, porque o medo da dívida fala mais alto, quase nunca eu compro roupa (M 5).

De vez em quando a gente compra roupa, mas tem que ser fiado, dividido, pra ir pagando aos poucos, né. Tudo a gente compra fiado (M 11).

Roupa a gente quase não compra, é muito difícil, não dá. É apertado, então só compra umas três vezes no ano e olhe lá (M 17).

Roupa eu quase nem compro, mas quando compra é fiado mesmo (M 15).

Roupas é muito raro comprar (M 19).

Roupas a gente quase não compra porque o dinheiro não sobra, apesar de ter roupa barata (M 20).

Roupas a gente ganha muita, mas às vezes precisa comprar alguma coisa de roupa, mas a gente pensa na alimentação primeiro, então não sobra (M 21).

Outras famílias afirmaram que, se o pagamento não for parcelado, não é possível adquirir roupas:

Não tem jeito de comprar à vista (Riu) (M 14).

Se não tiver crédito, não veste, né? A gente não tem dinheiro pra comprar a vista, então tem que dividir (M 13).

Tem que dividir sim, tudo, roupa, quando compra, também é dividido (M 4).

A compra com pagamento a prazo é um recurso usado por grande parte das famílias para vários dos itens relacionados ao consumo básico da família, como alimentos e remédios. No caso dos alimentos, para 18 das 25 famílias, prevalecia a compra a prazo. A compra à vista acontecia raramente entre as famílias. Cinco das famílias não compravam alimentos com frequência, por falta de condições financeiras, e recebiam doações de cestas básicas – para duas destas, a única renda que a família tinha era o benefício do PBF. Muitos contavam com a ajuda de parentes próximos – os pais ou sogros – para garantir que os compromissos do final do mês fossem honrados.

A gente é carente e recebe doações de comida, da igreja, por motivo de carência (M 1).

Eu tô precisando comer com a ajuda da Conferência, eu não precisava disso não, eu dependo da Conferência pra eu alimentar (M 3).

Comida, a gente ganha cesta e compra um pouco. Se a conta ficar alta, a minha mãe paga pra mim e depois eu pago pra ela (M 7).

Os depoimentos selecionados mostram que a maioria utiliza o pagamento parcelado para aquisição de alimentos.

Não tem jeito de comprar a vista (Riu) (M 14).

Só alimentos e remédios a gente compra fiado (M 9).

Pobre tem que comprar fiado, a gente divide tudo. Eu compro no mercado em Silvestre, ele divide, sempre que entra um dinheiro a gente vai lá e dá o que pode, ele não cobra juros (M 5).

Só compra alimento fiado, tem que ser fiado, né? (M 6).

Ah sim, alimentos e remédios a gente compra na conta, pra pagar depois (M 8).

Sim, tudo a gente divide (M 25).

Portanto, para o pagamento de bens alimentícios, prevalece no grupo de famílias pesquisadas a condição de pagamento a prazo, parcelado em função da baixa renda familiar.

Em relação à aquisição de remédios, todas as famílias apontaram que primeiro procuravam os remédios de que precisavam na policlínica ou posto de saúde ou, ainda, na farmácia popular; só se não tivesse nesses locais é que elas compravam. A maioria, comprava a prazo, e cinco famílias não compravam, dependendo inteiramente de doações da prefeitura, porque não tinham como comprar:

Eu ando muito atrás de remédio, às vezes eu até pago, mas quase sempre eu vou lá na policlínica ou no posto buscar, porque eu não posso ficar comprando remédio (M 1).

Eu não compro remédio não, eu ganho lá no posto, a médica me dá (M 3).

Se não tiver remédio e exame pelo posto, a gente espera chegar (M 5).

A gente precisa de hospital e médico de graça, e remédio também né, não sobra dinheiro (M 20).

Eu procuro no posto porque eu preciso, mas às vezes eu vejo que o atendimento é bom, outras vezes é ruim, as pessoas falam com muita agressividade, de um jeito, fica falando que tinha que ter vindo mais cedo, umas coisas assim, com muita agressividade. Tem dia que eles falam com a gente com carinho, mas tem dia que é um azedume só (M 19).

Conforme o último depoimento, mesmo quando não se sentem bem tratadas, algumas famílias não têm outra opção para comprar o remédio de que estão necessitando. Segundo as famílias que compram remédios com pagamento a prazo:

Consulta a gente nunca paga né, sempre espera, mas às vezes tem que fazer algum exame e comprar algum remédio, aí a gente divide né (M 4).

A gente divide remédio também, a vista não dá pra pagar (M 24).

Às vezes a gente compra e divide pra pagar (M 25).

Quando não tem no posto a gente compra sim, tem que comprar fiado (M 22).

A gente não gosta de comprar fiado, mas não tem outra saída (M 21).

Tudo é fiado, pra pagar no final do mês porque de outro jeito não dá. (M 18)

Remédio, quando não tem na policlínica, a gente tenta comprar à vista, mas é muito difícil, acaba comprando a prazo mesmo (M 17).

Diante disso, verificamos que, assim como a aquisição de alimentos, a compra de remédios também é feita pela maioria das famílias na condição de pagamento parcelado, uma vez que indicam que a renda familiar não permite o pagamento à vista.

Em relação aos bens duráveis, em ordem decrescente, as famílias possuíam: televisão (100%), chuveiro elétrico (96%), fogão a gás (92%), tanquinho para lavar roupas (92%), geladeira (88%), antena parabólica (76%) e telefone celular (56%). Apenas uma família possuía computador e máquina de lavar roupas. Neste grupo, 40% das famílias possuíam aparelho de DVD, comprados há poucos meses. Observamos que poucas famílias possuíam máquinas de costura. No gráfico a seguir apresentamos os bens e o número de famílias que os possuíam.

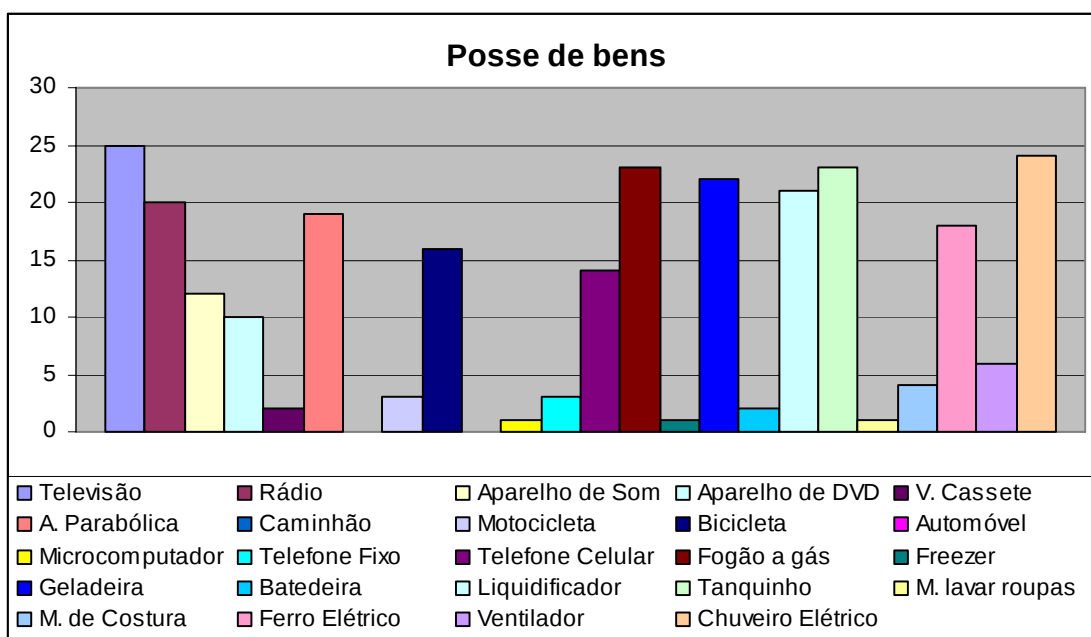


Figura 3 – Posse de bens pelas famílias pesquisadas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Os meios de transporte utilizados pelas famílias eram bicicletas (64%) e transporte coletivo urbano (76%); nenhuma família possuía automóvel ou caminhão. Para as famílias que residiam no meio rural, as charretes e as bicicletas eram alternativas econômicas e necessárias para o transporte de produtos a serem comprados e vendidos na cidade.

Quanto ao tempo e forma de aquisição dos bens, a maioria foi adquirida há mais de dois anos, exceto em relação ao DVD: 90% das famílias tinham adquirido o aparelho há menos de um ano. Cinco famílias adquiriram o aparelho de televisão há menos de um ano⁷². O Quadro 14 apresenta o tempo de posse dos bens e a forma de aquisição pelas famílias.

⁷² Quanto ao tempo que possuíam telefone celular, nos deparamos com uma dificuldade por parte das mães em precisar há quanto tempo possuíam o aparelho, porque na maioria dos casos não foram elas que compraram ou trocaram o aparelho, sendo usado por mais de um membro da família, como os filhos e companheiros.

Quadro 14 – Tempo e forma de aquisição de bens pelas famílias

Itens/ número de famílias (n)	Tempo que possui			Forma de aquisição		
	Menos de 1 ano	De 1 a 2 Anos	Mais de 2 anos	Compra a vista	Compra a prazo	Doação
	n.	n.	n.	n.	n.	n.
Fogão a gás	4	2	17	7	10	6
Freezer	0	0	1	0	0	1
Geladeira	0	3	19	4	11	7
Microondas	0	0	0	0	0	0
Batedeira	0	0	2	0	0	2
Liquidificador	3	6	12	6	7	8
Tanquinho	2	5	16	6	13	4
Televisão	5	4	16	8	14	3
Rádio	4	8	8	3	7	10
Aparelho de som	3	5	4	2	7	3
Máquina de lavar roupas	1	0	0	0	1	0
Ferro elétrico	1	5	12	8	2	8
Aparelho de DVD	9	1	0	2	6	2
Videocassete	1	1	0	0	1	1
Máquina de Costura	1	0	3	0	2	2
Chuveiro Elétrico	1	6	17	13	3	8
Antena parabólica	4	5	10	3	12	4
Automóvel	0	0	0	0	0	0
Bicicleta	4	2	10	5	4	7
Motocicleta	1	1	1	1	1	1
Caminhão	0	0	0	0	0	0
Microcomputador	0	1	0	0	1	0
Telefone fixo	1	1	1	2	1	0
Ventilador	2	1	3	2	0	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

A compra a prazo era um recurso usado por grande parte das famílias, sobretudo para compra de bens como televisão, aparelhos de DVD, ventilador etc. Algumas mulheres reconheceram que o pagamento parcelado implicava juros e, portanto, ao final, pagavam mais pelo produto. No entanto, assumiam que não tinham outra opção, devido à insuficiência da renda. Nos depoimentos, percebemos que as mulheres que disseram comprar a prazo sabiam que a opção para pagamento à vista é mais interessante do ponto de vista da economia dos recursos da família. Mas, afirmavam também a necessidade de comprar a prazo, devido às condições financeiras que apresentavam:

Pobre tem que comprar fiado, a gente divide tudo (M 5).

Não tem jeito de comprar à vista não, tem que dividir (M 15).

As condições de pagamento estão boas, com propostas boas pra pagar. Sai mais caro, lógico, mas pra gente que ganha pouco, dá pra pagar mais fácil (M 4).

Os dados evidenciaram que as famílias beneficiárias do PBF estão tendo acesso a alguns bens materiais, através da compra de bens novos, como: aparelhos de DVD, televisores, aparelhos celulares, rádio e aparelhos de som; contudo, prevalece a forma de pagamento parcelado. Conforme Amartya Sen (2000), entender o mercado como via para a inclusão é um equívoco, porque os bens materiais em si mesmos não podem ser vistos como fim, e sim como meios que proporcionam o aumento da capacidade das pessoas de desenvolver habilidades para o trabalho e habilidades pessoais. Apesar de necessário, o consumo de bens não garante a inclusão social em seu sentido pleno – aquele que considera a integração econômica, social e política de agentes ativos na sociedade, ou seja, de cidadãos.

Na seção a seguir apresentamos a percepção que as famílias beneficiárias e as profissionais têm do PBF e as percepções que as famílias têm sobre alterações nas suas condições de vida, no sentido de diminuição da pobreza e da exclusão social e ampliação do exercício da cidadania, após a participação no PBF.

5. AVALIAÇÃO E PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E DAS PROFISSIONAIS ACERCA DO PBF

Neste tópico é apresentada a percepção das famílias sobre o programa, a fim de contemplar um dos objetivos da pesquisa: identificar como as famílias vêem o programa em termos das mudanças que este trouxe às suas condições de vida. A análise do PBF também foi desenvolvida a partir da perspectiva das duas profissionais – gestora e coordenadora – do PBF no município, profissionais estas que estiveram diretamente envolvidas na implantação do programa em nível municipal e que são as principais responsáveis pelo funcionamento do Programa.

Na abordagem de Amartya Sen (2000) sobre desenvolvimento é sugerido que o foco dos diagnósticos e das políticas públicas deve ser “como as pessoas conseguem viver de fato? E que tipo de vida elas levam?” Ou seja, os principais atores sociais são as próprias famílias que recebem os benefícios, os quais podem apontar como vivem e o que o PBF representa. Por isso, reconhecer a importância do papel das famílias beneficiárias na avaliação do programa é coerente com a proposta de Sen (2000), que julga fundamental ter a preocupação com a capacidade e a liberdade das pessoas, além da renda, no contexto de desenvolvimento social.

Nessa perspectiva, buscamos entender como as famílias e as profissionais percebem o programa e os significados contidos nos depoimentos acerca do papel, dos aspectos positivos e negativos do Programa Bolsa-Família na vida das famílias, bem como as preocupações e as expectativas que elas têm de melhorias de vida.

5.1. O significado do PBF segundo as famílias beneficiárias

De modo geral, a tendência do grupo foi de considerar o benefício do PBF uma ajuda importante. Sobre os pontos positivos, os aspectos apontados pelas respondentes foram: um meio de evitar situações de fome, inclusive de crianças; um meio de ajuda em situação de desemprego; um auxílio para pagar as contas; e um meio de substituir um salário. O Quadro 15 reúne os significados atribuídos ao PBF e os aspectos positivos e negativos, segundo as famílias beneficiárias.

Quadro 15 – Significados do PBF, aspectos positivos e negativos, segundo as famílias beneficiárias

Significados do PBF		Aspectos positivos		Aspectos negativos	
Ajuda importante	16	Meio de evitar situações de fome, inclusive de crianças	16	Variação do valor, diminuição ou suspensão do benefício, fraudes e desvios	15
Ajudinha/ ajuda insuficiente	8	Meio de ajudar em situação de desemprego	9	Nenhum	10
Incentivo ao estudo dos filhos	3	Auxílio para pagamento de contas e comprar gás	9	Uso indevido do dinheiro em vícios	7
		Meio de substituir um salário	3	Incentivo para parar de trabalhar	3

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

O PBF foi associado a “um meio importante de se evitar situações de fome, principalmente pelas crianças”:

O programa ajuda bastante, porque pelo menos eu não fiquei sem dinheiro pra comprar pão pro menino comer, pra comprar uma coisinha pra ele comer (M 1).

Diminui o sofrimento das crianças, eu já tive caso de pegar esse dinheiro e fazer uma compra, e chegar em casa alegre e falar para os filhos, eu recebi e comprei isso. Quem tem filhos sabe do que estou falando. É uma salvação (M 14).

É muito positivo porque a gente compra leite e coisas para as crianças (M 21).

Só de ajudar na alimentação das crianças né, porque quando eu morava na rua, eu não tinha Bolsa-Família e pagava aluguel, não tinha ‘aquela’ alimentação porque ganhava pouco. Uma vez meu filho ficou internado

sete dias por falta de alimentação, agora aqui na roça, a gente recebe o Bolsa-Família e o menino tem uma saúde... Ele era dessa finurinha, agora, hoje quem olha. Eles gosta muito de refrigerante e suco, e não falta isso pra eles hora nenhuma (M 22).

Outro aspecto positivo relacionado ao PBF foi a ajuda que o Programa oferece às famílias que passam por situações de desemprego, ou seja, garante, através da transferência de renda, pelo menos um mínimo de alimentação e um mínimo financeiro para o pagamento de contas de serviços essenciais, como energia elétrica e água. Dois aspectos positivos muito citados são praticamente indissociáveis no cotidiano das famílias: ajuda em situações de desemprego e auxílio para pagamento de contas.

Ano passado meu marido perdeu o emprego dele, que era de carteira assinada, eu fiquei quase doida, com três menino. Agora ele faz 'bico' de servente de pedreiro e a gente recebe o Bolsa-Família também, graças a Deus (M 2).

Eu sempre trabalhei muito minha filha, na roça mesmo, comecei cedo com sete anos. Depois trabalhei em casa de família, mas aí quando mataram meus dois filhos, minha cabeça ficou muito ruim, eu comecei a ter umas coisa que eu nunca tive, o médico falou que era depressão. Depois disso, eu nunca mais consegui fazer nada, eu só fico em casa e tomo muito remédio. Ele (marido) aposentou e as crianças recebe o Bolsa-Família, não dá pra pagar todas as contas não, mas dá uma ajudazinha (M 3, avó).

Eu comecei a trabalhar com catorze anos em casa de família. Meu último trabalho foi em 1996, de doméstica, agora eu faço umas faxinas, mas não é sempre que tem serviço não. Faxina é muito ruim, eu preferia trabalhar numa casa só. Mas eu não estudei, então não dá pra fazer outra coisa né. Mas aí meu marido trabalha, ele é pedreiro e a gente tem o Bolsa-Família, é pouco, mas ajuda a pagar as contas (M 5).

Aqui em casa ninguém trabalha não. Eu parei de trabalhar em 1989, eu era doméstica. Ele (marido) parou de trabalhar em 2001, porque ficou doente, ele tem problema de coração, não pode trabalhar mais na roça. Então nós só tem esse Bolsa-Família mesmo, que ajuda a pagar as contas, né? (M 7).

É uma ajuda muito grande, porque antes do meu marido arrumar serviço, essa era a única renda que a gente tinha (M 9).

Eu fiquei muito tempo desempregada, eu tinha depressão, ninguém me dava serviço. Aí apareceu essa dona (patroa), esse ano e me arrumou uma faxina. Eu só tinha ajuda do Bolsa-Família. Mas agora tá bom, que eu tô trabalhando meio período, aí eu junto com o dinheiro do Bolsa-Família, pago as conta e faço uma compra. O principal dá pra comprar (M 23).

As categorias nativas que emergiram nas falas das famílias associadas ao PBF foram ajuda importante, ajudinha ou ajuda insuficiente, incentivo para o estudo

dos filhos e direito das famílias. Para a maioria, o PBF representa uma “ajuda importante” em vários sentidos, sobretudo em períodos de desemprego e porque “não permite que as famílias passem por situações de fome”.

É muito importante, pra mim tá bom, tá me ajudando muito, ainda mais agora que ele (marido) tá desempregado, fazendo bico. Às vezes ele ganha 100,00 por semana, e até menos, depende do lugar, mas tem lugar que paga só R\$15,00 por dia, não é garantido não, então me ajuda demais (M 2).

Hoje ninguém tá passando fome. Evita de passar fome mesmo. O pobre tá comendo (M 15).

Ele é bom, por que tem vezes que eu não tenho nem um centavo, se não fosse esse Bolsa-Família... (ficou pensativa e se emocionou). Eu compro alimentos mesmo (M 16).

Dá pra comprar alguma coisinha, a gente tá ganhando tem que agradecer, né? (M 6).

É muito importante, porque se eu tivesse um serviço meu, eu passava pra aquele que precisa, mas por enquanto eu não posso fazer isso. Eu não trabalho, meu marido também não e os meninos ainda não. Eu preciso do Bolsa-Família (M 7).

É uma ajuda muito grande, porque antes do meu marido arrumar serviço, essa era a única renda que a gente tinha (M 9).

Muito bom, é a melhor coisa que o presidente inventou, porque ajuda muita gente. Porque fome ninguém passa, se tiver desempregado. Dá pra comprar um arroz, um feijão. Ajuda muito (M 10).

É uma salvação, uma válvula de escape, porque eu estava conversando com minha filha, que dá pra comprar uma máquina pra produzir alguma coisa em casa, um negócio em casa. Porque com esse dinheiro, dá pra assumir uma prestação de uma máquina, depois da compra da alimentação, é claro (M 15).

Significa muito, a gente faz compromisso e sabe que tem aquele dinheirinho. É muito bom. Agora meus filhos têm alimentação saudável, frutas, legumes, carne (M 22).

Para duas respondentes, o benefício do PBF era uma ajuda importante, especialmente para mulheres que não dispõem de renda. Para dona Alzira, por exemplo, o benefício significava muito porque ela só tinha acesso ao dinheiro transferido do PBF e ao pagamento das faxinas que realizava. Da renda do marido ela não usufruía.

Meu marido não me dá dinheiro para nada, então se não fosse esse dinheiro... (benefício) (M 9) [Nesse momento se emocionou, ficou pensativa e chorou].

Assim como dona Alzira, dona Gláucia apontou que o PBF foi pensado para as mulheres e que, depois dele, ela se sentiu melhor porque sabia que aquele dinheiro era para ela ‘gastar com os filhos’. Segundo ela:

Eu não sei quem inventou esse programa, mas com certeza foi para melhorar a vida das mulheres sem renda que nem eu (M 18).

A identificação das famílias do Programa como algo importante e positivo é associada a outras falas (das mesmas famílias e de outras) como uma ajuda pequena e irrisória, conforme constatamos nas formas de referência ao benefício. Os termos *dinheirinho*, *ajudinha* e *ajudinha* para comprar coisinhas em lugar de benefício aparecem com muita intensidade nos depoimentos. Essas formas de referência carregam os significados do benefício como algo pequeno e insuficiente para atender às necessidades das famílias. Entretanto, ao mesmo tempo, as famílias apontam para a importância do Programa, o que significa que suas falas são marcadas por ambigüidades. Em alguns momentos referem-se ao benefício como algo irrisório, em outros, se referem ao Programa como algo importante porque impede que muitas famílias passem fome ou porque o recurso foi importante para a família em situações de desemprego de um ou mais de seus membros.

As ambigüidades presentes nas falas das mães são reveladoras das dificuldades de administração dos recursos e de sobrevivência do grupo familiar, que, muito freqüentemente, está associada a situações extremadas de conflitos e de dramas familiares associados a desemprego, doenças, alcoolismo e outros dramas sociais por que passam as famílias. A mãe que faz referência ao benefício recebido como uma ajuda importante, como a única renda da família, também se refere a ele como uma ajuda insuficiente. Tais falas são compreensíveis, já que apenas o benefício não é suficiente para todas as despesas mensais de uma família. No entanto, há uma tendência nas falas do grupo de se remeterem ao benefício como uma ajuda importante, principalmente porque impede situações de fome, fundamental durante períodos de desemprego.

Essas ambivalências presentes nas falas das entrevistadas também foram percebidas nas pesquisas de Macedo e Brito (2004) e de Silva et al. (2006). Esses pesquisadores fizeram referência à forte tendência por parte das famílias a subestimar o auxílio transferido, devido à insuficiência para satisfação de todas as suas necessidades, assim como igualmente perceberam uma valorização “da ajuda” para

atender às necessidades imediatas. Além das ambigüidades presentes nos depoimentos em função da dificuldade de administrar os poucos recursos das famílias, as mães também atribuíam importância ao benefício, conforme o valor que recebiam, pois aquelas que recebem valores mais altos apontam que a ajuda é importante e aquelas que recebem os valores mais baixos dizem que se trata de uma ajuda pequena, insuficiente, ajudinha para pagar o gás e as contas. Por isso, aquelas famílias que migraram do Programa Auxílio-Gás, por exemplo, continuaram atribuindo a importância do benefício apenas para a aquisição do gás. Portanto, a idéia de ajudinha, seja para a alimentação ou para a compra de gás e outras coisinhas, também esteve presente na percepção que as famílias beneficiárias tinham do programa. Os depoimentos selecionados permitem compreender a idéia de ajudinha, que variava conforme o valor recebido e o que permitia comprar:

Esse programa é uma ajudazinha, dá pra comprar comida, mas eu ainda dependendo da Conferência da igreja pra comer, porque ele ajuda só com alguma coisinha (M 3).

Quem recebe o Bolsa-Família mesmo, ajuda sim, mas pra mim é uma ajudinha. Porque o meu era o auxílio-gás, eu nunca recebi o Bolsa-Família. Tem poucos meses que passou para o Bolsa-Família. Eu sempre recebi R\$15,00 para ajudar no gás (M 4).

Com essa ajuda dá pra comprar um gás, os R\$45,00 dá mais pra comprar um gás mesmo, né? (M 11).

O programa Bolsa-Família é uma pequena ajuda, o dinheiro é dela (filha) pra comprar as coisinhas dela, material de escola, é só R\$18,00 mesmo (M 21).

Algumas entrevistadas reconhecem na política pública um direito das famílias que vivem em situações de carência.

Todo carente tem direito ao Bolsa-Escola, agora é Bolsa-Família. Eles arrumaram esse 'Bolsa Família' é por motivo de carência. Mas no caso da gente trabalhar e ter salário, era melhor ter boa saúde e trabalhar e receber (M 1).

É um direito né, das famílias pobres, só que às vezes estão embolsando esse dinheiro, sendo que outras pessoas pobres precisam (M 18).

Os aspectos negativos do PBF percebidos e mais citados pelas famílias referem-se à variação do valor, diminuição ou suspensão do benefício, fraudes e desvios. Nos depoimentos ambíguos, ora a ajuda é importante, ora é insuficiente, mas também os valores mais baixos do benefício são vistos como uma injustiça pelas

famílias. Tal injustiça é realçada, sobretudo, porque algumas famílias recebem mais do que outras.⁷³

A maioria questionou a variação do benefício e apontou suspeita de fraudes. Elas consideravam injusto que algumas famílias recebessem mais e outras menos e duvidavam que todas as famílias que recebiam o benefício se enquadrassem no perfil do cadastro. Os questionamentos sobre a variação do benefício e suspeitas de fraudes estiveram associados à falta de conhecimento acerca do funcionamento do Programa, uma vez que a maioria das famílias desconhece que há um controle do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em relação à fila dos beneficiários, que é feito em função da idade limite dos filhos, recadastramento, mudança de cidade e o cumprimento pelas famílias das condicionalidades. Algumas mulheres falaram explicitamente sobre as “injustiças ou fraudes” que elas percebem, mas outras disfarçaram e falaram que “viram na televisão ou que aconteceu em outro bairro”. Em algumas falas, as desconfianças e o descontentamento são percebidos assim:

A gente não tem nada com a vida dos outros não, mas aqui no bairro tem casal que não tem filho na escola, que recebe (M 3).

Tem gente que tem emprego bom, e recebe o benefício. E tira a oportunidade de uma família carente, de uma criança carente. Isso, pra mim, é negativo sim (M 4).

Muitas pessoas que não precisam recebem, a gente vê reportagem na televisão dessa forma, como todo sistema do governo tem desvio né... Eu acho isso (M 10).

Eu nem converso com ninguém que recebo benefício. Igual quando eu conversei com minha irmã, ela falou que o meu benefício ia ser cortado igual o dela. Mas ela tem marido, que é pedreiro, com carteira assinada, ganha bem, não precisa mesmo. Eu nem gosto de conversar com ninguém sobre isso (M 13).

⁷³ Os valores transferidos obedecem ao critério que observa a composição da família e a situação da renda da família, de modo que famílias em situação de pobreza com renda *per capita* mensal de R\$60,01 até R\$120,00 recebem: ocorrência de crianças/adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrízes: com um membro – recebe um benefício variável: R\$18,00; com dois membros – recebe 2 b. variável: R\$36,00; com três ou mais membros – recebe 3 b. variável: R\$54,00. Famílias em situação de extrema pobreza com renda *per capita* mensal de até R\$60,00: sem ocorrência de crianças/adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrízes – recebe o benefício básico: R\$58,00; com ocorrência de um membro - recebe o básico mais um b. variável: R\$76,00; com ocorrência de dois membros - recebe o básico mais dois b. variável: R\$94,00; com três ou mais membros recebe o básico mais 3 b. variável: R\$112,00. De acordo com a Medida Provisória (28/12/2007), as famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família que têm na sua composição adolescentes de 16 e 17 anos poderão receber adicionalmente o Benefício Variável Jovem (BVJ) no valor de R\$30,00, até o limite de dois benefícios por família. O valor máximo total do benefício das famílias poderá chegar a R\$172,00.

Tem gente rica recebendo, que tem carro, terreno. Tem gente que recebe até mais que a gente (M 18).

Em relação a essa disputa pelo benefício e às desconfianças quanto aos critérios de cadastros e recebimento por parte das famílias, Lavinias (2004) pondera que é necessário por parte dos programas de transferência de renda atender à demanda potencial para impedir disputas entre pobres, como “a disputa” que constatamos. Nesse contexto que explica as relações de disputa, ressaltamos que as famílias não têm informações suficientes sobre o funcionamento do Programa. O acesso a informações sobre o programa tenderia a diminuir as trocas de acusações e a disputa entre beneficiários, prejudiciais aos vínculos de solidariedade e comunitários, principalmente as redes de amizade, de vizinhança e de parentesco⁷⁴. A falta de informações e a suspeita de fraudes trazem muita revolta entre os beneficiários, conforme evidencia o relato a seguir:

O meu benefício era R\$ 95,00 e diminuiu, ninguém explica nada, só ameaça. Tem que fiscalizar mais, às vezes tira de alguém que precisa e quem não precisa recebe. Tem gente que tem sítio, tem carro, com renda de mais de mil reais, vende leite e recebe. É falta de fiscalização. É muito desigual, é injusto (M 8).

Nesse grupo que apontou insatisfação com a variação do valor do benefício e suspeitas de fraudes, também foi apontado por algumas famílias que determinadas pessoas que recebem o benefício o utilizam de forma indevida para manutenção de vícios, principalmente para o consumo de álcool.

Aqui na minha casa minha filha, eu não tenho sossego não, nem pra dormir, é só violência e vício que tem aqui dentro da minha casa, minhas portas são tudo estragadas, só violência, muito cigarro, bebida, pó... O velho fuma muito... É muita bebida, mulher (filha), netos (M 3).

Eu acho que deveriam partir pra uma política de combate aos vícios, tem muitas famílias que usam álcool e drogas, e as crianças passam

⁷⁴ No decurso de uma entrevista um casal queixou-se do tratamento dos técnicos do PBF no município, principalmente porque disseram que, quando o benefício diminuiu, a esposa foi reclamar junto ao PBF e sofreram ameaças dos funcionários sobre a perda do benefício. Nesse momento da entrevista percebi que eles ficaram tensos e irritados com o tratamento que haviam recebido poucos dias antes. Relataram também que alguns meses antes a equipe do PBF esteve no bairro recadastrando e conversando com as famílias, e observavam as condições de moradia. Apontaram que quando era uma casa velha e com escada para entrar, os funcionários nem entravam na casa, registravam em seus documentos que era uma casa de família necessitada. Quando a casa era “melhorzinha”, eles nem perguntavam se era alugada ou própria, antecipadamente registravam que a família não precisava receber o benefício do PBF, sem mesmo entrevistar as famílias.

fome. Falta um apoio psicológico, uma política de assistência de combate aos vícios. No cadastramento, tinha que ter um exame para saber se a mãe ou outras pessoas da família têm vícios, para os filhos não sofrer. Tem muita mãe com vício, que bebe. Eu acho que ajudaria a orientar no uso desse dinheiro (M 14).

Pra mim ele (benefício) já ajuda muito, mas pra outras famílias não ajuda em nada, porque pai e mãe vai pro bar e gasta tudo com vício. Usam o dinheiro pra sustentar o vício, pra pagar cachaça em boteco (M 15).

O Programa não tem nada de ruim não, o que tem de ruim são as pessoas que não sabem multiplicar o dinheiro do Bolsa-Família, para os filhos, deixam de comprar as coisas para os meninos e gastam o dinheiro com palhaçada, com bebedeira (M 18).

Outro ponto considerado negativo, citado por poucas famílias, foi o incentivo negativo que o PBF oferece às pessoas para pararem de trabalhar. Ou seja, algumas entrevistadas disseram que algumas pessoas se acomodaram e pararam de trabalhar e, atualmente, dependiam inteiramente do benefício do Programa.

Eu acho que o governo tinha que incentivar políticas de emprego, porque muita gente faz o contrário, pára de trabalhar (M 14).

O problema que tem gente que acha que não precisa mais trabalhar, o governo ta tratando, essa parte não foi tão boa... Tem gente que pensa assim: - Pra que eu vou trabalhar se o governo vai dar? (M 15).

Ruim é que muita gente fica acomodado com o Bolsa-Família né, vai receber e pra que vai trabalhar? Quem recebe R\$112,00 deixa de trabalhar, desiste do trabalho. Eu procuro melhorar, eu faço tapete pra vender, pra ajudar. Mas quem recebe os R\$112,00 pára de trabalhar e acabou (M 19).

Um número significativo de famílias (dez) não percebia nada de negativo no Programa. De outro lado, percebemos que as famílias beneficiárias tiveram receio de apontar os aspectos negativos associados ao PBF. Esses receios estiveram associados, freqüentemente, ao medo de alguma punição e à perda do benefício. Para elas, o Programa só tem coisas boas porque ajuda as famílias, demonstrando sentimentos de agradecimento por terem acesso a essa política pública. Essa percepção das famílias de que o Programa não tinha nenhum aspecto negativo ou o medo manifestado por algumas famílias em apontar o que era negativo nele, em certa medida, é reveladora da dependência da assistência que o programa oferece. Tal dependência é compreensível diante das dificuldades de diversas ordens vivenciadas pelas famílias pobres e, ou, excluídas. No entanto, Demo (2002) questiona a dependência de ajuda, que pode se transformar em dependência irreversível. Ele

considera que a assistência e a ajuda, principalmente das políticas sociais, deveriam ser passaporte para a autonomia, porque todo processo emancipatório requer ajuda, e dispensar a ajuda recebida é tão importante quanto recebê-la.

Algumas percepções em relação a aspectos negativos foram manifestadas de forma tímida, umas ao final da entrevista, outras durante, mas fazendo-se referência a outra realidade social, distante da sua. Essas situações aconteceram, eventualmente, quando os entrevistados trouxeram alguns exemplos transmitidos pela televisão:

Não tem nada de negativo. Eu não concordo com uns receber um valor e outros mais. E eu não tenho coragem de denunciar, mas eu sei de muita gente que recebe sem precisar. Mas se denunciar dá confusão, dá briga. Se alguém me denunciasse eu não ia achar bom. Eu sei de caso que amigo denunciou o outro, e deu a maior briga, confusão, lá em Nova Viçosa. Aqui eu não sei de nada não (M 3).

Negativo assim, não tem não. Muitas pessoas que não precisam recebem, a gente vê reportagem na televisão dessa forma, como todo sistema do governo tem desvio, né? (M 9).

Não tem nada de ruim. Mas na televisão a gente via que tinha gente com carro na garagem que recebia, isso é ruim né, mas eu só vi na televisão (M 25).

A percepção das famílias beneficiárias sobre o Programa também foi avaliada no tocante ao conhecimento que elas tinham sobre o funcionamento do PBF e sobre a relação entre receber o benefício e suas obrigações ou condicionalidades, em relação aos cuidados com a saúde da família e ao acesso à escola. É importante para o sucesso do PBF que as famílias o conheçam, saibam de suas obrigações, os critérios de cadastramento e recebimento do benefício, bem como a variação do valor e as causas de bloqueio, desligamento e/ou cancelamento.

Por isso, primeiro verificamos se as famílias conheciam o funcionamento do Programa em relação ao cumprimento das condicionalidades⁷⁵, que são suas

⁷⁵ As responsabilidades das famílias são: Em relação à Saúde: para as famílias com crianças até 7 anos: levar as crianças para vacinação e manter atualizado o calendário de vacinação; levar as crianças para pesar, medir e ser examinadas conforme o calendário do Ministério da Saúde. Para as gestantes e mães que amamentam: participar do pré-natal; continuar o acompanhamento após o parto, de acordo com o calendário do Ministério da Saúde e levando sempre o Cartão da Gestante; participar das atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável. Em relação à Educação: matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos na escola; garantir a frequência mínima de 85% das aulas a cada mês. Se o aluno precisar faltar é necessário informar à escola e explicar o motivo; informar ao gestor do Programa Bolsa Família sempre que alguma criança mudar de escola. Sobre a atualização do cadastro: todo ano a família tem que procurar a unidade do PBF em sua cidade para se recadastrar. É recomendado que as famílias participem, sempre que for oferecido pelo município, de cursos e atividades de profissionalização e outros que tenham como fim a inclusão social das famílias beneficiárias.

obrigações para receber o benefício. Constatamos que a maioria conhecia parcialmente suas obrigações para manterem-se vinculadas ao PBF; nove famílias disseram que as obrigações das famílias resumem-se em manter os filhos na escola. Onze relacionaram aos cuidados com a saúde da família e a educação escolar dos filhos e apenas duas famílias disseram “não saber o que tinham que fazer.” Três famílias apontaram o cadastramento que tem que ser feito todo ano, além das obrigações de saúde e de educação. Na percepção das famílias sobre a relação entre receber o benefício e cumprir as condicionalidades de saúde e educação, verificamos que a tendência do grupo foi a de perceber o funcionamento do PBF de modo parcial, prevalecendo a idéia de Bolsa-Escola; portanto, não consideravam ou não tinham conhecimento da amplitude do PBF, em relação ao grupo familiar.

Na pesquisa realizada pelo IBASE (2008), *Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas*, 74% dos informantes disseram não saber por que as famílias recebem valores diferentes, embora a maioria (78%) afirme nunca ter tido dúvidas sobre o Programa. Foi constatado também que existe um grande desconhecimento das famílias beneficiárias com relação às regras do programa, que gera uma atmosfera de incompreensão e desconfiança por parte de beneficiários, gestores e membros de instância de controle social.

As falas selecionadas indicam que as mães pesquisadas conheciam o funcionamento do PBF de modo parcial, pois para algumas suas obrigações eram apenas manter os filhos freqüentando a escola e cuidar da saúde deles, como manter o cartão de vacinação em dia.

Ir pra escola, se ficar sem ir na aula, corta o benefício. Pesar direto, se precisar de médico, tem que levar. É importante porque igual se a gente machuca quando tá trabalhando tem que avisar o patrão, então tem que ser direito com o governo que paga os alunos pra estudar, se faltar tem que avisar porque direito é direito (M 7).

Sim, ir pra escola, pesar direto, a vacina em dia. É muito importante, no nosso tempo não tinha isso não (M 8).

Sei, cuidar da saúde e nutrição das crianças e manter na escola. Eu acho certo, porque receber um dinheiro sem obrigação nenhuma, não teria sentido. Se não controlar a nutrição das crianças e a freqüência escolar, não faria sentido, se o governo não cobrar, acho que o dinheiro iria pra outro lugar. Em alguns casos, isso já acontece, casos de vícios dos pais (M 14).

Sei, pesar, vacinar, ir à aula. É muito importante sim (M 13).

Há uma preocupação maior com as crianças, o que não está errado no contexto do PBF, mas está limitado, uma vez que as obrigações das famílias são mais extensas e referem-se ao grupo familiar, incluindo os adultos também. Ou seja, cuidar da saúde e da frequência escolar dos filhos são algumas das recomendações da legislação do PBF para as famílias. No conjunto das responsabilidades das famílias estão presentes o cuidado com a saúde da família, incluindo os adultos; atenção com a educação de toda a família; e participação em cursos com o objetivo de fortalecimento e inclusão social. Além disso, o cadastramento anual é uma obrigação das famílias para que não sejam excluídas do Programa, por defasagem de dados.

Para nove famílias, suas obrigações resumiam-se em garantir a frequência escolar dos filhos, e algumas reforçam que o dinheiro recebido tem que ser para os filhos. Quando perguntadas sobre quais eram suas obrigações para continuarem a receber o benefício, as respostas foram:

Sei sim, ele não pode faltar de aula (M 1).

Manter as crianças na escola. Para ter boa educação e o futuro dela. Para ter um bom futuro, tem que estar na escola (M 4).

Ir pra escola, é certo porque sem estudo não acha nada, só serviço pesado igual de pedreiro (M 6).

Ir na escola. É bom (M 11).

Sim, continuar na escola. Eu acho certo porque isso é o melhor pra eles mesmo, o futuro deles depende disso (M 10).

Sim, ir pra escola. Está correto, porque criança tem que estar na escola (M 9).

Sim, usar o dinheiro com os filhos, freqüentar a escola. É certo sim, mesmo se não tivesse bolsa família, lugar de menino é na escola, ainda mais eu que nunca tive essa oportunidade. Nossa Senhora (M 18).

Sim, ir pra escola e usar o dinheiro com os filhos. Ir para a escola é muito bom, importante (M 17).

Sim, levar os filhos pra escola e usar o dinheiro com eles (M 15).

Percebemos que permanece arraigada a idéia de Bolsa-Escola, o que pode ser explicado pelo fato de muitas famílias terem migrado para o Bolsa-Família. O Programa Bolsa-Escola é baseado na transferência monetária condicionada à frequência escolar e visa, principalmente, possibilitar o acesso e a permanência de crianças na escola e contribuir para o combate do trabalho infantil através da

educação. Então, como muitas famílias recebiam o benefício do Programa Bolsa-Escola antes da unificação dos programas no PBF, é compreensível que as famílias continuem relacionando o benefício apenas à frequência escolar dos filhos. Isso refletia o desconhecimento parcial que as famílias tinham sobre o funcionamento, as condições de acesso e os objetivos do PBF. Esse desconhecimento sobre o funcionamento do Programa, por parte das famílias, também foi revelado na pesquisa de Macedo e Brito (2004).

Como o próprio nome sugere (Bolsa-Família), o Programa destina-se à proteção da família como um todo, apoiado na articulação de três dimensões: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; e coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa-Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Entretanto, as famílias demonstraram não saber exatamente em que se baseia o Programa, pois na percepção da maioria delas prevalece a idéia de Bolsa-Escola.

Conforme observado em outro momento, o PBF reuniu vários programas sociais (Auxílio-Gás, Programa Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e o Bolsa-Escola). Como verificamos na percepção que as famílias têm sobre as condicionalidades a questão da relação entre o Bolsa-Escola e o cuidado e a educação com os filhos é muito presente no âmbito do PBF, na realidade das famílias, buscamos entender como estas se posicionaram diante da relação entre o estudo e o trabalho de crianças e adolescentes. Convém destacar que uma das metas implícitas do PBF é a erradicação do trabalho infantil através da educação, uma vez que ele incorporou o programa Bolsa-Escola.

Verificamos que o grupo de famílias percebia a relação entre trabalho e estudo de formas díspares: dez famílias acreditavam não haver problemas em crianças e adolescentes trabalharem; dez faziam restrições ao trabalho de crianças, mas não ao trabalho dos adolescentes; e apenas cinco disseram que nem crianças nem adolescentes poderiam trabalhar.

Os motivos apontados pelo grupo que concorda com o trabalho de menores referem-se ao aprendizado de um ofício e a uma forma de se evitar o contato e uso de

drogas, violência, roubo, enfim, “para tirar das ruas”, como elas apontaram. A rua representa perigo se não tiver um objetivo ligado ao trabalho – por exemplo, a mãe que aponta que vender picolé na rua é um bom serviço para seus filhos também afirma que “ficar na rua à toa” é muito perigoso, reforçando que a ociosidade dos filhos na rua, na comunidade em que moram, está ligada às drogas e à violência. A percepção da rua como perigo por parte das famílias também foi evidenciada na pesquisa de Gonçalves (2006) sobre os significados do trabalho infantil no contexto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)⁷⁶. Esse trabalho analisou a percepção e a representação do trabalho infantil e a relação com a educação e inclusão social num contexto que considera a infância e a adolescência, principalmente, no plano cultural. Em sua dissertação, a pesquisadora verificou que as famílias consideravam o espaço da rua perigoso quando os filhos não tinham uma ocupação, que para eles significava trabalho.

Para entender os significados da rua e da casa, nos ancoramos em Roberto DaMatta (1997), em *A casa e a rua*, quando trata dos dois espaços e seus aspectos como sendo um par de opostos. Na rua espera-se que vivam os malandros, os pilantras e marginais, mesmo que esses sejam em casa bons pais de família. Estabelece-se a dicotomia: na rua está o profano, na casa o sagrado; na rua está a individualização e a luta, na casa está o grupo, a recuperação e a hospitalidade.

O medo da rua por parte das mães está vinculado ao envolvimento com marginais, drogas e violência; por outro lado, a rua também oferece ocupação aos filhos, através de algum trabalho. Nos relatos, as famílias que aprovavam um trabalho leve, um “servicinho”, como carregar lenha, plantar uma horta, trabalhar de babá, ajudar nas tarefas domésticas, vender picolé e outras atividades, entendiam que trabalhar era importante para o futuro dos filhos.

No contexto do PBF, as mulheres beneficiárias, em sua maioria, sabiam da condição imposta pelo governo ligada à frequência escolar para continuar recebendo o benefício, e inclusive permanecia forte a ideia de Bolsa-Escola. No entanto, a maioria atribuía grande importância ao trabalho desenvolvido por seus filhos. Vale mencionar que, embora tenha sido apontada a complementação da renda da família através do trabalho dos filhos, a ênfase foi dada ao valor do trabalho enquanto

⁷⁶ Trata-se de uma dissertação de mestrado intitulada: *O trabalho como experiência moral: significados e expectativas subjacentes à inserção de crianças, adolescentes e responsáveis no PETI/Ipatinga* – MG, de Poliana Ferreira Gonçalves.

instrumento disciplinador, de formação ética e moral e que impede o envolvimento com drogas, violência e práticas de roubos. Os relatos selecionados evidenciam esses significados que o trabalho de crianças e adolescentes tinha para o grupo das dez famílias que acreditavam não haver problemas em crianças e adolescentes trabalharem:

Deve trabalhar para aprender e para nunca sair do trabalho. Pode e deve (M 1).

Pode, porque não quer que trabalha, por isso que rouba. Estudar e trabalhar pode sim, tem que fazer os dois, as crianças e adolescentes precisam ter o dinheiro deles, e se não trabalhar vai roubar (M 2).

Sinceridade eu acho que pode estudar e trabalhar. Para tirar das ruas né. A criança não pode ficar solta na rua, porque a violência tá demais. Se já estudou, e tem um tempinho, pode, mas não é explorar. A minha filha, eu prefiro ela dentro de casa, varrer um terreiro, uma coisinha leve, tirar uma roupa do varal, é melhor que ficar na rua (M 4).

Tem que trabalhar com certeza, ter um serviço mais leve. Igual eu na idade de 8 anos já trabalhava em roça, hoje ninguém faz isso mais. Eu ensinaria pra eles isso, é importante trabalhar sim (M 13).

Estudar, brincar e fazer um serviço leve. Assim, tem que ter estudo e um serviço em volta de casa sim, uma horta, aí tira da rua e evita de muita coisa (M 23).

Criança só coisinha, trabalho leve, plantar um milho, mas tem que estudar senão atrapalha. Mas tudo na hora certa, tem que aproveitar o tempo de criança, porque depois passa. Adolescente também pode sim, pode ajudar mais, plantar um milho e um feijão, algumas horas, não é o dia todo, aí é um incentivo para o trabalho, assim, diminui a ladroagem. Agora explorar criança não pode não. Tem que estudar e trabalhar, porque no futuro, se não tiver estudo vai ser difícil, não vai conseguir mais trabalho (M 25).

As famílias que faziam restrições ao trabalho de crianças, mas não ao trabalho dos adolescentes, apontavam que as crianças não tinham condições físicas nem psicológicas para trabalhar como os adolescentes, podendo se machucar. Entretanto, para os adolescentes, apontaram a necessidade de uma ocupação para evitar os perigos da rua, enfatizando a importância do trabalho na formação dos filhos.

Adolescente pode trabalhar sim, por exemplo, em oficina de bicicleta pode. Criança não, porque não tem inteligência pra isso. Criança é diferente (M 3).

Adolescente tem que trabalhar sim, de 12 anos pra cima sim. Um trabalho que tivesse capacidade pra fazer, pra evitar drogas. A gente quando era criança, trabalhava, na roça. Dar uma ocupação pra eles e um dinheirinho também né, por que se procura bandido é porque tá querendo dinheiro. Só

que se mandar fazer qualquer coisinha tá explorando. Já criança não sabe fazer nada (M 5).

Criança não. Depende do adolescente, do tamanho e da idade, pode fazer algum serviço sim. Fazer um serviço para não aprender usar drogas, se ficar ocupado não aprende essas coisas de droga (M 16).

Eu acho que adolescente pode fazer algum serviço sim, para ter uma ocupação, mas criança não, só tem que estudar (M 19).

Adolescente pode trabalhar sim, criança não, acho que tem que estudar até 10 ou 12 anos (M 21).

Dependendo do serviço, adolescente pode sim, porque dá muita bandidagem na rua e um serviço perto de casa, com os pais presentes, é bom né? (M 22).

Para o grupo que não concorda com trabalho de crianças e adolescentes, as justificativas estiveram associadas ao comprometimento do estudo e do desenvolvimento infantil, “à perda da infância” e aos perigos de acidentes.

Só pode estudar, porque menino não tem muito juízo e é perigoso machucar e queimar. Não sabe lavar roupa, fazer uma comida, se deixar a casa sozinha, depois acontece alguma coisa, uma tragédia e a gente leva a culpa (M 6).

Não pode não, porque trabalhar atrapalha estudar (M 8).

Não pode trabalhar não, só estudar e brincar. Eu comecei trabalhar muito nova, porque eu precisei ajudar a cuidar dos meus irmãos, mas eu quero que minhas filhas estuda primeiro, e depois elas vão poder trabalhar. O tempo livre é pra brincar (M 14).

Eu acho que criança não tem que puxar a enxada não, nesse solão quente, criança tem que estudar pra passar de ano direto, eu gosto assim (M 17).
Eu acho que até certo ponto não pode trabalhar, porque se perder a infância atrapalha pra frente. Eu não tive esse prazer não, porque com seis anos eu já trabalhava (M 20).

Embora a maioria das famílias percebesse o PBF enquanto Bolsa-Escola, o trabalho infantil era tido como importante meio de formação moral e ética, além de ser disciplinador. Os pais percebiam o trabalho desenvolvido por seus filhos como um modo de se evitar o envolvimento destes com os perigos da rua. O trabalho, para a maioria das famílias, era visto como positivo, principalmente para ocupar o tempo dos filhos.

A partir de uma análise geral, constatamos que a maioria das famílias percebia o PBF enquanto um ajuda importante, sobretudo porque era um meio de se evitar situações de fome, inclusive de crianças, e era a principal ajuda em situações de desemprego. A maioria conhecia parcialmente suas obrigações ou

condicionalidades para manterem-se vinculadas ao PBF, prevalecendo a idéia de frequência escolar, com maior intensidade e cuidados apenas com a educação e saúde dos filhos em seguida.

A percepção das famílias sobre parte do conteúdo do PBF mostra que o conhecimento que elas tinham sobre o Programa a que estavam vinculadas era parcial, o que é entendido como negativo, uma vez que este tem como metas centrais a diminuição da pobreza e da exclusão, o reforço da cidadania e a promoção da inclusão social das famílias atendidas. Quanto mais informadas sobre o programa de que estão obtendo os serviços, as famílias tenderiam a participar e se envolver mais nele, fortalecendo-o no sentido de alcançar as metas propostas.

Na próxima seção é mostrada a percepção das profissionais que atuavam diretamente na implantação do PBF em nível municipal, verificando principalmente o significado do PBF e a percepção de seus pontos fortes e fracos. Buscamos realizar uma análise comparativa entre a percepção das profissionais e a percepção das famílias acerca do PBF, visando averiguar as concordâncias e as divergências existentes.

5.2. O significado do PBF na percepção das profissionais

Em relação aos significados que as duas profissionais atribuíram ao PBF, foi possível identificar que estas reconhecem o Programa enquanto uma via imediata para a sobrevivência de algumas famílias e apontam que os efeitos esperados só serão alcançados em médio e longo prazo. Reconhecem que o programa necessita de ajustes para melhorar, inclusive quanto ao incentivo ao trabalho. A coordenadora destacou que o Programa atinge as famílias de forma diferenciada porque, para algumas, o benefício é utilizado para a família e, para outras, a presença de vícios impede o uso do dinheiro para melhorar a situação do grupo familiar.

Eu sou a favor do PBF, não sou contra, mas eu penso que falta ainda alguma coisa para melhorar. Em minha opinião precisamos fazer alguns ajustes no programa, a idéia é boa, mas precisa ser melhorada, principalmente quanto ao incentivo ao trabalho, porque só receber aquele dinheiro não altera as condições de vida das famílias. Eu acredito no Bolsa-Família, porém inclusão tem que ser pensada para médio e longo prazo, não podemos ser imediatistas. O imediato é a transferência de renda, a inclusão não acontece de hoje para amanhã. O programa está no início, falta ainda completar, comprar material como eu falei, a gente não consegue tudo e em pouco tempo, mas eu acredito no Programa. O problema é que o sofrimento das famílias é tão grande que elas querem e

precisam de tudo muito rápido, e no Bolsa-Família o mais rápido é o dinheiro (Gestora municipal do PBF).

Eu acho que o PBF contribui para mudar a vida das famílias sim, principalmente porque a criança tem que ir para a escola, porque senão será bloqueado o benefício, a criança tem que freqüentar a escola. (...) Para algumas famílias o programa contribui para a inclusão sim, porque elas sabem utilizar o benefício, compram as coisas para os filhos, alimentos, calçados e roupas, mas tem outras (famílias) que continuam na mesma situação, não sei o que acontece, a maioria das vezes é o vício mesmo (Coordenadora municipal).

Verificamos que as principais limitações do PBF, segundo a gestora, a coordenadora e também as mulheres beneficiárias, referem-se a alguns aspectos, como: situação e perfil das próprias famílias; relação entre receber o benefício e parar de trabalhar; questões de ordens burocráticas e de falhas em algumas etapas de funcionamento do programa; e falta de articulação com outros atores sociais e secretarias municipais.

De acordo com a gestora municipal, o perfil de muitas famílias, associado a problemas psicológicos, de saúde e vícios, que também foi apontado por algumas famílias, impede melhorias nas suas condições de vida. Isso significa dizer que, em alguns momentos, as profissionais “culpam” as famílias pela permanência de suas condições de pobreza e de exclusão. Para elas, inclusive, algumas famílias não apresentam condições mínimas de participar de um curso que lhes possibilite inserção no mercado de trabalho e inclusão social. Nas falas da gestora, ela indica a necessidade de profissionais, como psicólogo e assistente social, para preparar as pessoas em situações mais difíceis de falta de saúde, principalmente psicológica:

No último mês, nós contratamos uma psicóloga e uma assistente social para começarmos um trabalho de preparação das pessoas, as que estiverem em situações mais difíceis, como depressão, problemas com vícios e outros problemas. Têm situações que não permitem as pessoas nem fazerem um curso, por isso, precisamos trabalhar com elas numa recuperação e preparação para o trabalho (Gestora municipal do PBF).

Nós temos muitas denúncias de gente que deixa os filhos passar fome, e bebe muito, muitas pessoas viciadas (Coordenadora municipal do PBF).

A percepção das famílias e das profissionais acerca da situação de famílias com problemas de vícios é compatível. Assim como algumas mulheres beneficiárias problematizaram o uso do benefício para consumo de drogas e apontaram a necessidade de apoio psicológico para orientar algumas pessoas quanto ao uso do

benefício em prol da família, as profissionais também perceberam esse quadro e a necessidade de orientação de algumas famílias.

Outro aspecto apontando como um limite do programa em Viçosa, na percepção das profissionais, foi a falta de rigidez no cadastramento das famílias, o que faz com que muitas destas falseiem informações no momento do cadastramento. Por outro lado, não acontece uma fiscalização rígida da parte do poder público nem da sociedade. De acordo com a coordenadora e a gestora, muitas famílias não precisam do benefício, mas recebem, sendo essa uma situação que precisa ser corrigida.

(...) a gente sabe que a pessoa está mentindo, que trabalha, a gente conhece e não pode fazer nada. E a falta de documentos também, agora é exigido que toda pessoa acima de 16 anos tenha documentos (título ou CPF), e as famílias e as mães não têm. O que a gente quer é acabar com esse povo que está recebendo sem necessidade, porque a nossa vontade é trabalhar com o povo que precisa mesmo, mas para isso a gente precisa de ajuda de denúncias, porque não tem como o município fazer isso sozinho. Aham que essa função é do município, mas é muito difícil para o município (Coordenadora municipal do PBF).

Assim como as profissionais, as famílias também percebem a falta de rigidez no cadastramento, o que foi evidenciado nos relatos sobre fraudes, desvios, variação do valor como pontos que a maioria delas considera negativo no Programa.

Tanto a gestora como a coordenadora do PBF problematizaram a relação entre o PBF e o trabalho. Na ótica dessas profissionais, o Programa precisa ser repensado ou precisa de ajustes para impedir a acomodação por parte de algumas famílias, as quais se contentam com o valor transferido, se ele permitir fazer uma compra de alimentos ou pagar algumas contas. Nesse caso, o Programa cria uma dependência, e a família não se sente motivada a buscar novas fontes de renda. Esse aspecto foi apontado pela gestão do PBF e também por algumas famílias pesquisadas.

O negativo é que as famílias acomodam muito com o benefício, se der para fazer uma compra, então não precisa trabalhar, não quer saber de trabalhar, só fica naquilo. Tem família, que a gente vai fazer a visita, e todos estão acordando às duas horas da tarde, então tem gente que acomoda muito com aquele benefício (Coordenadora municipal do PBF).

Eu sou a favor do PBF, não sou contra, mas eu penso que falta ainda alguma coisa para melhorar. Em minha opinião precisamos fazer alguns ajustes no programa, a idéia é boa, mas precisa ser melhorada, principalmente quanto ao incentivo ao trabalho, porque só receber aquele dinheiro não altera as condições de vida das famílias. O ponto fraco é sem

dúvida a questão do trabalho, as pessoas acomodam com pouco, não sei se é o desespero e a falta de esperança, mas tem famílias que acham que precisam trabalhar só para comer, e é isso que nós precisamos modificar. Atuar nesse sentido, mostrar para as pessoas a importância do trabalho, o quanto faz bem trabalhar, conversar com outras pessoas, trocar experiências, crescer enquanto pessoa. Afinal: o trabalho dignifica o homem. É por aí (Gestora municipal do PBF).

A falta de orientação em relação ao funcionamento do PBF é também apontada como sendo um limite do Programa. De acordo com a gestora, algumas famílias não têm orientação o suficiente sobre o Programa, inclusive para ajudá-las a entender como devem agir em relação a ele.

Algumas famílias não têm orientação, às vezes o benefício está bloqueado e ao invés de vir aqui, elas esperam no outro mês, e o benefício acaba sendo cancelado. Outros vêm aqui e a gente já olha na hora e tenta solucionar, vê qual é o motivo por estar bloqueado (Coordenadora municipal).

Da parte do Programa, não existe uma articulação do PBF com as outras secretarias (de saúde, assistência social e educação) para a adoção de medidas informativas, como campanhas e palestras que esclareçam mais sobre o funcionamento do Programa à população, embora elas se comuniquem para tratar de assuntos relacionados às condicionalidades do PBF.

Também foi apontado pela gestora municipal do PBF em Viçosa que há dificuldades de articular ações entre o governo municipal e empresas privadas no município, visto que o setor privado teme “trabalhar e colaborar” para apenas a prefeitura ser reconhecida pelas ações desenvolvidas.

Os cursos de geração de renda são vistos como uma necessidade do PBF, mas a gestão do Programa aponta a postura das famílias, como acomodação, como um dos entraves à implementação dos cursos.

Em minha opinião precisamos fazer alguns ajustes no Programa, a idéia é boa, mas precisa ser melhorada, principalmente quanto ao incentivo ao trabalho, porque só receber aquele dinheiro não altera as condições de vida das famílias (Gestora municipal do PBF).

A gente tem nas secretarias quatro assistentes sociais e quatro psicólogos, eu acho que tem que trabalhar com as famílias, porque sem os cursos, o Bolsa-Família não anda. Tem que ter os cursos de orientação e geração de renda (Coordenadora municipal do PBF).

Nesse embate, o que se percebe é que os gestores do PBF ora responsabilizam as famílias (as suas características e condições de vida) pelo não-cumprimento das condicionalidades e pelos limites encontrados na implementação do PBF e, conseqüentemente, pela não-melhoria de suas condições de vida; ora culpam os entraves burocráticos impostos pela própria legislação do PBF, a qual impede o desenvolvimento de ações de inclusão social mais eficazes, que resulte em melhorias das condições de vida para as famílias.

Na percepção das famílias sobre o PBF, em muitos pontos há coerência com a percepção das profissionais, principalmente na maneira como percebem problemas de cadastramento, na administração do benefício por famílias que vivenciam problemas com vícios e na acomodação por parte de algumas famílias, que param de trabalhar quando começam a receber o benefício do PBF.

Os dois lados – famílias e profissionais – apontaram que o Programa resume-se a transferências monetárias com a contrapartida de saúde e educação por parte das famílias. Os cursos complementares previstos na legislação e que têm como objetivo promover a inclusão e fortalecer a cidadania ainda não foram ofertados para esse grupo de famílias. Diante disso, a gestão do PBF reconhece que, se o Programa ficar restrito apenas à transferência de renda, não conseguirá atingir a meta de inclusão social e de fortalecimento da cidadania através do desenvolvimento das capacidades das famílias, ao mesmo tempo em que reduz a exclusão e a pobreza.

Os cursos são vistos como possibilidades de inclusão no trabalho. Sem eles, o “PBF não vai para frente”, já que ficará limitado apenas às transferências mensais, que são importantes – já que o sofrimento das famílias é intenso e, por isso, elas precisam de algo rápido, como o dinheiro transferido, para evitar situações de fome. No entanto, elas são insuficientes para atingir todas as metas do PBF. Os cursos e programas complementares ao PBF são considerados importantes para incentivar o trabalho, mas precisariam de ajustes na atual proposta do governo federal, segundo a gestora.⁷⁷

⁷⁷ Segundo a gestora municipal, os ajustes necessários seriam sobre a contratação de pessoal e a compra de material permanente, como máquinas. Atualmente a legislação do PBF não permite a compra de certos materiais considerados permanentes, como máquinas em geral. É permitido apenas o aluguel de maquinário, mas em municípios de menor porte, como no caso de Viçosa, há dificuldades de alugar, uma vez que inexistem empresas que atuam nesse ramo. Disso resulta um impedimento na idealização e oferta de cursos complementares que incentivem a inclusão via trabalho. Outros impedimentos decorrem da forma de contratação de pessoal permitida pela legislação do PBF: somente mediante contratos de seis meses e não pode haver renovação de contrato para o mesmo funcionário. Para a gestora, a troca de funcionários atrapalha no funcionamento do Programa quanto aos cursos pretendidos e ao trabalho com as famílias, pois desmonta as equipes formadas, que já têm conhecimento sobre o PBF.

Entretanto, mesmo sem os cursos complementares, a transferência monetária é percebida pelas profissionais como uma via muito importante, que impede situações de fome, assim como as condicionalidades de saúde e educação, que possibilitam mudanças positivas na vida das famílias beneficiárias. Além disso, de forma implícita, através das condicionalidades de educação, espera-se retirar as crianças e adolescentes das ruas, de situações de trabalho infantil e outras situações de ociosidade que permitam o envolvimento e consumo de drogas, prostituição e violência, segundo as profissionais. Esse aspecto, para a gestora do PBF, é positivo porque condiciona o recebimento do dinheiro à obrigatoriedade de frequência escolar e, portanto, minimiza o envolvimento das crianças e adolescentes nas situações descritas, enquanto incentiva o estudo e a formação para o futuro, o que também foi apontado pelas mulheres beneficiárias. Como foi apontado, a maioria das famílias beneficiárias percebe o cumprimento das condicionalidades de saúde e educação como um aspecto importante.

Na avaliação da gestora, é importante refletir sobre a qualidade da educação e dos serviços de saúde para a população pobre, pois ‘apenas frequentar a escola não garante que os objetivos do programa voltados para a inclusão e para a diminuição da pobreza estejam sendo atingidos’.

A criança tem que ir para a escola, porque senão será bloqueado, a criança tem que frequentar a escola. Agora a saúde é meio complicado, o PSF já vai de porta em porta, quase nem tem que sair de casa. A educação é mais interessante, porque a criança tem que ir para a escola, então ajuda sim (Coordenadora municipal do PBF).

Quanto à saúde e educação, acho importante sim, o aumento de unidades do PSF (Programa Saúde da Família) melhorou muito para as famílias. Quanto à educação, condicionar o recebimento à frequência escolar é um incentivo, mas a qualidade do ensino ainda precisa melhorar, não basta mandar para a escola (Gestora municipal do PBF).

Embora as condicionalidades sejam vistas como importantes, em razão do não-cumprimento destas, muitas famílias constantemente têm seus benefícios cancelados. De acordo com a coordenação do Programa, apenas no mês de setembro/2007 (mês de nossa pesquisa), em Viçosa, 624 famílias tiveram seus benefícios cancelados. A falta de organização e o desconhecimento das condicionalidades do PBF pelas famílias são vistos como os grandes responsáveis pelo cancelamento.

A saúde evoluiu muito, depois do PSF. É a secretaria que mais tem funcionários, eu acho que é falta de organização deles mesmo - das famílias! Não é possível, todo bairro tem agentes de saúde. Na educação tem reuniões com os pais. Aí é mais complicado, porque as mães vêm aqui chorando e dizendo que os filhos não querem estudar, que eles saem de casa, mas não vão para a escola (Coordenadora municipal).

Conforme os relatos da coordenadora, muitas mães sabem da importância das condicionalidades, inclusive sabem que o não-cumprimento leva ao cancelamento do benefício, mas alguns filhos não querem estudar e enganam as mães, dizendo que vão para a escola e ficam na rua. Provavelmente são os filhos adolescentes que conseguem ter autonomia para agir dessa forma. Diante do número de 624 famílias que tiveram seus benefícios cancelados em setembro de 2007, a coordenadora apontou não haver nenhuma medida ou estratégia das secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social para informar as famílias, tampouco nenhum trabalho voltado para os adolescentes. O trabalho conjunto das referidas secretarias municipais poderia ser um ponto positivo do Programa.

A percepção dos profissionais e das famílias beneficiárias sobre o PBF indica que o Programa é uma ajuda importante porque minimiza situações de fome e, através das condicionalidades, incentiva a frequência escolar e os cuidados com a saúde da família. Entretanto, como as profissionais percebem, o Programa ainda não contribui para o fortalecimento da cidadania e para a inclusão das famílias, porque os cursos complementares à transferência de renda não foram ofertados no município para um grupo maior de famílias – apenas para um grupo restrito de famílias de um único bairro. Portanto, para as famílias, como elas recebem apenas a transferência de renda condicionada, a maioria percebe o PBF como o Bolsa-Escola.

No capítulo seguinte serão abordados as mudanças apontadas pelas famílias beneficiárias no que diz respeito à diminuição da pobreza e da exclusão social e a ampliação da cidadania após o ingresso no Programa.

6. IMPLICAÇÕES DO PBF QUANTO À REDUÇÃO DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL E INCENTIVO À INCLUSÃO E PRÁTICAS CIDADÃS

Neste tópico, buscou verificar as mudanças percebidas pelas famílias depois da participação destas no PBF.

Em razão do objetivo deste estudo, que foi analisar se o Programa Bolsa-Família é capaz de reduzir a pobreza e a exclusão social, enfatizando se ele tem proporcionado condições de inclusão social e incentivo a práticas cidadãs às famílias beneficiárias, destacou-se que as categorias analíticas estão entrelaçadas, ou seja, é possível observar se a pobreza e, ou, a exclusão diminuíram através de um mesmo indicador. Portanto, o objetivo desta dissertação foi verificar as categorias pobreza, exclusão e cidadania, em alguns indicadores empíricos, que foram expostos no decurso do estudo e baseados no referencial teórico, conforme justificado no capítulo sobre a metodologia empregada nesta pesquisa.

Nesta seção, além de verificar se após a participação no PBF as famílias beneficiárias perceberam se houve mudança em suas condições de vida no sentido de diminuição da pobreza e da exclusão social ao mesmo tempo que ampliaram o exercício da cidadania, faremos uma discussão dos resultados deste estudo, ancorados no corpo teórico.

Também foram discutidos os resultados aqui obtidos com os de outra pesquisa, realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas –

IBASE, denominado Repercussões do Programa Bolsa-Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, publicado em junho de 2008.⁷⁸

6.1. Mudanças e permanências após o PBF, na percepção das famílias beneficiárias

Em relação às mudanças percebidas pelas famílias nas suas condições de vida após o ingresso no PBF, foram apontadas: melhorias nas condições de alimentação (o aspecto mais citado), seguido da melhoria do cuidado com a saúde da família (aspecto que está diretamente ligado ao funcionamento do PSF – Programa Saúde da Família, no bairro), maior possibilidade de aquisição de bens, melhoria das condições de moradia e vestuário e melhoria das condições de estudo e de relacionamento entre os membros da família. A renda foi citada uma única vez como aspecto que melhorou, embora esteja implícito que ela é condição fundamental para o acesso das melhorias apontadas.

O acesso a alimentos é citado pela maioria das mães, principalmente o acesso a frutas, carnes, biscoitos, leite e derivados para os filhos. Todas as mães disseram que, após a participação no Programa, suas famílias não passaram por momentos de falta de alimentos. Embora nosso foco não fosse a Segurança alimentar e nutricional, durante as entrevistas foi destacado que o dinheiro recebido é usado primeiro com a alimentação da família, para evitar a falta de alimentos em casa. Mas, considerando o conceito de Segurança alimentar e nutricional, apontado pelo IBASE (2008): “Segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente”, não podemos afirmar qual é a qualidade e quantidade de alimentos consumidos pelas famílias pesquisadas.

Os dados coletados nos permitem afirmar apenas que houve diminuição de situações de fome das famílias beneficiárias do PBF, porque, segundo as mães, com o dinheiro do PBF podem comprar mais alimentos e itens que antes não podiam

⁷⁸ Esta pesquisa teve como objetivos conhecer melhor o perfil das famílias beneficiadas pelo PBF; as formas pelas quais acessam a alimentação; as repercussões do Programa na segurança alimentar e nutricional; conhecer como as famílias entendem o funcionamento do Programa e entender como o Programa influi nas relações sociais de gênero. Sobre a metodologia aplicada, foram entrevistados 5 mil titulares em 229 municípios das cinco regiões do país, no período de setembro e outubro de 2007. A pesquisa apresenta uma parte qualitativa (15 grupos focais para ouvir 170 titulares, além de gestores municipais e membros de instâncias de controle social), realizada nos meses de junho e julho de 2006 (IBASE, 2008).

comprar, como iogurtes, frutas, doces e biscoitos, para os filhos. Na pesquisa realizada pelo IBASE (2008), quando perguntados sobre o que ocorreu com a alimentação da família após o Programa Bolsa-Família, os titulares do cartão disseram que aumentou a quantidade de alimentos que já consumiam (74%); a variedade de alimentos (70%) e a compra daqueles que as crianças gostam (63%). Foi constatado ainda que: “apesar do aumento declarado no consumo de alimentos, parcela significativa dos beneficiários (**21%**, representando 2,3 milhões de famílias, perfazendo um total de cerca de 11,5 milhões de pessoas) encontra-se em situação de insegurança alimentar grave (fome entre adultos e, ou, crianças da família); outros **34%** (ou 3,8 milhões de famílias, perfazendo um total de cerca de 18,9 milhões de pessoas) estão em situação de insegurança alimentar moderada (restrição na quantidade de alimentos na família, de acordo com a EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar); **28%** (ou 3,1 milhões de famílias, perfazendo um total de cerca de 12,5 milhões de pessoas) apresentam insegurança alimentar leve, em que não há falta de alimentos, mas preocupação em relação ao consumo no futuro; e **17%** (ou 1,9 milhão de famílias, perfazendo um total de cerca de 7,4 milhões de pessoas) estão em situação de segurança alimentar e nutricional”.⁷⁹

Para o IBASE (2008), mesmo com a percepção de aumento na quantidade e variedade dos alimentos a partir do Programa Bolsa-Família, a situação de insegurança alimentar é alta. O PBF é importante para melhorar as condições de vida das famílias, embora, por si só, não garanta índices satisfatórios de segurança alimentar, questão associada a um quadro de pobreza mais amplo.

⁷⁹ Segundo o IBASE (2008): “A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) consta de 15 perguntas centrais fechadas com respostas do tipo ***sim ou não*** referentes aos últimos três meses e reflete a preocupação de a comida acabar antes de se poder comprar mais até a ausência total dela. A EBIA, originariamente, é um método desenvolvido nos Estados Unidos e adequado para o Brasil pela Universidade de Campinas, tendo sido utilizada pelo IBGE na última PNAD. As três categorias de insegurança alimentar e nutricional são: **Insegurança Alimentar Grave** - Fome entre adultos e, ou, crianças da família; **Insegurança Alimentar Moderada** – restrição na quantidade de alimentos na família; **Insegurança Alimentar Leve** – receio ou medo de sofrer insegurança alimentar no futuro próximo, reflete o componente psicológico da insegurança e problemas de qualidade de alimentação”.

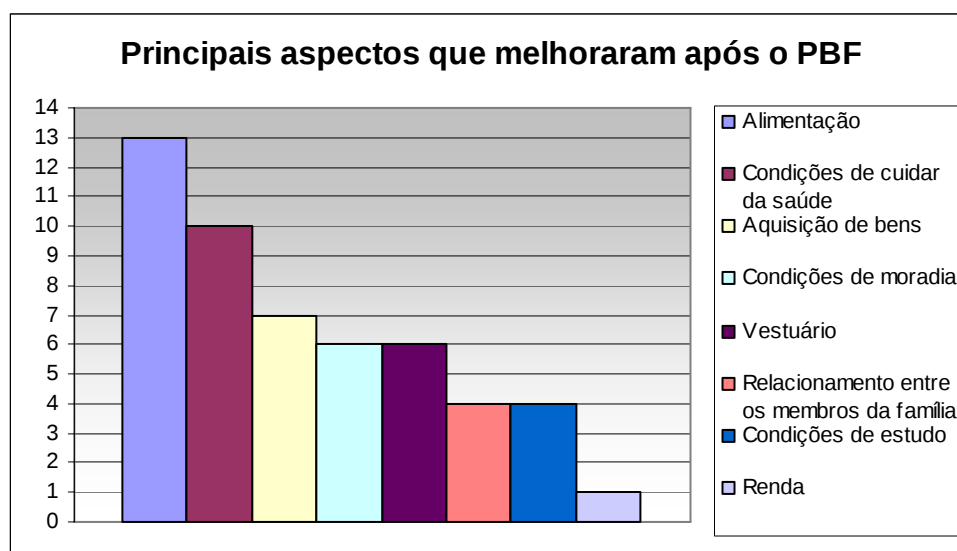


Figura 4 – Principais aspectos que melhoraram, segundo as famílias beneficiárias, após a participação no PBF.

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

A maioria apontou melhorias em relação à situação financeira da família, enquanto algumas famílias não conseguiram perceber nenhuma melhoria significativa. Importa destacar que nem todas que apontaram que a situação atual estava melhor faziam associações ao PBF. Em algumas falas, foi apontado que nesse período conseguiram manter o emprego ou conseguiram um trabalho melhor (em relação ao trabalho dos maridos ou o trabalho delas próprias) e, através deles, tinham a garantia do salário. Esse fato trouxe melhoria às suas condições de vida.

Ta melhor por que eu continuo trabalhando, eu luto muito, por que eu sou pai e mãe, aqui dentro de casa. Melhorou pra comprar alguma coisa, as condições de pagamento estão boas, com propostas boas pra pagar. Sai mais caro, lógico, mas pra gente que ganha pouco, dá pra pagar mais fácil (M 4).

Ta melhor. Melhorou por que agora eu tenho esse servicinho que eu arrumei, tava muito difícil antes (M 24).

Para algumas famílias, todos os aspectos deveriam melhorar. Nas preocupações delas, a maioria apontou a preocupação com a violência na rua e o uso e circulação de drogas no bairro. Em seguida, mostraram-se preocupadas com a alimentação dos filhos, com a violência em casa (que atribuem ao consumo de drogas e bebidas), com as condições de estudo para os filhos, com as condições de moradia e com o atendimento na saúde.

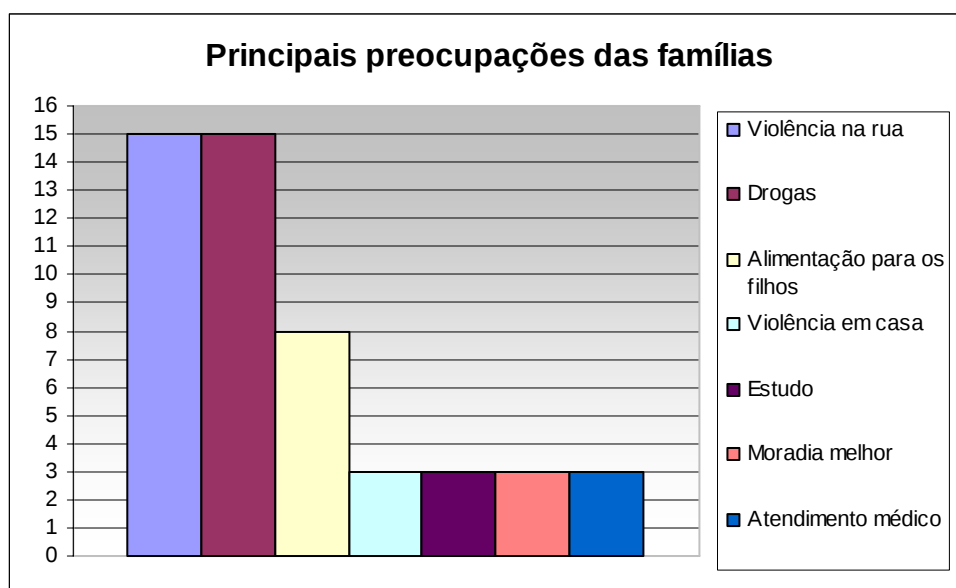


Figura 5 – Principais preocupações apontadas pelas famílias beneficiárias.

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

As situações de violências estiveram associadas aos problemas de dependência de álcool e drogas apontados por 90% das famílias. No entanto, apenas três famílias apontaram que vivenciavam esse tipo de problema na sua própria casa. As preocupações das mães se manifestaram de forma gradual, conforme a proximidade dessas situações com suas vidas, grau de parentesco ou afetividade em relação aos envolvidos. Em se tratando, por exemplo, de mães que tinham filhos adolescentes, elas expressaram muita angústia e medo em relação a essas situações; já as mães de filhos ainda crianças manifestaram preocupação com o tema, mas ainda com certo distanciamento. Nas famílias, em que os adultos (maridos e filhos) estavam diretamente envolvidos, os dramas revelados eram maiores. Numa das entrevistas, por exemplo, uma das mães relatou-nos que estava muito triste porque seu filho adolescente estava sendo “usado” por viciados para “buscar drogas” e que “essa era a sua maior tristeza”. Além disso, ela também enfrentava o drama do marido alcoólatra, que espancava a família. Conforme seus relatos:

Eu fico muito triste, porque aqui no bairro tem umas pessoas, um homem que usa os filhos da gente pra buscar umas porcarias de droga. Eu já falei, já chorei pra ele não fazer mais isso. Leva pro caminho perigoso e errado, é gente ruim, homem perigoso, que anda com faca na cintura. Até separar briga dele com a mulher dele meu filho já foi se meter (M 7).

Eu só fico dentro de casa, é muita briga. Ele (marido) fala assim: - Deixa esses meninos comigo uma semana que eu conserto eles tudo. Mas eu sei que se deixar, ele bate até matar, por que ele bebe muito. As pessoas falam comigo que ele não pode me espancar, então ele que tem que ir embora (M 7).

Outra mãe relatou-me os problemas de depressão que enfrentava por causa dos dramas familiares associados ao consumo de drogas pelo marido, pela filha e pelos netos:

Aqui, minha filha, eu não tenho sossego não, nem pra dormir, é só violência que tem aqui dentro da minha casa, minhas portas são tudo estragadas, só violência, muito cigarro, bebida, pó... O velho fuma muito... É muita bebida. O médico falou comigo: - A senhora ta com depressão, por causa da vida que a senhora leva. Aqui em casa tem muita coisa proibitiva (M 3).

Importante observar que as duas famílias referidas anteriormente vivenciavam situações de desemprego, na primeira nenhum membro da família trabalhava, dependendo inteiramente do benefício do PBF; na segunda, apenas o marido era aposentado. Nas análises de Amartya Sen e José de Souza Martins, o desemprego é apontado como um elemento importante para a avaliação da pobreza e da exclusão. Ele contribui para a “multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações e de anulações” das famílias, como colocou Martins (2002, 2007). Além disso, o desemprego não é meramente uma deficiência de renda que pode ser compensada por transferências do Estado, conforme apontou Sen (2000), é também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a iniciativa e liberdades dos indivíduos e nos casos das referidas famílias gera problemas de saúde e violência. Assim, na relação entre desemprego e programas de transferência de renda, Sen (2000) destacou que se a perda de renda fosse tudo o que o desemprego acarreta, ela poderia ser, em grande medida, suprimida mediante o auxílio-renda, e se desemprego tem outros efeitos graves sobre a vida dos indivíduos, causando privações de outros tipos, a melhora graças ao auxílio renda seria, nessa medida, limitada (SEN, 2000, p. 117).

Trazendo para a realidade das famílias beneficiárias do PBF que recebem o auxílio-renda, realmente percebemos que apenas a renda é um componente limitado para a superação da pobreza e da exclusão que acomete as famílias. Diante disso, é compreensível que as maiores preocupações das mães estejam associadas à violência e ao consumo de drogas, haja vista que, para grande parte das famílias, o cotidiano é

marcado por situações dramáticas e violentas, que não podem ser solucionadas apenas com a transferência de renda do Programa. A transferência de renda é reconhecida pelo grupo como ajuda, às vezes importante, outras nem tanto, mas o aspecto monetário por si só é insuficiente para reduzir as situações de pobreza e exclusão vividas pelas famílias beneficiárias.

Além de observar as expectativas e as preocupações das famílias, a fim de compor a avaliação sobre as mudanças percebidas por elas, buscamos verificar se, após o ingresso ao Programa, houve participação das famílias em cursos e programas complementares à transferência de renda do PBF, conforme consta na legislação deste⁸⁰ Justificamos essa avaliação porque, no conjunto de dados que representam de fato as capacidades e liberdades das pessoas, segundo a abordagem de Amartya Sen (2000), os “funcionamentos sociais” vão desde questões básicas, como estar alimentado e com boa saúde, até questões mais complexas como ser respeitado, participar da vida social como consumidor e trabalhador, entre outras. Mas os funcionamentos dependem das características pessoais e dos arranjos sociais, a exemplo das políticas públicas, e nestes últimos estão incluídas as políticas públicas. Logo, o PBF é um arranjo social que influencia os funcionamentos das pessoas.

Em Amartya Sen (2000), as capacidades são entendidas como base das liberdades que enriquecem a vida humana. A liberdade global de uma pessoa depende do conjunto das liberdades instrumentais, entre elas as liberdades de oportunidades sociais e disposições nas áreas de saúde, educação etc. No PBF, esses itens estão relacionados às condicionalidades de saúde e educação, ou seja, para participar, além da transferência de renda e cumprir as contrapartidas de saúde e educação para a família, o Programa prevê cursos complementares que têm como objetivo a emancipação das famílias.

Nessa perspectiva, a legislação do Programa prevê e enfatiza que a inclusão social das famílias se dê mediante a articulação da transferência escolar com o acompanhamento médico para a família e frequência escolar dos filhos e também

⁸⁰ Sobre os programas complementares, o MDS (2006) aponta que: os programas complementares são ações nas áreas de geração de trabalho e renda, acesso ao conhecimento, condições habitacionais, direitos sociais e desenvolvimento local, entre outras, que visam promover o desenvolvimento social e econômico sustentável das famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família. Para a consolidação dessa estratégia de inclusão social, as ações precisam ser articuladas e integradas pelas três esferas de governos e com a sociedade civil, conforme a legislação e práticas vigentes.

com a participação em cursos complementares de capacitação para o trabalho e acesso ao conhecimento.

Considerando esse aspecto, perguntamos às mulheres sobre a sua participação em cursos ligados ao PBF, e todas responderam que nunca haviam participado de nenhum curso promovido pelo PBF no município. Para esse grupo de beneficiários, ainda não haviam sido ofertados cursos conforme a legislação prevê. Mais da metade das mulheres, no entanto, gostaria de voltar a estudar. Os motivos relacionados a esse desejo foram os mais diversos. Grande parte via no estudo a possibilidade de: ascensão social e realização pessoal, acesso ao trabalho, melhoria da renda, melhoria do cuidado da família, melhor exercício da vida religiosa e ser mais respeitado. No grupo de mulheres que manifestaram não querer voltar a estudar, o principal motivo citado foi a idade e o ritmo de vida que levavam, o que, segundo elas, era incompatível com os estudos, considerando que tinham filhos, casa, trabalho e, portanto, não era possível conciliar tudo isso. E duas disseram que não gostavam de estudar.

A maioria gostaria de participar de cursos ou aprender alguma atividade extra. As razões estiveram relacionadas a fatores econômicos (para melhorar a renda da família), acesso ao mercado de trabalho, melhoria dos cuidados da família ou de melhoria da vida social (para a mulher seria a possibilidade de sair de casa e conversar com outras pessoas).

No entanto, no âmbito do PBF no município, conforme foi apontado pela gestora municipal, ainda não são ofertados cursos complementares às famílias, de modo mais abrangente.

6.2. Problematisando questões principais

Os indicadores selecionados para verificar as mudanças percebidas pelas famílias quanto à pobreza, exclusão e cidadania foram embasados em algumas fontes teóricas fundamentadas, principalmente, em Amartya Sen, José de Souza Martins e Roberto DaMatta e, de forma complementar, em outros teóricos e pesquisadores.

Conforme apresentado na construção dos dados, os resultados da pesquisa indicaram que a maioria das famílias beneficiárias não percebeu mudanças significativas em suas condições de vida, no que tange à diminuição da pobreza e da

exclusão, e tampouco percebeu também alterações ligadas ao fortalecimento da cidadania como decorrência do PBF.

Após o ingresso no Programa, o modo de viver e de driblar as privações cotidianas não foram alterados significativamente, exceto quanto às situações de fome. Após a “ajuda” ou a “ajudinha” vinda do PBF, as famílias apontaram que não passaram mais por essas situações. Portanto, analisando apenas o indicador *fome*, o Programa tem contribuído para diminuir a pobreza das famílias, uma vez que está impedindo o sofrimento das pessoas pela falta de alimentos. No entanto, como esta análise não se restringe apenas a esse indicador, nem tampouco à renda das famílias (conforme a abordagem de Amartya Sen), outros indicadores precisam ser analisados para respondermos ao problema central desta pesquisa.

A transferência de renda pode ser reconhecida como elemento positivo no que se refere ao auxílio na alimentação e no poder que oferece aos beneficiados em recusar condições repugnantes de trabalho, como o trabalho escravo, uma vez que garante uma renda mínima. Suplicy (1992) advogou em favor da transferência monetária, apontando que ela não influencia o abandono do trabalho, mas permite que as pessoas possam escolher o tipo de trabalho que querem desenvolver. Essa consideração vai ao encontro da abordagem de Amartya Sen, que enfatizou a importância do poder de escolhas pelos cidadãos. Embora o foco na renda seja importante, é insuficiente para alterar as situações de pobreza e de exclusão social.

A avaliação da pobreza e da exclusão social de forma mais abrangente e completa deve acontecer no espaço que enfatiza as privações que impedem o desenvolvimento das pessoas, pelo conjunto de liberdades instrumentais e capacidades para atuar na sociedade. Saciar a fome das pessoas que se encontram em situações de pobreza e de exclusão e elevar a renda dessas famílias é importante, mas insuficiente porque a pobreza tem uma dimensão que ultrapassa a carência de renda, e a exclusão social é marcada por múltiplas experiências cotidianas de privações e de limitações mais intensas ainda que a pobreza. Pobreza e exclusão são constituídas de várias pobreza, por exemplo a pobreza política, que Demo (2002) ponderou ser um grande limite à emancipação e inclusão social. Para ele, considerando apenas o contexto da sobrevivência, impedir situações de fome é fundamental, mas é apenas um primeiro passo. Nas famílias pesquisadas, o primeiro passo do PBF tem sido dado conforme as famílias percebem e apontam. No entanto, ele afirmou que: “Não se resolve o problema da fome apenas matando a fome, mas construindo as

condições necessárias para dar conta dela com a devida autonomia” (DEMO, 2002, p. 35).

Demo (2002) reforçou a necessidade de emancipação e inclusão como um segundo passo, para que os assistidos possam dispensar a ajuda recebida. A partir daí, de forma autônoma, rompendo com a pobreza política e outras pobreza, os cidadãos possam gerar o seu próprio alimento e dirigir a sua própria vida, fazendo escolhas, como expôs Amartya Sen (2000).

Esse passo que sucede a satisfação da fome e a elevação da renda não tem sido realizado através do PBF dentro da realidade das famílias beneficiárias pesquisadas, porque o Programa se restringe ao oferecimento do benefício monetário e à oferta dos serviços de educação para crianças e adolescentes e serviços de saúde para a família. Se o PBF no município restringe-se apenas à obrigatoriedade por parte das famílias, da frequência escolar dos filhos, essa forma de ação restrita reforça a percepção da maioria das famílias do Programa Bolsa-Família como Bolsa-Escola.

Sem questionar a qualidade dos serviços da educação pública, pois não cabe maior aprofundamento nesse momento, podemos apontar que a negligência no oferecimento de educação para o grupo familiar afeta e empobrece ainda mais a vida das pessoas. Os adultos de hoje, das famílias pesquisadas, em parte estão desempregados ou com trabalhos que lhes retornam remunerações baixas devido às condições de escolaridade que apresentam e, portanto, eles também precisam de serviços de educação e capacitação para o trabalho e para a vida social. Isso não tem acontecido no município e afeta diretamente a permanência das condições de pobreza das famílias. Há uma discussão clássica sobre o papel da educação para enfrentar a pobreza, e Sen (2000) reforçou o impacto dessa relação no contexto de desenvolvimento na abordagem das capacidades, utilizando como exemplo o desenvolvimento japonês:

Essa abordagem contraria – e na verdade abala – a crença tão dominante em muitos círculos políticos de que o “desenvolvimento humano” (como freqüentemente é chamado o processo de expansão da educação, dos serviços de saúde e de outras condições da vida humana) é realmente um tipo de luxo que apenas os países mais ricos podem se dar. Talvez o impacto mais importante do tipo de êxito alcançado pelas economias do Leste Asiático, a começar do Japão, seja ter solapado totalmente esse preconceito tácito. Essas economias buscaram comparativamente mais cedo a expansão em massa da educação, e mais tarde, também dos serviços de saúde, e o fizeram, em muitos casos, antes de romper os

grilhões da pobreza generalizada. E colheram o que semearam (SEN, 2000, p. 58).

De forma análoga, a relação entre educação e cidadania se coloca, sobretudo, na superação da pobreza política, ou seja, não é possível almejar cidadania sem almejar igualmente erradicar todas as formas de pobreza e de exclusão, a começar pela pobreza política. É fundamental que, através das políticas sociais, a aprendizagem seja vista a partir de sua politicidade, pois “o critério mais fundamental do combate à pobreza será conseguir que o pobre se faça sujeito de suas próprias soluções” (DEMO, 2002, p. 77). A esse respeito, é digno de nota o empenho de Paulo Freire (1987, p. 34) sobre a postura dos oprimidos e a superação das privações as quais estão imersos, destacando-se que “a liberdade é uma conquista e não uma doação”, portanto exige busca permanente.

Então, a educação, assim como os serviços de saúde, é uma disposição social decisiva para diminuir a pobreza, enquanto contribui para a formação e aproveitamento das capacidades humanas, segundo Sen (2000). Os resultados da pesquisa apontaram que para esse grupo de famílias, especificamente para os adultos, a educação não é uma disposição social que o PBF no município esteja priorizando.

Conforme constatamos, os serviços públicos de saúde para o grupo de famílias pesquisadas constituem a principal via para os cuidados da saúde das famílias. Todas elas relataram que, primeiro, buscam ajuda para cuidar da saúde nos serviços públicos, dependendo inteiramente de atendimento médico público. Quanto à aquisição de remédios, umas famílias dependem totalmente da assistência pública, outras ainda “têm outra saída”, que é a aquisição via mercado, com pagamento na maioria das vezes parcelado, devido à baixa renda. Muitas famílias apontaram que, diante da falta de medicamentos e da impossibilidade de realizar exames e consultas, ficavam sem esses serviços, esperando até que o serviço seja oferecido. Então, os serviços públicos de saúde a que as famílias beneficiárias têm acesso apresentam falhas, como falta de medicamentos e impossibilidades de realizar exames. Mesmo assim, as famílias apontaram que houve melhorias nas condições de cuidar da saúde, em função da instalação da unidade do Programa Saúde da Família (PSF) no bairro.

Diante disso, podemos questionar a obrigação de cuidar da saúde imposta pelo PBF às famílias. Se elas têm que se comprometer em cuidar da saúde dos membros da família para receber o benefício, em princípio os serviços ligados à saúde pública não poderiam ser falhos.

Esse quadro comprova a importância da provisão adequada de serviços de saúde públicos para as famílias pobres e excluídas que convivem com inúmeras privações. Não poder cuidar da saúde de forma adequada é uma grande privação da liberdade humana, assim como passar fome, não estudar, não ter acesso ao mercado (como trabalhador e como consumidor), não ter moradia adequada e segura, enfim, há um conjunto de privações que empobrecem a vida das pessoas, em todos os sentidos. Tais privações estão diretamente ligadas à negação de liberdades políticas, sociais, civis e econômicas e, portanto, prejudicam o exercício de práticas cidadãs (SEN, 2000).

Nosso enfoque neste estudo considerou o entendimento de que as liberdades das pessoas são influenciadas pelas oportunidades a que elas têm acesso. E as oportunidades sociais, como as de saúde e de educação, facilitam a participação econômica. E as facilidades econômicas contribuem para gerar fartura individual, que conseqüentemente eleva os recursos públicos para os serviços sociais. Trata-se do fortalecimento mútuo de diferentes tipos de liberdade, explicada por Sen (2000).

Seguindo essa linha de raciocínio, verificamos as condições das famílias beneficiárias de participarem no mercado como trabalhadores e consumidores. Constatamos que apenas em sete unidades familiares havia um dos membros trabalhando no mercado formal de trabalho, e a grande maioria (tanto homens quanto mulheres) conseguia trabalho somente em atividades que não exigiam maior qualificação, o que acarretava baixa remuneração.

O desemprego contribui para a exclusão social e acarreta perda de autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica, conforme apontou Sen (2000). Essas conseqüências do desemprego puderam ser percebidas na realidade das famílias que estavam passando por períodos de desemprego, principalmente a violência doméstica e os prejuízos à saúde física e psicológica, especialmente das mulheres. Para a maioria das famílias, o desemprego é preocupante, muitas se encontravam em situações de desemprego, com o tempo variando conforme a trajetória da família. O que percebemos é que problemas de saúde, interrupção dos estudos, tragédias e dramas familiares, nascimento dos filhos e outros fatores têm afetado diretamente a manutenção do trabalho no universo dessas famílias. Portanto, há um movimento social e no cotidiano das famílias que pode resultar na condição de exclusão, começando pelo desemprego, conforme citou Escorel (1999).

As consequências do desemprego podem ser relacionadas à privação de capacidades, sendo que o desemprego não significa apenas deficiência de renda que pode ser compensada por transferências do Estado. O desemprego representa também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre as capacidades e as liberdades dos indivíduos, principalmente sobre o conjunto de capacidades que possibilitem fazer escolhas (SEN, 2000).

No conjunto das falas das famílias emerge a preocupação com as situações de desemprego, importante em nossa discussão, porque constitui um indicador da exclusão social, principalmente porque retrata o “desencontro entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social”. Além disso, há uma dinâmica social que “exclui e reinclui”, embora o período para a inclusão tenha aumentado muito, e quando acontece – a inclusão - se dá de forma que inferioriza as condições de vida e de trabalho das famílias. Quando se perde um emprego formal e o indivíduo fica por um longo período desempregado, é necessário desenvolver estratégias de sobrevivência, “bicos” e, dessa forma, vai sendo “reincluído” precariamente, com condições de trabalho geralmente inferiores à que desenvolvia. Ou seja, há inclusões, porém de modo precário e marginal, segundo a lógica de Martins (2002, 2007).

Podemos estabelecer a relação de que a baixa escolaridade impede que as condições de trabalho propiciem maiores rendimentos para as famílias beneficiárias, o que implica a negação do direito de interagir economicamente como consumidores. Percebemos que não há o fortalecimento mútuo das liberdades conforme destacou Sen (2000). Ao contrário, as famílias beneficiárias do PBF pelas condições de consumo que apresentam não usufruem das consequências favoráveis do consumo, no sentido de reforçar a cidadania, enquanto diminuem a pobreza e a exclusão.

Suas condições de consumo de alimentos, remédios e vestuário são precárias. A maioria das famílias necessita realizar o pagamento parcelado (conforme apontado por elas: “não tem outra saída”), e algumas dependem de doações do Estado, de outras famílias e de igrejas. Não têm acesso ao consumo de bens imobiliários, tendo em vista que é com muitas dificuldades que conseguem obter os bens básicos – alimentos e remédios, e também alguns bens duráveis, necessitando, inclusive, de doações.

Os poucos bens a que as famílias estão tendo acesso e condições de consumir, como aparelhos de telefones celulares, rádios e aparelhos de DVDs, são

vistos por Martins (2002, 2007) como “disfarces” que levam a uma aparente inclusão social e que não livra as famílias de suas privações e das mazelas decorrentes da pobreza e da exclusão social. Martins (2002) citou ainda, o consumo de roupas e automóveis como “disfarces sociais”, mas para esse grupo de famílias o consumo de roupas é muito limitado, e o de automóveis foi declarado impossível por todas as famílias, sendo um “sonho” para algumas. Embora no grupo pesquisado vestuário e automóveis não sejam bens acessíveis, esses e outros são estratégias sociais de “mascaramento” das condições de moradia e de alimentação que, na maioria das vezes, não são adequadas e seguras, conforme Martins (2002, 2007).

Essa forma de participação das famílias beneficiárias do PBF no mercado, que demanda necessidade de parcelamentos para pagamento dos bens básicos e de intensa preocupação para honrar com as dívidas e necessidade de doações, é entendida, na perspectiva de Amartya Sen (2000), como comprometedora para a inclusão. Isso porque os bens materiais são meios que proporcionam o aumento das capacidades das pessoas, capacidades de desenvolver habilidades para o trabalho e habilidades pessoais, enfim que colaboram para o enriquecimento da pessoa. Uma vez que há dificuldades de consumo de alimentos, roupas e remédios, há evidências dos impactos da baixa renda nas capacidades das pessoas, segundo Sen (2000). Há um quadro de *desvantagens sociais*, entendidas enquanto redutores do potencial das pessoas de auferir renda e, também, de converter a renda em capacidades para os funcionamentos sociais. Ou seja, as condições de precariedade constatadas no perfil socioeconômico do grupo de famílias beneficiárias pesquisadas e nas condições de consumo de bens básicos (alimentos, roupas e remédios) nos permitem apontar que não houve mudanças no sentido de diminuição da pobreza e da exclusão social a que estão imersas essas famílias.

Essas condições de pagamento, juntamente com a necessidade de doações para o vestuário e para a alimentação e a administração de remédios por parte das famílias beneficiárias, significam a permanência delas nas condições socioeconômicas anteriores ao ingresso ao PBF. Ou seja, as formas de aquisição de bens básicos indicam a precariedade da maioria das famílias beneficiárias, que apontaram, muitas vezes durante as entrevistas, “não ter outra saída” ou “o dinheiro não sobra”.

A referência “não tem outra saída”, “não tem outro jeito” significa a falta do poder de escolha dessas famílias, e isso revela a privação de capacidades para o

exercício das liberdades. Não poder escolher significa continuar pobre ou excluído. A pessoa munida de um “conjunto capacitário” (na abordagem que entende a pobreza como ausência de capacidades) tem acesso aos vetores de funcionamentos alternativos entre os quais ela pode escolher. Tendo capacidades, a pessoa pode ter liberdade para realizar as combinações de funcionamentos que escolher. As privações, inclusive as materiais, não permitem escolhas, nem realizações e participações sociais, ao contrario geram condenações, aceitações e permanências, sobretudo, das condições de pobreza e exclusão, conforme ponderou Sen (2000).

Martins (2002, 2007) chamou a atenção para a integração que o consumo possibilita, e nesse caso o consumo precário das famílias beneficiárias do PBF, questionando: “em que medida é uma integração moral e social, inserida num projeto de emancipação social? Através dos “disfarces” (bens/mercadorias), tem-se uma inclusão social verdadeira ou uma inclusão marginal? Que tipo de consumo e consumidor fortalece a cidadania”? Para ele: “Quase que se pode dizer que houve uma opção consciente pelos signos de consumo em detrimento dos signos de propriedade, da moradia e da alimentação” (MARTINS, 2002, p. 36).

Martins não despreza o mercado e o consumo. Ao contrário, assim como Sen (2000), considera-o importante e enriquecedor na vida dos cidadãos. No entanto, o consumo para eles é importante se estiver acompanhado da prática consciente contra todas as formas de exclusão e consciência dos aspectos que limitam a inclusão às formas precárias e incompletas de subcidadãos. Ser apenas o consumidor marginal de determinados bens, principalmente dos signos de consumo, não contribui para o fortalecimento da cidadania. Há de se considerar a privação do direito de escolha, que impede que o consumidor seja cidadão pleno.

Como verificamos, as condições de consumo das famílias após o ingresso ao PBF não foi alterada no sentido de superação das condições de pobreza e de exclusão que as marginalizam. Prevalece, portanto, um consumo marginal de determinados bens que viabilizam uma impotente integração social e não contribui para o fortalecimento da cidadania. É importante considerar que a renda dessas famílias não permite uma participação no mercado como consumidores integrados e emancipados na sociedade em que vivem. No entanto, Amartya Sen (2000) ponderou que a renda é importante, mas não pode ser entendida como único instrumento de geração de capacidades, por isso o foco deve ser voltado para o conjunto de disposições sociais. Isso porque as disposições sociais, quando negadas, aumentam

as desvantagens sociais entre as pessoas, porque também afetam a capacidade delas de auferir renda, de ter um trabalho, de ser consumidor e cidadão e de ter uma moradia adequada às necessidades e ao conforto humano, entre outros.

As condições de habitação das famílias beneficiárias, embora houvesse predomínio de casas e não de barracos, revelaram que a maioria das moradias tinha sido construída ao longo de muito tempo em função das dificuldades financeiras, com muitas casas ainda inacabadas. Mais da metade (52%) dos imóveis visitados era de propriedade das famílias, e o restante era emprestado (40%) ou alugado (8%). Também foi evidenciado que, por falta de recursos para arcar com a compra de um lote, 11 famílias dividiam o quintal com os pais, para a construção de suas casas, o que provavelmente tem implicações na regularização do imóvel na prefeitura. De modo geral, as famílias dependiam da ajuda dos pais em relação ao empréstimo de casas ou doação de parte do lote e da construção das casas. Percebemos que prevalecia o “sonho da casa própria” como projeto para muitas famílias, que há muito tempo vêm adiando a reforma ou o término da casa, a compra de um lote ou de uma casa. Enfim, a realidade dessas famílias nos modos de vida em seus contextos habitacionais aponta para a permanência de situações de precariedade e pobreza, mesmo após o ingresso das famílias ao PBF.

Considerando, assim, que ser cidadão é também ter direito à moradia adequada, o PBF não tem colaborado para o fortalecimento da cidadania, nem mesmo permitido que as famílias superem as condições de pobreza e exclusão visíveis nas formas de habitação. A casa, segundo DaMatta (1997), deveria ser o espaço da segurança e da proteção e que propiciasse o bem-estar às famílias que, conseqüentemente, fornecesse base ao bem-estar social. Este jamais pode ser visto como uma questão a ser resolvida na família, no contexto privado e individual, pois, se assim o for, automaticamente se estabelece uma barreira à efetiva organização política e ao desenvolvimento da cidadania social, segundo Roberts (1997).

O bem-estar das famílias e, como decorrência, o da sociedade são influenciados também pelas formas como as pessoas mantêm os vínculos e as redes sociais. As redes funcionam como mediadores entre Estado e cidadãos, que estão a serviço, principalmente, das famílias pobres e excluídas, fortalecendo-as. Através das redes sociais, pela forma e pela intensidade que ocorrem as ajudas, é possível verificar se após o PBF as famílias estão tendo condições de “dispensar ajudas para resolver problemas ligados, por exemplo, à falta de alimentos, ao pagamento de

contas básicas e à falta de renda”, significando que as famílias estariam melhorando as suas condições de pobreza e de exclusão. No entanto, o papel fortalecedor das redes sociais contribui para o fortalecimento da cidadania.

Constatamos que na dinâmica diária das famílias beneficiárias do PBF as redes sociais têm expressivo papel fortalecedor, de suporte perante os diversos problemas da família e explicativos, em grande medida, da possibilidade de reprodução das famílias. O que significa dizer que apenas com as condições financeiras que cada família dispõe não seria possível a sua sobrevivência. Portanto, os vínculos de amizade, de parentesco, de vizinhança e religiosos são fundamentais para a maioria das famílias, em todos os sentidos, o que, no entanto, é positivo, pois a partir da articulação entre os diversos nós as famílias se fortalecem, segundo a definição de rede social de Castells (2000). Entretanto, a importância das redes através das diversas ajudas confirma a permanência de um quadro de carências de diversas ordens, principalmente as de alimentação e proteção em casos de doenças. Percebemos, através dos dados, que a função principal das redes sociais para as famílias beneficiárias do PBF se coloca na superação das carências, decorrentes da pobreza e da exclusão social. Outra situação observada se refere aos conflitos e às desconfianças que rondam as famílias beneficiárias sobre a variação do valor dos benefícios, a suspensão dos benefícios e as dúvidas que as famílias apresentam em relação a outras famílias que não têm perfil para receber o benefício. Se o PBF reforça esse clima de mal-estar que se configura a partir de desconfianças, ele abala o funcionamento das redes sociais e, conseqüentemente, compromete a emancipação das famílias alicerçada na articulação das redes sociais, com o objetivo de superar a pobreza.

Analisando as principais preocupações das famílias, as situações de violência, inclusive doméstica, estiveram associadas aos problemas de dependência de álcool e drogas e foram apontadas pela maioria das famílias beneficiárias. Além desse quadro dramático de carências, a maioria das famílias não tinha acesso a atividades de lazer, o que também as preocupava, principalmente porque associavam a falta de atividades de lazer, que seria uma ocupação saudável, ao envolvimento de seus filhos com drogas e violências na rua. Essas características confirmam a permanência da pobreza na vida das famílias.

Constatamos, então, que até o momento as famílias não estão sendo beneficiadas pelo PBF de modo a incentivar a inclusão e o reforço de práticas

cidadãos, através dos programas complementares, porque não foram ofertados às famílias. Esses Programas, segundo o MDS (2006), são ações nas áreas de geração de trabalho e renda, acesso ao conhecimento, condições habitacionais, direitos sociais e desenvolvimento local, entre outras, que visam promover o desenvolvimento social e econômico sustentável das famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família. A participação das famílias nesses programas significa superar a situação de vulnerabilidade e pobreza, tão importante quanto a promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias. Além da falta de oferta de novos cursos, constatamos também que no município há falhas na articulação da transferência monetária com outras políticas e programas sociais em andamento. Portanto, a falta de coordenação de ações voltadas para o desenvolvimento social e econômico sustentável das famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família impede que as famílias saiam de uma situação de “cidadania negativa” que, segundo DaMatta (1997), persiste no Brasil e tem ligação direta com a persistência da pobreza. Além disso, incentivar a inclusão social e a eliminação da pobreza, a começar pela pobreza política, é fundamental porque a cidadania brasileira historicamente foi se moldando num contexto de desigualdades, o que originou uma “cidadania concedida”, segundo Sales (1994).

Romper com a idéia e prática de cidadania “negativa, desviada e concedida” significa possibilitar ao cidadão o poder de exercer o conjunto de direitos e liberdades políticas e socioeconômicas de seu país. No entanto, o PBF enquanto um dos “arranjos sociais” não tem contribuído para fortalecer o conjunto de capacidades das famílias pesquisadas e nem se constituído numa via para o exercício dos direitos e das liberdades dessas famílias.

E como nos alerta Dallari: “Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (DALLARI, 1998, p. 14).

Diante disso, reforçamos a importância da articulação de ações no âmbito do PBF para atender às famílias beneficiárias, que sejam orientadas quanto à preocupação com a superação da pobreza e da exclusão, ao mesmo tempo que se pretende estimular a cidadania.

7. ALGUMAS CONCLUSÕES

Situações que configuram a pobreza e a exclusão social e suas inúmeras conseqüências atingem milhares de famílias, de modo a impedir a ampliação da cidadania através de maior participação cidadã nos diversos âmbitos da sociedade. Em razão disso, uma tendência contemporânea passou a guiar a política social de muitos países que se pautam em princípios democráticos, inclusive o Brasil, como as políticas de transferência de renda condicionada, no caso do PBF, ao cumprimento por parte dos envolvidos de determinadas exigências relacionadas a questões de saúde e educação. Esses programas também são desenhados com a perspectiva de se articularem com outros programas complementares.

Em razão disso, procuramos neste estudo investigar em que sentido o Programa Bolsa-Família influencia nas condições de pobreza e de exclusão social em que vivem as famílias beneficiárias, contribuindo para a promoção e ampliação da cidadania. Para tanto, organizamos um aporte teórico que nos fornecesse subsídios para entender a relação entre a permanência da pobreza no Brasil e o tipo de cidadania que aqui prevalece, bem como buscamos definir os tipos de pobreza e a diferença entre eles e entre pobreza e exclusão social. Entendemos que esses fenômenos, embora bastante próximos, apresentam particularidades que precisam ser entendidas e consideradas se a pretensão é problematizá-los.

Contextualizamos historicamente os programas de transferência de renda, descrevemos o desenho do PBF em nível nacional a partir da proposta da legislação federal e caracterizamos o Programa no Município de Viçosa, a partir de sua

execução em um bairro onde foi implementado. Investigamos a realidade do Programa no município, por meio dos profissionais responsáveis pela implantação do PBF em nível local e por intermédio das famílias beneficiárias.

A percepção das famílias beneficiárias sobre o PBF e suas condições de vida após a participação no Programa foi fundamental para atendermos ao objetivo principal deste estudo. Como vimos pelo “olhar” das famílias beneficiárias do PBF, o Programa apresenta aspectos positivos à medida que proporciona uma renda que possa ser empregada na compra de alimentos, impedindo que muitas famílias passem por situações de fome. No entanto, o PBF em Viçosa não contribui para situações de inclusão social, inclusive aquelas previstas no próprio Programa, como a promoção de cursos de profissionalização. Ou seja, se através do PBF fosse oferecido aos membros das famílias alguma capacitação, a exemplo de cursos e treinamento para a formação técnica, como de eletricitista, garçom, fabricação de alimentos, cabeleireiro e outros nesse formato, as famílias teriam chances de obter renda através do trabalho desenvolvido como consequência da capacitação que receberam. Nesse sentido, a promoção de cursos complementares à transferência monetária possibilitaria o desenvolvimento de “liberdade e capacidades humanas” na perspectiva de Amartya Sen. Dessa forma, haveria coerência com o desenvolvimento humano que Amartya Sen propõe, baseado nas liberdades substantivas e nas capacidades, em que as pessoas podem escolher um modo de vida entre os possíveis. As famílias beneficiárias teriam possibilidades de inclusão social em mercados de trabalho. Entretanto, na realidade pesquisada não havia articulação entre a transferência monetária e os programas paralelos com o objetivo de promoção de inclusão ao mercado de trabalho. Dessa limitação decorre que as condições reais de autonomização das famílias beneficiárias do Bairro Novo Silvestre, com vistas à inclusão e incentivo a práticas de cidadania fiquem dificultadas, não contribuindo para a superação da pobreza e de situações de exclusão em que vivem.

O principal aspecto percebido como positivo no âmbito do PBF, tanto pelas famílias quanto pelas profissionais, foi a transferência de renda que alivia, de forma imediata, situações de fome. A oferta de cursos e programas paralelos que tenham como objetivos incentivar a ampliação da cidadania e a superação da pobreza e da exclusão não faziam parte da realidade do PBF no município de forma mais abrangente para atender às famílias beneficiárias. Até aquele momento restritas experiências aconteceram nesse sentido. Apesar de a maioria perceber o PBF como

positivo e como importante ajuda, o Programa foi percebido também como ajuda insuficiente para a solução dos problemas de diversas ordens que vivenciavam. Essas ambivalências referentes à percepção do PBF são compatíveis com os resultados da pesquisa realizada por Brito e Macedo (2004) e por Silva et al. (2006). Esses pesquisadores fizeram referência à forte tendência por parte das famílias a subestimar o auxílio transferido, devido à insuficiência para satisfação de todas as necessidades das famílias, assim como igualmente perceberam uma valorização “da ajuda” para atender às suas necessidades imediatas.

A superação da pobreza e da exclusão entre gerações através da educação e do acesso a serviços públicos de saúde só será visível a médio e longo prazos quando pesquisas apurarem exatamente se as crianças e adolescentes de hoje foram incluídos na vida social com acesso aos direitos de cidadania. Considerando que o desenho do PBF se pauta em uma concepção de saúde relacionada à prevenção e imunização e de educação como acesso e frequência, parece pouco provável que, dessa forma, a pobreza e a exclusão, esta que é ainda mais abrangente, sejam superadas. Isso porque não basta apenas exigir que as famílias cumpram tais exigências, se o PBF não for complementado por ações que aumentem a autonomia das famílias e a possibilidade de integração ao mercado de trabalho, ampliando a capacidade de geração de renda para seus membros e contribuindo para o combate estrutural da pobreza e para a melhoria das condições de vida do grupo familiar, conforme consta na proposta do Programa.

Na realidade do Município de Viçosa, especificamente quanto ao PBF no Bairro Novo Silvestre, a transferência de renda acontecia e a possibilidade de combate à fome era grande, mas o combate à pobreza e à exclusão pode ser questionado no âmbito dessa experiência. Isso se deve à algumas razões, como apontado em outro momento: havia dificuldades de implantação de cursos de capacitação para geração de renda, e apenas a transferência de renda não era suficiente para impedir situações de pobreza, nem tampouco de exclusão social, uma vez que esses são processos dinâmicos e complexos.

Os resultados revelados nos permitem apontar que o PBF na realidade de Viçosa, MG, no bairro pesquisado, da forma como estava sendo desenvolvido, era dirigido ao atendimento das necessidades básicas imediatas das famílias, não apresentando elementos para fortalecê-las de forma mais significativa, ou seja, o alívio imediato da pobreza se dava por meio da transferência direta de renda às

famílias, mas o objetivo referente à promoção da inclusão social das famílias que viviam em situação de pobreza e de extrema pobreza não tem sido contemplado. Além dessa constatação, podemos reforçar que o valor transferido às famílias que vivem em meio às diversas situações de pobreza e de extrema pobreza é relativamente baixo quando consideramos o amplo quadro de carências que apresentam. Tal constatação revela que é de fundamental importância oferecer condições paralelas à transferência de renda para a autonomização das famílias, através, principalmente, de preparação para o trabalho. A articulação entre a transferência de renda e outras ações paralelas não fazia parte do contexto das famílias beneficiárias do bairro; logo, a possibilidade de melhoria da situação econômica e social ficava limitada pelas condições educacionais e psicossociais dos próprios beneficiários, o que também foi revelado na pesquisa coordenada por Silva et al. (2006). Os resultados desta dissertação também são compatíveis com os da pesquisa de Macedo e Brito (2004) sobre os Programas PETI e Bolsa-Escola, sobre a falta de uma proposta efetiva que associe trabalho, capacitação e transferência de renda para absorver os desempregados.

A formação e capacitação diretamente proporcionadas pelo PBF contribuiriam para o exercício das liberdades, como ter renda proveniente do trabalho, fazer escolhas de consumo e de formas de pagamento, fazer escolhas de serviços de saúde e de educação, ter acesso e usufruir dos direitos e dos serviços de cidadania, enfim, contribuiria para o fortalecimento das diversas liberdades humanas. Mas para isso as pessoas em condição de pobreza e de exclusão social necessitam de que algumas oportunidades lhes sejam proporcionadas, além da assistência à sobrevivência. Esse princípio fortalecedor das famílias pobres e excluídas norteia a legislação do PBF, mas, em sua implantação no Município de Viçosa, no Bairro Novo Silvestre, apenas o objetivo referente à transferência direta de renda tem sido contemplado de forma abrangente.

O exposto nos permite ainda rebater afirmações produzidas no contexto do senso comum de que as famílias beneficiárias do PBF não gostam de trabalhar e se acomodam com o pouco que recebem, que consideram a situação de dependência da transferência monetária cômoda porque preferem receber um valor monetário parco em vez de investir maior esforço em busca de melhores condições de vida. Alguns casos pontuais revelaram, no universo desta pesquisa, que a transferência monetária conferia segurança para que as pessoas que trabalhavam antes de serem beneficiados

pelo PBF parassem de trabalhar. No entanto, na amostra pesquisada esses casos são insuficientes para afirmarmos que Programas como o PBF produzam desestímulo em relação ao trabalho, embora as profissionais do PBF que participaram da pesquisa tenham destacado que o Programa precisa ser repensado para impedir a acomodação em relação ao trabalho por parte de algumas famílias beneficiárias no Município de Viçosa.

A realidade observada durante as visitas domiciliares nos forneceu bases para explicar que a maioria das famílias beneficiárias precisava realizar diversas estratégias de trabalho, geralmente atividades árduas que demandam muito esforço físico, situadas no mercado de trabalho informal e com remunerações muito baixas. Muitas pessoas estavam vivenciando períodos de desemprego, alguns deles desencadeados por problemas de saúde. Percebemos que as consequências do desemprego aumentavam ainda mais o sofrimento das famílias, pela intensificação da violência e dos conflitos domésticos, por exemplo.

Conforme foi manifestado por alguns entrevistados, “todo dia a gente tem uma luta”, e como pudemos observar a luta dessas famílias era para sobreviver e resistir. Luta essa que não era, nem é, diferente das famílias beneficiárias do PBF residentes nas Regiões Norte e Nordeste do país. A pobreza e as exclusões não afligem somente as famílias de lá, da região da “velha exclusão”, pois assolam também essas famílias, que possuem alguma escolaridade, alguma experiência de trabalho e que não são extensas, as famílias da “nova exclusão”. Algumas têm projetos de vida simples, mas que são difíceis de serem desenvolvidos em função de uma série de privações, a começar pelas carências de formação educacional e de comprometimentos de saúde física e mental. Essas privações originam outras, como não poder desenvolver um trabalho que forneça renda e que proporcione o desenvolvimento das liberdades da pessoa, o acesso a informações e condições que promovam o bem-estar pessoal e familiar.

Partindo desse pressuposto, de que a maioria das famílias beneficiárias convive com diversas privações, inclusive com a insuficiência de alimentos, é imprescindível assegurar um mínimo de subsistência aos que necessitam, especialmente em sociedades cuja estrutura social se firma nas desigualdades geradas. Diante dessa realidade, as ações do Estado através de intervenções baseadas em distribuição de renda são reconhecidas como legítimas para que todos os cidadãos tenham acesso a um padrão mínimo para sobreviver. O desenho do PBF

pauta-se na superação da pobreza e da exclusão, via transferência monetária articulada com outras medidas. No entanto, há falhas na implantação do Programa, ou seja, há um descompasso entre os pressupostos da legislação e sua execução em nível local, tendo em vista que a prioridade é dada apenas à transferência monetária.

A hipótese que norteou este estudo, de que a pobreza e a exclusão têm contornos multidimensionais,⁸¹ a superação ou minimização delas, através do Programa Bolsa-Família, só será possível mediante um plano estratégico multidimensional e que concilie a transferência de renda com a promoção de capacidades, foi confirmada. Sem o oferecimento de oportunidades sociais, as famílias pobres e excluídas têm poucas chances de romper com a pobreza e com a exclusão, porque esses processos são abrangentes, e a transferência de renda é uma ação insuficiente nesse contexto.

Por fim, diante do que percebemos no contexto municipal da experiência do PBF, consideramos pertinente a exposição de algumas recomendações aos profissionais ligados ao Programa na realidade de Viçosa.

Considerando que cursos complementares às famílias, com o objetivo de capacitá-las e incentivá-las a entrar em mercados de trabalho, por exemplo, não têm sido oferecidos no município de forma expressiva, sugerimos que essa meta seja colocada em primeiro plano. Para tanto, visualizamos a necessidade de conscientização de todos os profissionais envolvidos com o PBF e, sobretudo, sugerimos que os beneficiários sejam ouvidos, para que possam expor suas privações, anseios e expectativas. Essa é a primeira parceria que sugerimos e que entendemos ser a mais importante – entre os profissionais e as famílias.

Sugerimos também que sejam realizados encontros ou grupos de discussão e orientação para explicar às famílias, aos profissionais de educação e aos profissionais de saúde a proposta do PBF, com o objetivo de integrá-los para que a implementação do PBF caminhe perpassando pela efetividade de todos os seus objetivos, não ficando restrito apenas à transferência de renda.

Por fim, indicamos a adoção de práticas de monitoramento e avaliações pelos próprios profissionais responsáveis pelo PBF no município, acreditando que, dessa forma, seja mais fácil perceber os rumos que o Programa está tomando, tendo em vista a possibilidade de correções e a efetivação de suas metas.

Quanto às possibilidades de estudos sobre essa temática, indicamos o desenvolvimento de estudos avaliativos que verifiquem os impactos do PBF na vida

das famílias beneficiárias e das famílias desligadas do Programa. Estudos que busquem identificar aspectos ligados à emancipação das famílias e à diminuição das condições de pobreza que apresentam como consequência da passagem pelo Programa. Outro tipo de avaliação possível é a de metas que visam a um exame sistemático das etapas e funcionamento do Programa, para contrapor-las às metas prescritas na legislação, que demanda intensa observação e maior contato com a equipe de profissionais do Programa.

Diante disso, as limitações do PBF devem ser reconhecidas, no entanto não podem constituir entraves definitivos quanto às oportunidades de inclusão social para as famílias em situação de pobreza e de exclusão social, pois a qualidade da cidadania enquanto práticas cotidianas depende inteiramente da reversão dos quadros de privações e, portanto, da qualidade na implementação das políticas públicas sociais.

Entendemos que tão importante quanto a entrada das famílias pobres e excluídas no Programa é a saída delas pelas portas da inclusão social. Ou seja, o PBF tem chances de ser considerado “portas de saída da pobreza e da exclusão social” se suas estratégias de ação voltadas para as famílias extrapolarem a simples transferência de renda em nível municipal. Em princípio, suas estratégias deveriam conduzir as famílias beneficiárias a novos caminhos, nos quais o peso da pobreza e da exclusão, corporificados nas experiências vividas, dessem lugar às experiências de práticas cidadãs num contexto de inclusão social.

A reflexão que desenvolvemos neste trabalho, atrelada ao problema de pesquisa, à hipótese e aos objetivos que ora definimos, atendeu a um recorte, necessário a todo trabalho de pesquisa. O caminho que trilhamos ao pesquisar o Programa Bolsa-Família se justifica por vários fatores, mas esse é sem dúvida apenas parte de um longo e importante caminho que abarca a discussão e a pesquisa sobre programas sociais, famílias, pobreza, exclusão e cidadania. Por isso, este estudo vem compor a literatura sobre a realidade dos programas de transferência de renda, reforçando a tese de que a pobreza e a exclusão social só podem ser enfrentadas mediante um conjunto de medidas articuladas que não se caracterizem como assistencialistas, mas que reforcem os direitos de cidadania. Em tese, essa é a proposta do PBF.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. M. L. et al. **Avaliação de impacto do Programa Bolsa-Família**: uma proposta preliminar. Curso de Aperfeiçoamento em Avaliação de Programas Sociais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2005.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. et al. (Orgs.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2001.

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. **Razões práticas** – Sobre a teoria da ação. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. 224 p. Cap. 4, p. 91-135.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa Bolsa-Família**. 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/transferencia-de-renda/programa-bolsa-familia>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

_____. **Decreto-Lei nº 4.102**, de 24 de janeiro de 2002. Regulamenta a medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao “Auxílio-Gás”. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

_____. **Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

_____. **Lei nº 10.689**, de 13 de junho de 2003. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

_____. **Decreto-Lei nº 3.877**, de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

_____. **Lei nº 10.219**, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação “Bolsa-Escola” e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

BRESSER PEREIRA, L. C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PEREIRA, L. C. WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 222-259.

CAMARGO, J. M. Política Social no Brasil. Prioridades erradas, incentivos perversos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 68-77, 2004.

CAMPOS, A. et al. **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. v. 2.

CARDOSO, R. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 42-48, 2004.

CARVALHO, A. et al. **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Proex, 2002.

CARVALHO, S. N. Avaliação de Programas Sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, p. 185-197, 2003.

CASTELL, R. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Trad. por Iraci D. Poleti. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COHN, A. **Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004. (Seminário Especial Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do IPEA - Estudos e Pesquisas, 85).

COORDENADORIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA – **CODIC**. Disponível em: <<http://www.codic.pr.gov.br/codic>>. Acesso em: 25 out. 2007.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, set./out. 2003.

DALLARI, D. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, R. **A casa & a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DESLANDES, S. F. A Construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. et al. (Orgs.). **Pesquisa social** - Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 31-50.

DEMO, P. **Educação pelo avesso**. Assistência como direito e como problema. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

EVOLUÇÃO RECENTE DA MISÉRIA. **Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/ibre/cps/evolucaorecentemiseria.cfm>>. Acesso em: 25 jun. 2006.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FAGNANI, E. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2001.

FONSECA, A. M. M. O programa de garantia de Renda Familiar Mínima do Município de Campinas: questões metodológicas sobre o estudo com famílias. In: RICO, E. M. et al. (Orgs.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo; Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

IVO, A. B. L. A reconversão do social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 57-67, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1., p. 25-59, jun. 2002.

LAVINAS, L. **Universalizando direitos**. Observatório da cidadania. [S.l.], 2004. p. 67-74.

LAVINAS, L.; BARBOSA, M. L. O. Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000.

LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE VIÇOSA, MG. Disponível em: <<http://www.vicosa.mg.gov.br/?area=conteudo&secao=2>>. Acesso em: 15 set. 2007.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, M. A.; BRITO, S. R. **Transferência de renda**: nova face de proteção social? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

MANCIE, E. A. **A revolução das redes**. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 220 p.

MANKIOW, N. G. Distribuição de renda. In: _____. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. 2. ed. Trad. por Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. Cap. 20.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 57-114.

MARTINS, J. S. Reflexão crítica sobre o tema da exclusão social. In: _____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Cap. 1, p. 25-47.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

MELO, M. A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, E. M. et al. (Orgs.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão de debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap. 1.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

MOREIRA, M. C. N. **Dimensões do associativismo voluntário no cenário das relações entre saúde, pobreza e doença**. [S.l.]: Instituto Fernandes Figueira/FIOCRUZ, 2007.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. et al. (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NOVARA, E. Promover os talentos para reduzir a pobreza. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 101-123, 2003.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Orgs.). **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

RELATÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

REPERCUSSÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS. **IBASE**, 2008. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

ROBERTS, B. R. A dimensão social da cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, ano 12, p. 5-22, 1997.

RODRIGUES, F. P. Pobreza e exclusão social: debates com consequências para a agenda de cidadania. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa, Portugal, 8-11 oct. 2002.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, ano 9, p. 26-37, 1994.

SCHWARTZMAN, S. **Redução da desigualdade, da pobreza e os programas de transferência de renda**. [S.l.]: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2006.

SAWAIA, B. Exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNA, M. C. M. et. al. Programa Bolsa-Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Rev. Katal. Florianópolis**, v. 10, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2007.

SILVA, M. O. S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, A. M.; FONSECA, A. M. M. O debate sobre renda mínima: a experiência de Campinas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 22-32, 1997.

SUPLICY, E. **Projeto de Lei da Câmara nº 2561**, de 1992. (PLS. 80/91). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/eduardosuplicy/Programa/projeto_lei.asp>. Acesso em: 10 nov. 2006.

SUPLICY, E. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v.12, n. 1, jan.-jul. 2003. Disponível em: <http://www.apsp.org.br/saudesociedade/XII_1/programa_fome_zero.htm>. Acesso em: 10 nov. 2006.

TELLES, V. S. **Direitos sociais**. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

TIEZZI, S. A organização da política social do governo Fernando Henrique. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n 2, p. 49-56, 2004.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 4. ed. São Paulo: Polis, 1985.

UMA ESTRATÉGIA PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA. **Projeto regional para a superação da pobreza na América Latina, Pnud**. Publicado originalmente na Revista Comercio Exterior, México, v. 42, n. 5, maio de 1992. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R. W. S.; PAES-SOUSA, R. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006.

VÉRAS, M. P. B. Exclusão social: um problema de 500 anos. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

WANDERLEY, M. B.; BÓGUS, L.; YASBEK, M. C. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. por Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1

Questionário para compor o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família/Bairro Novo Silvestre/Viçosa-MG e roteiro da entrevista semi-estruturada dirigida às famílias beneficiárias do PBF.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Dados de Controle:

Nº: _____ Data: ____/____/____

Local: _____

Hora inicial: _____ Hora final: _____

Nome (entrevistado): _____

Telefone para contato: _____

Endereço: _____

1 - Aspectos da composição da família

Lista de pessoas residentes no domicílio

	Nome	Grau de parentesco (1)	Idade (anos)	Sexo (f/m)	Estado civil (2)	Escolaridade (3)	Raça/cor (4)
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							
11							
12							

(1) Grau de Parentesco - Pai/Mãe/Filho (a)/Avô (a)/Neto (a)/sem parentesco/filho (a) adotivo (a) etc.

(2) Estado Civil - União Consensual/Viúvo (a)/Separado (a)/Solteiro (a)/Casado (a) /Desquitado (a).

(3) Escolaridade - Sem Instrução ou analfabeto/Alfabetizado/1ª a 4ª série/5ª a 8ª série/ Ensino Médio/Técnico/Superior (apontar se completo incompleto ou se freqüenta). No caso das crianças apontar a série que freqüenta.

(4) Raça/cor – branca, negra, parda, amarela, indígena.

2 - Emprego/Trabalho/Desemprego

	Já trabalhou alguma vez?	Mês e ano do ultimo trabalho		Idade que começou a trabalhar
01	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			
02	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			
03	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			
04	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			
05	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			
06	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			
07	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			
08	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			
09	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			
10	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			
11	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			
12	Sim () Não () Nunca trabalhou ()			

3 - Tipo de trabalho/ocupação e renda

Qual o tipo de atividade/trabalho desenvolvida pelas pessoas da família?

(Construção civil, Agricultura, Comércio, Indústria, Transportes, Serviço Público, Outros).

Citar nome, ocupação, renda e carga horária diária:

4 - O senhor (a) e as pessoas da sua família possuem quais destes documentos?

Carteira de trabalho: _____

Certidão de casamento: _____

Identidade (RG): _____

Título de eleitor: _____

Certidão de Nascimento: _____

5 - Características de infra-estrutura do domicílio e do bairro

Há quanto tempo a família mora no município?

Menos de 1 ano () De 1 a 3 anos () De 3 a 5 anos () Mais de 5 anos ()
Sempre morou no município ()

Há quanto tempo a família mora no domicílio?

Menos de 1 ano () De 1 a 3 anos () De 3 a 5 anos () Mais de 5 anos ()
Sempre morou no domicílio ()

Tipo de localidade:

Urbana () Rural ()

Tipo de imóvel:

Casa () Apartamento () Barraco ()

Existe calçada em frente ao domicílio?

Sim () Não ()

Tipo de rua:

Asfaltada () paralelepípedo () terra batida () outro ()

Quantos cômodos têm o domicílio? _____

Quais? _____

Tem acesso a internet? () Sim () Não

Tem energia elétrica? () Sim () Não

Escoamento Sanitário:

Rede pública () Fossa séptica () Céu aberto () Rio/córrego () Outro ()

Tipo de Abastecimento de água:

Rede pública () Poço/Nascente () Carro pipa () Outro ()

Tem celular? () Sim () Não

Situação do imóvel:

Próprio () Alugado () Cedido/emprestado () Financiado () Outro ()

Se o imóvel for de sua propriedade, como o senhor comprou ou construiu? Precisou de ajuda? De quem? Que tipo de ajuda?

Se não for de sua propriedade, de quem é o imóvel?

Por que o senhor (a) e a sua família vieram morar aqui?

O senhor (a) pretende se mudar daqui? Por quê?

Tipo de construção:

Tijolo/alvenaria () Madeira () Material aproveitado () Taipa () Outro ()

Meio de transporte mais utilizado pela família:

Automóvel () Moto () Bicicleta () Transporte coletivo ()

Outro meio de transporte?

6 - Listagem de alguns bens duráveis que a família possui

Item	Quantidade	Há quanto tempo possui? a- Menos de 1 ano b- De 1 a 2 anos c- Mais de 2 anos.	Forma de aquisição: a- compra a vista, b- compra a prazo, c- doação ou troca.
Fogão a gás			
Freezer			
Geladeira			
Microondas			
Batedeira			
Liquidificador			
Tanquinho			
Televisão			
Rádio			
Aparelho de Som			
Máquina de lavar roupas			
Ferro Elétrico			
Aparelho de DVD			
Vídeo Cassete			
Máquina de Costura			
Chuveiro Elétrico			
Antena Parabólica			
Automóvel			
Bicicleta			
Motocicleta			
Caminhão			
Microcomputador			
Telefone Fixo			
Ventilador			

7 - Redes e Vínculos

O senhor (a) e sua família participam de algum grupo, movimento religioso, freqüentam alguma igreja? Que tipo de ajuda o senhor (a) e sua família recebem através da igreja?

O senhor (a) confia em seus amigos?

Confio totalmente e posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Confio muito e posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Confio um pouco, mas posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Não confio e não posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Pode contar com a ajuda deles? Sim () Não ()

Com que tipo de ajuda?

O senhor (a) ajuda os seus amigos? Como?

O senhor (a) confia em seus vizinhos?

Confio totalmente e posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Confio muito e posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Confio um pouco, mas posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Não confio e não posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Pode contar com a ajuda deles? Sim () Não ()

Com que tipo de ajuda?

O senhor (a) ajuda os seus vizinhos? Como?

O senhor (a) confia em seus familiares?

Confio totalmente e posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Confio muito e posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Confio um pouco, mas posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Não confio e não posso contar com a colaboração/ajuda deles ()

Pode contar com a ajuda deles? Sim () Não ()

Com que tipo de ajuda?

O senhor (a) ajuda os seus familiares? Como?

8 - Expectativas e mudanças após o PBF

O que mais preocupa o senhor (a) e sua família atualmente?

Alimentação da família () Atendimento médico para a família ()

Estudo dos filhos () Violência/ agressões entre os membros da família ()

Violência na rua () Consumo/envolvimento dos filhos com drogas ()

Outros ()

O que o senhor (a)/seus filhos gostariam de fazer, que a renda da família não permite:

(a principal) Aulas de natação () Curso de Inglês () Academia () Viajar ()

Ter um plano de saúde () Estudar em escola particular () Comprar uma casa ()

Comprar um sítio () Comprar um automóvel ()

Outros ()

Como a senhora avalia a situação/condição financeira da sua família quando comparada com a situação anterior ao benefício do PBF?

Muito melhor () Melhor () Na mesma () Pior () Muito pior ()

Se melhorou, responda:

Em que aspectos (principais) a vida da família melhorou?

Quanto à moradia () Alimentação () Vestuário () Aquisição de bens ()

Melhores condições de cuidar da saúde () Melhores condições de estudo ()

Melhorias com relação à auto-estima e projeto de vida () Melhorias nas condições de trabalho () Melhorias no relacionamento e organização familiar ()

Maior participação na comunidade () Maior integração com a escola ()

O que poderia melhorar na vida da família?

Saúde das pessoas () Educação () Trabalho () Condições de moradia () Renda maior () O relacionamento entre as pessoas da família () Outro: () _____

Atualmente (depois que passaram a ser beneficiários do PBF) o senhor (a) e sua família usam crédito/ fiado/ caderneta para comprar remédios?

Sim () Não ()

Atualmente (depois que passaram a ser beneficiários do PBF) o senhor (a) e sua família usam crédito/ fiado/ caderneta para comprar alimentos?

Sim () Não ()

Atualmente (depois que passaram a ser beneficiários do PBF) o senhor (a) e sua família usam crédito/ fiado/ caderneta para comprar roupas?

Sim () Não ()

As condições de alimentação mudaram depois que o senhor (a) e sua família passaram a receber o benefício do PBF? A família do senhor (a) passa por situações de falta de alimentos?

As condições de cuidar da saúde mudaram depois que o senhor (a) e sua família passaram a receber o benefício do PBF? O que mudou? Como? Sua família tem gastos com saúde? _____

As condições de estudos mudaram depois que o senhor (a) e sua família passaram a receber o benefício do PBF? O que mudou? Além das crianças e dos adolescentes, os adultos estão estudando?

O senhor (a) sabe ler e escrever? Sim () Não ()

Responda se a resposta anterior for **não**:

Se o senhor (a) fosse se alfabetizar, qual seria o motivo principal? É importante para:

Trabalho () Renda () Auto-realização () Religião () Progredir na vida ()

Ser mais respeitado () Minha família ()

Responda se a resposta anterior for **sim**:

O senhor (a) tem vontade de voltar a estudar? Se voltasse a estudar, qual seria o motivo principal? É importante para:

Trabalho () Melhorar a renda () Auto-realização () Religião ()

Progredir na vida () Ser mais respeitado () Cuidar da minha família ()

O senhor (a) gostaria de aprender alguma atividade? Fazer cursos? SIM () NÃO ()

Se a resposta for sim, responda: Para quê?

Melhorar a renda da família () Para sair de casa e conversar com outras pessoas ()

Conseguir um emprego/trabalho () Melhorar meu salário () Me sentir mais valorizado e respeitado ()

Que tipos de atividades de lazer têm no bairro? A família participa de quais atividades?

Depois do PBF aconteceram atividades esportivas e culturais (gincanas, festas, teatro e etc) para as famílias aqui no bairro?

Quais? _____

Quais são as principais atividades que a família pratica nos fins de semana?

Assistir televisão () Assistir filmes em DVD () Festas () Praticar esportes ()

Visitar amigos () Visitar parentes () Igreja () Passear () Viajar ()

Outras atividades:

O senhor (a) acha que crianças e adolescentes podem trabalhar ou somente estudar e brincar? Por quê? O que significa o trabalho dos seus filhos? Eles podem trabalhar em casa e na rua? O trabalho é importante ou é prejudicial para os seus filhos?

Sua família é beneficiária de outros programas do governo?

Sim () Não ()

Quais? _____

Em que ano tomou conhecimento do Programa Bolsa Família? _____

E quando se inscreveu? (ano) _____

Através de quem? Prefeitura () Escola/creche () Amigos () Parentes ()

Vizinhos () Posto de saúde () Televisão/Rádio ()

Valor do benefício que sua família recebe do Programa Bolsa Família? (R\$) _____

O senhor (a) considera que o recurso monetário transferido pelo PBF altera a vida da família? Sim ou não? Por quê?

O senhor (a) sabe o que sua família tem que fazer em troca do benefício? O que o senhor (a) pensa sobre isso? É importante ou não?

Seria melhor receber um salário maior no trabalho ou receber para sempre o recurso monetário do PBF? A senhora prefere ter uma renda de outro trabalho ou continuar recebendo o Bolsa Família? O que o senhor (a) prefere? Por quê?

O que o Programa Bolsa-Família significa para o senhor (a)? Explique.

O senhor (a) e sua família são orientados pela equipe do Programa Bolsa-Família? Quais orientações?

O dinheiro que o senhor (a) e sua família recebem do Bolsa Família é suficiente para ajudar nas despesas da família? É usado para comprar o quê?

O que o senhor (a) considera positivo no Programa?

O que o senhor (a) considera negativo no Programa?

Depois de cadastrados no PBF, o senhor (a) ou alguém da sua família já participou de cursos e oficinas de capacitação e geração de renda e outros cursos, oferecidos pela prefeitura municipal de Viçosa? Quais?

ANEXO 2

Roteiro de entrevista semi-estruturada com a coordenadora do PBF/Viçosa

Nome: _____

Data da entrevista: ____/____/____. **Local:** _____

1. Quantas famílias são beneficiárias do PBF no município de Viçosa? E no bairro Novo Silvestre? (Dados quantitativos)
2. Fale sobre o processo de implementação do PBF em Viçosa (agentes envolvidos, dificuldades, operacionalização, procedimentos, reuniões, preparação/capacitação das pessoas envolvidas etc.)
3. Como funciona a coordenação do PBF no município? (funções, contato com as famílias etc.)
4. Quais são as funções específicas do coordenador do PBF?
5. E as funções do gestor do PBF?
6. Quais são as etapas do cadastro e recebimento do benefício? (para uma família ser cadastrada e receber?) (comprovação de renda, visita domiciliar...)
7. As famílias recebem visitas da equipe do PBF no domicílio? Com que finalidade? O que é observado?
8. Quais são os motivos que levam à suspensão do benefício?
9. E quais são motivos que levam à variação do benefício? (aumento ou diminuição do valor?)
10. As famílias beneficiárias recebem algum aviso de que o benefício será cancelado ou que terá aumento ou diminuição no valor? Como são avisadas?
11. A senhora acredita que o cumprimento das condicionalidades (responsabilidades) de saúde e educação contribui para mudanças na vida das famílias beneficiárias? Por quê?

12. São oferecidos cursos de capacitação e geração de renda para as famílias beneficiárias do PBF? (Se sim: que tipo de cursos? Onde? Em que bairros?) (Se não: Por que ainda não são oferecidos, se a legislação aponta a necessidade destes cursos para a promoção das famílias? Existe algum projeto neste sentido?)
13. Somente a transferência de renda contempla os objetivos do Programa?
14. Em sua opinião, qual a importância de se oferecer cursos de capacitação e geração de renda às famílias beneficiárias?
15. A senhora acredita que o PBF altera as condições de pobreza e de exclusão social das famílias beneficiárias? O programa contribui para a promoção, inclusão e desenvolvimento de capacidades e habilidades dos membros das famílias? Por quê?
16. Quais são os pontos fortes ou positivos do PBF?
17. Quais são os pontos fracos ou negativos do PBF?
18. Quais são as dificuldades de trabalho que a senhora encontra?

ANEXO 3

Roteiro de entrevista semi-estruturada com a gestora do PBF/Viçosa

Nome: _____

Data da entrevista: ____/____/____. **Local:** _____

1. Como funciona a gestão do PBF no município? (funções, contato com as famílias etc)
2. Quais são as funções específicas do gestor do PBF? Fale sobre a sua preparação para assumir a função de gestora do município.
(Fale sobre o processo de implementação do PBF em Viçosa (agentes envolvidos, dificuldades, operacionalização, procedimentos, reuniões, preparação/capacitação das pessoas envolvidas etc.)
3. E as funções do coordenador do PBF?
4. Quais são as etapas do cadastro e recebimento do benefício? (para uma família ser cadastrada e receber?) (comprovação de renda, visita domiciliar...)
5. As famílias recebem visitas da equipe do PBF no domicílio? Com que finalidade? O que é observado?
6. Fale sobre o controle social e participação da sociedade, dos beneficiários...
7. A senhora acredita que o cumprimento das condicionalidades (responsabilidades) de saúde e educação contribui para mudanças na vida das famílias beneficiárias? Por quê?
8. São oferecidos cursos de capacitação e geração de renda para as famílias beneficiárias do PBF? (Se sim: que tipo de cursos? Onde? Em que bairros?) (Se não: Por que ainda não são oferecidos, se a legislação aponta a necessidade destes cursos para a promoção das famílias? Existe algum projeto neste sentido?)
9. Somente a transferência de renda contempla os objetivos do Programa?

10. Em sua opinião, qual a importância de se oferecer cursos de capacitação e geração de renda às famílias beneficiárias?
11. A senhora acredita que o PBF altera as condições de pobreza e de exclusão social das famílias beneficiárias? O Programa contribui para a promoção, inclusão e desenvolvimento de capacidades e habilidades dos membros das famílias? Por quê?
12. Quais são as dificuldades de trabalho que a senhora encontra?
13. Quais são as dificuldades do município para cumprir as determinações da legislação do PBF?
14. Quais são os pontos fortes ou positivos do PBF?
15. Quais são os pontos fracos ou negativos do PBF?
16. O que significa o PBF para as famílias beneficiárias?

ANEXO 4

Registros fotográficos das moradias das famílias, realizados durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2007.





















